



CULTURA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO (1808-1821)

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

brasiliansa
volume 363



CULTURA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO (1808-1821)

A propósito da recente viagem do rei João Carlos I da Espanha à Colômbia e à Venezuela, observou um comentarista contemporâneo que ela teve o defeito fundamental de estar atrasada de dois séculos. A vinda de um representante de dinastia européia ao Novo Mundo teria forçosamente dado novos rumos à evolução americana. Ora, acontece que esse impacto ocorreu no Brasil. A metrópole transferiu-se para a América Portuguesa, a administração começou a criar "um novo império", expressão um tanto ambígua, embebida na tradição dos cronistas coloniais. Gabriel Soares de Sousa inicia seu *Tratado* constatando que o Brasil está capaz de nele erguer-se um "Grande Império". Rocha Pita começa por empregar a expressão: "jaz o opulento Império do Brasil..."

Qualquer que tenha sido o sentido da expressão, a verdade é que os estadistas portugueses montam um mecanismo administrativo complicado (demasiadamente complicado, como se verifica pela consulta a qualquer publicação especializada). Passando às mãos dos brasileiros poucos anos depois, vai metamorfosear-se no Império Brasileiro.

Essa transformação tem sido estudada pelo seu aspecto exterior. A Autora deste estudo, pela primeira vez, ao que nos parece, propõe-se a estudá-la intrinsecamente, examinando percuentemente fontes até então consideradas desprezíveis pela história meramente factual, mas fornecedoras, ao pesquisador, de elementos surpreendentes para a compreensão do momento da criação de uma crisálida do "gigante brasileiro", feia expressão que se tentou pôr em curso.

Sua intimidade com a historiografia universal permitiu-lhe carrear para o estudo longamente elaborado uma contribuição pouco empregada no exame do caso brasileiro. A história da família brasileira de portas adentro, e não somente a dos súditos (depois cidadãos) brasileiros na agora, recebe, aqui, forte e eloquente focalização.

O que ressalta deste estudo em profundidade é que a ação, consciente ou imposta pela conjuntura mundial, do estamento administrativo lusitano aos seus domínios americanos era irreversível. Foi isso que os portugueses reunidos em Cortes anos depois, alguns de incontestável inteligência, não quiseram, ou não puderam, compreender.

A tese do eminente prefacador ressalta de textos de eloquência indisputável. O Brasil defendeu-se mais do que atacou. Nossos mais extremados panfletários sustentaram a manutenção das garantias individuais e o arcabouço político que havíamos conquistado ao longo de difícil e estrênua caminhada. Nada nos poderia fazer recuar.

A função fixadora e estabilizadora do período joanino, não obstante alguns auxiliares incapazes de perceber a transcendência dos acontecimentos incoercíveis que se precipitavam, é encarada com um riquíssimo aparato bibliográfico e documental. Aspectos culturais, no amplo sentido da palavra, são aqui postos em relevo e apontados como elementos imprescindíveis para a realização daquilo a que todos almejamos: o traçado do verdadeiro caráter peculiar do povo brasileiro.

A. J. L.

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

Licenciada em História e Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa (1961), obteve, na Universidade de S. Paulo, o título de Doutor em Filosofia (1967), o de Livre-Docente em Teoria da História (1973) e o de Professor Adjunto na mesma disciplina (1976). Bolsista da Alliance Française de Lisboa (1956), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (1964), da Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa (1965-6) e do Governo Francês (1968-9), recebeu auxílio da FAPESP em 1976 para uma pesquisa sobre o primeiro jornal baiano, *Idade d'Ouro do Brasil*, que será futuramente publicada em livro. Assistente do Departamento de Filosofia da Universidade de S. Paulo (1965-7), transferiu-se para o Departamento de História, onde ministrou cursos na disciplina de História das Idéias e depois nas de Metodologia e Teoria da História, tendo sido também professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçuaçu (1968-71) e da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (1971). Colaborou no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo* desde 1968, tendo artigos publicados na *Revista de História*, na *Revista Brasileira de Filosofia*, na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, na revista *Ciência e Cultura*. Fez conferências em universidades nacionais e estrangeiras (Austin, Sorbonne, Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Montreal), participou dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal do Paraná e apresentou comunicações em diversos congressos e simposios. Livros publicados: *Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e Teoria*, Lisboa, Editora Sá da Costa, 1975; *Teoria da História*, S. Paulo, Cultrix, 1976 e *Análise de estratificação social. O Rio de Janeiro de 1808 a 1821*, no Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975. Organizou para a coleção "Nossos clássicos", da Agir Editora, os volumes *Alexandre Herculano, o historiador* (Rio de Janeiro, 1964) e *Oliveira Martins. Textos escolhidos* (Rio de Janeiro, 1965).

**COMPANHIA EDITORA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO/MEC.**

Preço de venda ao público, Cr\$38,00

Este preço só se tornou possível devido à participação do Instituto Nacional do Livro, que, em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem e a conseqüente redução do custo industrial.

CULTURA E SOCIEDADE
NO RIO DE JANEIRO
(1808 - 1821)

BRASILIANA

Volume 363

Direção :

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Silva, Maria Beatriz Nizza da.

S581c

Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977. 272 p. (Brasiliana, v. 363)

Bibliografia.

1. Rio de Janeiro (Cidade) — Civilização 2. Rio de Janeiro (Cidade) — Condições sociais 3. Rio de Janeiro (Cidade) — Vida intelectual 4. Rio de Janeiro (Cidade) — Vida social e costumes I. Instituto Nacional do Livro. II. Título. III. Série CDD:981.541

:001.20981541

:309.181541

:390.0981541

CCF/CBL/SP-76-1010

CDU:008(815.41)*1808/1821*

Índices para catálogo sistemático (CDD):

1. Rio de Janeiro : Cidade : Civilização 981.541
2. Rio de Janeiro : Cidade : Condições sociais 309.181541
3. Rio de Janeiro : Cidade : Costumes 390.0981541
4. Rio de Janeiro : Cidade : Vida intelectual 001.20981541
5. Rio de Janeiro : Cidade : Vida social 390.0981541

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

CULTURA E SOCIEDADE
NO RIO DE JANEIRO
(1808 - 1821)

Prefácio de
SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Proibida a reprodução, mesmo parcial,
e por qualquer processo, sem autorização
expressa da autora e dos editores.

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
01212 — São Paulo, SP

1977

Impresso no Brasil

Ao

Prof. JOÃO CRUZ COSTA,
*incentivador da minha
carreira de pesquisadora.*

SUMÁRIO

<i>Préfacio de SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA</i>	IX
<i>Introdução</i>	XXI

I — A cultura implícita

Hábitos alimentares	3
Sociologia do traje	21
A morada carioca	41
A sociedade e as suas diversões	57
Formas de religiosidade	81
O casamento e suas normas	96
Delitos e penas	104

II — A cultura explícita

<i>As áreas do saber: as ciências e as artes</i>	113
As ciências	115
As artes	147
<i>As belas letras</i>	169
Retórica	172
Poesia	180
Peças dramáticas	185
História	192
Romances, contos e novelas	197
O ciclo napoleônico	215
<i>Conclusão</i>	225
<i>Fontes e bibliografia</i>	229

PREFÁCIO

Com o presente volume Maria Beatriz Nizza da Silva abre horizontes novos e a meu ver altamente sugestivos para boa inteligência da sociedade brasileira na etapa singularmente importante de sua formação, que principia no ano da chegada da Corte portuguesa e se estende até o ano do embarque de D. João VI e sua comitiva. É o período, aliás, a que se vem ultimamente devotando com atento zelo. Lembre-se, a propósito, o livro que lhe inspiraram as idéias e a personalidade de Silvestre Pinheiro Ferreira, o ministro do “rei velho” que tenta retê-lo no Brasil num momento em que quase todos, a começar pelo governo da Grã-Bretanha, que animara e protegera outrora seu estabelecimento no aquém-mar, pelejam por convencê-lo de que é urgente seu regresso a Lisboa: publicado em Portugal, este livro ainda não pôde ter entre nós a repercussão que certamente merece. Lembrem-se ainda seus dois trabalhos sobre a “Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821)” impressos em 1974 na benemérita *Revista de História*. E sua *Análise de estratificação social (O Rio de Janeiro de 1808 a 1821)*, que ocupa todo o boletim n.º 7 (Nova série) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, saído em 1975.

Os estudos históricos e filosóficos a que a autora cedo se dedicou em Portugal, onde nasceu, e que apurou depois na Alemanha, na Inglaterra e sobretudo na França, em contacto assíduo e direto com algumas das correntes mais fecundas do pensamento contemporâneo, ainda que não bastem para explicar a originalidade de seu enfoque, habilitaram-na melhor para a eleição dessa área de nossa história. Porque o período que lhe corresponde, embora abranja, ao menos em grande parte, um processo que hoje se chamaria de descolonização, não é dirigido por brasileiros natos. Portugueses europeus são, além do soberano e todos os ministros de Estado, a grande maioria dos que compõem a burocracia local, quase todos os magistrados e praticamente toda a oficialidade mili-

tar de mais alta patente. É como se a mãe-pátria pretendesse vincar fundamente de sua presença atuante, uma terra que logo depois terá de abandonar à sua sorte. Com efeito, 1821, que representa o *terminus ad quem* desta pesquisa, ainda é nitidamente, no Brasil, um ano português, assim como 1822 já é em todos os sentidos o ano brasileiro, se aceitarmos conhecida observação de Oliveira Lima. De modo que um contacto igualmente íntimo com as duas histórias, a da antiga metrópole e a da antiga colônia, parece da maior importância, não só para quem busque apreender o que foi a vida brasileira durante os anos que antecedem de perto a Independência, mas também, e sobretudo, para quem tente desvendá-la nos esconderijos menos acessíveis aos instrumentos da historiografia tradicional.

Naturalmente, a abordagem do que foi a vida brasileira num momento em que já se iam forjando algumas das pré-condições da emancipação nacional, mas em que a própria idéia de emancipação ainda está no casulo, há de visar mais diretamente o que constitui, de um ponto de vista político, seu palco maior, pois é dali, é do Rio de Janeiro, que o processo de mudança, depois de ganhar forças, irrompe e transborda, afinal, sobre o restante do país, acarretando novos usos, novos princípios e impaciências novas. O processo, esse efetivamente de radical subversão, e que começa a ganhar corpo, embora timidamente, quando principia o período estudado neste livro, já se pode prenunciar num momento em que a presença da Corte portuguesa, no Brasil, e antes de sua instalação no Rio, torna inevitável a carta régia de 28 de janeiro de 1808, assinada na cidade do Salvador, mal se tinham passado quatro dias depois do desembarque do príncipe regente. Por ela admite-se o ingresso nas alfândegas da colônia americana de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportados em navios de potências que se conservam em paz e harmonia com a Coroa portuguesa, ou em navios de vassallos da dita Coroa. Pela mesma ocasião, isto é, antes de seguir viagem rumo ao sul, concede licença o príncipe para a instalação de fábricas e indústrias, além de determinar a criação de uma escola médico-cirúrgica, entre outros benefícios de que há por bem dotar o novo império que vem criar.

De fato significava tudo isso o começo, não apenas de um desvio, e sim de uma inversão deliberada dos critérios de cunho mercantilista adotados até então por Lisboa na administração das possessões e senhorios de Sua Majestade Fidelíssima. Esses critérios, que aliás estavam longe de representar especialidade lusitana,

pois formavam como um corpo de doutrina, seguido com maior ou menor coerência por todas as potências colonizadoras da época, chegaram entretanto a assumir feições quase caricaturais em Portugal nos anos que se seguiram imediatamente à *viradeira*. A célebre proibição, em 1785, de manufaturas no Brasil, que não fossem além das “grosserias” de algodão para os escravos, cujo alcance e efeito têm sido com freqüência exagerados, conseguiu sempre inflamar brios nativistas entre nós. Mais significativa, porém, é a mentalidade que, em certos círculos oficiais de Lisboa, principalmente logo depois da queda de Pombal, se acha à base de medidas semelhantes. Como exemplo pode lembrar-se um documento de 8 de julho de 1779, que encontrei na Biblioteca e Arquivo Público de Cuiabá, em que o marquês de Angeja, presidente do Real Erário, diretor supremo dos negócios públicos e ministro assistente ao despacho, sob D. Maria I, anuncia em nome da mesma senhora a Luís de Albuquerque, capitão-general de Mato Grosso, que se reduzirão ao mínimo os subsídios que se destinavam a guarnecer as fronteiras daquela capitania com as possessões de Castela, alegando que — são palavras suas — as “Collonias he que devem dar auxílio à Capital, e não esta às Collonias”. Observa que tais subsídios, tirados às rendas de Goiás, em prejuízo, por conseguinte, do real fisco, já tinham tido tempo suficiente de atender aos fins a que se destinavam. Dois meses depois, a 10 de setembro do mesmo ano de 79, em instruções dadas ao governador da Bahia, manda-se de Lisboa que em tudo se dê ali a preferência aos portugueses, “da mesma sorte que a Capital e os seus Habitantes e devem ter em toda parte sobre as Collonias e os Habitantes dellas”.

A crueza de manifestações como essas, em que se exacerba o velho sistema colonial, vai mitigar-se aos poucos, em parte por obra da própria rainha e depois de D. João príncipe e rei, mas também por influência de ministros como Luís Pinto de Sousa, que residiu longamente no Brasil ou de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o futuro conde de Linhares, afilhado de Pombal e que sempre se mostrou interessado na promoção do desenvolvimento da América Portuguesa, embora o fizesse com um afinco de onde repontam, não raro, tendências megalomaniacas. Nenhum desses homens se aparta, contudo, da mentalidade que ditou a política mercantilista com relação às colônias, e o próprio Linhares, tão preocupado com os meios de fazer prosperar o Brasil e tão afeiçoado a coisas inglesas, se mostrou cético, pelo menos antes de 1808, quanto à vantagem de se adotar nas colônias lusitanas o liberalismo econô-

mico, que na Inglaterra vai ganhando terreno. Num escrito de 1800, chega a duvidar, a propósito do termo “liberal”, que em português seja “lícito adoptar esta palavra no sentido que os Ingleses lhe attribuem”. Com efeito, num dicionário português da época, ou seja o de Moraes, em sua edição de 1813, a mesma palavra tem apenas o sentido de generoso, dadivoso, munificente.

Ao chegar a Corte portuguesa, nem os fidalgos que acompanharam a rainha e o príncipe regente cogitavam em mais do que um estabelecimento provisório que só deveria durar o pouco que faltava, com a ajuda de Deus, para a vitória sobre os franceses. A própria palavra “império”, empregada no manifesto de maio de 1808 para que ficasse a Europa ciente da conduta do governo de Portugal em face da agressão de Bonaparte, estava longe de ter o significado que, com referência ao Brasil, assumirá em 1822, e parece traír ali, mesmo com semelhante reserva, os sentimentos de Linhares, que redigiu a minuta, muito mais do que do príncipe timorato que devia endossar o texto definitivo. Ainda assim, submetido o papel à apreciação do Conselho de Estado, há quem, como o marquês de Angeja — que já não é o antigo presidente do Real Erário e sim um sucessor seu no título — queira vislumbrar alguma coisa de ominoso na expressão. Lê-se, com efeito, em seu parecer, que seria conveniente omitirem-se “na primeira página as palavras *do novo império que vai criar*”, pois isso, quando menos, “denota pouca esperança em Sua Alteza Real de tornar a possuir Portugal”. Tudo leva a crer que aqueles fidalgos adventícios se comportariam à maneira dos colonos seiscentistas de que falava frei Vicente do Salvador, os quais já então ensinavam os papagaios da terra a dizer — papagaio real para Portugal! — porque, segundo o frade, só sabiam pensar no tornaviagem.

Quanto aos naturais do país, como reagiriam diante daquela invasão maciça de forasteiros? Naturalmente entre a suspicácia ou até a hostilidade mal dissimulada e a vaidade de conviver, mesmo a conveniente distância, com personagens da Casa Real e com tantas figuras de alto coturno, podem imaginar-se mil cambiantes. Consta que o elemento feminino especialmente tratou logo de vestir-se e tocar-se como as fidalgas européias, mas isto haveria de ocorrer porém entre as que se podiam dar ao luxo de seguir ou julgar seguir modas civilizadas, e estavam certamente longe de ser a maioria. Mais universal, porque mais espontâneo, seria o contágio das maneiras de falar e até pronunciar dos adventícios, dando talvez lugar ao abandono daqueles ss ciciados que, ainda

pela passagem do século, tanto gabou o violeiro Caldas Barbosa nas ruas fluminenses. A grande maioria continuava geralmente pouco permeável às inovações e mudanças, pelo menos a mudanças intempestivas, tanto que era possível reconhecer pela vestimenta, de que não se desembaraçavam nem na Corte, a província de origem de tal ou qual indivíduo. Do príncipe D. Pedro dizia-se que, para disfarçar-se, saía vestido em grande capa, tal como as usavam os paulistas e tão bem conseguia enganar que, na noite e na estalagem onde veio a conhecer o Chalaça, um incauto, sem adivinhar com quem falava, provocou-o com uns versos que diziam :

*Paulista é pássaro bisnau
sem fé, nem coração...*

A grande capa podia ser um poncho, ou era um daqueles capotões em xadrez de lã com gola alta, que arrebitava para trás a larga aba dos infalíveis chapéus “de Braga”, e eram mais próprios em S. Paulo de gente graúda. Tamanca foi a resistência a mudanças neste particular, que, ainda em 1844, ao introduzir certa personagem em uma de suas comédias de costumes cariocas, Martins Pena veste-o à paulista, isto é de botas brancas e “ponche de pano azul forrado de vermelho”. A mesma indumentária, em suma, que aparece em velhos documentos iconográficos deixados por viajantes, como um homem de São Paulo em Debret, ou os soldados paulistas da Banda Oriental no álbum londrino de R. E. Vidal.

Mesmo a entrada em grandes quantidades de mercadorias estrangeiras, importadas sobretudo pelos atacadistas ingleses, que se estabeleceram no Rio de Janeiro a partir de 1808 e 1810, só afetaria até certo ponto o trem de vida das pessoas mais abastadas, visto que lhes deixava mais ampla margem de escolha. Em regra eram as mesmas mercadorias que, antes da vinda da Corte, já entravam no país por intermédio das firmas portuguesas, senão de contrabando, e não era pouco. Mas nessa fase expansiva da indústria e comércio britânicos, parece ter havido a preocupação de se fabricarem na própria Grã-Bretanha até artigos que, no Brasil, constituíam peculiaridades locais. Confiados tradicionalmente à mão-de-obra artesanal, já agora não se achavam em condições de competir com os similares importados. Assim é que, ao visitar o Rio Grande do Sul, se admirou Saint-Hilaire de que os ponchos gaúchos fossem agora *made in England*. Na *Pauta das*

Avaliações de Todas as Mercadorias que se importão ao Império do Brasil, impressa em 1826 na Imperial Tipografia de Plancher, aparecem “Ponches grossos de lã ou algodão, a 2 mil réis, e ditos de pano a 8 mil réis”, e páginas adiante “redes de S. Paulo ou à semelhança” avaliadas cada uma em 4 mil réis, sendo de algodão colorido, e a 3 mil réis as de algodão branco. Deviam ser “redes de Sorocaba” também *made in England*.

É possível que fazendas, perfumes e artigos de luxo franceses que, ausentes do comércio desde os tempos da Revolução e principalmente durante as guerras napoleônicas, tivessem sabor de novidade quando novamente aparecem com os primeiros pacotilheiros dessa nacionalidade, que invadem o Rio de Janeiro com seus topes brancos em 1815 e pouco a pouco se instalam com suas lojas pela rua do Ouvidor, que a Horace Say dará a idéia de uma sucursal da *Rue Vivienne*. É significativo, como se vai ler neste livro, no capítulo sobre a morada carioca, como, em matéria de mobiliário e decoração, as modas européias não se impõem no Rio antes de 1816, mas só se impõem entre a gente rica: o grosso da população mal chega a ser tocado pela sua presença. Uma dificuldade que encontrou a professora Nizza da Silva em seu estudo resulta da escassa documentação existente sobre os usos da gente rústica e também da gente pobre, que morava em casas térreas no centro da cidade e não quer, nem pode, trocar hábitos velhos por modernas estrangeirices. São os inventários opulentos e anúncios de quem pode anunciar quase os únicos que *falam* ao historiador de hoje e a ausência dessa base documental só em parte pôde ser suprida, ao menos em um caso, pela avaliação dos bens de Elias Antônio Lopes. Trata-se em realidade de negociante excepcionalmente rico, mas que, falecido em 1815, antes que se impusessem as modas inglesas e francesas mesmo entre *beati possidentes*, os trastes existentes tanto em sua casa da cidade, como em sua chácara, podem ser considerados tradicionais.

Mas, embora para Spix e Martius o Rio de Janeiro de 1817 só oferecesse de exótico e chocante a grande abundância de negros escravos pelas ruas, aos olhos de quem, como eles, conhecia as cidades da Europa central ou da Itália, pode dizer-se que só depois de 1827, por conseguinte numa época que não chega a ser abrangida no presente estudo, a penetração de mercadorias diversas das que tradicionalmente vinham de Portugal, ou da Inglaterra via Portugal, se torna mais acentuada em virtude da extensão a outros países, com a cláusula de nação mais favorecida, do privilégio das tarifas aduaneiras de apenas 15%. O comércio francês, segun-

do parece, foi facilitado pelo aparecimento das primeiras mulheres balconistas e modistas, coisa nova que contrasta, e é claro que nem sempre desfavoravelmente, com os hábitos de uma sociedade onde prevalecia o sistema de reclusão quase mourisca do sexo chamado frágil. Mas até nos casos em que a confecção de vestimentas cabia a mãos francesas e femininas, os tecidos vinham não raro do comércio por atacado que, por muito tempo, foi quase um monopólio britânico, e de onde, pagos à vista, eram, depois de trabalhados, vendidos a prazo nas lojas da rua do Ouvidor, um quase monopólio francês. Em outros casos, no caso dos vinhos, vai ser mais difícil romper a crosta formada de antigas usanças, que recomendavam de preferência um vinho que podia ser do Douro ou da Estremadura, mas era chamado “de Lisboa”! Só muito aos poucos principiam a vender-se os de outras procedências, mormente do Mediterrâneo, e estes, quando franceses, são ditos “de Cette”, porque saem desse porto. E mesmo depois que o casamento de D. Pedro II com uma princesa de Nápoles pareceu favorecer, num primeiro momento, a possibilidade de maior disseminação de produtos da Itália meridional, a correspondência dos cônsules napolitanos no Rio está cheia de queixas sobre a pouca aceitação no Brasil dos vinhos pesados da Sicília devido à forte concorrência lusitana.

Queixas semelhantes aparecem na documentação dos representantes diplomáticos hanseatas, quando se referem aos obstáculos que se ofereciam à aceitação dos panos de linho da Silésia num mercado onde imperava o *King Cotton*. O contrário sucedia na América de língua espanhola, onde os tecidos ingleses de algodão ou mesclados de algodão esbarravam na preferência ancestral dada aos de linho puro, importados da Alemanha. É de notar que, no Brasil, a forte pressão do comércio britânico pareceu enlaçar-se nos interesses mercantis portugueses em tudo quanto não dissesse respeito ao tráfico negreiro. Em 1836, por exemplo, foi apresentado projeto, por onde os artigos importados de Portugal em navios brasileiros ou portugueses teriam reduzidos de um terço os direitos cobrados nas alfândegas do Império: isto é, pagariam apenas 10%, em vez dos 15% que incidiam sobre os dos demais países. Contra o tratamento discriminatório logo se ergueram franceses, principalmente, e norte-americanos, ao passo que a representação diplomática britânica guardou um silêncio que a muitos pareceu suspeito. Em verdade as reclamações dos demais países não se dirigiam tanto contra a discriminação em favor de Portugal e sim contra o fato do tratado proposto não oferecer garantias suficientes de

que, no meio da mercadoria portuguesa, não viessem muitos produtos da indústria inglesa, que só ela se beneficiaria com essas vantagens. Isso mesmo observou o ministro norte-americano William Hunter ao regente Feijó, acrescentando que aumentaria assim a dependência do Império com relação à Grã-Bretanha e se agravaria o *deficit* em sua balança comercial. O projeto afinal foi derrotado na Câmara, por pequena diferença, apesar de todos os esforços do representante diplomático de S. M. Fidelíssima, Joaquim Antônio de Magalhães, que não se cansava de brindar os legisladores com a magnificência de seus banquetes, bailes e recepções, que repercutiram muito na imprensa.

É certo que tais assuntos fogem aos limites cronológicos fixados para o estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva, mas não me parece muito tentar um relance sobre os fatores que vão provocar uma continuada erosão na paisagem social espelhada em seu livro, correspondente a uma época em que o Brasil, elevado afinal a Reino, deixara de ser nominalmente colônia, mas sem alcançar rigorosamente o estatuto de nação soberana. Dessa forma se patentearia melhor o que oferece de estimulante e fecundo o tipo de abordagem dos problemas históricos adotado no presente livro. Também não creio que seja ilícito querer explorar, no terreno das idéias, daquilo a que a autora, interpretando livremente uma sugestão de Clyde Kluckhohn, denominou “cultura explícita”, um aspeto que não cabe estritamente entre as “Áreas do Saber — Ciências e Artes” e, menos ainda, nas “Belas Letras” tratadas na segunda parte da obra, ou sejam as palavras e obras dos homens que construíram o Brasil independente. A matéria, contudo, mal poderia ser desenvolvida dentro do espaço tolerável de um simples prefácio, nem é meu desejo comprometer a autora numa tese controversa e que de há muito me é particularmente cara. Ou seja, a de que, no Brasil, o processo de emancipação não chegou em nenhum momento a ser um processo revolucionário, e de que nenhum dos homens, mesmo os mais atrevidos, que forjaram o clima de sentimentos propício à nova ordem de coisas, pensou, então, em termos de autêntica revolução.

Seja como for, não parece fácil descobrir um autêntico revolucionário nas palavras onde até Cipriano Barata, nos manifestos dirigidos à Bahia contra as Cortes, alude aos “princípios anárquicos” de seus perseguidores portugueses, fala na “nova nomenclatura de liberalismo, que em outros tempos se chamava jacobinismo”, e expressamente se proclama “inimigo de revoluções quase sempre fatais”. No mesmo documento chega a declamar contra os

efeitos da “fatal experiência da França”, pois acha que o homem só deve procurar sua felicidade “na obediência às leis, aos imperantes e autoridades legitimamente constituídas” e, “sem temer de ser tachado de servilismo, de que eram notados os que se propunham pugnar pelas pessoas de grande hierarquia”. Não admira que ainda afirme sua inconcussa fé monárquica, seu respeito ao decoro da “sereníssima e real família de Bragança”, e sua glória de ter sido o primeiro deputado, nas Cortes, a votar contra as humilhações a que se procurava sujeitar a rainha D. Carlota Joaquina. E em vários dos seus pronunciamentos, até em muitas omissões nas Cortes, não se mostra Barata menos conservador do que Antônio Carlos, por sinal o mais imoderado dos Andradas, cujo manifesto, redigido em Falmouth contra a “canalha jacobina” bem poderia ser escrito por um fervoroso adepto do antigo regime. E que dizer de frei Caneca, o mártir de 1824, duas vezes rebelde, que não hesita em dar a vida por suas convicções liberais mas que combina esse liberalismo com um fundo desapeço pela gente popular e sobretudo com seu acentuado preconceito racial. Numa província como a sua, onde a população era composta largamente de homens de cor, parece própria essa atitude de um adepto da soberania do povo?

No próprio movimento de 1817, em Pernambuco, é difícil vislumbrar aliás conteúdo verdadeiramente revolucionário. Tratando-se, em suma, de uma rebelião de magnatas, por estes dirigida ou acalentada, fórmulas sediciosas, até republicanas, de que abusa, servem apenas para mascarar uma realidade velha, de mais de cem anos, do tempo das lutas contra os “mascates”. Por mais de um aspeto, até pela farsa montada para simular uma escolha democrática dos governantes e pelo medo de precisar admitir participação ampla das massas, mormente da gente de cor, seus chefes parecem antes de tudo empenhados em dar apenas cor nova às antigas tiranias e opressões. E o resultado seria antes um retrocesso do que uma antecipação. Mais verdadeiramente radical, a agitação ocorrida vinte anos antes na Bahia, com a chamada conjura dos alfaiares, não surge entre *elites*, mas entre artesãos pobres e mestiços. Provocado em grande parte por esperanças mentirosas, reflexo de aspirações ainda mal articuladas, o movimento baiano representa uma revolução natimorta. Mostra, entretanto, como até o mundo da “cultura implícita” de que trata este livro não é um mundo inerte, simplesmente folclórico, mas tem olhos fitos no futuro, quando menos no fantasma do futuro, e pode ser um fator letárgico de mudanças maiores.

A possibilidade de partir da distinção entre as culturas implícita e explícita, de que trata Maria Beatriz Nizza da Silva para diferentes territórios, inclusive o território da política, indica a riqueza e variedade de perspectivas sugeridas por sua abordagem da matéria histórica. Lembra-me muito aquela história em dois níveis, ou em duas formas rítmicas que descreveu Otto Hintze, um dos historiadores mais notáveis de nossos dias, semelhantes aos três ritmos que definiria Fernand Braudel. Hintze, que morreu em 1940 e cujas obras completas saíram nos dois anos seguintes, em plena guerra, o que, segundo escreveu o mesmo Braudel, a impediria de alcançar a repercussão que merecia, distingue, com efeito, um ritmo histórico que se passa sobretudo no domínio do inconsciente, e que seria o ritmo evolutivo. O outro ritmo, a que chama dialético, prende-se antes a fatores conscientes. Enquanto o primeiro se caracteriza por um movimento mais vagaroso, porém coerente e constante, o segundo se manifesta em contrastes ríspidos, que reiteradamente vão emergindo e imergindo. E assim como Braudel apela para a analogia das águas fundas e águas de superfície, para marcar a diferença entre uma História lentamente ritmada, onde cabem as estruturas e a longa duração, ou o prazo longo, e outra, feita de acontecimentos instantâneos, imprevistos e vibráteis — a *história événementielle*, em suma —, Hintze vai buscar os termos de comparação na geologia antiga, onde se destacam as teorias divergentes dos netunistas e vulcanistas. “Aqui, escreve, opera a força lenta e constante das águas, a produzir as estratificações sedimentares, ali agem os efeitos súbitos, explosivos, das forças vulcânicas, com suas formações eruptivas e cristalinas.”

É certo que entre a distinção que neste livro se marca da cultura implícita e da explícita, e as duas formas rítmicas de Hintze, há diferenças importantes, apesar das similitudes de aparência. E se a primeira, a cultura implícita e *não verbalizada*, pode de certo modo relacionar-se com o ritmo evolutivo do autor alemão, que é assimilado por ele à geologia netunista, a segunda, que se refere mais particularmente às várias áreas do saber, ao mundo cuja voz articulada é mais acessível à pesquisa histórica, se distancia da definição do ritmo “dialético” de Hintze, que envolve não só, ou não precisamente, essas áreas do saber, mas o mundo da história fatural ou eventual, da definição de Simiand, que muitos autores, particularmente os historiadores da “escola” dos *Annales*, tendem a relegar a um segundo plano. O mesmo Hintze não se mostra menos desdenhoso, aliás, dessa história

atenta quase só às exterioridades que se podem manifestar nas ações, não só no pensamento, dos homens públicos, quando não venha lastreada pela história que se passa no nível do inconsciente, no ritmo vagaroso e coerente que corresponderia aqui ao da cultura implícita. O ter chamado a atenção para esses problemas e, sobretudo, o ter apontado através deles para novos caminhos da pesquisa histórica é contribuição valiosa deste estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva, que eu me lisonjeio de apresentar.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA

INTRODUÇÃO

A história da cultura sofre ainda hoje de uma série de preconceitos quando comparada com os demais domínios da pesquisa histórica, preconceitos esses que cumpre analisar antes de definir os objetivos deste trabalho. Muitos deles não se encontram explicitamente formulados pelos historiadores, mas presidem de uma forma difusa, talvez mesmo inconsciente, a sua prática científica.

O primeiro acha-se expresso no juízo de valor que coloca o documento *inédito* acima do impresso e que leva o historiador a procurar descobrir uma documentação nova, pois esta lhe garante logo de entrada a originalidade da pesquisa. Ora, a história da cultura atribui o mesmo valor ao manuscrito desenterrado do Arquivo, à obra publicada, e mesmo, em certos casos especiais, à tradição oral. O historiador francês Pierre Goubert tinha razão ao dizer que “muitas vezes o verdadeiro inédito é o impresso”. Basta pensar em todas as obras publicadas no passado e que jazem esquecidas nas prateleiras das bibliotecas, ou porque, não correspondendo mais aos interesses das sociedades subseqüentes, foram abandonadas à curiosidade esporádica de algum erudito, ou porque, sendo consideradas literariamente inferiores, não encontraram leitores nos séculos seguintes àquele em que foram produzidas. Tirar do esquecimento uma obra é o mesmo, do ponto de vista do ineditismo, que descobrir numa lata de Arquivo um documento manuscrito que, julgamos nós, ainda não foi utilizado.

Além de que até aquelas obras mil vezes lidas e relidas permitem sempre novas leituras reveladoras de novas significações. Ampliada, a noção de “obra aberta” de Umberto Eco é extremamente útil ao historiador: “A obra de arte é uma *mensagem* fundamentalmente *ambígua*, uma pluralidade de significados que coexistem num mesmo significante.” Não creio que esta ambigüidade intrínseca seja exclusiva da obra de arte; ela é, pelo contrário, característica de todo texto. Muito embora a obra literária seja

mais “aberta” do que qualquer outra, a diferença entre o texto literário e o tratado jurídico ou o ensaio econômico é apenas de grau: todo texto possui um coeficiente de ambigüidade que leva a renovadas leituras.

O segundo preconceito relaciona-se com a valoração do *quantificável*, que para alguns historiadores é mesmo sinônimo de *científico*: “No limite — escreve Le Roy Ladurie em *Le territoire de l'historien* — (mas ainda é um limite muito longínquo, e que em certos casos está de tal modo fora do alcance das pesquisas atuais que talvez seja só imaginário) apenas existe história científica do quantificável.” Assim sendo, a demografia histórica ou a história econômica aparecem como mais “científicas” do que a história da cultura, sendo preferidas por aqueles historiadores que ambicionam um lugar ao sol no atual sistema de classificação das ciências. Ora, a história da cultura pode e deve utilizar métodos quantitativos sempre que estes sejam aplicáveis. E na realidade já o faz. Existe hoje uma história religiosa serial, uma história da alfabetização que recorre a métodos quantitativos sofisticados, e uma história da produção e consumo do livro que se preocupa fundamentalmente com números. Simplesmente na análise de uma cultura o historiador depara com muitos aspectos que não são quantificáveis, mas que precisam de ser descritos juntamente com os mensuráveis. Esta situação, aliás, é a de qualquer historiador, qualquer que seja o seu domínio de pesquisa, e não apenas a do historiador da cultura.

Talvez nome de *ideologismo* seja o mais adequado para caracterizar o preconceito daqueles historiadores para quem fazer história da cultura significa muito simplesmente “desmascarar” a ideologia da classe dominante. Este reducionismo, infelizmente muito difundido, vê em qualquer prática cultural uma forma ideológica, e apenas isso. A cultura de uma dada sociedade é reduzida a uma superestrutura ideológica: ciências, formas literárias ou artísticas, doutrinas políticas ou jurídicas são analisadas apenas como formas de discurso da classe dominante. É evidente que este preconceito leva a desprezar relações mais amplas entre formas culturais e grupos sociais, a omitir a análise daquilo que se costuma designar por cultura popular, a esquecer o peso da tradição.

Outros preconceitos poderiam ainda ser apontados, mas estes três são os que vigoram com maior intensidade no domínio da história cultural ou na atitude dos demais historiadores em relação a esta área da pesquisa histórica.

É já lugar comum dizer-se que o historiador não explicita os conceitos de que se serve nem mesmo os métodos que pratica. Quando muito descreve as técnicas que utiliza, quando estas se apresentam como novidade. Resta saber se a explicação desejada não está de antemão condenada ao fracasso, se não há contradição, ou pelo menos discrepância, entre aquilo que o historiador diz que faz e aquilo que efetivamente realiza. (1)

De qualquer modo parece-me útil esclarecer que o conceito de cultura por mim utilizado proveio em grande parte de ciências distintas da história: a antropologia, a ciência do folclore e a sociologia da cultura. Mas haverá *um* conceito antropológico de cultura? Será correto colocar lado a lado conceitos marcados pela historicidade: a definição de cultura apresentada pelo vitoriano Tylor, cuja obra *Primitive culture* data de 1871; o longo artigo de Malinowski escrito na década de 1930; a análise do mesmo conceito feita por Evans-Pritchard na década de 50 ou mais recentemente ainda por Claude Lévi-Strauss? A variedade de definições é tal que me parece mais útil acentuar apenas, na discussão em torno do conceito, aqueles aspectos que se revelaram mais fecundos para a análise histórica.

Em vários textos Lévi-Strauss opõe *natureza* e *cultura*. A natureza é tudo o que está em nós por hereditariedade biológica; a cultura é pelo contrário tudo o que recebemos da tradição externa. "Há portanto duas grandes ordens de fatos, uma graças à qual nos ligamos à animalidade por tudo o que somos, pelo próprio fato do nosso nascimento e das características que nos foram legadas pelos nossos pais e antepassados, as quais dizem respeito à biologia, por vezes à psicologia; e por outro lado todo esse universo artificial que é aquele em que vivemos enquanto membros de uma sociedade." (2) Esta oposição natureza/cultura salientada por Lévi-Strauss é de certo modo uma decorrência da oposição biologia/antropologia no estudo do comportamento humano, como mostra Alexander Alland: "A antropologia desenvolveu-se em grande parte como reação contra a importância exagerada concedida à biologia na análise do comportamento humano. Os antropólogos mostraram com sucesso que é aos fatores culturais e não biológicos que se devem atribuir as diferenças de compor-

(1) O biólogo P. B. Medawar em *Induction and Intuition in Scientific Thought* (Londres, 1972) escreve: "Unfortunately, a scientist's account of his own intellectual procedures is often untrustworthy. 'If you want to find out anything from the theoretical physicists about the methods they use — said Albert Einstein — I advise you to stick closely to one principle: don't listen to their words, fix your attention on their deeds'." (p. 10.)

(2) Charbonnier, Georges, *Entretiens avec Lévi-Strauss*, Paris, 1961, p. 180-1.

tamento observadas nas populações do mundo. Demonstraram também que a existência humana é essencialmente determinada pela cultura e que, se a cultura é *amplamente* um fenômeno biológico (mas as primeiras experiências sociais são igualmente críticas para a aquisição da cultura), a sua expressão depende da aprendizagem.” (3).

Para o historiador da cultura esta oposição permanece por assim dizer no limite das suas preocupações. Ele sempre se preocupou com o homem “cultural” e só muito excepcionalmente se debruçou sobre o homem “biológico”, e assim a oposição natureza/cultura tem para ele mais uma utilidade pedagógica, no sentido de não o deixar esquecer aquilo que está colocando deliberadamente de lado, do que uma utilidade metodológica. Talvez até hoje o historiador tenha esquecido demasiado a “herança biológica” em detrimento da “herança cultural” dos indivíduos de uma dada sociedade, quando ambas são fundamentais no estudo do comportamento humano, como escreve Edgar Morin: “Desde o nascimento, todo indivíduo começa a receber a *herança cultural*, que assegura a sua formação, a sua orientação, o seu desenvolvimento de ser social. A herança cultural não vem apenas sobrepor-se à *hereditariedade genética*. Combina-se com esta.” (4) Mas já significa um grande progresso o historiador ter abandonado um conceito restrito de cultura por um conceito amplo como aquele que domina as obras dos antropólogos.

Vejamos algumas definições antropológicas de cultura, escalonadas no tempo. Tylor, 1871: cultura “é essa totalidade complexa que inclui o conhecimento, a crença, a arte, o direito, a moral, os costumes e todas as outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Malinowski, 1931: “a cultura inclui os artefactos, os bens, os processos técnicos, as idéias, os hábitos e os valores herdados”. Radcliffe-Brown, 1952: cultura é “o processo pelo qual uma pessoa adquire, pelo contato com outras pessoas ou por intermédio de objetos como livros ou obras de arte, o saber, a habilidade, as idéias, as crenças, os gostos, os sentimentos”. Bastam estes exemplos para mostrar como estamos longe de uma análise da cultura que apenas selecionava as ciências, as artes, a literatura, a filosofia, a religião, como objetos de estudo.

(3) *La dimension humaine. Réponse à Konrad Lorenz*, Paris, 1974, p. 163.

(4) *Le paradigme perdu: la nature humaine*, Paris, 1973, p. 184.

A oposição entre cultura implícita e cultura explícita, estabelecida num texto de Clyde Kluckhohn, (5) foi utilizada neste trabalho, mas sem que a utilização destes dois conceitos signifique qualquer recurso à linguagem psicanalítica, como acentua o autor citado. O implícito é apenas o *não verbalizado*, aquilo que habitualmente não é descrito pelos integrantes de uma cultura.

Já em 1948 T. S. Eliot em *Notes towards the definition of culture* chamava a atenção para a existência de vários níveis culturais numa mesma sociedade, mas só recentemente é que os historiadores começaram efetivamente a preocupar-se com as relações entre grupos sociais e níveis de cultura em sociedades de estratificação social complexa. Isto tem como consequência, por um lado, o abandono do estudo exclusivo da *intelligentsia*, no sentido mannheimiano (aqueles que *criam* cultura); e, por outro lado, uma renovação do interesse pela cultura popular e uma aproximação entre o historiador e o folclorista.

Numa nota crítica sobre a literatura popular, Marc Soriano apontava na revista *Annales* (maio-agosto de 1971) a necessidade de uma delimitação cuidadosa das áreas respectivas da “cultura erudita” e da “cultura popular”, embora a discriminação dos níveis culturais de uma dada sociedade se possa fazer de maneira ainda mais fina e complexa do que através desta simples oposição. É interessante constatar que os historiadores marxistas em nada têm contribuído para esta renovação da história cultural, muito embora devessem ser os primeiros a interessar-se pelas relações entre grupos sociais e níveis culturais. Este desinteresse explica-se em grande parte pela sua atitude ideologista: debruçam-se apenas sobre a cultura da classe dominante para denunciarem o papel mistificador que tal cultura desempenha na sociedade. Para eles é mais urgente ressaltar o caráter ideológico da cultura burguesa do que aceitar a premissa de que numa dada sociedade a cultura da classe dominante não é tão dominante assim, coexistindo com culturas várias, cada uma das quais com as suas formas próprias de expressão e de difusão. Tudo se passa como se o fato de se reconhecer uma cultura popular ao lado da denominada cultura burguesa enfraquecesse o vigor da denúncia do papel mis-

(5) “*Explicit culture and implicit culture are polar concepts; that is, it is not possible to say in every case without hesitation or qualification that a given cultural phenomenon belongs to explicit or to implicit culture. Some data fall unequivocally into one or the other of these two categories but others tend only toward one pole or the other. Nevertheless, the making of this discrimination helps enormously to keep us alive to the varying levels of abstraction and to remind us whether we are talking in terms that might be present in the consciousness of cultural participants or in terms that have been introduced by the observer.*” (*Collected Essays*, Nova York, 1962, p. 63.)

tificador desta. Não é por acaso que a extraordinária análise do conto popular russo feita por Vladimir Propp em 1928 só conseguiu uma segunda edição na União Soviética em 1969, quando as versões inglesas circulavam desde a década de 50.

Mannheim é talvez o principal responsável pela difusão do termo *elite* e da idéia de que existe um grupo *criador* de cultura. Não só há a considerar na análise de uma cultura os aspectos de *inovação* conjuntamente com a transmissão de uma *tradição* cultural, mas também, se quisermos falar em “criação” cultural, esta não pode ser atribuída apenas a uma parte da sociedade em questão, como muito bem observou Eliot ao escrever contra Mannheim: “o movimento de uma cultura processa-se numa espécie de ciclo, em que cada classe alimenta as outras.” (6)

A leitura dos folcloristas permite ao historiador da cultura tomar consciência da existência de uma cultura popular, e a leitura da moderna sociologia da cultura põe ao seu alcance técnicas várias destinadas à discriminação dos níveis culturais segundo a estratificação social. É evidente que o historiador se encontra numa situação desfavorecida em relação ao sociólogo: este pode interrogar quem quiser, tem ao seu alcance todas as amostras culturais a analisar, enquanto o historiador se vê reduzido àqueles textos que os grupos sociais com acesso à escrita nos deixaram. É o burocrata, o sábio ou o poeta que, por vezes e sempre de maneira rápida e fragmentária, nos deixa entrever certas formas culturais dos grupos colocados na base da hierarquia social. Mas o fato de ser escassa a colheita de dados e de ser árdua a sua localização não deve levar o historiador da cultura a instalar-se na cômoda posição de supor que numa determinada sociedade existe uma única cultura, a dos grupos dominantes, e que tudo o resto não passa de estereótipo.

(6) ELLIOT, T. S., ob. cit., p. 37.

I

A CULTURA IMPLÍCITA

On peut soupçonner qu'il y a, très régulièrement dans les sociétés, une sorte de dénivellation entre les discours: les discours qui 'se disent' au fil des jours et des échanges, et qui passent avec l'acte même qui les a prononcés; et les discours qui sont à l'origine d'un certain nombre d'actes nouveaux de paroles qui les reprennent, les transforment ou parlent d'eux.

MICHEL FOUCAULT, *L'ordre du discours*

HÁBITOS ALIMENTARES

If we take culture seriously, we see that a people does not need merely enough to eat (though even that is more than able to ensure) but a proper and particular cuisine.

T. S. ELIOT, *Notes towards the definition of culture*

Do mesmo modo que não existe sociedade sem linguagem, também não existe nenhuma que, de uma maneira ou de outra, não cozinhe pelo menos alguns dos seus alimentos. Forma de atividade humana verdadeiramente universal, a cozinha implica, nas sociedades mais complexas, uma rede intrincada de relações.

Podéria supor-se que essas relações seriam passíveis de uma simplificação segundo dois eixos fundamentais: estratificação social (os hábitos alimentares variam com os grupos sociais) e coexistência de culturas e mesmo de subculturas (cozinha americana e cozinha européia, cozinha americana e cozinha portuguesa, italiana, francesa, etc.).

Muito embora tal simplificação seja metodologicamente útil, é preciso levar em conta que uma determinada cultura culinária pode, numa dada sociedade, assumir o papel de modelo e, portanto, tornar-se o exclusivo dos grupos que ocupam as camadas superiores da sociedade.

Além de que uma série de gestos, atos e objetos acompanham não só a preparação dos alimentos como a sua fruição: comer implica uma divisão do tempo no decorrer do dia, uma partilha entre os vários momentos de trabalho, um horário em suma; requer a manipulação de certos utensílios; exige um código de gestos, uma etiqueta, um cerimonial; relaciona-se com atividades comer-

ciais as mais variadas; pressupõe práticas agrícolas e conhecimentos botânicos e químicos; cria tabus alimentares ao mesmo tempo que inventa dietas.

É difícil construir uma grade capaz de dar conta de um fenômeno tão complexo como a alimentação e, portanto, é natural que as obras dos folcloristas estudiosos do assunto nos pareçam bastante prolixas. ⁽¹⁾ Estranhamente, os historiadores não se têm interessado por esta área de pesquisa, concentrando-se apenas no estudo econômico de alguns elementos (café, açúcar, gado); logo, cabe ao historiador da cultura tentar desbravar o terreno nesta área.

Vejamos em primeiro lugar a oposição, na sociedade carioca do início do século XIX, entre a cultura culinária local e a européia. Ela transparece claramente neste trecho de uma carta do português Luís Joaquim dos Santos Marrocos: os europeus “não podem acostumar o seu paladar e estômago à diversidade econômica de comeres, que nauseia e enfastia, como é, por exemplo, o trivial quitute de carne-seca de Minas com feijão negro e farinha de pau, tudo cozido e amassado com os dedos, que por fim são lambidos” (carta 54). A oposição à cultura culinária local, e mesmo aos produtos locais, era também muito acentuada nos demais europeus, que não portugueses. ⁽²⁾

A oposição entre as duas culturas culinárias estabelecia-se ao nível dos alimentos simples (frutos, verduras) e ao nível das técnicas culinárias, e para o estudo de ambos os níveis se torna útil a análise dos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Divulgava-se a venda de “sementes de nabos da Suécia, amarelos, encarnados, brancos e mais qualidades, assim como sementes de repolho” e de toda a sorte de “sementes do Reino”, como “salsa, repolho, couve tronchuda, brócolos, cebolinho, espinafres, chicória, alface, acelgas, chicarola”. Anunciavam-se avelãs, e a tâmara, fruto desconhecido, por si só justificava um anúncio: “Na Rua do Rosário, no armazém n.º 34, há tâmara doce muito fresca, fruta de grande estimação, que pela primeira vez vem a este país, e serve para qualquer sobremesa pela sua qualidade e delicadeza.” (n.º 89, 1814.)

(1) Damos como exemplo a *História da alimentação no Brasil* de Luís da Câmara Cascudo.

(2) O prussiano von Leithold tinha uma opinião desfavorável: a carne de porco era má, aos legumes faltava viço e substância, as boas frutas européias não existiam no Rio, as laranjas, verdes e de casca grossa, “resfriavam o intestino”, os abacaxis provocavam perturbações no sangue. (*O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, cap. VII-A)

Quanto às técnicas culinárias européias, um tal Giovanni Barbone anunciava paios, lingüiças e salsichas, feitos “com todo o asseio e propriedade, ao uso de Itália”; um outro italiano, Messeri, fazia uma publicidade agressiva do seu pão de luxo francês, italiano e espanhol, “amassado por máquina de nova invenção, sem entrar mão-de-obra de pretos que infetam a massa com o suor que largam enquanto amassam” (n.º 77, 1816).

Mesmo em outros tipos de textos, como aqueles que se propõem descrever o Brasil e as suas produções naturais, o modelo europeu está sempre presente, como acontece na *Corografia brasileira* do Padre Aires de Casal. (3) Neste tipo de obra é possível coletar farto material sobre a cultura alimentar local. Nas *Memórias históricas do Rio de Janeiro* de Pizarro e Araújo temos um texto que poderíamos qualificar de apologético da farinha de mandioca, “sustento ordinário dos habitantes do Brasil”: “Sendo esta farinha bem acondicionada, dura em perfeita consistência por tempo dilatado, sem que o gorgulho a estrague, como pelo contrário acontece ao trigo, ao milho e aos outros grãos.” (Liv. VII, cap. VI). Além de que a mandioca estava na origem da tapioca e do carimã. (4)

É ainda Pizarro e Araújo que, além de aludir ao fato de a banana-da-terra e a banana de S. Tomé alimentarem “a maior parte do povo pobre”, exalta os frutos nativos: a jabuticaba “tem suco com sabor de uva, e suave até para enfermos”, e dela se faz “bom vinagre e boa aguardente”; a goiaba, “preparada por confeitores, se conserva perfeita e sem corrupção por tempo dilatado”, além de possuir virtudes medicinais; o tamarindo tem “caroços polposos agrídoces, que se comem, cuja massa, preparada por conserveiros, serve de recheio às sobremesas, e aparelhada

(3) Introdução, Fitologia: “A oliveira cresce pouco, envelhece cedo e não frutifica na zona tórrida. O castanheiro só é conhecido nas províncias do sul, onde os pessegueiros são multiplicadíssimos e fecundos; e onde também as macieiras, as ameixeiras, as ginjeiras, as cerejeiras frutificam. As romeias e os marmeleiros também frutificam na zona tórrida. A videira e a figueira frutificam por toda a parte; mas com especialidade fora do trópico [...]. As laranjeiras, de que há várias castas, dão-se por toda a parte. A irregularidade do tempo não permite cultivar os nossos cereais em todas as províncias, à exceção do arroz e milho. As melancias quase por toda a parte são excelentes e os melões, em poucas bons. As couves, os repolhos e as alfaces são cultivadas juntamente com outras hortaliças indígenas desconhecidas na Europa. As ervilhas, favas, grãos de bico e nabos acham aqui poucos cultivadores.”

(4) Em 1813, Morais Silva apresenta no seu *Dicionário* a seguinte definição para carimã: “Brasil. A mandioca depois que entrou em fermentação acida; e amolece metida na vasa, ou em água por três ou mais dias, feita em bolos, que se secam e pisam, e da sua farinha se fazem papas, ou mingau raro.” A tapioca já não aparece como tipicamente brasileira: “Bolo feito da goma de mandioca meio seca, cozido no forno de cozer a farinha: bolo de tapioca; farinha de tapioca; e, e, e, da dita massa, ou goma que assenta na manipueira espremida da mandioca relada.”

simplesmente é de muito uso não só em limonadas, mas por medicina”.

Na *Corografia brasílica*, o Padre Aires de Casal completa as informações sobre os frutos nativos: o fruto do jambeiro “assemelha-se ao damasco, com olho como pera e com cheiro de rosa”; (5) o da guabirabeira come-se “à maneira das sorvas”; (6) o da mangueira tem uma polpa “saborosa, succulenta”; o da pitangueira dá “um espírito agradável” quando destilado; o do cajueiro é uma castanha cujo sabor “nada difere do da castanha européia, quando assada”, além de se fazer dela “excelente doce e do seu suco, boa limonada, e ainda vinho”.

Ressalta ainda esta obra a variedade das raízes comestíveis: batatas de várias castas, inhames, mangarás, mangaritos, carás, além da mandioca, “da qual se faz o pão usual do país”, e do aipim, casta de mandioca, “cuja raiz se come cozida ou assada”.

Como o europeu não sabia tirar partido das produções locais, permanecendo preso à sua tradição culinária, queixava-se sempre da carestia dos víveres no Rio de Janeiro: “Aprecei hoje pela primeira vez as uvas, e pediram-me por cada arrátel a 2\$400rs! Maçãs muito pequenas a 80 rs cada uma”, escrevia Marrocos (carta 20).

É evidente que os produtos importados custavam mais caro do que as produções locais, e em 1818 o francês Chambelland propunha ao governo a cultura da oliveira a fim de baratear o preço do azeite no Rio. (7) O prussiano von Leithold comentava que certos produtos essenciais como a manteiga e as batatas eram muito caros por serem importados da Inglaterra. A tabela de preços de gêneros alimentícios a seguir apresentada foi elaborada com dados colhidos na publicidade da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

(5) O jambo é definido por Morais Silva: “Fruto do Brasil, com um ovo, loiro, esbranquiçado, ou tirante a cor de gema de ovo, e coroado por baixo de verde; a casca grossa, que tem um cheiro delicioso como rosas, é a que se come...”

(6) Sorva é o fruto da sorveira, “pequeno, redondo, cor de pomo, o qual para se comer é necessário que amoleça, e se sorve”. (MORAIS SILVA, ob. cit.)

(7) “La culture de l’olivier, afin de mettre à la portée de toutes les classes de la population une denrée des plus utiles, qui remplace avantageusement le beurre dans la préparation des mets, sans laquelle le poisson particulièrement, cet aliment goûté et sain dans tous les pays, devient presque inutile ici, soit que le peuple, pour en faire sa nourriture, ne puisse atteindre au prix exorbitant de l’huile importée d’Europe, soit qu’il s’en dégoûte étant obligé de le manger avec des graisses quelquefois rances et qui lui donnent cette qualité malsaine qu’on impute mal-à-propos à sa nature.” (Arquivo Nacional, Caixa 385, Pacote 1.)

Gêneros	Determinativos	Unidade	Preço	Ano
açúcar	refinado	arroba	3\$000	1820
aguardente	de anis	garrafa	560	1814
aguardente	de laranja	garrafa	280	1815
atum	branco	libra	240	1811
atum	preto	libra	160	1811
atum		arroba	2\$800	
avelãs	de Portugal	libra	120	1815
azeitonas	de Maiorca	12 garrafas	4\$800	1811
batatas	de Jersey	arroba	600	1820
batatas	inglesas	arroba	480	1820
bolacha	de 1. ^a	quintal	9\$600	1816
bolacha	de 2. ^a	arroba	2\$800	1810
chá	Aljôfar	libra	2\$000	1814
chá	Hyson	libra	1\$100	1814
chá	Pao	libra	700	1816
chá	Pérola	libra	1\$600	1814
chá	Sequim	libra	500	1816
chá	Souchon	libra	600	1816
chá	Uxim	libra	800	1814
empada	de ave	cada	100	1812
empada	de camarão ou outro ma- risco	cada	60	1812
empada	de porco, vitela	cada	80	1812
farinha	de trigo	libra	100	1816
farinha		libra	60	1821
licor	da Martinica	botelha	960	1812
lingüiça		arrátel	240	1811
moscatel	de França	dúzia	5\$760	1820
paio		arrátel	320	1811
pão	de família	18 onças	40	1821
pão	de família	36 onças	80	1821
pão	de família	72 onças	160	1821
passas		libra	200	1813
pastéis	com marmelada ou nata	cada	60	1812
pastéis	com picado de carne	cada	60	1812
pevide	de estrelinha	arroba	5\$000	1820
queijo	parmesão inteiro		600	1814
queijo	parmesão partido		720	1814
salame	da Itália	libra	600	1813
salame	de cabeça de porco	libra	320	1813
salsicha		arrátel	280	1811
talharim	branco	arroba	4\$000	1820
vinho	tinto da Catalunha	pipa	60\$000	1811

Gêneros alimentícios anunciados sem indicação de preço:

Nome	Determinativos
açúcar	refinado
açúcar	rosado em copos
aguardente	de anis
aguardente	de conhaque
aguardente	de laranja
anis	
ameixas	secas em caixinhas
amêndoa	amarga
arroz	
atum	branco
atum	preto
avelãs	
azeite	doce de Florença
azeite	engarrafado
azeite	para a mesa
azeitonas	de Maiorca
batatas	
bolacha	de água e sal
bolacha	fina
bolacha	grossa
bolacha	para embarque
bolachinha	doce
bolachinha	para o chá e café
biscoito	doce
biscoito	para chá
biscoito	para doentes
biscoito	para embarque
biscoitinho	
cacau	
canela	
caramelos	para água dos que se costumam em Lisboa.
carne	de porco
carne	de vaca
cavala	salgada
cerveja	
chá	Aljôfar
chá	Hyson
chá	novo
chá	Pao
chá	Pérola
chá	preto
chá	Sequim
chá	Souchon
chá	Uxim
chocolate	

Nome	Determinativos
cidra confeitos conservas	de ameixas, damascos, peras, ginjas e pêssegos em aguardente
doces doces doces	da Europa: ginja, pêra, damascos, pêssegos, figos de frutas secas em calda em boiões pequenos: ananás, laranja, cidrão, caju, limão, tangerina, grumixama, orumbeba
doces doces empadas empadas empadas farinha	para bandeja para chá de ave de porco de vitela de trigo
figos frutas frutas frutos genebra	em aguardente em frasqueira com vinagre para mesa em conserva de espírito holandesa em frasqueiras
ginja licor licor licor	da Martinica de França de Trieste
malvasia manteiga manteiga marmelos marrasquino	fresca da terra prato em quartos de Zara
mexilhão molhos moscatel mostarda	de Aveiro para peixes de Frontignan <i>au truffe</i>
nozes paños pão pão pão pão pão pão pão pão passas pastéis	de Portugal cevado de farinha-flor trabalhado ao gosto francês e à moda de luxo de trigo lavado à moda de França espanhol francês francês chamado Bis inglês italiano português torrado de Corinto de carne

Nome	Determinativos
pastéis	de nata
pescadas	do Reino
presunto	de Portugal
presunto	de Yorkshire
queijo	parmesão
refrescos	nevados
sagu	
sal	refinado
salame	da Itália
salmão	de escabeche
salsichas	
vinagre	branco
vinagre	de mesa concentrado, a uso dos viajantes
vinagre	engarrafado
vinho	branco
vinho	da Catalunha
vinho	da Madeira
vinho	de Bordeaux
vinho	de Borgonha
vinho	de Carcavelos
vinho	de Champagne
vinho	de Chamusca
vinho	de Chipre
vinho	de Constança
vinho	de Cornace
vinho	de Grave
vinho	de l'Hermitage
vinho	de malvasia
vinho	de Provence
vinho	de S. Serey
vinho	do Porto
vinho	do Rhin
vinho	engarrafado
vinho	moscatel
vinho	tinto
vinho	vermelho

Na versão de Pizarro e Araújo o abastecimento de gêneros alimentares não constituía qualquer problema no Rio de Janeiro: “Em casas públicas, que chamam almazéns, e nas cabanas estabelecidas ao longo da ribeira do mar, se acham com assaz fartura o legume seco e todos os gêneros necessários à manutenção do povo, a hortaliça verde e o peixe; assim como em diferentes açougues,

as carnes verdes de gado vacum, porcum e ovelhum.” (Ob. cit., liv. VII, cap. III.)

Mas a documentação do Arquivo Nacional, referente ao Senado da Câmara, mostra uma situação diferente, como podemos ver por este relatório de 1816: “No dia domingo dezoito do corrente, passando pela Rua da Vala quase a chegar ao canto da Sé, vi-me obrigado a ouvir a lastimosa queixa que me fazia um tenente da Brigada e outros indivíduos que dos açougues tinham saído sem carne, que a carne da vaca estava a quarenta e a cinquenta réis o arrátel mal pesada, e que esta mesma se vendia primeiramente aos contemplados e amigos dos carneiros; em virtude do que logo com dois oficiais de Justiça passei a entrar pelos açougues a examinar este fato, e na verdade entre os açougues de carne verde de vaca situados na Rua da Vala achei quatro açougues, um com a carne já escondida coberta de folhas de bananas com fundos dos quintais, outros com as balanças desconsertadas e pesos falsificados...” (Cód. 812, vol. 1.) O mesmo funcionário referia ainda a especulação em torno da farinha: “... a farinha se acha a dois mil réis o saco, e que os povos já sentem falta deste gênero e isto talvez proceda de se acharem vários armazéns atacados deste gênero a fim de aproveitarem esta ocasião e melhor revendê-la, o que dá indícios de chegar a maior preço...”

No que se refere ao consumo de carne, Pizarro e Araújo relata que, além da carne verde, se vendiam carnes de charque ou secas e que as carnes de porco e carneiro eram consumidas em abundância. A carne de porco preparada conservava-se por mais de um ano sob a forma de lombos, entrecostos, pernis, toucinhos e banhas.⁽⁸⁾

As aves eram encaradas simultaneamente como alimento de gente abastada e como alimento de doentes. Segundo a documentação, no Hospital Militar havia dois tipos de dieta: dietas de caldos e dietas cozidas, guisadas ou assadas. As dietas de caldos ainda se apresentavam sob duas formas, uma aplicável aos casos normais e outra só em casos raros e de absoluta necessidade, pois se tratava de uma dieta mais cara: a primeira era constituída por caldos de mão de vaca com toucinho e “ervagens próprias do tempo” e a segunda, por caldos de galinha com toucinho, sendo a ervagem acrescentada apenas se os médicos o julgassem necessário. Os doentes que não estavam a caldos tinham três tipos diferentes de dieta, devendo sempre tomar duas refeições: jantar e ceia. Uma

(8) “A melhor carne no Rio de Janeiro é a de porco, não tão branca nem tão gorda quanto a nossa, contudo excelente e saborosa”, escreve von Leithold (ob. cit., p. 19).

era constituída por carne de vaca, arroz e dois pães, sendo a carne de vaca substituída por galinha apenas se o estado do estômago do doente exigisse essa alteração; outra tinha mão de vaca e dois pães; e finalmente a terceira, mais abundante, tinha carne de vaca ou de porco, dois pães, farinha-de-guerra, arroz e toucinho.

Quanto aos tabus alimentares, num artigo de medicina publicado por *O Patriota* lemos algumas considerações sobre o uso do peixe, tido como prejudicial à saúde não só por se corromper facilmente, mas também porque “em geral a comida do peixe predispõe aos que usam dela para serem atacados de enfermidades cutâneas e do escorbuto, segundo a opinião dos melhores práticos” (t. I, p. 15).

Por outro lado, havia alimentos considerados estimulantes e quer Pizarro e Araújo, quer Aires de Casal, ao descreverem as espécies botânicas ou zoológicas características do Brasil, aludem sempre às suas virtudes medicinais: o primeiro fala das propriedades da tapioca e do carimã, do tamarindo, da goiaba, do ananás; o segundo refere-se à carne do tamanduá, insípida, “mas medicinal para certos achaques”. Na convalescença de uma enfermidade, Marrocos para recuperar as forças recorria aos copinhos de “geléia de substância” e às garrafas de vinho de Champanha, o que, diga-se de passagem, era um regime alimentar bastante dispendioso.

Portanto, havia então uma certa concepção de dieta e de alimentos próprios para convalescentes, falava-se das virtudes de alguns alimentos, temiam-se outros, mas só nas narrativas de viajantes estrangeiros as doenças que atacavam a população carioca menos abastada eram explicadas pelo mau estado dos gêneros alimentícios ingeridos.⁽⁹⁾

Disse, no início deste capítulo, que o ato de comer implicava uma determinada partilha do tempo e também uma certa regularidade na vida quotidiana, regularidade essa que os viajantes estrangeiros encaram como rotina monótona. De uma maneira geral os ricos levantavam-se às nove horas, almoçavam às dez, entregavam-se aos seus negócios até às três horas, jantavam,

(9) “La nourriture ordinaire de la classe peu fortunée, qui est très nombreuse, consiste en farine de manioc, viandes de mauvaise qualité, morue, stockfish, calaisons et poissons à demi putréfiés: aussi les individus qui la composent sont-ils sujets aux dartres et gaïes rebelles, à l’éléphantiasis et aux diverses affections du système cutané, maladies ordinaires aux peuples ichthyophages.” (FRÉYCINET, *Voyage*, t. I, p. 163.) Mais uma vez ressalta o preconceito contra o peixe, mas aqui a tónica recai sobre o estado de semiputrefacção em que era consumido pela população pobre.

faziam em seguida uma longa sesta e às oito tomavam o chá em família. Quando participavam de alguma reunião social à noite, saíam às sete e voltavam às onze, a menos que houvesse baile, pois neste caso ficavam fora até às duas ou três da manhã. Esta descrição de Freycinet pode ser completada com uma informação de Debret quanto à hora do jantar, a principal refeição do dia, que variava conforme a ocupação do dono da casa: os empregados públicos jantavam às duas horas da tarde, depois de fechadas as repartições; o brasileiro tradicional comia ao meio-dia, e o negociante a uma hora da tarde. Só os comerciantes ingleses tinham um horário diferente, jantando às seis da tarde. O chá das oito horas era uma refeição ligeira, composta principalmente de doces, mas que parecia ser habitual entre as camadas mais abastadas, pois os confeitheiros constantemente faziam publicidade de “bandejas e doces para o chá”. Quanto à ceia, só tinha lugar quando a atividade noturna assim o exigia. Aparece ainda nos textos o termo *dessert* para designar uma refeição extraordinária, por ocasião de alguma festividade, significando talvez o mesmo que mais tarde a expressão “copo-d’água”. Quando o rei visitou a Praça do Comércio na sua inauguração, depois de ouvir os discursos dos negociantes, dirigiu-se a uma sala “onde se havia preparado um soberbo *dessert*, em que superabundavam a profusão, a magnificência e a delicadeza das iguarias, e mais refrescos” (P.^e Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias*, t. II, p. 750).

Debret teve o cuidado de descrever a principal refeição do dia, o jantar, de acordo com o nível de fortuna dos indivíduos e assim construiu quatro refeições-tipo: a do homem abastado, a do artífice, a do pobre e do escravo, e finalmente a do mendigo.

O jantar do homem abastado começava com um *caldo de sustância*,⁽¹⁰⁾ servindo-se ao mesmo tempo o cozido, ou seja, um monte de várias espécies de carnes e de verduras. Perto estava um prato de *escaldado* (flor de farinha de mandioca), de que se comia uma colherada de cada vez que se mudava de iguaria, e Debret apresenta esta substância farinhenta, meio líquida, como substitutiva do pão, que não era muito usado. A isto se seguia galinha com arroz e, como tudo era acompanhado com molhos picantes, comiam-se em seguida laranjas e uma salada, para acalmar o paladar. Como sobremesa bolo de arroz salpicado de canela, queijo-de-minas, ou da Holanda e Inglaterra, frutas variadas, vinho da Madeira e do Porto, e esta lauta refeição terminava com um café.

(10) “... il se fait avec un énorme morceau de boeuf auquel on ajoute des saucisses, des tomates, du lard, des choux, d’énormes radis blancs et leurs feuilles, nommés improprement *nabos* (navets) etc.; le tout bien réduit.” No momento de servir juntava-se-lhe hortelã e uma outra crva aromática.

O jantar do artífice contrastava violentamente com o abundante repasto acima descrito: consistia num pedaço de carne-seca cozida com feijão preto e acompanhada com farinha de mandioca. Por vezes havia, quando muito, uma porção de lombo assado ou de peixe, e a refeição terminava com uma banana ou uma laranja. Quanto ao pobre ou ao escravo, comiam apenas farinha seca com bananas ou laranjas.

Exagerados ou não, estes “modelos” de Debret constituem um exemplo interessante de uma tentativa sistemática de relação entre grupos sociais e hábitos alimentares. Vejamos agora um jantar “real” servido numa chácara dos arredores do Rio ao prussiano von Leithold: “constava de uma substanciosa sopa de galinha, de ovos com espinafre, de um *fricassé* de galinha com molho de pimenta nativa muito forte, de que me não lembro o nome, e um cozido de carneiro com salada; por fim, laranjas e biscoitos como sobremesa.” (Ob. cit., p. 81.) Comenta ainda que à mesa só faltava pão, pois o proprietário da chácara só mandava vir da cidade o necessário para o seu consumo e naquele dia não esperava visitas.⁽¹¹⁾

Nem sempre as refeições se desenrolavam em ambiente familiar: havia as *casas de pasto* e *botequins* e a diferença entre estes dois tipos de comércio só pode ser estabelecida a partir dos vários anúncios colocados na *Gazeta*, tanto mais que o termo botequim não consta do *Dicionário* de Morais Silva.

O primeiro anúncio de casa de pasto surge-nos logo em 1809: “José Narciso, mestre cozinheiro, faz saber ao respeitável público, que no Catete, junto à venda do Machado, se abriu uma nova casa de pasto, na qual dá mesa redonda a 800 réis cada pessoa, e quem a quizer separada para jantar, tem quarto fechado, havendo na dita casa boas massas, salsichas, e tudo mais com muito asseio.” O dono servia igualmente jantares para fora e apresentava-se como “muito hábil em caçarola e massas” (n.º 99). Através da literatura inglesa e francesa do século XVIII conhecemos esta diferença entre “a mesa redonda” e o “jantar em quarto fechado” e, como vemos, ela mantinha-se no início do século XIX no Rio. As massas, mais do gosto europeu do que brasileiro, eram constantemente anunciadas na publicidade da *Gazeta* sob as mais diversas formas, para satisfazer o consumidor português, habituado a comer massas

(11) Debret escreve a propósito do fabrico do pão: “L’usage général de la farine de manioc, au lieu de celle de froment, faisait de notre profession de boulanger, au Brésil, une industrie de luxe, consacrée à la consommation spéciale de quelques portugais, et des étrangers attirés à Rio de Janeiro par les relations commerciales. Aussi, en 1816, comptait-on à peine six boulangers dans cette capitale” (Estampa 44, “Boutique de boulanger”).

com as carnes cozidas ou guisadas. ⁽¹²⁾ Aliás, o texto cita simultaneamente as carnes de caçarola e as massas, o que significa que elas se acompanhavam.

Em 1812 foi publicado outro anúncio: “Na Rua da Alfândega, n.º 4, se abriu uma mesa redonda, de subscrição, onde se não admitirá ninguém senão subscritores por semana, à razão de 800 réis por pessoa por cada jantar, em que se dará meia garrafa de vinho. Há quartos para alugar nos andares superiores, e tratamentos cada um em seu quarto, se desejar. Também se preparam jantares para fora.” (N.º 81.) Além de elementos comuns ao outro anúncio (jantares em quartos e em mesa redonda, serviço para fora, preço de 800 réis), algo de novo: o jantar por subscrição. O processo de subscrição era comum no comércio de livros a fim de se angariar um capital inicial para se imprimir uma obra. Mas aqui o que significa o jantar por subscrição? Seria uma forma de garantir o pagamento adiantado, com receio daqueles frequentadores que depois de comerem não pagavam? Ou simplesmente uma forma de planejamento semanal, a fim de se prever o número de comensais? Qualquer das hipóteses é verossímil.

A casa de pasto por vezes aparecia ligada a outras formas de comércio (casa de bebidas, hospedaria), ocupando cada uma delas o seu espaço próprio: um comerciante anunciava “loja de bebidas, com diversidade de comestivos, e no primeiro sobrado, bilhar, e conservando-se a casa de pasto nas salas interiores” (n.º 17, 1813).

Os estrangeiros concorriam com os nacionais neste ramo do comércio. ⁽¹³⁾ Numa “casa de pasto inglesa” havia mesa redonda às duas horas por 640 réis e, além deste preço ser mais baixo do que o habitual, servia-se “uma garrafa de vinho de Bordeaux a cada pessoa” (n.º 7, 1816). Em 1817 os novos proprietários da casa de pasto “Hotel Royaume du Brésil” anunciavam “mesa redonda às duas horas e meia, pelo preço de 800 réis, compreendida uma garrafa de vinho de Bordéus, ou meia do Porto”, o que mostra que o vinho do Porto era então bebido de uma maneira diferente, como acompanhamento da refeição. Nesta casa de pasto havia, além das mesas particulares, “uma sala para almoços de

(12) No cardápio português, a sopa e as carnes cozidas ou guisadas, acompanhadas de arroz ou “macarrone, ravioli, tagliolini” precediam necessariamente às carnes assadas (PORTA SIQUEIRA, *Escola de Política*, p. 127).

(13) “Além dos muitos restaurantes portugueses, que são chamados *casas de pasto*, há dois, franceses, nos quais se come bastante bem, mas que também sabem se fazer pagar. Anos atrás, contaram-me, ganhava-se muito, mas agora não mais trabalham com lucro.” (von Leithold, *ob. cit.*, p. 21.)

café, fiambres, etc.”, o que constitui um elemento novo, pois até agora os anúncios falavam apenas do jantar. (14)

Os anúncios vão-se tornando cada vez mais “publicitários”, isto é, não mais se limitam a anunciar jantares e dizer seu preço; também acentuam a quantidade e a qualidade da comida servida: “José Spitere faz público que no dia 1.º de abril abrirá na Rua do Cano, n.º 17, a sua casa de pasto, onde se achará de manhã caldo de galinha; ao jantar, tudo quanto apeterer, empadas, pastéis e doces diferentes...” (N.º 27, 1820.) Na casa de pasto “Cruz de Malta” servia-se mesa redonda, entre uma e duas horas, por 600 réis, e a refeição compunha-se de “uma sopa, um cozido, três pratos de diferentes qualidades, um de pastéis ou doce, sobremesa e meia garrafa de vinho”. Esta casa de pasto tinha também “quartos para dormir a 320 réis por noite” (n.º 30, 1820).

Em 1821 aparece pela primeira vez, nos anúncios de casa de pasto, a expressão “jantares de partidos”, cujo significado exato não consegui descobrir, mas um dos contextos em que surge leva-me a formular a hipótese de que se tratava de uma espécie de banquetes ou refeições comemorativas: “se aprontam jantares para todos os senhores que quiserem encomendar, e dão-se jantares de partidos por preços muito cômodos.” (N.º 4.)

O estudo comparativo destes diferentes anúncios permite chegar às seguintes conclusões:

a) A casa de pasto servia fundamentalmente a principal refeição do dia, o jantar, num horário que variava entre uma e duas horas da tarde, e por um preço que oscilava entre 600 e 800 réis. Ocasionalmente servia almoços, constituídos por caldos de galinha, café, frios.

b) A casa de pasto aparece-nos ligada a outros tipos de comércio: hospedaria, loja de bebidas, café e bilhar.

c) A casa de pasto servia refeições para fora e também jantares de partido.

Quanto ao botequim, pelo que se pode depreender dos anúncios, não servia propriamente jantares, mas sim petiscos vários e oferecia sempre distrações, jogo de gamão ou bilhar. Havia ainda as casas de café, assim descritas por von Leithold: “Nos cafés, uma porção de qualidade inferior custa quatro vinténs. Consiste ela de uma cafeteira de tamanho regular, servida com açúcar não refinado, leite, que mais parece água, e pão francês com manteiga

(14) “Fiambres, em geral, são os que se cozem ou assam para se comerem, quando estão resfriados, e ficam para outras comidas.” (MORAIS SILVA, ob. cit.)

um tanto rançosa, de procedência inglesa. Nesses cafés também vendem limonada, não dos limões verdadeiros, mas da outra espécie." O ambiente dos cafés cariocas não era muito agradável para o viajante estrangeiro: "Devido às nuvens de moscas que se encontram nos cafés, nenhum estrangeiro pode neles demorar-se. Mais familiarizados com esses insetos, os brasileiros suportam-lhes melhor o incômodo." Havia ainda, segundo o prussiano, cafés com bilhares, embora não os tivesse frequentado.⁽¹⁵⁾

No comércio relacionado com a alimentação há ainda que referir os confeitores, que também faziam publicidade dos seus estabelecimentos na *Gazeta*: numa loja de confeitaria da Rua da Quitanda preparavam-se "jantares e refrescos para fora com todo o asseio e delicadeza" e vendiam-se "vinhos generosos e esquisitas massas para sopa, conservas, doces". Durante a Quaresma preparavam-se empadas, o que parece indicar que o jejum imposto pela Igreja obrigava a uma mudança de hábitos alimentares (n.º 25, 1814). Os italianos imperavam neste tipo de comércio: Paulo Barberi e Serafim Pistachino aceitavam encomendas de doces, jantares e sobremesas, e toda espécie de "pastelarias e confeitarias", especialmente "bandejas para chá e refrescos nevados"; José Angellini vendia diferentes massas da Itália como "pevide, estrelinha, lasanha, vermicelo, macarrão, letria", além de vinhos estrangeiros; Horácio Messeri anunciava "bons almoços, jantares e ceias, com as costumadas empadas de galinha, lombo de porco, e de peixe".

Em 1820, época em que a sociedade carioca adquirira hábitos alimentares mais requintados, havia uma oferta abundante de mestres cozinheiros estrangeiros, hábeis na "arte de cozinha", que se prontificavam a ir à casa das pessoas fazer jantares. Mas o costume de contratar os serviços de cozinheiros e copeiros, em ocasiões de festa ou de reuniões sociais, existia já anteriormente, pelo menos desde 1810, pois neste ano apareceu na *Gazeta* o anúncio de um indivíduo que se propunha servir qualquer banquete ou refresco em casa dos senhores que quisessem aceitar os seus préstimos.

A análise dos hábitos alimentares de uma sociedade inclui necessariamente o estudo dos utensílios de cozinha e dos objetos usados no serviço de mesa.

(15) VON LEITHOLD, ob. cit., p. 21. Ver também os verbetes Café e Botequim, no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. Lemos em *Le Brésil*, de Tannay e Denis: "On trouve fréquemment des cafés meublés presque tous d'un billard; le prix des articles qu'on peut y consommer est assez modéré; la cause en est simple, le sucre en fait la base." (Cap. VII, p. 55.)

Naturalmente são os estrangeiros que nos fornecem depoimentos mais interessantes a esse respeito, até porque são sensíveis à relação entre utensílios e estratificação social, como podemos notar nos textos de Freycinet: “As pessoas do vulgo preparam os seus alimentos em panelas de barro, a maior parte das quais não é vitrificada [...]. Servem-se de alguns utensílios de ferro, mas poucos de cobre. Os ingleses mandam muitos objetos de casa em ferro fundido e batido, como marmitas, chaleiras, caçarolas e frigideiras”. (*Voyage*, t. I, p. 181.) Esta preferência pelos utensílios de ferro em vez de cobre era explicada por razões higiênicas: na opinião dos médicos, o verdete dos utensílios de cobre provocava doenças graves.

A propósito dos utensílios de mesa, Freycinet faz um comentário assaz irônico sobre o contraste entre a delicadeza da baixela e os modos grosseiros dos comensais: “Colocam-se as iguarias sobre faiança de barro de que os ingleses trazem grandes quantidades; os ricos servem-se também de porcelana da China. As bebidas e os frutos servem-se como na Europa; os copos, as garratas, etc. vêm principalmente de Inglaterra. Os outros utensílios de mesa não diferem dos nossos; mas muitos brasileiros acham mais cômodo comer com os dedos.” (Ib.)

Se tomarmos como exemplo dos utensílios de mesa usados pelos grupos abastados os possuídos pelo negociante Elias Antônio Lopes, vemos que ocupavam um lugar importante os objetos de prata: colheres para sopa e chá, garfos, facas, escumadeiras, facas e garfos de trinchar, colher para tirar sopa, talher de duas galhetas e duas seladeiras.⁽¹⁶⁾

A variedade de objetos postos à venda pelos comerciantes do Rio era muito grande: além de pratos de vários tipos (pratos travessos, pratos de guardanapo, pratos para doce ou copo de água), havia tigelas para caldo, terrinas, sopeiras, “almoços e seus pratos”, jarros para água, poncheiras, garrafas de cristal para licor, copos para água, copos de pés lapidados, copos de pés quadrados, xícaras esmaltadas e de porcelana com retratos, bules, cafeteiras, saladeiras, azeiteiros, vinagreiros, saleiros, vasos para pimenta, mostardeira, manteigueiras, açucareiros, compoteiras.

Mas o negociante Elias Antônio Lopes possuía uma menor variedade de utensílios: apenas alguns pratos compridos travessos de pó de pedra (não encontramos no *Dicionário* esta expressão), saladeiras, pratos de guardanapo, tigelas sem pires, uma cafeteira,

(16) *Talher* possuía então dois significados, um antigo e outro moderno: “Peça de mesa com repartimentos para galhetas, saleiros, pimenteiros, etc. Alguns chamam hoje talher à faca, garfo, e colher”, explica Moraes Silva, ob. cit.

manteigueiras, um bule pequeno da Índia e outro de barro preto, terrinas, sopeiras, compoteiras, garrafas de vidro, açucareiros, algumas xícaras e covilhetes. (17)

O que se nota é um contraste violento entre a riqueza dos utensílios de prata e a pobreza da louça do comerciante. Não só faltam certos utensílios mais requintados, como a sua quantidade era reduzida e a qualidade inferior. Não há qualquer referência a porcelanas, a cristais, a louças da China ou da Índia. Tudo se passa como se a preocupação do negociante fosse apenas possuir objetos de *prata* e não utensílios de mesa adequados a um serviço requintado.

Comer implica uma certa gestualidade regida por normas mais ou menos estritas, conforme se tratar de uma refeição em família ou de um repasto em sociedade. Para conhecer tais regras torna-se necessário consultar os manuais de etiqueta da época e, como nenhum foi publicado pela Imprensa Régia do Rio, há que recorrer a um publicado em Lisboa, em 1814: *Escola de política, ou tratado prático da civilidade portuguesa*, da autoria de Siqueira.

O lugar de cada conviva à mesa era indicado pelo dono da casa, mas quando tal não acontecia considerava-se de mau gosto escolher o lugar mais honrado da mesa, que, não sendo redonda, era à cabeceira. “Depois de assentado não tenha a inadvertência de descobrir o prato antes que o façam os principais da mesa, então dispondo o guardanapo de sorte que fique uma ponta sobre a mesa; outra, na altura do peito para resguardar-lhe os vestidos.” (Ob. cit., p. 116.)

Quanto à maneira de comer: “Quando se come não faremos saco na boca, nem a encheremos muito... Não se mastiga com estrondo, não se come depressa e como quem se escalda, não se estão mexendo muito os queixos, nem ajuntando os beiços, assoprando... Os ossos não se levam à boca em mesa de cerimônia, nem se estão chupando e roendo, mas só se esburgam com faca e garfo...” Quando se sujam os dedos, o que se deve evitar, não se limpam estes à toalha nem a algum bocado de pão, “como muitos fazem”, mas sim ao guardanapo. “Acabando de comer qualquer iguaria, se deixa a faca, garfo ou colher de que nos servimos cruzados sobre o prato para darmos sinal ao servente de que queremos tudo limpo, e que o pode tirar.”

Quanto à maneira de beber: “É decência alimpar a boca antes de beber, e não deixar por fim vinho no copo... Jamais beberemos com o bocado na boca, nem fazendo pausas no meio,

(17) “Pratinho de barro vidrado, com bordas altas, onde se conserva doce.” (MORAIS SILVA, ob. cit.)

refolgando com estrondo, como que ficamos cansados, sorvendo, mastigando a água ou vinho, fazendo ao beber bulha na garganta, de um golpe, com muita sofreguidão e demasiado devagar.”

Vejamos agora o serviço de mesa. Havia duas “cobertas”: a primeira consistindo em sopa e carnes cozidas, e a segunda composta dos assados. A distribuição das iguarias variava conforme o número de convidados, pois o objetivo era colocar tudo à mão para cada um ter os variados acepipes ao seu alcance: “Bem no meio da mesa se coloca a terrina com a sopa, a um dos lados desta o prato com a vaca cozida; do outro, um grande pedaço de presunto (outros põem arroz); pelo resto da mesa se vão pondo as mais iguarias cozidas, afogadas, estufadas, empanadas, fricandós, tudo em proporção e simetria, tantos pratos de uma parte como da outra, servindo a terrina da sopa como de centro a toda a cobertã.” (Ob. cit., p. 126-7.)

Quanto à segunda “coberta”, ou seja, a dos assados, o princípio da disposição era o seguinte: “No meio da mesa se põe a melhor peça que houver de assado, como v. g. um peru, uma perna de vitela, um leitão, etc., e aos lados duas seladeiras com selada, e assim se vai cobrindo a mesa de tudo o que é assado.”

O princípio da simetria dominava também a disposição da sobremesa: “No meio um prato grande de doce que faça cogulo e que sobressaia a todos, ou uma corbelha de fruta, e à roda desta, ou em fileiras com exata simetria e igualdade, se vai pondo o doce seco, o de calda, compotas, cremes, frutas, queijos, etc.” (Ob. cit., p. 129.)

O viajante francês Freycinet comentava que as refeições dos brasileiros eram mais marcadas pela abundância dos pratos do que pela elegância do serviço. É que a maneira de servir à mesa, segundo a tradição portuguesa, era assaz diferente da francesa, o que aliás justifica o seu espanto: “Fui um dia a casa do bispo e fiquei a princípio um pouco surpreendido por ver que estávamos colocados em volta de uma mesa muito grande, embora fosse pequeno o número dos convivas; e o meu espanto redobrou quando, sem me oferecerem de nenhuma iguaria, me serviram uma porção copiosa de cada uma delas. Em breve me vi assim rodeado de oito a dez pratos cheios, para eu escolher conforme o meu gosto e vontade.” (*Voyage*, t. I, p. 175.)

SOCIOLOGIA DO TRAJO

Il y a certes un art de porter le costume; mais le costume aussi porte l'homme.

ALAIN, *Système des beaux-arts*

Três direções de pesquisa se abrem ao historiador da cultura que pretende estudar as formas de vestuário adotadas numa dada sociedade: há em primeiro lugar que examinar aquelas formas que surgem relacionadas com determinadas funções ou cargos, ou com determinados atos sociais; será preciso em seguida atentar nas variações do traje em função dos vários grupos sociais e dos seus níveis de fortuna; e finalmente pensar o fenômeno extremamente complexo que é a moda.

Num texto de Alain, que de certo modo explicita a epígrafe, a noção de farda, de uniforme, de traje de gala, é explicada pela necessidade de um controle da gestualidade pedido pela função que o indivíduo exerce dentro da sociedade ou pelo ato de que participa.⁽¹⁾

Disciplina do corpo, a farda é assumida pelo indivíduo como uma prisão à sua liberdade de gestos, como uma antinatureza, e é neste sentido que devemos ler a queixa do conde de Palmela

(1) "Il est assez clair que le costume change les attitudes et les mouvements, toujours en les réglant et modérant. Cela est visible surtout dans les costumes d'apparat; il suffit de citer les chapes, les manteaux de couronnement et l'ancien-hausse-col des militaires. Le costume de religion vise à donner au corps l'immobilité sans contracture, ce qui se connaît principalement aux épaules, aux bras, à la tête; la chape s'oppose à ces mouvements de tête en arrière, qui déplacent l'attention et permettent l'arrogance; chacun comprend que la démarche et les moindres gestes dépendent de ces conditions imposées à la tête, aux épaules, aux bras." (*Système des beaux-arts*, p. 256.)

por ter de “passar umas poucas de horas de farda grande no Paço no meio de quatrocentas pessoas”.

Mas a farda (usando este termo com um sentido amplo) é também um *símbolo*, o símbolo de uma função, do mesmo modo que a cruz ou o estandarte simbolizam uma instituição. Símbolo e não sinal, como veremos mais adiante ao tratarmos dos sinais de um determinado *status* social: as sobrepelizes e os pluviais são símbolos do clero para todos os membros da sociedade. Os cidadãos, ou seja, aqueles indivíduos que desempenhavam funções no Senado da Câmara, também possuíam uma “farda”: “vestido de seda preta, capa da mesma, colete e meias de seda branca, chapéu meio abado com plumas brancas e presilha de pedras preciosas, e cuja capa era ornada com bandas de seda ricamente bordadas.” (P.^e Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias*, t. I, p. 210.)

É interessante notar que *farda* é definida por Morais Silva apenas como “a libré militar e a libré de criado”, mas o seu sentido era muito mais amplo. Vimos que Palmela tinha que usar no Paço “farda grande”, ou seja, farda de gala, e até um simples empregado público como Luís dos Santos Marrocos estava compelido ao seu uso: “constrangido vesti e estreei a minha farda de oficial de secretaria que, havendo-me importado perto de 120\$000 rs com todas as suas bonecrices adjuntas, me encheu de vergonha, julgando-me um falperra, pois sempre tive negação e ódio a enfeites e peralvilhices.” (Carta 116.) O preço indicado por Marrocos é efetivamente alto, o que justifica a sua indignação, e mesmo fardas já usadas, como as que constam do inventário do negociante Elias Antônio Lopes, eram avaliados em 60\$000 e 30\$000 rs. Isso se devia certamente à riqueza dos materiais: “Uma farda e calção de pano escarlate com véstia de pano azul, tudo bordado a fio de ouro e prata...” (Cód. 789.) Farda era termo que se empregava mesmo para mulheres: quando a Infanta D. Mariana morreu, foi enterrada “vestida de sua farda rica” (Marrocos, carta 45).

Na documentação da época aparece ainda constantemente referido um outro tipo de vestuário funcional: as roupas, adornos e jóias que usavam os indivíduos pertencentes à Ordem de Cristo. A *Gazeta do Rio de Janeiro* trazia freqüentes avisos de venda como este: “um hábito de Cristo de ouro esmaltado, com sua fivela também de ouro.” (N.º 78, 1810.) Ou então: “mantos de cavaleiros da Ordem de Cristo de escumilha bem clara.” (N.º 37, 1810.)

Um negociante como Elias Antônio Lopes possuía abundantes adornos e trajes relacionados com a Ordem de Cristo, os quais foram avaliados no inventário dos seus bens:

1. *Um placar da Ordem de Cristo com seiscentos e sessenta e três brilhantes grossos e miúdos; noventa e quatro rubins no coração e cruz, e trinta e quatro esmeraldas na coroa, avaliados em 4:000\$000.*
2. *Um dito de crisólitos cruz e coração de granadas — 100\$000.*
3. *Um dito de prata dourada e alguns raios de pedras brancas — 20\$000.*
4. *Um hábito comenda para casaca com cento e quinze brilhantes e quinze rosas no centro da cruz que é de granadas assim como o coração — 180\$000.*
5. *Um hábito pendente da mesma Ordem, cruz de topázios amarelos com folheta vermelha, remate de topázios brancos e coração de granadas — 64\$000.*
6. *Um hábito esmaltado de ambos os lados, menos a estrela que tem só uma frente — 80\$000.*
7. *Seis ditos esmaltados para casaca, sendo dois mais pequenos, todos — 50\$000.*

Placar é termo que não consta do *Dicionário* de Moraes Silva; *hábito*, neste sentido, não é um traje, mas uma “insígnia eqüestre de ordem militar”, sendo o exemplo dado pelo dicionarista precisamente o de “hábito de Cristo”.

Entre as roupas de Elias Antônio Lopes estavam “um manto de escumilha da Ordem de Cristo com sua folha”, avaliado em 32\$000 rs; um hábito (trajo) de estamemha da Ordem Terceira do Carmo e um balandrau de nobreza roxa, trajo usado pelos irmãos da Misericórdia.

No *corpus* documental examinado, aparecem ainda mais algumas expressões que se relacionam, embora de forma mais indireta, com o aspecto funcional do vestuário: homens “vestidos de corte” ou damas “vestidas de donaire”. O contexto em que se inseria esta última expressão (cerimônia fúnebre), mais do que a definição de Moraes Silva (“círculo de arame ou barba de baleia; e, às vezes, é mais de um que se veste por baixo das saias, para as alargar do corpo e relevar”), é que nos sugeriu tratar-se de um traje funcional e não de uma simples moda.

Aliás, um manual de etiqueta publicado em Lisboa, em 1814, confirma minha hipótese: “As senhoras também têm vestidos diferentes conforme as circunstâncias e funções. Os de cerimônia costumam ser de donaire ou meio donaire, e ao menos de pregas caídas e soltas; e então levam punhos, golas e luvas de pele

branca, jóias, etc.” (*Escola de política*, por D. João de N. S.^a da Porta Siqueira, p. 160-1.)

Regras estabelecidas pela etiqueta determinavam, de maneira mais ou menos rígida, de que modo as pessoas se deviam vestir em determinadas situações. Por exemplo, num baile: “As senhoras irão vestidas de corte, mas sem manto. As que dançarem, porém, levarão vestidos redondos, luvas e o enfeite da cabeça mais ligeiro e próprio para aquele fim. Os cavalheiros irão igualmente vestidos de corte; porém os que se propuserem dançar irão providos de luvas brancas. Os militares que houverem de dançar irão de meias de seda branca, com a farda desabotoada, banda sobre o colete e luvas brancas; os outros, no rigor do uniforme.” (*Etiqueta que se há de guardar . . .*, Impressão Régia, s. d., mas que foi publicada em 1821.)

Os viajantes também foram sensíveis a essa relação entre traje e ato social ou função desempenhada. Leithold comenta: “Aos domingos as mulheres, tanto as brancas como as de cor, vestem-se todas de preto, na maior parte de seda, com meias de seda branca, sapatos correspondentes e sobre a cabeça um véu preto de fino crepe que cobre a metade do corpo e realça a palidez do rosto.” (Ob. cit., p. 30) Para o beija-mão ao rei observavam-se certas regras de indumentária, como refere o viajante prussiano: “Quem não tem direito a uniforme, enverga casaca preta, colete branco, calções e sapatos pretos; traz um sabre recurvo e dourado, do comprimento de um pé, e *chapeau à claque* sob o braço. Assim, sem diferença, apresentam-se todos, menos os que não são fidalgos, isto é, professores, artistas, negociantes e artesãos, etc., que não têm direito a espadim.” (Ob. cit., p. 63.) Quando se tratava de beija-mão de gala (aniversários da família real, dias santos, descoberta do Brasil), a pompa era maior: “Todos os camaristas envergam casacas escarlates, bordadas a ouro, canhões e lapela azul-marinho, vestes azuis bordadas a prata e calções da mesma cor. Apresentam-se, então, de tricórnios e plumas brancas, com bandas e crachás.” (Ob. cit., p. 64.)

Quais são as variáveis pertinentes para o estudo das relações entre grupos sociais e a indumentária: será a forma (véstia, jaleco), ou o material (lemiste, chita), ou a abundância e variedade dos acessórios e enfeites?

Para tentar resolver esta questão é preciso ver em primeiro lugar de que documentação dispomos: ela é reduzida, pois apenas podemos contar com as descrições dos viajantes, nem sempre detalhadas, com o inventário dos bens de Elias Antônio Lopes (que simplesmente nos dá a relação da roupa possuída por um nego-

ciante) e com os anúncios e avisos da *Gazeta*, que nos elucidam simultaneamente sobre os trajes destinados a uma camada abastada e requintada e sobre a indumentária habitual dos escravos. Mas entre estes dois extremos nada sabemos: a massa dos artífices e dos pequenos empregados públicos escapa-nos inteiramente no que se refere ao modo de vestir.

Começarei por analisar o guarda-roupa do negociante, mas antes chamo a atenção para o fato de o termo *vestido* se aplicar simultaneamente aos trajes masculinos e femininos: “Vestido. Vestidura. § Um vestido: isto é, uma casaca, véstia e calções. § Um vestido de mulher consta das peças ordinárias, roupa, saia, etc.”, é a definição de Moraes Silva no *Dicionário*.

- 1 farda e calção de pano escarlata com véstia de pano azul, tudo bordado a fio de ouro e prata;
- 1 casaca de pano azul com gola e canhões de pano escarlata bordado a fio de ouro;
- 2 chapéus finos de pasta agaloados e com plumas;
- 1 vestido e calção de seda azul com véstia de cetim branco bordada com seu crachá;
- 1 véstia de cetim branco bordada de matiz;
- 1 vestido e véstia de sarja de seda preta e calção de meia de seda preto;
- 1 vestido e véstia de gorgorão preto;
- 1 casaca de pano verde-garrafa;
- 1 casaca de pano preto;
- 1 vestido, véstia e calção de pano preto;
- 1 robissão de pano cor de vinho;
- 1 robissão de riscadinho azul;
- 2 jaquetas e calças de riscadinho;
- 2 calças de riscadinho largas;
- 1 jaqueta de riscadinho e duas calças de ganga amarela;
- 3 calções de diferentes fazendas;
- 2 coletes de seda preta;
- 17 coletes brancos de diferentes fazendas;
- 3 camisolas de riscado azul;
- 1 camisola de tafetá alvadia;
- 2 balandras de nobreza roxa;
- 1 capa de sarja de seda preta e um chapéu de corte;
- 1 capa de sarja de seda preta e duas bolsas de seda;
- 1 capa de lila preta;
- 1 banda de ló de seda branca com raminhos de ouro;
- 6 robissões de baetão escarlata;

- 1 manto de escumilha da Ordem de Cristo;
- 3 ceroulas de pano de linho;
- 59 camisas de morim;
- 10 camisas de diferentes fazendas;
- 13 pescocinhos e 4 bacalhaus;
- 12 pares de meias de linha e algodão;
- 4 pares de meias de seda branca e pérola;
- 2 pares de meias de seda preta;
- 1 par de luvas de algodão;
- 6 lenços quadrados e 1 cinta branca;
- 1 chapéu fino armado;
- 5 pares de sapatos e 1 de botas.

É importante levar em conta não apenas as peças de vestuário, mas também as jóias, que constituíam um elemento essencial na indumentária de um indivíduo abastado:

- 2 fivelas antigas para pescocinho, uma de crisólitos e outra de pedras brancas;
- 1 fivela de calção sem companheira;
- 1 espadim de ouro lavrado e aberto de calados modernos;
- 1 gancho de prata para espadim;
- 1 bengala de abada com castão de ouro esmaltado;
- 1 par de fivelas de sapato, de ouro;
- 1 par de fivelas de calção, também de ouro;
- 1 cadeia de cordão de ouro;
- 1 cadeia de ouro com chave de águas-marinhas;
- 3 pares de esporas de prata;
- 1 chave de talabarte de prata;
- 3 pares de fivelas de sapato, de prata;
- 2 fivelas de cós de calção, de prata;
- 1 fivela de liga de calção, de prata;
- 1 espadim dourado com raios;
- 1 estoque concha aberta;
- 1 traçadinho dourado, folha voltada;
- 1 faquinha dourada com gancho de pôr à cinta;
- 1 cana-da-índia com castão e ponteira de prata;
- 1 par de esporas de casquinha;
- 1 talabarte de cordovão, ferragem dourada;
- 3 castões;
- 1 traçado folha voltada, ponteira e dois bocais, punho de ébano marchetado de prata;

1 cana-da-índia, castão, olhos e ponteira de ouro de lei;

1 relógio de caixas de ouro, Autor Spencer & Kerkins, n.º 16.681, com sua caixa de tartaruga e cadeia de ouro.

A lista de trajos pode ser submetida a vários tipos de análise. Um deles diz respeito àquilo que podemos denominar “unidades de indumentária” e que são:

- a) farda, calção, véstia;
- b) vestido, calção, véstia;
- c) jaqueta e calças.

Outra perspectiva diz respeito à relação “fazenda-peça de vestuário”:

- pano: farda, calção, véstia, casaca, vestido, robissão;
- seda: vestido, calção, colete, bolsa, meias;
- cetim: véstia;
- sarja de seda: vestido, véstia, capa;
- gorgorão: vestido, véstia;
- riscadinho: robissão, jaqueta, calças;
- ganga: calças;
- tafetá: camisola;
- nobreza: balandrau;
- lila: capa;
- baetão: robissão;
- escumilha: manto;
- ló: bandas;
- pano de linho: ceroulas;
- morim: camisas;
- algodão: luvas.

Seria interessante estabelecer uma hierarquia entre estes tipos de fazenda, mas faltam-nos alguns elementos pois nem baetão, nem morim, nem riscadinho ou riscado constam do *Dicionário de Moraes Silva*. Quanto aos tecidos menos conhecidos atualmente, a lila era “fazenda de lã fina e lustrosa”; a escumilha, uma “lençaria mui fina, rara e transparente”; o ló era uma “espécie de escumilha, tecido mui fino e raro”; a nobreza, uma “fazenda de seda vulgar”. O pano era um material de certo modo ambíguo, pois podia ser de linho, algodão ou lã e, portanto, aparece simultaneamente no guarda-roupa do negociante e no traje do escravo.

Outro nível de análise diz respeito às peças de vestuário propriamente ditas, muito embora alguns enigmas vocabulares tenham ficado por resolver: por exemplo, o que eram os *robissões* e os *bacalhaus*. Também não consta do *Dicionário* o termo *pescocinhos*. Uma outra dúvida se levanta a propósito das jaquetas e calças, peças de vestuário populares que aparecem sobretudo na indumentária dos escravos. Usaria o negociante tais peças, ou elas constam do inventário dos seus bens apenas como vestuário dos seus escravos e não como roupa sua? É difícil responder a esta questão, mas quando na lista são incluídas roupas de pajens, isso é expressamente dito:

- 2 fardas de pano azul, calção e calças do mesmo e 2 coletes de casimira escarlate, de pajens;
- 2 sobrecasacas de pano azul, de pajens;
- 2 fardas de pano azul, 1 calção de pano azul e 2 coletes de casimira escarlate, de pajens;
- 2 chapéus finos armados, de pajens.

De qualquer modo, comparando a indumentária e os tecidos usados pelo negociante com aqueles que eram comuns nos escravos, podemos afirmar, no que respeita à forma, que o calção se opunha às calças como o vestido, ou a casaca, ao jaleco e à jaqueta; no que se refere aos materiais, a seda, o gorgorão, o cetim e a escumilha opunham-se ao riscado, à ganga, à chita, à casimira.

Sempre que fugia um escravo, o senhor punha um aviso na *Gazeta*, descrevendo além das suas características físicas, o modo como estava vestido; e foi através de um levantamento exaustivo destes avisos que cheguei às seguintes conclusões: as peças mais comuns da indumentária dos escravos eram a camisa (de cassa grossa, de pano de linho cru, de brim, de algodão, de riscado, de linho grosso), as calças (de pano-da-costa, de ganga, de belbute, de casimira, de pano de linho cru, de algodão) e o colete (de pelúcia, de belbute, de pano, de baeta, de casimira). Raramente aparecem as pantalonas, o calção, a véstia, o fraque. Alguns fugiam só de camisa e ceroulas, ou de tanga e camisa.

Quanto à indumentária feminina podemos conhecê-la através dos anúncios de comerciantes, mas nem sempre se torna fácil distinguir o que pertence ao vocabulário do traje feminino daquele que diz respeito ao traje masculino. Por exemplo, havia camisas de cambraia bordadas para homem e senhoras; portanto, quando lemos camisas de cassa ou camisas de montar a cavalo, sem qualquer outra indicação, ignoramos se o anunciante se dirigia a um

público feminino ou masculino. A mesma ambigüidade se nota em torno dos coletes, pois sabemos que esta peça era usada simultaneamente por homens, senhoras e meninas. Contudo um colete de cassa bordado, ou um colete com espartilho de aço coberto de tafetá, ou um colete de barba, com atacadores, eram certamente femininos e um colete de seda preta, masculino. Por vezes o anunciante fala claramente em "coletes simples e elásticos para senhoras".⁽²⁾ Em relação aos vestidos a ambigüidade é menor, pois as mulheres usavam tecidos leves e finos, que de modo algum podiam ser usados por homens: vestidos de cassa bordados, vestidos de filó bordados de ouro e prata, vestidos de filó de seda, vestidos de garça para baile, vestidos bordados de flores, vestidos barrados, vestidos de musselina bordados, vestidos de seda com rendas, vestidos de cauda e bordados de ouro. Os vestidos dos homens eram de tecidos pesados, havendo anúncios de "vestidos completos para homem, de veludo bordados de seda e de veludo bordados de prata e ouro".

Quanto aos chapéus, as mulheres usavam-nos de palha, guardanets ou não, e de seda; os homens também usavam chapéus de palha e, além disso, de castor; quanto à forma podiam ser redondos ou armados. E o guarda-sol era complemento indispensável por causa do calor: "Durante o dia saem os homens, a cavalo ou a pé, armados de um guarda-sol. Cômica é a aparência dos monges pelas ruas, de guarda-sol e montados", comenta von Leithold (ob. cit., p. 27).

Os sapatos anunciados para senhora eram de seda ou lã, mas, pelo testemunho de Debret, havia uma nítida preferência pelos primeiros.⁽³⁾ Segundo von Leithold, um bom par de sapatos ingleses (ignoramos se para homem ou para mulher) custava nove patacas, ao passo que os franceses, apenas quatro ou cinco. As botas, contudo, eram muito caras no Rio de Janeiro.

Elemento importante na indumentária feminina eram os xales: havia-os de seda, de lã, de lã fingindo de camelo, de touquiha bordados, de ponto de meia, de cassa bordados de prata e

(2) Parece contudo, pela narrativa de Freireyss, que as mulheres não gostavam muito de andar espartilhadas: "O vestuário de'as é muito preferivel ao das nossas mulheres, porque visa mais à comodidade do que à forma e, de fato, poucas brasileiras há que conhecem o espartilho e menos ainda as que usam dele." ("Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815", p. 215.)

(3) "Les dames brésiliennes ne portant exclusivement que des souliers de soie, pour marcher en tout temps sur des trottoirs dallés en granit tendre, de nature à érailler en un instant la trame délicate de leur chaussure, ne pouvaient guère sortir deux jours de suite sans la renouveler, surtout pour faire des visites." E acrescenta: "Les couleurs seules adoptées alors étaient le blanc, le rose et le bleu de ciel." Contudo, o comerciante francês Charles Durand anunciava em 1818 "sapatos envernizados" para senhoras.

ouro, e de filó. Usavam-se também os corpinhos de renda e de cassa, e as roupinhas,⁽⁴⁾ geralmente de cetim. As toucas eram de veludo, por vezes bordadas de ouro e prata. Havia também pescocinhos para senhoras, além de coleiras e gargantilhas; mantinhas de garça e seda com bordas.

A esta variedade de peças e de materiais característica dos grupos sociais mais elevados, opunha-se a simplicidade da indumentária das escravas e, entre os dois extremos, muitos outros tipos de vestuário feminino eram possíveis no Rio de Janeiro de então. As escravas fugitivas eram descritas vestindo uma saia (de chita, riscado ou zuarte), uma camisa de cassa grossa, um corpo de linho ou roupinha de chita, ou usando vestidos de linho, ganga ou baeta. Muito raramente usavam xale ou capote, e as negrinhas novas fugiam por vezes de tanga de riscado. Escravos vestidos de seda, ou ricamente enfeitados, só quando faziam escolta aos seus senhores, que deste modo ostentavam a sua riqueza.

Vemos, portanto, que a diferenciação social da indumentária se faz simultaneamente através da forma (certas peças constituem *sinais* de que o indivíduo pertence a um determinado grupo social) e através dos materiais (certos tecidos são exclusivos de alguns grupos apenas, de nível de fortuna mais elevado).

Como estudar a *moda* na sociedade carioca de 1808 a 1821? Mais do que qualquer outro fenômeno, a moda parece estar indissoluvelmente ligada à diacronia e, portanto, ao historiador da cultura caberia apenas uma pesquisa no sentido de averiguar que modas se sucederam nesses anos, pois, muito embora se admita que o ritmo de mudança da moda é hoje bem mais rápido do que no início do século XIX, não se concebe que tenham passado treze anos sem transformações visíveis nas práticas vestimentárias. Contudo, em 1967, Roland Barthes escreveu um livro, metodologicamente importante, que intitulou *Système de la mode* e que se apresenta como uma análise estrutural do vestuário feminino tal como é descrito pelas revistas de moda. O que parece indicar ser possível ao pesquisador nesta área colocar-se na sincronia.

Não pretendo descrever uma *evolução* da moda, nem assinalar pontos de ruptura, visíveis numa iconografia conhecida de todos aqueles que estão familiarizados com os desenhos e estampas da época. A história do traje não se confunde com a análise da moda, fenômeno bem mais complexo e que levanta uma série de problemas: numa determinada sociedade, o fenômeno moda diz

(4) "Vestidura de mulher, que se aperta por diante, chega até à cintura e tem manga até meio braço ou que o cobre todo." (MORAIS SILVA, ob. cit.)

respeito a todos os grupos que a constituem, ou só pode ser estudado em função de alguns deles? Normativa, imperativa, de que maneira ela se impõe na sociedade? As suas regras e os seus valores são seguidos inconscientemente, por uma imitação sem palavras, ou existe todo um discurso destinado a explicitá-los? Se há uma linguagem da moda, diversa da linguagem puramente denotativa do vestuário, quais as características desse discurso no início do século XIX no Rio de Janeiro?

Esta é a problemática subjacente a minha análise, e antes de iniciá-la devo chamar a atenção para algumas questões de método, resultantes da documentação utilizada. Roland Barthes em *Système de la mode* trabalhou exaustivamente duas revistas femininas, *Elle* e *Jardin des Modes*, de 1958-9, nas quais, ao lado do vestuário-imagem (fotografia do vestuário real), aparece o vestuário-palavra. Ou seja, a cada imagem visual de um traje corresponde uma descrição verbal, descrição que de modo nenhum é neutra, mas sim retórica, e é precisamente esta moda descrita pela palavra que constitui para Roland Barthes o objeto de análise. Dentro das coordenadas de espaço e de tempo em que nos movimentamos, não existe um material deste tipo: nenhum jornal de modas circulou no Rio entre 1808 e 1821. (5)

Isso significa que na documentação existia um divórcio entre o vestuário-imagem (constituído principalmente pelas gravuras e estampas da época, de Debret, Rugendas, Chamberlain, etc.) e o vestuário-palavra (contido nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*). Só o jornal de moda justapõe de maneira precisa a imagem e a palavra, sem haver equívocos entre a coisa designada e a palavra que a designa.

De qualquer modo, a publicidade dos comerciantes constitui um material assaz rico, principalmente se o analisarmos do ponto de vista da sua retórica. Mesmo um anúncio aparentemente neutro como o que se segue recorre a um artifício retórico revelador dos valores então aceites em matéria de indumentária: "Joaquim José Gomes de Araújo com loja na Rua da Quitanda, n.º 31, tem para vender por grosso e miúdo uma porção de fio, galões de casear e canotilhos, tudo de ouro e prata." (*Gazeta*, n.º 29, 1810.) É certo que este anúncio é extremamente sóbrio, não contém qual-

(5) Logo em 1785 a França teve jornais como o *Cabinet des Modes* e outros periódicos surgiram depois da Revolução Francesa. Nas primeiras décadas do século XIX circulou *Le Journal des Dames et des Modes* e ainda *L'Observateur de la Mode*, que apareceu em 1818. (Ver SULLEROT, Evelyne, *La presse féminine*, p. 15-18.) O primeiro periódico português de que temos notícia é bem posterior: *O Correio das Damas (Jornal de Literatura e de Modas)*, publicado em Lisboa (1836-52).

quer adjetivação tendente a valorizar a mercadoria, limita-se a prestar uma informação acerca dos objetos vendidos e das suas características. E, contudo, o comerciante revela-nos a moda vigente. Em primeiro lugar, através da própria escolha da mercadoria a ser anunciada. Certamente na sua loja havia outras mercadorias à venda, mas ele escolheu precisamente aquelas que mais se ajustavam ao gosto de então e que, portanto, maiores condições tinham de atrair os compradores. Podemos, assim, afirmar que o fio, os galões de casear e os canotilhos estavam na moda em 1810. Mas, além disso, o comerciante recorreu a um imperceptível artifício retórico: em vez de dizer simplesmente “fio, galões de casear e canotilhos de ouro e de prata”, deu realce à enumeração escrevendo “tudo de ouro e prata”. O que significa que, em 1810, a moda impunha os enfeites e bordados a ouro e prata.

Este exemplo serviu apenas para mostrar como mesmo um anúncio aparentemente neutro, informativo, é suscetível de conter implícitos os valores da moda vigente.

Cumprido examinar, em seguida, que noção se tinha então de moda, e de que maneira este termo era empregado. Morais Silva define a moda como “o uso corrente e adotado de vestir, trajar, em certas maneiras, gostos, estudos, exercícios”, definição que, muito embora relacione moda e vestuário, amplia a outras áreas o mesmo fenômeno: gestualidade e atividades estão tão submetidas à moda como o traje, o que aliás é coerente com a idéia de moda como o *uso corrente*. Nenhuma conotação há aqui de requinte, sofisticação; também não se observa nenhuma conotação pejorativa, ao contrário do que acontece em outros textos.

Aliás essa conotação pejorativa está ligada à idéia de excesso: “Podemos seguir as modas, mas não sermos inventores delas, nem os primeiros a tomá-las ou os últimos em deixá-las; seguindo em todas as gravidade e a mediania, em que consiste a virtude e a boa educação.” (Siqueira, ob. cit., p. 158.)

A conotação positiva da moda aparece, evidentemente, nos anúncios dos comerciantes franceses, que afluíram ao Rio de Janeiro depois da queda de Napoleão e da restauração dos Bourbons. A moda francesa invadiu, então, a área dos penteados e trajes: Girard, cabeleireiro de princesas e damas, penteava as senhoras “na última moda de Paris e Londres”; César Bouliech, alfaiate, fazia “vestidos à moda do mais moderno gosto de Paris”; Tornier, chapeleiro de Paris, anunciava “chapéus redondos e armados de todas as qualidades no último gosto” e Mesdames Suisse e Neveu ofereciam “um grande sortimento de chapéus de senhora no último gosto”.

Para os estrangeiros era muitas vezes chocante, porque inadequada ao clima, essa adoção da moda francesa ou inglesa: “O mundo elegante — escreve o prussiano von Leithold — veste-se, como entre nós, segundo os últimos modelos de Paris. Os homens, apesar do grande calor, usam casaca e capas das mais finas telas e meias brancas de seda.” (Ob. cit., p. 29.)

Pela gravura e descrição de Chamberlain parece o elemento masculino da população ser menos atraído pela moda do que o feminino,⁽⁶⁾ mas o prussiano foi sensível aos requintes e modismos dos cariocas: “Poucos comerciantes de recursos conheci que não fizessem suas casacas com panos pretos de uma qualidade por mim nunca vista, igual à seda. Também trazem as chamadas capas escocesas importadas da Inglaterra. Têm elas gola alta e pala grande, não são forradas e a fazenda é de padrões coloridos e quadriculados, para verão, de tessitura resistente. Achei demasiado vistosa essa indumentária, que lembra um *robe de chambre*.” (Ib.).

As mulheres estavam atentas à moda européia, mas revelavam uma tendência, nem sempre feliz, segundo Chamberlain, para as cores berrantes, excetuadas, é claro, as roupas usadas na missa, como vimos atrás. “O luxo das mulheres é indescritível, comenta von Leithold. Jamais encontrei reunidas tantas pedras preciosas e pérolas de extraordinária beleza quanto nos beija-mãos de gala e no teatro, por certo as duas únicas ocasiões em que elas se exibem e dão asas à sua faceirice. Seguem o gosto francês, ousadamente decotadas. Os vestidos são bordados a ouro e prata. Sobre a cabeça colocam quatro ou cinco plumas francesas, de dois pés de comprimento, reclinadas para a frente e, sobre a fronte, como em torno do pescoço e nos braços, diademas incrustados de brilhantes e pérolas, alguns de excepcional valor.” (Ob. cit., p. 30.) Noutras ocasiões de menos fausto, usavam flores no cabelo, brincos compridos e grandes, uma corrente de ouro ao pescoço,⁽⁷⁾ um xale pelos ombros, e um leque,⁽⁸⁾ segundo a gravura e a descrição verbal de Chamberlain.

(6) A gravura representa uma família de classe média saindo da igreja: “The dress of the old gentleman is pretty much the same as it was many years ago; stockings with shoes and buckles, a powdered wig, a cocked hat with black cockade and a gold headed cane are the indispensable for his Sunday dress.”

(7) “As lavadeiras, na maioria mulatas, usam longas correntes de ouro ao pescoço [...] As portuguesas de distinção também trazem tais correntes. Quanto mais pesado o ouro e longa a corrente, tanto mais prestígio ganham as classes inferiores.” (VON LEITHOLD, ob. cit., p. 30.) A corrente de ouro como símbolo de abastança e de prestígio era ainda usada recentemente em algumas aldeias do norte de Portugal.

(8) “Outro luxo considerável é o dos leques. Vi alguns que valem milhares de *talers*, ornados de brilhantes e pérolas, e um até provido de pequeno relógio verdadeiro.” (Ib.)

Leithold acentua o contraste entre a vida reclusa das mulheres cariocas e o luxo da sua indumentária: “Posto que saiam pouco e só raramente façam vida social, como já disse, as damas de qualidade e as mulheres em geral possuem amplos guarda-roupas de linhos e sedas de toda a classe, guarnecidos de outros enfeites. Quem dispuser de véus *petinet*, musselinas bordadas ou vestidos de seda pura fará fortuna, porque estes artigos, não obstante as modistas francesas e os armarinhos de luxo, são escassos e alcançam preços enormes.” (Ib.)

Observamos um sentido assaz peculiar do termo moda: M.^{me} Chabry, natural de Paris, anunciava que fazia “modas e vestidos de todos os feitios por um preço módico” e que tinha “modas já feitas”. Trata-se aqui da tradução à letra do francês, pois nesta língua *modes* (plural) “signifie les ajustements, les parures à la mode; mais, dans cette acception, il ne se dit qu’en parlant de ce qui sert à l’habillement des dames” (Littré).

Não é, portanto, indiferente que o termo nos surja no singular ou no plural e, se analisarmos cuidadosamente os anúncios, veremos que a população carioca elegante se preocupava mais com as *modas*, isto é, com os enfeites, com os acessórios, do que com a *moda*, no sentido de um determinado estilo de composição do traje, de forma do vestuário. Acontece mesmo por vezes o singular ser usado com o sentido do plural, como podemos ver pelo anúncio colocado por M.^{me} Lussan, oferecendo “um sortimento de vestidos, chapéus, flores, penas, etc., *todas outras qualidades de moda para mulher*”.

Contrariando o espírito das pragmáticas dos séculos anteriores,⁽⁹⁾ o Rio de Janeiro foi tomado, principalmente a partir de 1816, pela euforia dos enfeites e adornos, mas já em 1815 Marrocos comentava numa carta: “De alguns dos portos de França têm aqui chegado alguns navios, com muitas modas, enfeites e bugiarias.” Aliás o próprio Marrocos se ofereceu para vender no Rio, por conta da irmã, os enfeites que ela mandasse de Lisboa: “A respeito das encomendas que queres enviar-me para se venderem aqui, podes ficar na certeza de que cuidarei muito na sua extração; pois tudo o que são enfeites de senhoras tem aqui muita saída, pois há muito luxo; mas advirto-te que não mandes chapéus ou toucados semelhantes, porque é de grande incômodo o seu transporte, por ser cousa de pouco peso e muito

(9) *Escola de política*, publicada em Lisboa em 1814, mantinha-se ainda fiel ao princípio das pragmáticas: “ninguém pode trazer, em parte alguma de seus vestidos, ornatos e enfeites, telas, brocados, tissus, galacés, fitas, galões, passamanes, franjas, cordões, espiguihas, debrunes, borlas, ou qualquer sorte de tecido ou obra em que entrar prata, nem ouro fino ou falso.” (p. 157.)

volume, e por essa razão deves meditar na escolha dos enfeites, como são ramos de flores, grinaldas, anéis, pulseiras, brincos, e tudo o mais de enfeites que for preparado de seda ou outra qualquer droga de pouco volume, como, por exemplo, laços para chapéus de todas as grandezas, azuis e vermelhos, e também todos pretos, porque destes usam até os clérigos; e também dos laços feitos de pano, porque destes se principia a usar agora; manda também meias feitas, linha em meada, ou novelos, ou negalhos. Um amigo meu trouxe de Lisboa uma condeça cheia de peças de fitas francesas, e pedindo-me que lhas passasse pelas senhoras do Paço, encarreguei-me da sua venda, e tendo-lhe feito ganhar mais de cinqüenta moedas.” (Carta 178.) Esta carta não tem data, mas mesmo antes da profusão de enfeites trazidos pelos franceses já havia um gosto muito acentuado por “fio, galões de casear e canotilhos” e por “fitas de seda de diferentes qualidades, lisas e lavradas, e de veludo”.

Contudo foram sem dúvida alguma os comerciantes franceses que intensificaram essa tendência para os adornos: Charles Durand anunciava luvas, leques de toda a sorte, penachos, fitas, filós bordados de ouro e prata, flores artificiais, garças, véus, etc.; Bellard vendia “plumas de várias cores, rendas de França, fitas”; Amerval, no mais longo anúncio publicado na *Gazeta*, no qual se misturam os vinhos, as estátuas, as baixelas, o papel pintado, etc., oferecia “bolsas para a cabeça, de flores e cabelo”, “sacos de veludo para senhoras muito bem bordados”, entremeios, “lenços para o pescoço de senhoras, de renda bordados”, etc.

Os comerciantes ingleses tentavam por vezes participar deste tipo de comércio, muito embora não fosse a sua especialidade, pois em geral se dedicavam ao comércio de selins, arreios, carruagens, ou então utensílios de mesa e móveis. Um certo Mr. Harris recebia de Londres e Paris “um sortimento de ricas flores de ouro e prata, grinaldas do mesmo e de pérolas, coletes para senhoras e meninas, de todo o tamanho, do último gosto moderno, touquins, cabeleiras, e rendas de prata e ouro, guarnições para mantos, leques de pelica, e outras mais modas do último gosto” (n.º 7, 1820).

Os requintes de *toilette* acompanhavam a profusão dos enfeites: vendiam-se “cheiros, água de Cologne, pomadas, diversas essências e vinagres para toucador”, além de “banhas e sabonetes de todas as qualidades”. Anunciavam-se cabelos “já em caracóis e tranças” e o cabeleireiro Girard colocou o aviso: “faz cabeleiras de homens e senhoras, e tudo o que consiste na sua arte; tingem com os pós de George, com a última perfeição, o cabelo, as sobran-

celhas e as suíças, sem causar dano algum à pele nem à roupa; e tem uma pomada que faz crescer e aumentar o cabelo; água maravilhosa de M.^{me} Martin de Paris, para fazer a pele da cara branca.” (N.º 18, 1816.)

Podemos concluir afirmando que a moda no Rio de Janeiro estava diretamente relacionada com a maior oferta de objetos, de tecidos, de enfeites, pelos comerciantes franceses e mesmo ingleses, e que o consumo de tais modas estava dependente das posses dos consumidores. O empregado público Marrocos, por exemplo, achava caras as mercadorias francesas e não as comprava: “ainda esta semana aqui tive em minha casa três vestidos de seda, bordados de palheta de prata, para ajustar, mas achei muito caro o preço de cada um, que era de cinco doblas.” Os comerciantes franceses nos anúncios tinham o cuidado de falar em “preços cômodos”, “preços moderados”, mas as únicas indicações de preços encontradas nos anúncios eram elevadas: um chapéu de senhora custava 6\$400 réis e os vestidos femininos iam de 16\$000 réis até aos 100\$000 réis na loja do francês Bellard. De tal maneira a moda estava associada a um comércio de luxo e constituía privilégio de uma minoria abastada, que muitos comerciantes franceses ligados a esse comércio se retiraram do Rio quando a corte regressou a Portugal.⁽¹⁰⁾

Finalizando este capítulo, parece-me conveniente apresentar o levantamento vocabular, não direi da moda, como faz Roland Barthes, mas das peças de indumentária e seus materiais.

MATERIAIS

(Vão em **negrito** os termos que não constam do *Dicionário* de Morais Silva; para os outros é dada a definição deste autor em 1813.)

baeta: (do lat. *baietta*): “tecido de lã, grosseiro, felpudo; a frisa ou avesso dos panos de lã”

baetão

belbute

bretanha: “lençaria de linho fina, que se trazia da Bretanha; à imitação dizem da lençaria desta sorte bretanhas de França, de Suécia, etc.”

(10) Já em 1819, von Rango, prussiano e sobrinho de von Leithold, comentava: “O comércio francês equivocou-se grandemente quanto às reais possibilidades deste mercado, que é importante para artigos de primeira necessidade e muito limitado para os de luxo, ou para objetos de arte.” (*O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, p. 141-2.)

brim: “lençaria de que há muitas sortes; é grossa, para navios, etc.”
cambráia: “lençaria mui fina de linho, inventada e fabricada em Cambrai”

canelé

cassa: “fazenda de algodão fina”

casimira

chita: “lençaria pintada de flores, aves em imprensa, da Ásia ou feita na Europa”

coromande

crepe: “pano mui leve, mais transparente que filele, feito de seda crua e engomada”

durante: “droga estreita e rara de lã, rasa ou sem frisa”

escumilha: “lençaria mui fina, rara e transparente”

estamenha: “tecido de lã delgado e vulgar”

filó

fumo: “tecido de seda preta, crua, que se traz por luto; é muito raro”

fustão: “lençaria de linho ou algodão, tecida de cordão”

ganga: “tecido de algodão loiro, azul ou preto, que se traz da Ásia, estreito, basto e de boa dura”

garça

gorgorão: “seda de bom favo encorpada”

holanda: “lençaria fina que vem de Holanda”

irlanda

lemiste: “pano fino de lã, preto”

lhama: “tela mui lustrosa de fio de prata ou oiro batido”

lila: “uma fazenda de lã fina e lustrosa”

ló: “espécie de escumilha, tecido mui fino e raro”

musselina

morim

nobreza: “uma fazenda de seda vulgar”

pano: “tecido de fios de linho, algodão ou lã para vestidos e outros usos”

pelúcia: “droga felpuda de seda ou lã, tem a felpa mais longa e rara que o veludo”

riscado, riscadinho

saieta: “uma droga de lã de forrar vestidos”

sarja: “tecido leve de seda ou lã; como uma espécie de trançado”

seda: “matéria que se fia, produzida pelo bicho chamado de seda; dela se fazem sedas ou tecidos deste nome, torçais, etc.”

setim: “seda, ou tecido de lã, com a superfície mui lisa e lustrosa”

tafetá: “droga ligeira de seda para forros, cortinas, etc.”

tonquim

veludo: “seda com pêlo alto, vulgar”

zuarde

PEÇAS, ACESSÓRIOS, ENFEITES

abotoaduras: de pedras falsas para vestidos de corte

alfinete: de peito cravado de pedras

bacalhães

bandas: de seda

bandós

barbas de baleia

barretinas: para meninos; de pêlo para militares

bengala: de castão de ouro; de abada com castão de ouro esmaltado

bijuteria: colares, anéis, brincos, enfeites; verdadeira e falsa; de ouro; de madrepérola

bonés

bordaduras: de ouro

borzeguins

botas: de canhão

botinas

botins: para crianças; para meninas e senhoras

bracletes: em cabelo

brincos

cabeleiras

cadeia: de cordão de ouro

calças: de riscadinho; de ganga; riscadas

calções: de pano; de seda; de meia de seda

camisas: de riscado da Índia; de cambraia bordadas para homens e senhoras; de cassa; de cassa grossa; de montar a cavalo

camisolas: de riscado; de tafetá; de chita

cana-da-índia: com castão e ponteira de prata; com castão e ponteira de ouro

capa

capote

carteira: de bolso; com fechadura; de marroquim

casaca: de pano francês; de pano com gola e canhões de pano bordado a fio de ouro

casquete

crachá

ceroulas

cales: de seda; de lã; de lã fingindo camelo; de filó; de touquinha bordados; pequenos, de cassa bordados de prata e ouro; de ponto de meia

chapéus: de corte; de sol; redondos; armados; armados guarnecidos de galão; de sola, copa alta e envernizados; de palhinha; de palha branca; de palha de arroz; de palha para senhoras, guarnecidos e não guarnecidos; de palha para homens; de palha para meninos; de castor para homens; de castor para meninos; de castor, brancos e pretos

chinelas: para homens; para senhoras

coleiras: para senhoras

coletes: para homens; para senhoras; para meninas; de seda preta; de casimira preta; de fustão; de cassa bordados; de barba, com atacadores; com espartilho de aço coberto de tafetá; simples e elásticos para senhoras; brancos

cordões: de seda

corpinhos: de cassa; de renda para senhoras

corpo: de linho

diademas

entremeios

espadas: de forma turca com bainha de ferro; de forma inglesa com bainha de ferro; de caçadores franceses com bainha dourada

espadins: de corte; dourados em França; dourados com raios

espigas: de ouro; de prata

esporas: de prata; de casquinha

estoque: concha aberta; com fio retorcido no punho

faquinha: dourada com gancho de pôr à cinta

farda: grande

fio: de ouro; de prata

fitas: de seda lisas; de seda lavradas; de veludo; lavradas largas; lavradas estreitas

fivelas: de sapato, de ouro; de calção, de ouro; de cós de calção; de liga de calção; antigas para pescocinho de crisólitos; antigas para pescocinho de pedras brancas

flores: artificiais; de ouro; de prata

floretes: com punho de madreperla

franjas

fraque: branco com listas encarnadas

frocos: para guarnições

galões: de prata; de ouro; de casear, de ouro e prata

gargantilhas: para senhoras

guarnições: de vestidos bordadas de prata, ouro e de branco; de filó; de cetim

jaleco

jaquetas

jóias: falsas; finas

lantejoilas: falsas de ouro; falsas de prata

lenços: para uso de tabaco; de enfeite; de pescoço; de seda; de cambraia; vermelhos de Rouen

leques: de pelica; de pelica da Itália; de papel com pinturas; para luto...

ligas: elásticas para senhoras

luvas: compridas para senhoras; curtas para senhoras; compridas para homens; curtas para homens; de pelica; de seda; de pele; de algodão; compridas de pelica branca

méias: de seda para homens; de seda para senhoras; de seda preta; de seda branca; de seda pérola; de algodão; de algodão bordadas; de algodão fabricadas à agulha; de linha

mantas: de seda; de ponto de meia

mantos: de seda bordada, de corte

ornamentos: de cabeça

ornatos: de senhoras

pantalonas: de pano azul-ferrete

peles: de pescoço ou palatinas

penachos

pesocinhos: para homens; para senhoras

plumas: brancas; de cores; para guarnecer chapéus de oficiais generais; de avestruz

pérolas: finas; falsas

pulseiras: de pérolas finas com fecho de diamantes

rendas: de prata; de ouro; de linho largas; de linho estreitas; de linha; de filó; algodão; de França; para punhos e aberturas; de seda pretas e brancas da famosa fábrica de Chantilly; de ouro de fio para véus de ombros

robissões

roupinhas: de cetim; com manga

saiá: de chita; de riscado azul; de zuarte pintado

sapatos: verdes para homem; de seda para senhoras; de lã para senhoras; de couro para crianças; de couro envernizado; de pelica; para dançarinas

sobrecasaca: de pano azul

suspensórios

tiras: de cassa bordada para coleiras de senhora; bordadas

toucados

toucas: bordadas de ouro e prata; de veludo para senhoras; de veludo para meninos

véstias: de corte bordadas em ouro; de corte bordadas em seda; de pano; de cetim bordado de matiz; de sarja de seda; de gorgorão

vestidinhos: de cassa bordados com calças para meninos de 4 a 6 anos

vestidos: completos para homem, de veludo bordados de seda; completos para homem, de veludo bordados de prata e ouro; de cassa da Índia; de cassa bordados; de filó de seda; de filó bordados de ouro e prata; de pano bordados de ouro; de musselina bordados; de veludo bordados de ouro; de cetim branco, bordados de ouro; de seda com rendas; de seda bordados com palhetas de prata; de seda preta; bordados de flores e de seda; barrados; de garça para baile; de corte, de veludo; à Amazona; de paninho

véus

À MORADA CARIOCA

Tentar estabelecer uma relação entre grupos sociais e formas habitacionais implica o desdobramento da pesquisa em várias direções: em primeiro lugar há que procurar determinar a localização dos diferentes grupos no espaço urbano; em seguida há que distinguir o tipo de construção (forma, materiais, disposição interna dos cômodos, etc.) e também o modo como a edificação se fez (segundo o projeto de um arquiteto ou por simples iniciativa e orientação do proprietário); e, finalmente, há que examinar a decoração interna, o tipo de mobiliário, os objetos necessários ou supérfluos que constituíam então o recheio das habitações.

Grupos sociais e sua localização no espaço urbano

Os estrangeiros e os aristocratas ou altos funcionários evitavam a cidade propriamente dita, procurando morar nos arredores. Um dos locais preferidos pela sua beleza natural era o Botafogo, assim descrito por Palmela: "Há sítios lindíssimos muito perto da cidade e onde moram muitas pessoas da sociedade, e por exemplo o que chamam a baía do Botafogo é sem exageração comparável aos mais belos sítios da Itália ou da Suíça."⁽¹⁾ O prussiano von Leithold também refere que, a menos de uma hora da cidade, se encontravam as agradáveis chácaras da praia do Botafogo. Uma delas foi habitada por um inglês: "Vende-se a chácara de Botafogo pertencente ao cavalheiro Diogo Gambier, a qual consta de casas nobres, bem repartidas, com água de beber, banho de água doce, cocheira, cavalharias e outras muitas comodidades, tanto na mesma casa, como por ser tudo situado em um belo terreno fértil, espaçoso, bem cercado, regado com água doce,

(1) CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Vida do duque de Palmela*, p. 372.

árvores, frutos, horta e jardim de recreio, assim como mui conveniente, por ser junto à pequena enseada de Botafogo, para os banhos de mar.” (*Gazeta*, n.º 43, 1812.)

Outro arrabalde predileto era o Catete, onde morava Silvestre Pinheiro Ferreira, alto funcionário, cunhado de von Leithold, que assim descreve o local: “O Catete, onde moram meu cunhado e vários ministros e cônsules estrangeiros, é um bairro bem mais saudável do que o centro e consiste numa única rua, larga e não pavimentada, que conduz a uma encantadora enseada, distante apenas um quarto de hora, toda rodeada de montanhas e de agradáveis chácaras habitadas por ingleses.”⁽²⁾ O intendente geral da Polícia confirma este testemunho do prussiano, dizendo que o Catete, durante a estadia da corte, “entrou a crescer em bons edifícios e a ser com preferência povoado por estrangeiros, e principalmente pelos ministros diplomáticos”.⁽³⁾ Moravam aí, entre outros, o ministro dinamarquês Dal Borgo di Primo, o cônsul inglês Chamberlain, além de aristocratas nacionais como a condessa de Linhares, o conde de Viana, a condessa da Ponte, etc. Que as habitações aí construídas eram de boa qualidade, como refere o intendente da Polícia, prova-o o seguinte anúncio da *Gazeta*: “Vendem-se duas propriedades de casas no largo do Catete: a primeira de três janelas e uma porta à frente, com mirante e vista para o mar; e a segunda de duas janelas e uma porta, e com seus quintais.” (n.º 12, 1811.) Como veremos mais adiante, o valor de uma casa media-se, entre outras coisas, pelo número de janelas para a frente.

Noutras direções ainda se espalhavam os aristocratas. Palmela escolheu a estrada de S. Cristóvão, apesar de algumas desvantagens climáticas: “Estou alojado fora da cidade a meio caminho da Quinta de el-rei de S. Cristóvão, com uma boa chácara num sítio nada feio, e cujo único inconveniente é o estar afastado do mar e ter, por conseguinte, menos viração.” Para esses lados também, logo depois de Catumbi, morava o primeiro-ministro Tomás Antônio e, num local elevado e com vista para o mar, o ministro da Prússia, conde de Flemming.

A duquesa do Cadaval mandou construir o seu palácio no sítio das Laranjeiras; o intendente da Polícia tinha a sua chácara no sítio do Engenho Velho. A Ponta do Caju, outro local pitoresco dos arredores do Rio, também era procurado, tendo lá mora-

(2) *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, p. 13.

(3) “Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia”, in *R.J.H.G.B.*, t. 55, parte 1, p. 376.

do, em chácaras, diplomatas e funcionários como Silvestre Pinheiro Ferreira (que depois se mudou para o Catete).

Um empregado público subalterno como Luís dos Santos Marrocos morou primeiro, enquanto solteiro, no centro (Rua das Violas, Rua da Alfândega) e depois de casado mudou-se para o Passeio Público, local que lhe oferecia uma série de vantagens práticas: "O sítio destas casas é magnífico, e talvez o melhor da cidade, não só por ser lavado de bons ares, mas em uma rua mui larga e asseada, tendo no princípio um formoso chafariz e no fim o Passeio Público, tudo obra do falecido Luís de Vasconcelos; temos próximas três igrejas e duas capelas, uma praça de hortaliça e o matadouro com açougue, além de mil outras comodidades, que talvez se não achem juntas a favor da maior parte das casas desta cidade; sendo de não menos vantagem a proximidade do mar para limpeza e despejo da casa, o recreio do nosso quintal para a família e a comodidade para ter criação em socorro de qualquer moléstia, contando já minha mulher grande número de galinhas." (Carta 148.)

Nas ruas do centro se aglomeravam os negociantes de atacado (Rua Direita, Rua dos Pescadores), o povo dos ofícios, ou seja, os artesãos (Rua da Vala, de S. José, da Cadeia, do Ouvidor, rua detrás do Hospício, travessa da Alfândega, Rua do Sabão, de S. Pedro, das Violas) e finalmente os taberneiros, quase todos ilhéus, que se concentravam na Rua do Rosário. Graças ao testemunho de Rugendas, torna-se possível localizar os bairros mais miseráveis: Saco do Alferes, Mata-porcos, Catumbi.⁽⁴⁾

Tipos de morada

Uma pergunta básica deve ser desde já formulada: quem era o responsável pela construção da habitação carioca? Só os raros palácios e algumas casas nobres eram obra de arquitetos; todas as demais habitações eram construídas pelo próprio proprietário, ou seja, por um leigo destituído de quaisquer conhecimentos da arte da arquitetura.⁽⁵⁾

Os palácios só começaram a ser construídos depois da chegada da corte. O barão do Rio Seco, célebre pela sua fortuna,

(4) "Dans les quartiers les plus laids, au rivage septentrional et dans le voisinage du Saco do Alferes, enfin dans les faubourgs de Mata-porcos et de Catumbi, les rues sont fort irrégulières et fort sales. Les demeures ne sont pour la plupart que de misérables huttes jetées ça et là au hasard, ou entassées les unes contre les autres entre les collines et la mer." (*Voyage pittoresque*, p. 16-7)

(5) Como escreve Freycinet: "L'usage veut que celui-ci (le propriétaire) dirige ses ouvriers à sa guise: de là dérivent les irrégularités sans nombre qui déparent les édifices; on en a vu de très avancés où l'on avait oublié l'escalier." (*Voyage*, t. 1, p. 179.)

primeiro mandou construir um “soberbo palácio” no Campo dos Ciganos, iniciando em seguida a construção de um outro, “ainda mais soberbo e estupendo”; a duquesa de Cadaval recorreu ao arquiteto francês Grandjean de Montigny para a edificação do seu (Marrocos, cartas 33, 54 e 105). Mas o conde da Barca não morava em palácio e sim numas casas nobres extremamente luxuosas: “comprou umas nobres casas por 45 mil cruzados, e nelas vai fazer a sua habitação, continuando com o maior luxo as obras daquelas que tem habitado até aqui, e que também são suas.” (Carta 83.)

Mas o que se entendia então pela expressão *casa nobre*? Era um tipo de habitação com maior número de janelas na fachada e certas comodidades (cocheira, cavalariça) indispensáveis ao estilo de vida da nobreza. “Vende-se uma casa nobre sita no princípio da praia do Botafogo, com onze janelas de frente, bons cômodos, bastantes quartos capazes de acomodar uma grande família, boa cozinha, e moderna, grande cocheira e cavalhariça, com sala de espera, sala de jantar e duas grandes salas para a frente do mar, dois quartos iguais, jardim, poço, e diversas obras, e quintal murado.” (*Gazeta extraordinária*, n.º 17, 1821.)

Muitas vezes a casa nobre estava localizada numa chácara, pois as famílias abastadas preferiam morar fora do centro, como já vimos. “Quem quiser alugar uma bela chácara sita no Engenho Velho, ao pé da freguesia, com casa nobre de sobrado, estrebaria para nove bestas, casa de banhos e cômodos para uma família numerosa; toda plantada e que tem o rio por um lado e água corrente pelo meio...”, é o tipo de anúncio freqüente na *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Quanto às *casas de sobrado*, o inventário dos bens de raiz do negociante Elias Antônio Lopes fornece uma descrição pormenorizada. Uma delas, situada na Rua da Cadeia, tinha 22 palmos de vão e 74 de fundo, a frente era de pedra e cal, com uma porta de cocheira e outra normal; o sobrado tinha 3 janelas com sacadas, tudo de cantaria, grades de ferro e uma porta com vidraça na janela do meio. As paredes laterais eram também de pedra e cal “até ao frechal”; as divisões eram de estuque e a parede do fundo, de pedra e cal, com uma janela. Vejamos agora a divisão interna: no sobrado — sala, alcova e sala interior com uma escada para o sótão; no sótão — sala, alcova e cozinha. Todas as janelas tinham caixilhos de vidro, menos a da cozinha. Havia ainda uma sobreloja para a qual se entrava pelo patamar da escada do sobrado. Foi avaliada em 3:600\$000 rs. Uma outra, mais pequena, na rua detrás do Hospício, tinha 22 palmos de vão e 49 de

fundo, a frente era de pedra e cal “até ao vigamento”, com uma porta e uma janela de madeira e no sobrado havia 2 janelas de sacada e balaústres, tudo de madeira. No interior encontrava-se uma sala, um gabinete, um quarto, uma salinha, a alcova e a cozinha. Na loja estava um armazém. Foi avaliada em apenas 800\$000 não só por ser menor, mas por estar “com muita precisão de reforma” e ser feita com materiais mais baratos (em vez da pedra e cal temos aqui madeira e tijolos).

Quer nas casas de sobrado, quer nas casas térreas, a frente era sempre muito mais estreita do que os fundos, o que Freycinet explica pelo valor elevado do terreno.⁽⁶⁾

A *casa térrea* tinha o mesmo tipo de divisão interna. Uma que o negociante Elias Antônio Lopes possuía na Rua do Senhor dos Passos era dividida em sala, alcova, um quarto e cozinha. Como escreve Freycinet, as habitações cariocas obedeciam ao princípio de ter uma grande sala dando para a rua e o resto distribuído em alcovas e corredores.

Quanto aos materiais de construção, convém ressaltar que janelas com caixilhos de vidro era então considerado um luxo no Rio de Janeiro e a maioria tinha rótulas, ou seja, engradados de madeira.⁽⁷⁾ As casas assentavam em esteios de madeira. Parede de frontal era feita de tijolos assentes em grades de pau: “é delgada, de pouca fortaleza, principalmente o frontal singelo e não dobrado”, explica Moraes Silva no seu *Dicionário*.

A palavra *morada* seguida de *casas térreas* ou *casas de sobrado* indica fundamentalmente uma unidade habitacional que não se confunde com a unidade arquitetônica, pois esta podia ter vários fogos ou moradas. Aliás este problema era levantado na época quando se tratava de fazer o cômputo da população. Pizarro e Araújo, nas *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, esclarece: “Por exemplo, uma casa de dois sobrados é para duas famílias e a loja, para outra. Fica portanto evidente que feito o cálculo dos habitantes pelo número das casas, há de ser o resultado sempre diminuto: mas fazendo-se pelo número de fogos ou das famílias como contam os róis paroquiais, se aproximará melhor o cadastro da população.” (Liv. VII, nota 121 ao cap. x.)

(6) “L’élévation de leur valeur engage les acquéreurs à y bâtir beaucoup de logements dans le moindre espace possible, en ne leur donnant, en conséquence, que la largeur strictement nécessaire pour que, tant bien que mal, la lumière puisse arriver du devant au derrière de l’édifice.” (Ob. cit., t. I, p. 179.)

(7) O’NEILL, Thomas, *A concise and accurate account*. “The dwellings of the inferior ranks of people are of wood, with lattice windows, as glass is unnecessary, on account of the free admission of the air.” (V. p. 60.)

Loja é outra palavra perigosa, pois pode levar a anacronismos. No início do século XIX ela possuía dois significados distintos, um por assim dizer comercial (loja era a oficina ou casa de vender) e outro arquitetônico e, neste caso, significava simplesmente andar térreo. Assim se compreende que se falasse então em loja de casa nobre, ou seja, “o pátio coberto, que serve de entrada, onde assistem os lacaios e entram seges”, diz Morais Silva. Temos assim a loja, a sobreloja, um ou dois sobrados, o sótão, como elementos das construções mais complexas.

A iconografia fornece amplos dados ao historiador, que tem todo o interesse em examinar, por exemplo, os planos e elevações de casas pequenas e grandes, rurais e citadinas, desenhados por Debret e por ele comentados (estampas 42 e 43). Na primeira estampa, com o n.º 1, está representada uma casa térrea, ou seja, o tipo mais comum nas ruas do Rio de Janeiro, mas uma parte do corpo do edifício é encimada por um andar, que não pode ser denominado sobrado, pois não acompanha toda a fachada da casa. Trata-se apenas de um sótão. No andar térreo há um vestíbulo ou corredor, uma sala de recepção que dá para a rua, com duas janelas, quartos sem janelas, ou seja, alcovas, sala de jantar, despensa, pátio com poço, cozinha, quarto dos negros, jardim, estrebaria.⁽⁸⁾ No sótão havia vários quartos, mas só um com janelas.

Ao desenhar a modesta casa de chácara, Debret coloca também um pequeno andar por cima, o que de modo algum a transforma numa casa de sobrado.⁽⁹⁾ Temos no andar térreo uma varanda, um oratório logo na entrada,⁽¹⁰⁾ uma sala, uma sala de jantar, um quarto com uma escada para o sótão, geralmente ocupado pelos filhos do casal, alcovas, cozinha, despensa, quarto dos negros. Mais ampla do que a pequena casa da cidade, não

(8) No desenho de Debret não vemos qualquer entrada traseira para a estrebaria, o que confirma as seguintes palavras de von Leithold: “Pequenas ou grandes, a maior parte das casas costuma ter nos fundos um pequeno quintal com seu rancho de telhas para dois cavalos; mas para lá chegar não há outra entrada senão através da casa. Se o respectivo senhor quer sair a cavalo, o negro ou moleque (como são aqui chamados os escravos africanos) conduz para fora o animal pela única porta da casa, passando necessariamente pela peça principal.” (Ob. cit., p. 29.)

(9) “J’y ajoute, comme dans les petites maisons de ville, l’exemple du petit étage; luxe déjà remarquable dans ces modestes habitations rurales, ordinairement simples rez-de-chausée, et qui, la plupart, n’ont que quatre colonnes à leurs *varandas*, ce qui diminue d’autant la largeur du bâtiment.”

(10) “... l’autel est placé de manière à ce que les assistants venus des environs, et les esclaves, placés dehors, puissent cependant voir l’officiant.”

apresenta mais aquela característica de uma fachada muito estreita para um fundo muito comprido.

Aquilo que Debret denomina “grandes casas” corresponde no vocabulário carioca do início do século XIX à expressão “casas nobres”, cuja característica principal seja talvez a existência de cavaliças apropriadas ao estilo de vida com sege ou cadeirinha. (11) O exemplo escolhido por Debret para a grande casa de campo não foi muito feliz, pois se trata da casa de campo do bispo do Rio de Janeiro, situada no fim do subúrbio denominado Mata-porcos. Seria mais interessante se tivesse escolhido uma das outras referidas na estampa 15 (“Regresso de um proprietário de chácara”): “Apenas duas casas de campo são notáveis pela pureza do gosto que presidiu à sua construção; aliás devem-se os planos a M. Grandjean, nosso compatriota, professor de arquitetura na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Uma está situada no Catumbi e a outra, na estrada de Mata-porcos. Aquela que este sábio professor construiu para si perto do Jardim Botânico, é digna rival das outras duas e dá, como elas, um novo *cachet* às casas rurais de recreio denominadas chácaras.” Não há dúvida de que a residência do bispo era mais tipicamente carioca do que estas novas construções em estilo francês, mas a morada de um eclesiástico não é tão significativa como a habitação de uma família rica de brasileiros.

Durante a sua estada no Rio, von Leithold foi visitar um velho general numa chácara que ficava a duas horas da cidade. Era uma pequena casa térrea com uma porta e duas janelas, e à frente havia uma espécie de alpendre sustentado por quatro colunas de madeira. Dentro havia uma pequena sala, uma outra peça menor com mantimentos, uma terceira com uma escrivaninha e uma pequena biblioteca. E, finalmente, uma alcova: “Sua cama tinha o formato de um sarcófago, envernizado de preto e guarnecido de gavetas e um mosquiteiro.” Fora havia uma pequena casa para o escravo e sua família. (12)

Leithold, tal como outros estrangeiros, achava os aluguéis no Rio extravagantemente altos. “Uma casa bem modesta, das que eu antes descrevi, (13) custa por mês e sem móveis de 14 a 16 mil réis”, o que confirma os dados fornecidos pela correspondên-

(11) “... dans les beaux faubourgs de Rio de Janeiro, l’homme en place et le négociant consacrent tout le rez-de-chaussée aux remises et aux écuries tandis qu’en ville, le commerçant y installe ses spacieux magasins, et n’y réserve, parfois, qu’une petite écurie pour sa mule.”

(12) “A dita casinha constava de um único quarto, de um depósito, para leite, e da cozinha. Atrás dela, um rancho sem paredes e coberto de palha servia de abrigo para um cavalo — o do general —, quatro vacas e alguns porcos.” (Ob. cit., p. 81.)

(13) Ob. cit., p. 11.

cia de Marrocos, segundo o qual se pagava por uma casa no centro entre 100\$000 e 200\$000 rs por ano.⁽¹⁴⁾ “Quando uma casa fica vazia e querem alugá-la, coloca-se à porta uma folha branca de papel, que indica estar ela disponível. Os pretendentes informam-se junto dos vizinhos sobre o nome e o endereço do proprietário. Assinado o contrato, que exige duas testemunhas, recebe-se a chave e faz-se na casa o que bem se entende, como se fosse própria.” (Ob. cit., p. 22.) Isto talvez se explique pelo fato de as habitações serem postas para alugar sem que o proprietário fizesse quaisquer reformas: “Quem quiser alugar uma propriedade de casas nobres com boas salas, quartos, quintal e poço, fale com o porteiro da Impressão Régia. O senhorio propõe-se a consentir que o inquilino faça as obras que forem necessárias à custa de meio aluguel anual.” (*Gazeta*, n.º 6, 1812.)

Morar em chácara constituía verdadeiramente um luxo, pois os aluguéis eram muito mais elevados, como podemos ver pelo seguinte anúncio: “O cônsul deputado da nação inglesa, Alexandre Cuningham, morador na Rua Direita, arrenda a chácara e casas da Ponta do Caju a 800\$000 rs por cada um ano...” (n.º 14, 1812.) Mas, segundo Pizarro e Araújo, as chácaras só se tornaram locais agradáveis e requintados depois da chegada da corte ao Rio, pois só então perderam a sua rusticidade: “Como aos chaceiros do Brasil atraía somente o útil de suas lavouras e não cuidavam de ordinário no voluptuoso, também deixavam de preparar, dispor os lugares de seus recreios com aquele deleite que se observa nas quintas de Portugal, onde outros meios e conveniências não só facilitam, mas incitam a executá-lo. Hoje, porém, não é assim; porque, reformado o antigo sistema, à proporção do melhoramento da cidade vão os seus subúrbios mudando de face por aprazíveis casas de campo e boas disposições de chacras.” (Ob. cit., liv. VII, cap. VI, nota 86.)

Trastes de casa

Quanto ao interior das habitações cariocas, só nos foram conservados dados sobre aquelas que pertenciam a grupos mais abastados, pois era a estes que se dirigia a publicidade feita através da imprensa.

(14) O botânico e entomologista J. C. Mikan escrevia, em 1817, que ele e seus companheiros tinham-se instalado primeiro no centro, na Rua da Alfândega, e depois mudaram para o Catumbi por ser mais barato: “o aluguel da que acabamos de deixar montava a 16\$000 rs um só mês.” (In CUNHA, Lygia da Fonseca F. da, *Thomas Ender. Catálogo de desenhos*, p. 8.)

As paredes eram por vezes forradas a papel, havendo até mão-de-obra estrangeira especializada na sua colocação: “Antônio Giorgi, de nação romano, faz saber que ele é pintor, que pinta quaisquer casas, e forra salas de papel inglês, nas paredes mais úmidas, sem que o dito papel seja ofendido, e pega papel nas ditas paredes com uma certa composição de cola que também a todo o tempo, assim de frio, como de calor, a umidade nunca ofenderá, pela dita composição da cola, e estará livre de qualquer qualidade de bichos e de cupim.” (n.º 74, 1812.) Quanto ao chão, havia ladrilhos de mármore, ladrilhos brancos e pretos para salas, pedra preta para ladrilhar quartos interiores e um tijolo especial para os corredores. Usavam-se muito os esteirados, de junco ou palha, havendo contudo quem preferisse os encerados e alcatifas, anunciando os comerciantes “alcatifas aveludadas para tapeçar salas ricas”.

O termo *armação* significava então tudo o que servia de adorno e ornamento, como cortinas, sanefas, etc. Léger, armador francês, vendia franjas de algodão e de seda para bambinelas e outros ornamentos de casa, sendo em geral estes objetos bastante caros, como podemos ver pela avaliação feita nos bens do negociante Elias Antônio Lopes:

3 colchas de damasco carmesim e amarelo	60\$000
9 pernas de cortinas de damasco carmesim	14\$400
1 cortina de porta de damasco de lã	3\$200
6 colchas brancas acolchoadas	12\$000

Convém lembrar que estes números se referem a objetos usados, constantes de um inventário, e que portanto os preços de venda eram bem mais altos.

No início do século XIX a palavra *trastes* não adquirira ainda qualquer conotação pejorativa. Significava apenas “peças de uso e serviço: v. g. bancas, cadeiras, camas, espadas, jóias” e assim era comum a expressão “trastes elegantes”, a qual hoje se nos afigura um contra-senso. O termo *trastes* podia então ser usado como sinônimo de *móveis*, palavra que possuía um significado muito mais amplo do que o de peças de mobiliário. O móvel, ou móveis, de uma casa era, na definição de Morais Silva, o mesmo que os trastes de seu serviço e adorno, e é com este sentido que a palavra nos surge no seguinte anúncio: “Nos dias 9, 10 e

11 do corrente mês, das nove horas da manhã até às três da tarde, se fará leilão de vários móveis de prata, louça, casquinha, cobre e roupa branca na Rua do Alecrim, n.º 134, onde se podem ver os ditos móveis. . .” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 1, 1811.) O termo *móveis* era ainda utilizado de uma forma muito próxima a sua origem semântica de *bens móveis*: “No dia 15 do corrente, às dez horas da manhã, se venderá na residência do Exmo. marquês de Casa Irujo, à Glória, quantidade de vários móveis, entre eles os seguintes: um magnífico pianoforte de Broadwood; um lustre de cristal inglês; uma soberba carruagem inglesa, por Hodges; uma sege e guarnições para quatro mulas, e talvez se vendam as mulas; alguns vinhos esquisitos; prata de mesa em lotes para cômodo dos compradores; e várias outras miudezas que no ato do leilão se poderão ver.” (*Ib.*, n.º 4, 1812.) Só por influência dos comerciantes franceses o termo *móveis* começou a ser usado em sentido mais restrito: “Bourdon e Fry, Rua Direita n.º 18, receberam ultimamente novo sortimento de móveis, a saber guarda-roupas, guarda-louças, secretárias, cômodas, aparadores, mesas de todas as qualidades, uma cama rica com todos os seus pertences, canapés e cadeiras de mogno ou outras mais ordinárias. . .” (N.º 12, 1820.)

No comércio carioca os trastes franceses, “muito ricos e do último gosto”, faziam concorrência aos trastes ingleses. Através da publicidade da *Gazeta do Rio de Janeiro* ficamos com uma idéia muito clara desse comércio de luxo. Nota-se uma grande variedade de peças de mobiliário: aparadores, armários com vidraças e armários de ferro, “camas de sofá e de patente com cortinado”, canapés, cadeiras de mogno ou com assento de palhinha, consolas, guarda-roupas e guarda-louças, leitos de acaju com “armação de cortinas com franja”, mesas de mármore branco e de louça azul da China, mesas de acaju, mogno e jacarandá para jantar, havendo mesmo umas de vinhático “com cabeceiras que servem também de aparadores”, mesas de jogo de jacarandá com faixas de cores, mesas de chá embutidas de latão, mesas de costura e sofás.

Objetos decorativos como biombos de charão, cofres de madeira aromática, espelhos, estátuas de gesso, figuras de porcelana mate, jarras para flores, vasos de alabastro e de porcelana são anunciados ao mesmo tempo que objetos úteis como burras,⁽¹⁵⁾

(15) “Cofre para dinheiro, ordinariamente chapeado e ferrado.” (MORAIS SILVA, ob. cit.)

bancas de lavar, caixas para costura, escrivadinhas,⁽¹⁶⁾ fogões de ferro e seus pertences para a cozinha, lavatórios de bronze, etc.

Nota-se uma variedade bastante grande na oferta de instrumentos musicais: cravo de penas, guitarras, harpas, pianofortes, rabecões, rabecas e violas francesas de acompanhamento. Revela-se o gosto pelos objetos com música: por exemplo, anuncia-se um relógio de parede, inglês, tocando em cada hora diferentes minuets; um outro, de mesa, com várias tocatas, ou então “pêndulas” de música que tocavam uma sonata em cada hora.

É sobretudo a partir de 1816 que as modas européias começam a impor-se no Rio de Janeiro em matéria de mobiliário e decoração. Freycinet comenta a introdução de móveis elegantes, como consolas, pianos, mesas de jogo, e o uso de lustres e candelabros nas casas opulentas.⁽¹⁷⁾ Eram freqüentes os anúncios de candeleros “austrais, de cristal”, de quinquês (tradução do francês *quinquets*), de candeleros ingleses “com torcidas de algodão”; de castiçais prateados ou de casquinha, com mangas de vidro; “copos de vidro de cores, próprios para iluminação”; lustres de cristal ou de vidro, de 6 ou 12 luzes.

Todos estes trastes se encontravam à venda no Rio de Janeiro dominado pelo comércio de luxo estrangeiro. Mas quanto ao que os vários grupos sociais efetivamente compravam para seu uso e decoração das suas moradas é algo mais difícil de conhecer, por nos faltar a documentação. Um único documento satisfatório do ponto de vista da informação contida: o inventário de bens do rico negociante Elias Antônio Lopes. Convém contudo lembrar que este negociante faleceu em outubro de 1815 e que, portanto, os trastes existentes quer na sua casa da cidade, quer na sua chácara, podem ser considerados tradicionais, sem que se faça sentir ainda a influência das modas francesa e inglesa. Dado que se trata de um documento ainda inédito, será amplamente usado aqui, embora sem fazer a transcrição completa, por se tratar de uma lista bastante longa.

(16) “Caixa com tinteiro, e o mais aparelho para escrever.” (MORAIS SILVA, ob. cit.)

(17) Na área da iluminação acentuam-se as diferenças sociais: “L’éclairage chez le bas peuple se fait au moyen de mauvaises lampes en fer battu ou en fer blanc, dans lesquelles on brûle de l’huile de baleine, ou bien avec de la chandelle. Outre ce dernier article de luminaire, les classes plus relevées consomment aussi de la bougie; et l’usage des quinquets apportés de France acquerrait sans doute plus de vogue, si la difficulté de se procurer de l’huile épurée n’y mettait obstacle.” (*Voyage*, t. 1, p. 181.) Assim se compreende a quantidade de anúncios referentes a “azeite purificado para luzes”, “azeite para lamparinas” e a insistência na oferta de velas.

Vejamos, em primeiro lugar, as peças de mobiliário.

Nome	Determinativos	N.º de peças
armário (18)	grande	1
armário	pintado com caixilhos de vidro	1
baú	coberto de moscóvia com capa	1
baú	coberto de couro	4
banco	comprido no corredor	1
banco	pequeno	3
cadeira	antiga de jacarandá	10
cadeira	imperial	1
cadeira	pintada com assento de palhinha	12
cadeira	com assento de palhinha, com seus dourados, de jacarandá	35
cadeira	de ébano	12
cama (19)	de armação embutida	2
cama	de armação larga e pilares oitavados	1
cama	de caixa com cabeceira e balaústres	1
canapé	pintado	2
canapé	pintado com assento de palhinha	4
cômoda	pintada	1
marquesa (20)	embutida, de jacarandá	1
mesa	de meia-laranja com panos	4
mesa	com duas gavetas	2
mesa	de cozinha	1
mesa	pintada de aba meia-laranja	2
mesa	pequena, pintada	2
mesa	de abas, de madeira branca	1
mesa	grande, guarnecida de pano	1
mesa	pequena, guarnecida de pano	4
mesa	grande de espaldar, coberta de damasco	1
mocho (21)	de pau	7
mocho	de cozinha	1
mocho	de ébano	1
papeleira	de madeira branca	1
papeleira	embutida, de jacarandá	1
poltrona	de jacarandá	1
tamborete		14

(18) "On se sert peu d'armoires; on a, pour serrer le linge, des commodes, des coffres, des malles, et quelques paniers qu'on nomme *gongas*." (Freycinet, *Voyage*, t. I, p. 180.)

(19) "Quelques personnes couchent comme nous dans des lits; d'autres n'ont qu'une natte et un oreiller placés sur une marquise, sans matelas ni draps." (Id., ib.)

(20) "Presque tous les gens du commun se servent d'une espèce de canapé appelée *marquesa* (marquise): les pauvres la recouvrent en bois ou en cuir; les gens aisés, en rotin ou en marocain: c'est un siège le jour, et un lit la nuit." (Id., ib.)

(21) "On a peu de fauteils et de tapis, mais beaucoup de lits de camp, des nattes, sur lesquelles les femmes des classes inférieures s'asseyent, et des tabourets assez élevés appelés *mochos*." (Id., ib.)

Através das informações contidas no inventário dos bens de Elias Antônio Lopes, pode-se constatar que a madeira mais utilizada nas peças de mobiliário era o jacarandá, o que confirma o testemunho de Freycinet.⁽²²⁾.

Vejam agora os restantes trastes da morada do negociante e sua respectiva avaliação, começando pelas peças de prata:

1 prato e jarro de prata que pesa 12 marcos e 14 oitavas	97\$400
1 par de serpentinhas ⁽²³⁾ de prata pé ouvado que pesam 14 marcos e 7 oitavas	114\$300
1 par de serpentinhas de prata mais pequenas que pesa 9 marcos e 62 oitavas	83\$000
2 pares de castiçais de prata que pesam 8 marcos e 15 oitavas	59\$100
1 par de castiçais de prata que pesam 3 marcos e 61,5 oitavas	29\$350
1 par de castiçais de prata que pesam 4 marcos e 13 oitavas	31\$700
2 pares de castiçais de prata que pesam 5 marcos e 2 oitavas	41\$600
1 salva grande de prata de 3 pés e 1 dita pequena irmã que pesam 6 marcos e 31,5 oitavas	51\$150
4 salvas pequenas de prata irmãs que pesam 3 marcos e 18 oitavas	29\$000
2 pratos e duas tesouras de prata de espevitar que pesam 1 marco e 56 oitavas	23\$200
1 talher de 2 galhetas e 2 seladeiros de cristal dourados, pesando a prata 3 marcos e 12,5 oitavas	33\$250
11 colheres de prata para sopa, de meias-canas	
11 garfos de prata, de meias-canas	
1 colher de prata de tirar sopa	
11 colheres de prata de chá	
1 escumadeira de prata que pesam 10 marcos e 20 oitavas	66\$000
11 facas com cabos de prata	25\$300
Faca e garfo de trinchar	6\$600
1 faqueiro coberto de lixa preta, forrado de veludo carmesim espigilhado de ouro	12\$800
12 colheres de prata para sopa, de pérolas e cabeça virada	
12 garfos de prata	
12 colheres de prata para chá	
1 escumadeira	
1 mola de prata	
1 colher de prata que pesam 8 marcos e 34 oitavas	54\$600

(22) "Le bois le plus en usage est le jacaranda gabituna pour lits, commodes, chaises; l'óleo pour les chaises et marquises et le vinhatico pour les tables à manger. (Id., ib., p. 181.)

(23) "Castiçal com 3 braços e 3 lumes." (MORAIS SILVA, ob. cit.)

12 facas de prata	23\$040
Faca e garfo de trinchar	5\$600
1 faqueiro coberto de lixa preta, forrado de veludo carmesim espiguiilhado de ouro	12\$000
12 colheres de prata para sopa, meias-canas inteiras	
12 garfos de prata	
12 colheres de prata para chá	
1 colher de prata para açúcar	
1 escumadeira de prata	
1 colher de prata	
1 colher de arroz que pesam 9 marcos e 33,5 oitavas	60\$950
11 facas com cabo de prata	22\$550
Faca e garfo de trinchar	5\$000
1 faqueiro de lixa preta, forrado de veludo carmesim espiguiilhado de ouro	12\$800
5 cabos de facas velhas pesando 1 marco e 40 oitavas	10\$400

As pratas do negociante foram, portanto, avaliadas em 910\$690, ao passo que a louça da casa da cidade e da chácara apenas valia 56\$080 e a roupa de casa, 150\$160. Vemos assim que a compra de objetos de prata (variados e abundantes) não correspondia de maneira nenhuma a um requinte na maneira de viver, mas apenas a um investimento seguro. Objetos decorativos não existiam na casa do negociante, pois entre os restantes trastes apenas se incluem objetos utilitários: 4 lampiões de escada, 2 espelhos pequenos e 2 espelhos de parede, 1 bandeja de madeira branca, 2 espanadores, 4 escovas, 1 tina, 1 bacia de folha para banho, 1 caixão de ter farinha, 13 barris para água, etc.

Verifica-se, portanto, uma certa discrepância entre os “trastes elegantes” anunciados pelos comerciantes estrangeiros, principalmente depois de 1816, e os objetos possuídos por um negociante que, além de abastado, era comendador. Mas, como vimos, a pobreza relativa dos utensílios era amplamente compensada pela riqueza da prataria da casa.

Meios de transporte

Habitar longe do centro, no Catete, em Botafogo, na Ponta do Caju, no caminho de S. Cristóvão, significava possuir um meio de transporte próprio. O prussiano von Leithold comenta, na sua descrição do Rio de Janeiro, que todo mundo possuía o seu cavalo, apesar do custo elevado da sua manutenção. E a *Gazeta* anun-

ciava a venda de vários tipos de locomoção: carrinhos para um ou dois cavalos, cobertos ou descobertos, “para cordões e boléia”; carros de quatro rodas, “de cabeça de deitar para trás”; carruagens de portas, carruagens de vidros, carruagens de cortinas, carruagens “à Daumont” com arreios para quatro cavalos, carruagens de duas ou quatro rodas; seges de boléia, seges montadas em molas, seges aparelhadas de casquinha, seges de duas ou quatro rodas; traquitanas de porta, traquitanas de cortinas e traquitanas de vidros.

Morais Silva no seu *Dicionário* define a sege como uma “carruagem de passeio, pequena, de um só assento, com cortina por diante ou vidraça”. Chamberlain afirma que as seges do Rio eram idênticas às de Lisboa, embora fossem mais toscas e, por outro lado, mais ricamente ornamentadas. Quanto à traquitana, termo que não consta do *Dicionário* de Moraes Silva, era muito freqüentemente anunciada na *Gazeta*: vendia-se “uma traquitana de vidros, ultimamente chegada de Lisboa, pintada na última moda, com guarnição para duas bestas, molas inglesas e dois jogos de rodas pequenas” (n.º 13, 1810).

Quem não podia comprar, alugava seges, segundo von Leithold, por preços absurdos. “Devem ser tomados (os fiacres) de véspera, pelo dia todo ou meio dia, não se conseguindo alugá-los por prazos mais curtos. São carros de duas rodas, pequenos, semi-cobertos e forrados, por dentro, de couro vermelho ou verde e tão estreitos que mal podem neles sentar-se duas pessoas. Duas cortinas de couro protegem pela frente contra a chuva e de cada lado há uma janela de correr, que deixa ao menos respirar nas horas de calor. Duas mulas magras, uma delas montada por um boleeiro quase sempre embriagado, puxam esse veículo, que mais se assemelha aos carrinhos de feira...” (ob. cit., p. 22-23).

Já antes de o criado de Sua Majestade, Sebastião Fabregas Surigué, obter o privilégio exclusivo dos coches e seges de posta para o Palácio de Santa Cruz e para o da Boa Vista, em 1817, havia cocheiras que alugavam seges, “muito aseadas e com boas parelhas”, pelo preço de cinco patacas, tanto de manhã como de tarde, “até à distância da praia do Botafogo ou de S. Cristóvão” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 75, 1809). Outras alugavam, além de seges, criados e cavalos: “Antônio Valentim de Oliveira participa ao público que tem feito uma reforma na cocheira da Rua da Misericórdia, tendo seges e criados com toda a decência, tanto para boléia, como traseira, cavalos muito bons e bem aparelhados; também aluga alguns preparados com bom selim à ingles-

sa; outrossim adverte a todos os senhores que o preço das seges será o costumado, e que por ter notícia que alguns criados pediam paga avultada, logo que a qualquer pessoa tal aconteça, e não seja servida como deseja, o participará ao sobredito, a fim de remediar a falta, despedindo o criado.” (N.º 59, 1810.)

Mesmo depois da inauguração do que se poderia chamar o sistema de transportes públicos para os arredores da cidade, o hábito de alugar seges e criados continuou a existir. Numa cocheira havia, em 1818, “muito boas seges para alugar, boas parelhas e criados com librés, pelo preço de 2:400 por tarde ou manhã, isto não só nos dias de semana, como em domingos e dias santos, não se alterando o preço àquelas pessoas que forem fregueses da casa, ainda mesmo nos dias de grande função” (n.º 34, 1818).⁽²⁴⁾

Ter sege ou carruagem própria era sinal de uma “graduação” social elevada, mas quem não as possuía tinha sempre a possibilidade de recorrer esporadicamente a este meio de transporte para as longas distâncias ou quando se fazia necessária uma certa “representação”, como em dias de “grande função”, por exemplo. Porém do ponto de vista habitacional, cumpre acentuar que só podia morar no perímetro urbano quem possuísse carruagem própria.

(24) Segundo Taunay e Denis em *Le Brésil*, o luxo fez rápidos progressos no Rio: “Les voitures, qui à notre arrivée n'étaient en général, même celles de la Cour, que de mauvaises chaises de poste traînées par deux mules, se sont transformées deux ans après en carrosses superbes tirés par des chevaux élégamment enharnachés, ayant cochers et laquais revêtus de riches livrées.” (Cap. VII, p. 45-6.)

A SOCIEDADE E AS SUAS DIVERSÕES

“... nos Estados deve o povo estar sempre ocupado em coisa útil ou deleitosa, para evitar a ociosidade e os vícios que vêm de mistura.”

PIZARRO E ARAÚJO, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*

Festejos públicos

É certo que a monarquia absoluta aproveitava todos os pretextos (aniversário do governante, casamentos ou nascimentos na família real, acontecimentos políticos relevantes) para promover festejos que incluíam luminárias, fogos de artifício, cavalcadas, corridas de touros, cortejos e desfiles, arrumação de tropas. É certo que o intendente geral da Polícia, ao referir a magnificência dos festejos organizados pela polícia na ocasião do casamento da princesa Maria Teresa, da aclamação do rei e do recebimento da princesa real, escreveu: “era um dever da polícia entrar nestes objetos, não só pela utilidade que se tira em trazer o povo alegre e entretido, como promovendo ao mesmo tempo o amor e respeito dos vassallos para com o soberano e sua real dinastia.” (*R. I. H. G. B.*, t. 55, parte 1, p. 379.) Contudo não se pode encarar a noção de festejo público apenas como uma forma de mistificação política ou social. O povo aprende a respeitar o soberano, mas ao mesmo tempo diverte-se; o povo fica entretido e, portanto, tranqüilo, mas ao mesmo tempo que é espectador, ele participa do festejo.⁽¹⁾

(1) Como escreve Alain na *Vingt leçons sur les beaux-arts*: “Dans le cortège et dans la cérémonie, la foule s'organise et se présente en quelque façon à elle-même. Et en même temps dans le cortège se fait la séparation de l'acteur et du spectateur, qui est la suite naturelle de la fête. Certainement il y a de la beauté dans les processions, dans les défilés des corps constitués, dans les parades militaires, C'est le seul art populaire peut-être.” (V. p. 523.)

A importância dos festejos públicos era tal que a sua descrição minuciosa ocupava páginas e páginas, quer em obras, quer em folhetos, quer na *Gazeta do Rio de Janeiro*. E através dessas descrições apercebemo-nos de um número constante de elementos festivos que se repetem em todas as festas públicas, com pequenas variantes conforme a sua maior ou menor sumptuosidade. São esses elementos constantes que agora passarei a analisar, começando pela unidade mais simples: a procissão da corte.

Ela possuía todos os atrativos visuais e sonoros suscetíveis de agradar à multidão. Por ocasião do batizado da princesa da Beira, o régio acompanhamento é descrito nos seguintes termos pelo P.^e Luís Gonçalves dos Santos: “vinham adiante os timbaleiros e a música da casa real, seguia-se um destacamento de archeiros com as suas alabardas, após estes os porteiros da cana, levando os seis derradeiros ao ombro maças de prata, logo os reis d’armas, arautos e passavantes com as respectivas cotas, seguia-se uma luzida comitiva de pessoas mais qualificadas de todas as ordens do Estado, vinham depois os moços da Câmara e criados de Sua Majestade, e também o corregedor do crime da corte e casa; vinham então os grandes, e títulos todos cobertos, exceto os que levavam insígnias e os que iam em serviço atual.” Depois dos membros da família real, seus viadores e damas, fechava a procissão outra guarda real de archeiros (*Memórias*, t. II, p. 718).

Talvez a mais luzida e variada procissão da corte tenha sido aquela que se realizou por ocasião do desembarque do regente no Rio. Este dirigiu-se em procissão à Catedral, tendo os moradores da Rua do Rosário e da Rua Direita recebido aviso “para ornarem a frente das suas casas, alcatifarem as ruas de areia, folhas e flores” (P.^e Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias*, t. I, p. 210). O longo trajeto em procissão tinha como objetivo proporcionar um espetáculo ao povo: logo no local do desembarque este assistiu à cerimônia em torno de um “rico altar” ali erigido, viu o cabido da Catedral “paramentado de pluviais de seda de ouro branca”. Depois as pessoas reais “se recolheram debaixo de um precioso pátio de seda de ouro encarnada”, cujas varas eram sustentadas pelo juiz de fora, presidente do Senado da Câmara, vereadores, procurador, escrivão e cidadãos que tinham sido vereadores e que ocupavam ainda um lugar de destaque na cidade. O povo assistia, portanto, a uma cerimônia cheia de atrativos visuais, pelo luxo das vestes e dos objetos, e ao mesmo tempo inspiradora de respeito pelas hierarquias, neste caso a hierarquia municipal.

A procissão é o símbolo visual da hierarquia social. O povo vê passar diante de si, pela devida ordem, aqueles membros da

sociedade que nela ocupam um lugar de distinção: “Então começou a caminhar a procissão do modo seguinte: um numeroso e luzido cortejo das mais distintas pessoas civis e militares, que não se achavam em atual serviço ou não tinham lugares determinados, vinha adiante vestido de corte, e com muito asseio, e riqueza, e promiscuamente os religiosos de S. Bento, do Carmo e de S. Francisco, alguns barbadinhos, seminaristas de S. José, de S. Joaquim e da Lapa, e também os magistrados sem distinção de lugar; seguia-se o estandarte da Câmara, que era levado por um cidadão, o qual trajava vestido de seda preta, capa da mesma, colete e meias de seda branca, chapéu meio abado com plumas brancas e presilha de pedras preciosas, e cuja capa era ornada com bandas de seda ricamente bordadas; formavam em seguimento do estandarte os cidadãos, vestidos com o mesmo traje, duas compridas alas por um e outro lado; vinha depois a cruz do cabido entre dois cereais, e logo todo o clero da cidade também em duas alas, e todos de sobrepelizes muito ricas e engomadas; e finalmente o cabido com pluviais; então vinha o pátio, e debaixo dele o Príncipe Regente Nosso Senhor com a sua real família [...]. Rodeavam a Sua Alteza Real os grandes do reino, oficiais-mores da sua real casa, camaristas e nobreza; e era seguido de um numeroso cortejo de eclesiásticos, militares, oficiais da marinha portuguesa e britânica, como também de outras muitas pessoas que de Lisboa tinham vindo em sua companhia.” (Ob. cit., t. I, p. 212.)

Analisando este texto cuidadosamente, primeiro do ponto de vista da disposição no espaço da hierarquia social, vemos que o centro da procissão era o lugar de honra, ocupado pela família real e pessoas do serviço do Paço, havendo um cortejo de abertura e outro de fechamento. A procissão revela-nos que o clero regular era socialmente menos considerado do que o clero secular e que na hierarquia da Igreja o cabido ocupava o lugar de maior destaque, precedendo imediatamente a família real. Vemos que o grupo que abria a procissão era constituído por pessoas civis e militares sem cargo efetivo, clero regular e magistrados “sem distinção de lugar”. Esta frase é rica de sentido na medida em que alude a todo o sistema de precedências característico do Antigo Regime. Os cidadãos e o cabido possuíam símbolos do seu grupo (estandarte e cruz) e numa festividade como esta em que uma cidade recebia o governante, o Senado da Câmara e o cabido da Catedral eram efetivamente as instituições que deviam ocupar lugar de destaque na procissão.

A própria hierarquia social e as suas insígnias e símbolos constituíam um espetáculo para o povo, mas muitos outros ele-

mentos, visuais, sonoros, ou mesmo olfativos, contribuíam para dar o tom festivo: todo o caminho por onde passava a procissão “estava coberto de fina e branca areia, e juncado de folhas, ervas odoríferas, e flores; as portas das casas se ornaram de cortinados de damasco carmesim; e das janelas pendiam ricas e vistosas tapeçarias de lindas e variadas cores, umas de damasco, outras de cetim, e outras de sedas ainda mais preciosas; e toda esta brilhante armação, e ornato, era realçada pelo grande número de senhoras que, vestidas e toucadas com o maior asseio e riqueza, aformoseavam e faziam mais brilhante o pomposo aparato da magnífica e triunfal entrada de S. A. R.” (Ib.)

Podemos considerar as luminárias como o elemento essencial nos festejos públicos. Só por si criavam o ambiente de festa e assim, na celebração de acontecimentos de menor importância, as luminárias, tal como os fogos de artifício ou as salvas, constituíam a base constante da festa pública.

A chegada da corte ao Rio é narrada num folheto publicado pela Imprensa Régia em 1810 (*Relação das festas...*) e, sob a forma de carta, o narrador conta que a cidade celebrou com nove dias de luminárias a chegada de S. A. R., tendo havido antes outros seis dias de luminárias quando chegara a princesa viúva. Mas em que consistiam essas luminárias? De modo algum se reduziam a uma simples iluminação dos pontos mais importantes da cidade. Tratava-se de algo mais complexo, como podemos ver pela narrativa do autor da carta: “Devo dizer-te que houveram luminárias de muito gosto: eis aqui o bosquejo de umas. Um quadro grande mostrando na parte superior o retrato de S. A. R., entre festões de rosas. De um lado a figura de Lísia com o semblante lacrimoso, do outro, África de joelhos oferecendo suas riquezas, e a América de manto real e borzeguins oferecendo também o coração que tinha nas mãos. Por baixo a pintura da nau em que veio S. A. R., e na parte inferior as quadras seguintes:

*América feliz tens em teu seio,
Do novo Império o Fundador Sublime:
Será este o País das Santas Virtudes,
Quando o resto do Mundo é todo crime.*

*Do grande Afonso a Descendência Augusta
Os Povos doutrinou do Mundo antigo
Para a Glória esmaltar do Novo Mundo
Manda o Sexto João o Céu amigo.*

Dístico à figura de Lísia

*Não chores Lísia
Os nossos Soberanos:
Descansam entre
Os seus americanos.*

Dístico à nau

*E depois de sulcares
Os mares largos,
Terás assento etéreo,
Como a de Argos.*

Este quadro era iluminado com luzes furtadas, mostrando a favor da sua transparência todas as letras e figuras que na obscuridade da noite faziam um prospecto encantador." Por esta descrição vemos que a luminária era um conjunto de vários elementos: uns puramente visuais (luz, representação pictórica, realista ou alegórica, flores) e outros verbais como versos e dísticos.

"O povo era tanto nestes nove dias de luminárias que cercava o palácio em grande multidão." Para maior beleza, as noites foram de luar: "uns iam assentar-se à borda do cais, a contemplar o prateado dos mares, outros se entretinham a ouvir a música; estes a gozar da iluminação, aqueles enfim a ver o seu príncipe, único alvo dos votos de seus corações."

A música provinha de "um grande coreto decentemente ornado, onde os músicos não cessavam de cantar, por grande parte das noites, os louvores do grande e incomparável príncipe". As suas "melodiosas vozes eram acompanhadas da harmonia dos instrumentos" e por vezes se recitavam, na presença do príncipe, "poesias e prosas" (P.^e Luís Gonçalves dos Santos, ob. cit., t. I, p. 218). Quanto às luminárias, sobressaíam "em competência" os conventos e as igrejas como também as fortalezas, e alguns edifícios públicos e particulares.

Não havia festividade sem fogos de artifício e fogos volantes, muito apreciados pelo povo, principalmente quando eram preparados de forma engenhosa. Por ocasião do nascimento de D. Maria da Glória, em 1819, armou-se um fogo de artifício "figurando um castelo com a real bandeira no baluarte, e onde se viam muitas figuras de soldados artilheiros com mechas acesas nas mãos em ação em dar fogo à artilharia que guarnecia o mesmo castelo" (ob. cit., t. II, p. 722).

Nos festejos mais suntuosos o desfile de carros e as danças precediam as cavalladas e as corridas de touros. Nas festas por ocasião do casamento da princesa da Beira com o infante da Espanha, em 1810, desfilaram os seguintes carros, enumerados pelo redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* (n.º 90, 1810):

- 1 — carro da América, oferecido pelos negociantes de varejo e boticários, acompanhado pela dança dos índios;
- 2 — carro representando o império da China com dança própria, oferecido pelos negociantes de ouro e prata e relojoeiros;
- 3 — carro da Imortalidade com dança denominada “heróis portugueses”, oferecido pelos negociantes de molhados e lojas de louças;
- 4 — carro representando as ilhas do Pacífico com índios próprios, oferecido pelos ofícios de latoeiro, ferreiro, segeiro, caldeireiro e ferrador;
- 5 — carro e dança de mouros, oferecido pelos ofícios de alfaiate, correeiro, sapateiro, sirgheiro, tintureiro e loja de couro;
- 6 — carro figurando um castelo com dança denominada “chinas mouriscos”, oferecido por dois oficiais de carpinteiro;
- 7 — escaler de voluntários reais com dança própria, oferecido pelos oficiais de carpinteiro, pedreiro, canteiro e tanoeiro;
- 8 — dança denominada “mouros prisioneiros”, oferecida pelos operários da fábrica de tecidos;
- 9 — dança de ciganos denominada fandango espanhol, em que os homens entravam na praça a cavalo, com as mulheres de garupa;
- 10 — dança denominada “mouros”, oferecida pelos oficiais de barbeiro;
- 11 — dança denominada “macacos”, oferecida por oficiais de carpinteiro;
- 12 — dança denominada “voluntários prisioneiros”, oferecida por várias pessoas;
- 13 — dança denominada “chinas”, oferecida por vários serventuários do Matadouro.

Estes carros e danças “apresentavam aos olhos vários costumes, usos e nações, como dando a entender que os povos, tanto os próximos como os remotos, tanto os selvagens como os cultos, deviam tributar homenagens e dedicar respeitos às virtudes de um soberano, cujo verdadeiro trono é no coração de seus vassallos e servidores”. Conta ainda o redator que “os carros das danças saíram alguns dias pelas ruas da cidade, e em a noite de 21 em que foi a iluminação, depois de se terem dado em espetáculo na praça aonde entraram, realçando as luzes, que os adornavam, suas cores variadas; também se dirigiram em a noite de 25 ao Largo do Palácio, fazendo o entretenimento de imenso povo que corria após eles, atraído da suavidade dos instrumentais, dos ricos adornos e iluminação”.

Nas festas realizadas em 1818 o mesmo esquema se repete: também havia um carro da América e uma dança dos índios, com a única diferença que o carro foi oferecido pelos “ofícios de caldeireiro, latoeiro e outros que trabalham em metais”, segundo nos informa o P.^o Luís Gonçalves dos Santos, cujas descrições são mais completas do que as do redator da *Gazeta*. Os vinte e qua-

tro índios “formaram uma dança mui divertida, sendo todo o instrumental que a dirigia um único assobio, a cujo som executaram muitas e diferentes dificuldades”. (*Memórias*, t. II, p. 687 e segs.) Só que os índios não eram índios de verdade... As festas constavam ainda de uma dança de ciganos, “que se compunha de seis homens e outras tantas mulheres, vestidos todos com muita riqueza; pois tudo quanto apresentaram de ornato era veludo e ouro”. Vinham acompanhados de “uma banda de música instrumental” e executaram várias danças espanholas.

No segundo dia dos festejos desfilou “o soberbo e majestoso carro de triunfo à romana que o corpo do comércio ofereceu”, e cuja execução se devia ao maquinista do Real Teatro, Luís Xavier Pereira. Vinham dentro deste carro “vários máscaras no traje dos antigos portugueses, com capacete, lança e escudo embraçado”, que depois executaram “danças muito graves e difíceis”, acompanhados de uma banda de música própria. Seguiu-se o carro oferecido pelos oficiais de ourives de ouro e prata, representando o triunfo do Rio de Janeiro. Este carro conduzia dezesseis dançarinos e oito músicos, vestidos os primeiros “à trágica asiática”. Executaram “uma bela dança, tendo nas mãos faixas de seda azul e amarela, e acompanhavam a música com a harmonia dos pratos”. Em seguida entrou o carro dos marceneiros e outros officios análogos, dentro do qual vinham máscaras “vestidos à curalundesas” e que também executaram uma dança. Finalmente entrou o último carro alegórico, oferecido pelos officios de sapateiro, alfaiate e outros, conduzindo portugueses e ninfas do Rio.

Em 1818, por ocasião dos desposórios de D. Pedro, organizaram-se entre outros divertimentos, como danças e corridas de touros, uns *tripúdios militares*. Moraes Silva, no seu *Dicionário*, explica-nos que tripudiar era “bailar batendo com os pés, ou dando sapateadas” e que tripúdio tinha como sinônimos “baile, dança, sapateada”. Na descrição do P.^e Luís Gonçalves dos Santos, o tripúdio militar de 1818 foi feito pelos soldados dos batalhões n.^{os} 11 e 15, “os quais entraram na praça com as músicas dos seus respectivos corpos, e depois das continências executaram com muito primor e firmeza várias evoluções, fazendo por três vezes fogo volante; e finda esta vistosa dança, feitas as continências, se retiraram, dando lugar à continuação da corrida de touros” (*Memórias*, t. II, p. 610). Por ocasião da aclamação de D. João VI, em fevereiro de 1818, também os soldados “executaram a dança militar com muito agradáveis evoluções” (ob. cit., t. II, p. 647).

As danças nem sempre se inseriam no espetáculo da praça do curro, acompanhando as corridas de touros ou as cavalhadas.

O P.^o Luís Gonçalves dos Santos conta que nos festejos de 1818 o rei, acompanhado da família real e da corte, “passeou pela real quinta, que estava toda iluminada com muita profusão de luzes, gosto e formosura, que encantava; e se dignou de assistir às belas danças que se executaram em diferentes lugares, a saber: no primeiro teatro dançaram os meninos espanhóis o bolero; no caramanchão seguinte se executou uma bela dança de índios; no imediato, a dos jardineiros; em outro, a dos mouros; no último, a dos portugueses; e no segundo teatro se executou uma operação grotesca, e dançaram os meninos um terceto sério. Estas danças foram acompanhadas e seguidas de fogos de artifício, que faziam daquela real quinta uma habitação encantada” (ob. cit., t. II, p. 610-1).

As *corridas de touros*, que se realizavam geralmente depois do desfile de carros alegóricos e das danças, são também descritas pelo P.^o Luís Gonçalves dos Santos: “Entrou o neto montado em um vistoso cavalo, e logo atrás dele os serventes, conduzindo os caixões que encerravam os instrumentos necessários para o combate, e juntamente com eles os capinhas e os homens forçados”. Fez o neto as cortesias de estilo, acompanhado de dois capinhas “e passou a avisar os cavaleiros toureadores para que entrassem”. Estes apareceram “ricamente vestidos de veludo com bordaduras de ouro, chapéus com grandes plumas, e montados em soberbos cavalos” e, “segundo a arte da cavalaria”, cortejaram as damas do Paço e os espectadores em geral. Em seguida mudaram de cavalos, montando outros mais próprios para o combate. Correram-se nessa tarde quatro ou cinco touros, “sem que houvesse acontecimento notável que causasse susto ou desgosto, antes muito prazer e geral satisfação em tão perigoso brinquedo” (ob. cit., t. II, p. 695).

As *cavalhadas* alternavam com as corridas de touros, constituindo em alguns dias a segunda parte do espetáculo, sempre depois do desfile de carros e danças. Quer as corridas de touros, quer as cavalhadas, eram consideradas a parte nobre do espetáculo na praça do curro, e às vezes realizavam-se umas, às vezes outras, pois os festejos duravam vários dias e não havia grande variedade de divertimentos. A repetição era aliás necessária para permitir que maior número de pessoas pudesse presenciar nas bancadas as corridas e cavalhadas.

Para estas entravam na praça trinta e dois cavaleiros, cujos trajes foram objeto de uma estampa de Debret, divididos em quatro secções “distintas pelas cores dos seus vestidos” e os pajens que os acompanhavam vestiam as cores dos seus amos. Também

aqui se faziam cortesias à roda da praça. “Começaram as escaramuças, seguiram-se os torneios e outros diversos jogos muito brilhantes”, segundo os preceitos da “nobre arte da cavalaria, tão melindrosa quanto difícil” (ob. cit., t. II, p. 687-8).

Para se celebrar o casamento de D. Pedro incluiu-se nos festejos uma *encamisada*. Morais Silva, no *Dicionário*, dá dois significados para *encamisada*, um mais antigo, no sentido propriamente militar (“assalto noturno em que as tropas vão vestidas de camisas sobre as armas para se conhecerem dos contrários”, sendo usada na *Jornada de África* a expressão “dar uma *encamisada* aos mouros”), outro mais moderno em que aparece como sinônimo de “festa com tochas”.

Vejam os agora a descrição deste divertimento popular pelo P.^e Luís Gonçalves dos Santos: “Estando toda a quadra da praça já iluminada, saíram do Arco do Teles, fronteiro ao real palácio, seis cavaleiros vestidos de branco, tocando trombetas, e após deles vinham catorze pares, vestidos também de branco, igualmente bem montados em soberbos cavalos: tinham uns, divisas encarnadas, que consistiam em listões desta cor pendentes do ombro esquerdo até à coxa direita, e os outros as traziam da mesma forma, mas de cor azul, e vinham todos com os rostos mascarados.” O resto da descrição confirma a definição de Morais Silva: “Marcharam a passo grave até defronte e perto das janelas em que estavam o Príncipe Regente Nosso Senhor e as mais pessoas reais, e cada um levava uma tocha na mão direita; e logo, fazendo alto os trombetas, começaram os cavaleiros, em boa e ordenada disposição, a correr o terreno, que a muito custo lhes tinha preparado a cavalaria da Polícia, e mostrando muita destreza, ora galopando para a direita, ora para a esquerda, ora trotando largo, ora apertado, ora fazendo círculos muito dificultosos por mui pequenos; e conservando-se sempre em boa ordem se dividiram em dois corpos, e saindo um cavaleiro ao meio do Terreiro, que medeava entre eles, e fazendo um círculo foi tirar o par, que lhe ficava fronteiro, correndo sempre, como o segundo, que fez o mesmo, e os outros até ao último, e logo, largando tochas, mesmo a galopar, formaram uma espécie de combate, disparando as pistolas que traziam encobertas; e depois, puxando as espadas e esgrimindo com elas uns contra os outros, tornaram a tomar as tochas e se retiraram pela mesma ordem com que tinham vindo, mas por diverso caminho, para rodearem e serem vistos de todo o Paço.” (Ob. cit., t. I, p. 328.)

Para anunciar as festas de aclamação de D. João uma *cavalgata* percorreu as ruas principais da cidade, sendo lidos e afixados

nas esquinas os editais anunciadores da grande cerimônia real. “Rompia a cavalgata uma escolta da guarda real da Polícia em grande uniforme. Seguiam-se vários criados da casa real, conduzindo três azêmolas carregadas de fogo do ar, e cobertas com mantas de veludo agaloadas de ouro. Logo uma numerosa banda de música dos regimentos da guarnição da corte e milicianos, todos em grande uniforme, ornadas as barretinas de flores, e montados em cavalos das reais cavalaria, os quais se viam enfeitados com fitas de diferentes cores; após da música vinham os oficiais de Justiça, os almotacéis e o Senado da Câmara com o seu presidente, todos a cavalo e ricamente vestidos, trazendo capas de seda preta com bandas de seda branca, bordadas as dos senadores e almotacéis com muito primor, e com chapéus ornados com plumas brancas, e jóias de grande valor. Acompanhava um numeroso estado de cavalos das reais cavalaria soberbamente ajaezados, e enfeitados com penachos de várias cores e fitas e estes eram guiados por criados da casa real em grande uniforme. Seguiam-se depois deles os cavalos dos senadores e almotacéis com riquíssimos telizes feitos alguns para esta função, e eram conduzidos por criados dos seus respectivos amos, fardados com grande asseio. Outra banda de música fechava esta cavalgata, após da qual se seguia uma companhia de cavalaria da real guarda da Polícia, comandada por um capitão e dois subalternos, igualmente em grande uniforme.” (Ob. cit., t. II, p. 617.) Que esta descrição da cavalgata seja exagerada quanto à riqueza da indumentária, ou quanto à beleza dos cavalos, é pormenor que pouco importa ao historiador da cultura, que se limita a assinalar aqui, como na procissão real, a mesma disposição simétrica no espaço, com o lugar de honra ao centro, assim como a presença dos elementos festivos (grande uniforme, banda de música, penachos, flores e fitas coloridas, fogo do ar).

Vimos os elementos de que se compunham os grandes festejos públicos de então, mas por vezes realizavam-se festas mais simples. Por exemplo, para comemorar a restauração de Portugal, o regente mandou celebrar, nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1808, “um tríduo com toda a pompa e esplendor” na capela real, onde se cantaram missas solenes e onde no primeiro dia o Rev. Januário da Cunha Barbosa, pregador régio, recitou “uma muito eloqüente oração gratulatória”. Houve “teatro de corte” e o tríduo se concluiu com uma “pomposa procissão” (Ob. cit., t. I, p. 284-6).

O dia 13 de maio, aniversário de D. João, era sempre celebrado com festividades públicas. Em 1808 consistiram numa

grande parada, audiência e beija-mão à corte, aos tribunais e às “pessoas mais condecoradas de todas as ordens do Estado” (Ob. cit., t. I, p. 252-3). Em 1809 o programa dos festejos manteve-se inalterado, tendo sido apenas enriquecido com a inauguração de uma fonte no Campo de Santana cerimônia que teve “o numeroso concurso do povo” (Ob. cit., t. I, p. 295). Em 1810 o aniversário coincidiu com as magníficas festas dos desposórios da princesa Maria Teresa com D. Pedro Carlos, infante de Espanha, mas nos outros anos os festejos de aniversário mantiveram a sua estrutura inalterável (parada, beija-mão), até ao ano de 1817, em que se acrescentou um outro divertimento de caráter aristocrático: “À noite houve teatro de corte, para o qual concorreu o corpo diplomático, a fidalguia toda e as mais distintas pessoas desta capital; Sua Majestade, com a real família, se dignou honrar tão brilhante assembléia, onde recebeu à sua chegada e nos intervalos das diferentes peças que se representavam, e das danças, muitos aplausos e vivas tanto dos camarotes como da platéia, em obséquio de um dia tão glorioso para o império lusitano.” (Ob. cit., t. II, p. 554.) O que se entendia por “teatro de corte”? A expressão aparece novamente quando se descrevem os festejos do aniversário em 1820: “Também à noite houve teatro de corte, aonde foram Sua Majestade e real família recebidos com os mais expressivos sinais de contentamento e desejos de que tão feliz dia se repetisse por muitas vezes, para felicidade da nação.” (Ob. cit., t. II, p. 745.) Mas em ambas as citações nada há que nos elucide sobre as diferenças entre o teatro de corte e aquele que o não era. Sabemos apenas que as representações teatrais ocorriam no Paço e no Real Teatro de S. João.

Divertimentos privados

Após a análise dos festejos públicos, de iniciativa governamental ou pelo menos relacionando estreitamente governante e governados, passarei ao estudo das diversões particulares.

Para os estrangeiros que então visitaram o Rio de Janeiro esta cidade não possuía aquilo que eles denominavam “vida social”. Por outras palavras, havia divertimentos vários, mas não formas desenvolvidas de sociabilidade. “A vida que aqui se leva é muito monótona; poucas são as distrações e quase não há reuniões sociais”, escreve von Leithold, que comenta um pouco mais adiante: “Jantares, bailes, reuniões em casas particulares são coisas que não se conhecem, posto que não falem pessoas, pode-se bem dizê-lo, em brilhantes condições pecuniárias.” E apresenta

como um acontecimento extraordinário o baile que o cônsul-geral da Rússia deu em homenagem aos oficiais de um navio russo que entrara no porto do Rio de Janeiro: “Teve, este, lugar na chácara ou casa de campo que ocupa Herr von Langsdorff, perto ou dentro mesmo da cidade, e começou às sete horas. Além dos oficiais russos, estavam presentes todos os ministros estrangeiros, com exceção do espanhol, alguns portugueses com suas filhas, muitos ingleses, uns quantos franceses e a minha pessoa. A música consistia em quatro componentes da orquestra do teatro, entre os quais um mulato, que era o primeiro violino. [...] Dançou-se até tarde e a numerosa companhia dividiu-se entre a grande sala, a varanda coberta da frente e peças menores muito bem decoradas.” Mas a descrição que von Leithold em seguida faz do baile logo lhe dá um caráter grotesco devido à abundância de mosquitos que deixavam vermelhas as costas decotadas das damas. “Eu que nunca danço, tive que manter os pés em contínuo movimento, a saltar como um gafanhoto, para afastá-lo das minhas meias de seda. Não é pois de surpreender que os bailes aqui sejam raridade. Tem todo cabimento chamar-se a um destes de *bal forcé*, à vista daquilo a que são submetidos os convidados. Primeiramente os mosquitos, em segundo lugar o calor inverossímil, que, com tanta gente em um espaço limitado, atinge o máximo...”

Apesar de tais considerações, ainda temos notícia de algumas dessas “funções”, como então se dizia.

Luís dos Santos Marrocos refere uma delas na sua correspondência: “No dia dos anos do príncipe regente da Inglaterra fez aqui o ministro daquela corte, Mr. Strangford, uma função esplendidíssima, consistindo esta em baile e ceia, a que foi toda a corte: para se prepararem salas competentes lançaram-se abaixo paredes divisórias interiores, e além de ser espantoso e admirável o aparato, até desembarcou tropa da marinha inglesa para guarnecer por dentro e fora as suas casas, além da nossa de infantaria e cavalaria.” (Carta 56.) Nas funções havia uma mestra-sala para as senhoras e um mestre-sala para os homens, contudo Freycinet refere outro costume, segundo o qual era o dono da casa que indicava aos cavalheiros as damas com quem deviam dançar. As danças de salão eram em geral as francesas e inglesas.

Marrocos noticia igualmente os “sumptuosíssimos banquetes” em casas de “figurões”, por ocasião da chegada de Beresford ao Rio: “e com especialidade houve um festim público à moda inglesa, encoberto com o título da oficialidade do Exército de Portugal, do maior luzimento, que eu não sei expressar, e em que se despenderam mais de cem mil cruzados.” (Carta 91.)

Era evidentemente a nobreza que oferecia as mais soberbas funções, principalmente quando se tratava de receber algum membro da família real. O visconde de Vila Nova da Rainha recebeu no seu palácio do sítio do Botafogo a princesa D. Carlota com suas filhas e criadas, e Marrocos faz o seguinte comentário: "A excelente orquestra vocal e instrumental, dança, refrescos e tudo o mais que deveria solenizar aquele dia, de tudo o dito visconde lançou mão para se distinguir mais do conde da Lousã; e findou o divertimento pelas três horas da madrugada do dia seguinte." (Carta 98.) Mas nem só os nobres rivalizavam no esplendor das funções. No aniversário de Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o vice-almirante Rodrigo Pinto Guedes ofereceu "um esplêndido banquete" para o qual foi convidada "muita gente graúda" (carta 172).

Além das funções sumptuosas, ostentatórias de riqueza ou sinais de prestígio social,⁽²⁾ havia as simples "assembléias ou partidas noturnas" em todas as casas onde existia "algum par de pataca", como dizia Marrocos. Nessas reuniões passava-se o tempo em adivinhações e enigmas e outros jogos de salão, sendo de notar a abundância de livros recreativos vendidos pelos livreiros do Rio: *Novo livro de jogo de sortes*, "que faz um lindo e gostoso entretenimento das companhias sociais", por Prisco Antunes; *Acasos da fortuna, ou livros das sortes divertidas*, por Amaral; *Jogo de dotes para recreio das sociedades*, "acrescentado com um jogo de 40 perguntas e 40 respostas, as condições das senhoras tiradas de seus nomes", por José Daniel Rodrigues da Costa; *Passatempo honesto e familiar, ou coleção de quarenta e oito jogos de prendas*, "para passar divertidas as grandes noites, com diferentes sentenças adequadas para aumentar o divertimento". O jogo tinha também o seu lugar nestas assembléias, havendo contudo jogos proibidos por lei (a banca e os dados). Os livreiros anunciavam *Tratado do jogo do voltarete, ou resumo das leis do dito jogo* e o *Breve tratado do jogo do whist*, contendo "as leis do jogo e algumas regras para se jogar com toda a perfeição".⁽³⁾

Em 1815 foi aprovado o estabelecimento de uma sociedade de recreio denominada Assembléia Portuguesa, a qual tinha como objetivo reunir "pessoas de certa representação pública" que, "pela sua boa educação, caráter e conduta", pudessem conviver, ado-

(2) O testemunho do francês Freycinet difere daquele do prussiano von Leithold: "Les réunions de société sont fréquentes, bruyantes, et toujours on y voit de belles parures, pour lesquelles les brésiliens ont un attrait particulier; mais les hommes s'y tiennent séparés des femmes." (*Voyage*, t. I, p. 211.)

(3) Freycinet refere que se jogava bilhar, damas, gamão, mas que os cariocas não tinham o vício do jogo (ib., p. 212).

tando como passatempos “os jogos carteados, música e dança, sendo expressamente proibidos os jogos de parar”. Haveria ainda na sede da Assembléia um gabinete de leitura com as gazetas portuguesas, algumas estrangeiras e vários periódicos de ciências e artes.⁽⁴⁾

Os estatutos fixavam minuciosamente os “dias de partida” e os “dias de baile”, prevendo-se ainda bailes extraordinários por ocasião dos aniversários da família real ou por qualquer outra ocasião de regozijo público. O número de membros da Assembléia estava limitado a 100, mas nos dias de partida e baile haveria convites para pessoas de fora.

Em cada uma das “noites de sociedade” seriam servidos chá e refrescos, nas noites de baile haveria três mestres-salas e alguns membros e senhoras (viúvas ou casadas) fariam as honras da reunião. Todo sócio que não se soubesse comportar seria excluído da sociedade, não podendo voltar a ser admitido.

Qualquer baile, e principalmente aqueles a que assistiam membros da família real, obedecia a um ritual claramente definido pela etiqueta da época. Tocava-se “a sinfonia de abertura” e determinadas pessoas abriam o baile. “Depois de aberto o baile pelas pessoas para isso convidadas, e se acabarem os minuets, seguir-se-ão as contradanças, *waltz*, ril, etc., pela ordem estabelecida pelos mestres-salas. Eles convidarão as senhoras para cada uma destas danças, dando-lhes os pares, que serão sempre diversos; qualquer senhora que estiver cansada, ou não quiser figurar na dança proposta, o poderá fazer livremente, sem que se tenha isto por falta de delicadeza. Não serão as danças de longa duração para se evitar a fadiga; e no fim delas não se darão pateadas nem outros aplausos do costume. Assim o pede o decoro da Assembléia e o respeito devido a SS. AA. RR.” (*Etiqueta que se há de guardar...*, Impressão Régia, s. d. [1821].) O baile geralmente era acompanhado de um banquete, mas as senhoras comiam separadamente dos cavalheiros.

Mais freqüentes do que os bailes ou outras funções, os espetáculos teatrais ofereciam maior diversão aos grupos abastados da cidade. Quando a corte chegou ao Rio, era a Casa da Ópera, construída por Manuel Luís Ferreira, que funcionava como sala de espetáculos no largo do Paço. A ela se refere o comerciante

(4) A Assembléia Portuguesa mantinha-se com as entradas e contribuições mensais dos sócios, respectivamente 40\$000 e 8\$000 réis, o que significa um capital bastante elevado posto à disposição de uma sociedade de recreio nitidamente elitista: basta comparar o capital inicial desta Assembléia, 400\$000, com o da Companhia de Seguros A Restauradora, cujo capital em 1820 era de 500\$000 rs.

inglês Luccock em termos nada entusiásticos.⁽⁵⁾ Um outro inglês, Thomas O'Neill, parece ter apreciado contudo o espetáculo da Casa da Ópera.⁽⁶⁾

Pelos ofícios do intendente da Polícia sabemos que tais sessões teatrais eram por vezes bem tumultuosas. Vejamos o seguinte texto, enviado ao juiz do crime do Bairro de S. José a 15 de maio de 1809: "Estando a seu cargo a inspeção do teatro junto ao Paço tem-me sido muito desagradável saber e mesmo presenciar o mau comportamento que nele houve no dia dos anos de S. A. R., antes de principiar a ópera e quando ainda V. M.^{ce} não havia chegado; e pelas indagações que tenho feito, procedeu tudo de ver o povo ali em um dos camarotes uma parda criada do desembargador Francisco Batista Rodrigues, que tem sido há muito o alvo do escândalo de todos os que a vêem ali aparecer, contra a polícia que se deve guardar no teatro, e contra a decência mesmo." A simples presença de uma parda no camarote era, portanto, motivo de escândalo entre os espectadores e causa de tumulto no teatro. Para se evitar essa agitação a parda devia ser proibida de comparecer à ópera, sob pena de ser presa na cadeia pública. E o intendente da Polícia aproveitava o ensejo para exigir do juiz do crime um controle mais eficaz daquela sala de espetáculos: "Tenho mais de lhe recomendar que nos dias de concurso será preciso apresentar-se no seu camarote muito antes de principiar a ópera, para providenciar todo o motim que ali se possa fazer, sem permitir assobios, gritos, pateadas, e outros comportamentos e modos incivis que o povo pratica quando perde o respeito às autoridades constituídas, e que de longe importa ir coibindo debaixo do auxilio da Guarda Militar que ali está." (Cód. 323, vol. 1, fls. 53v-54v.)

(5) Segundo Luccock, o teatro de Manuel Luis deixava muito a desejar quando comparado com as casas de espetáculos europeias: "Among places of public amusement and recreation in a great city, the theatre usually holds a principal place. So it may be with of Rio in the estimation of the inhabitants; but few, who have seen other houses of the kind other scenic arrangements and performances, can unite with them in admiration of what is to be found here." (*Notes on Rio de Janeiro*, p. 89.) O teatro era pobre, pequeno e escuro. De forma oval, de um lado tinha o palco, do outro o camarote real. Os demais camarotes, sem qualquer circulação de ar, eram abafados e quentes, "almost beyond endurance." A platéia estava dividida em duas partes: à frente, mais perto do palco, havia bancos compridos com uma trave onde as pessoas se podiam encostar; atrás o público tinha de ficar de pé durante o espetáculo. Um outro inglês, James Hardy Vaux, fornece uma outra informação interessante: a platéia só era ocupada por homens, mas nos camarotes viam-se "heautiful women, dressed in the most elegant and bewitching manner, and adorned with brilliant ear-rings, bracelets, etc." (*Memoirs*, vol. 1, p. 220).

(6) "Near the palace is the opera house, an edifice of no superior external appearance; but the interior is neat, and has excellent accomodations. The performance was in a very superior style, and far beyond my expectation." (*A concise and accurate account...*, Londres, 1810, p. 58.)

Logo no mês seguinte outro tumulto: “Tendo chegado à minha notícia — escreve o intendente ao mesmo juiz — que na noite da ópera do dia último das luminárias não se acabara a recita por atirarem da platéia uma pedrada ao cômico Manuel Alves, e sendo este um procedimento que pela primeira vez se praticou nesta corte, deveria V. M.^{ce} ter-me logo dado parte dele o que não fez, pois que não deve ficar assim impune um fato que não falta quem o atribua à frouxidão da inspeção, e ainda mesmo à falta de assistência dela. Devendo-se dar acerca disto uma demonstração que conste, e seja capaz de reprimir a liberdade que se vão arrogando de não se respeitar o público em um teatro, que até para ser mais respeitado basta existir na vizinhança do Paço, abrirá V. M.^{ce} já uma inquirição em que pergunte os mesmos cômicos, se sabem quem foi que isto fez, pois não pode deixar de constar, e pergunte os mais que lhe parecer, e que mais costumam freqüentar o mesmo teatro, incluindo o mesmo cômico Manuel Alves, e logo que constar quem isto fez, o recolha V. M.^{ce} à cadeia a minha ordem. É muito preciso não mostrar frouxidão alguma nesta inspeção e por isso se faz indispensável que tendo oficiais, e mesmo espias comprados e a quem dê prêmios misturados na platéia, faça um exemplo público de prender ali mesmo quem quer que seja que fizer gritaria, pateada ou qualquer outra ação que ali se não deve praticar, entendendo-se com o oficial que estiver de Estado Maior para auxílio, e para mandar a requisição sua qualquer preso militar em quem possa recair a sorte e prisão militar. Espero não ter nada mais que advertir nem que lembrar V. M.^{ce} a este respeito, porque deve ser exato, vigilante e forte neste particular de que o público se tem escandalizado muito, e argúi a sua frouxidão.” (Cód. 323, vol. 1, fls. 81 e 81v.) Isto escrevia o intendente a 7 de junho de 1809, mas logo a 11 passou para o juiz do crime do Bairro da Candelária a inspeção do Teatro do Paço por causa das desordens que ali tinham ocorrido, o que significa que o outro juiz do crime continuava a não exercer o necessário controle da platéia (Cód. 323, vol 1, fl. 86).

Quando ainda não estava pronto o Real Teatro S. João, a corte organizava os seus próprios divertimentos como podemos ver por este trecho assaz irônico de uma carta de Marrocos: “A toda a pressa se está aprontando uma casa de ópera particular no sítio de Botafogo, para divertimento de SS. AA. as Meninas e das fidalgas suas criadas: os representantes são os mesmos fidalgos rapazes, que fazem figuras *utriusque sexus*; e é muito natural que as fidalgas moças os vistam, ornem e enfeitem, tudo

gratis. Já se repartiram as partes; e me parece cousa muito digna que eles se ocupem num exercício, que no tempo presente lhes é bem análogo, visto que vão já a sair os franceses da península; e alguns daí vieram mui fatigados com o peso das armas.” (Carta 56.)

Em 1810 o governo considerou absolutamente necessário que se erigisse no Rio um teatro “decente e proporcionado à população”, que aumentara com a vinda da corte e a chegada de estrangeiros. Mas a construção desse teatro devia ser providenciada pelo intendente geral da Polícia “sem dispêndio das rendas públicas e sem ser por meio de alguma nova contribuição”. Nestas condições a solução encontrada foi a de uma sociedade por ações e Fernando José de Almeida, além de oferecer um terreno para esse fim, prontificou-se a “concorrer com os seus fundos, indústria, administração e trabalho, não só para a ereção, como para o reger, e fazer trabalhar”. Por seu lado o governo isentava de direitos na Alfândega tudo o que fosse necessário “para o seu fabrico, ornato e vestuário” até ao dia da inauguração, cedia um pouco de pedra de cantaria e permitiria, depois que entrasse em funcionamento, seis loterias em seu benefício (dec. de 28 de maio de 1810).

O nome do compositor Marcos Antônio Portugal é relacionado com o Real Teatro numa carta de Marrocos: “Do novo teatro que vai a abrir-se para o dia 12 de outubro e que tem sido feito à imitação e grandeza de S. Carlos, a troco de despesas incríveis, queria Marcos ser despótico diretor com 2:000\$000 réis, além de benefícios e o melhor camarote de boca; porém, como encontrasse dúvidas no seu empresário, tem-se empenhado em desviar os atores, e para isso obrigando-os a exigir grandes mesadas” (Carta 56.)

Boato ou não, o fato é que mais tarde surgiram alguns problemas entre o administrador e o pessoal do Real Teatro, que levaram aquele a prestar o seguinte esclarecimento na *Gazeta do Rio de Janeiro*: “Havendo pessoas mal intencionadas que andam desacreditando a administração do Real Teatro de S. João, o proprietário faz público que, abrindo este espetáculo no dia 12 de outubro do ano passado, pagou um mês adiantado à Companhia Cômica e de Dança, e que a 15 e 17 do corrente, pagou o terceiro mês que se vencia a 12, vindo por este modo a estar de contas justas com todas as pessoas que trabalham dentro dele, a saber, cômicos, cantores, dançarinos, músicos, pintores, alfaiates, comparsas, carpinteiros, e porteiros, etc.” (N.º 6, 1814.)

O Teatro de S. João foi inaugurado a 12 de outubro de 1813, com a presença do regente e família real, “no meio de um luzidíssimo concurso de toda a fidalguia, e das pessoas mais distintas desta corte”, como escreve o P.^e Luís Gonçalves dos Santos. Segundo o intendente da Polícia, este teatro não cedia em magnificência e decoração aos “mais brilhantes da civilizada e culta Europa”, mas Freycinet, no relato da sua viagem, escreve que a sala, demasiado ampla para a população da cidade, só se enchia nos dias de festa.

Mais adiante analisarei o repertório deste teatro, e quanto ao nível dos atores e bailarinos transcrevo o comentário, talvez benevolente, que a seu respeito emitiu em 1820 Pizarro e Araújo: “Os figurantes a quem faltavam estudos próprios e apesar de não terem diretores hábeis que os instruissem no manejo dos dramas, supriam contudo essa falta com a natural aptidão e jeito, cumprindo dignamente os seus deveres teatrais; hoje, porém, tendo concorrido habilíssimos e mui destros atores dos teatros da Europa (tanto homens como mulheres), por cujas instruções e exercício se foram desenvolvendo da timidez, e acanhados conhecimentos antigos, merecem dos espectadores e do público a devida aceitação. Em circunstâncias iguais está a companhia dos bailarinos, por também haverem concorrido diferentes individuos estrangeiros de ambos os sexos a cultivar a mesma casa teatral, onde são admirados pela agilidade, delicadeza e perfeição do seu ofício. Os ornatos dos cômicos, se não admiram pela sua riqueza, ao menos asseados, e não ordinários.” (*Memórias históricas*, liv. VII, cap. v).^(?)

Em 1817 o Real Teatro de S. João obteve a exclusividade dos espetáculos teatrais pelo decreto de 30 de agosto: “Querendo que o Real Teatro de S. João possa permanecer com a decência e esplendor que convém ao estado atual da cidade do Rio de Janeiro: Hei por bem que por tempo de 10 anos lhe seja privativo o poder de dar ao público esta qualidade de espetáculos, sem que se possa abrir outro algum teatro na cidade e suas vizinhanças, nem ainda particular.”

A razão desta medida protecionista deve ser procurada na concorrência que fazia ao Real Teatro uma casa de espetáculos que existiu no Largo do Rossio, construída por um grupo de negociantes ricos e conhecida pelo nome de Teatrinho, onde repre-

(?) O primeiro dançarino era Auguste Toussaint que chegou ao Brasil acompanhado das dançarinas Joana, Maria Josefina e Maria Noemie Pierret, conforme consta do registro de estrangeiros. Toussaint em 1819 abriu uma aula de dança gratuita na qual se aceitavam “pessoas de ambos os sexos, de sete até doze, para serem empregados no serviço do mesmo teatro” (*Gazeta*, n.º 98, 1818).

sentavam amadores. Contudo, apesar do privilégio concedido em 1817, foi construído em 1820 pelo arquiteto Grandjean de Montigny um teatro de amadores, graças à iniciativa do rico negociante Luís de Sousa Dias.⁽⁸⁾

O Real Teatro acomodava na platéia 1.020 pessoas, tendo ainda 112 camarotes distribuídos em quatro ordens. Ignoramos o preço dos camarotes: sabemos apenas que o Estado pagava ao empresário 150\$000 réis por mês pelo aluguel dos três camarotes ocupados pelo ministro dos Negócios do Reino, pelo encarregado do Governo das Armas e pelo intendente geral da Polícia (Aviso de 12 de janeiro de 1821). Quem pagasse 12 récitas adiantadas tinha um abatimento de 10% sobre o preço dos camarotes, conforme anúncio da *Gazeta* (n.º 20, 1815). A assinatura da platéia, desde a Páscoa de 1818 até ao Entrudo de 1819, custava 6\$400 réis por mês, pagos sempre adiantados: "...o assinante com o bilhete que se lhe entregar todos os meses, quando pagar a assinatura, terá a entrada neste lugar em todos os dias de espetáculo, ainda que seja benefício, tanto da Companhia, como de outra qualquer pessoa, estabelecimento, obra pia ou pública." (N.º 18, 1818.)

Além dos espetáculos teatrais, a sociedade carioca podia usufruir ainda de concertos. Logo em outubro de 1809 apareceu na *Gazeta do Rio de Janeiro* o seguinte anúncio: "Madama D'Aunay, cômica cantora chegada de Londres, em cujos teatros, assim como nos de Paris sempre representou, informa respeitosamente aos cidadãos desta corte que ela pretende dar um concerto de música vocal e instrumental na casa n.º 28, na praia de D. Manuel, no dia 14 do corrente. Nele cantarão ela e a Senhora Joaquina Lapiinha a mais bem escolhida música dos melhores autores, e tocarão os senhores Lansaldi e Lami concertos de rebeca, e executar-se-ão em grande orquestra as melhores overturas de Mozart. Vendem-se bilhetes em sua casa, n.º 8, Rua de S. José, a preço de 4\$000 réis." (N.º 13, 1809.) Através deste anúncio vemos que a sociedade carioca tinha ao seu alcance divertimentos eruditos, muito embora só uma camada restrita pudesse assistir a tais concertos: o preço de 4\$000 é, relativamente aos preços da época, bastante elevado.

Festejos públicos, espetáculos nos vários teatros e concertos não esgotavam contudo as possibilidades de divertimento que se ofereciam à sociedade carioca. Um objeto curioso, uma novidade mecânica, podia transformar-se em espetáculo: "José Joaquim

(8) Ver SOUSA, J. Galante de, *O Teatro no Brasil*, t. 1, p. 288-9, que se baseia numa informação de Adrien Balbi.

Lopes faz ciente ao público ter chegado proximamente de terras estrangeiras com uma peça de grande gosto, na qual apresenta várias figuras: esta peça tem relógio de sala e um realejo, com uma grande máquina de figuras, as quais manobram debaixo de compasso de música, e cada uma em suas ocupações, umas trabalhando em seus officios, e outras contradançando, outras passeando em boa harmonia de música, e um esquadrão de cavalaria. Os senhores que a quizerem ver ou ser espectadores deste bom divertimento, dirijam-se ao princípio da ladeira de João Homem, à esquerda, por cima da casa de pasto, sendo a sua entrada por cada pessoa 240 réis; e também obriga-se o seu dono a ir às casas particulares.” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 42, 1818.)

Os banhos de mar eram uma das diversões da sociedade carioca, segundo indica um aviso de setembro de 1812: “No 1.º de outubro próximo, achar-se-á a flutuante dos banhos fundeada defronte do Largo do Paço, para uso do público desta corte. Os camarotes e tanques foram aumentados, e se acham com todas as comodidades, tendo salas de espera e tanques separados, assim para homens como para senhoras, e igualmente sala e tanques separados em que poderão entrar homens casados juntamente com suas mulheres; o que terá lugar tão-somente por bilhetes de assinatura, não se admitindo casais de outra maneira. Os escaleres estarão prontos desde que amanhecer até às dez horas da noite, um no cais do largo do Paço, e outro no cais novo da ponte do Arsenal da Marinha. O preço de cada um banho será de 200 réis por pessoa, e querendo entrar duas juntamente, pagarão 320 réis, e os bilhetes da assinatura serão pelo mesmo preço.” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 76, 1812.) Esta flutuante era “muito bem construída”, com toda a “comodidade, segurança e decência”, e o banho demorava meia hora. (*Gazeta*, n.º 1, 1811.) É interessante constatar que este divertimento se foi tornando cada vez mais barato: o preço desceu de 320 réis em 1811 para 160 réis em 1815.(9)

Havia ainda as “carreiras” na praia do Botafogo pela manhã às horas que permitisse a maré, tendo por prêmio uma taça de prata no valor de 100\$000. “E logo depois, entrará quem quizer, noutra carreira por prêmio de uma bolsa de oiro.” (N.º 42, 1814.)

A Praça do Curro não era apenas utilizada por ocasião dos grandes festejos públicos, pois alguns empresários nela organiza-

(9) Os banhos de mar podiam também ser tomados por indicação médica, o que não lhes retira o caráter de divertimento.

vam corridas de touros,⁽¹⁰⁾ ou outro tipo de espetáculo, por exemplo, a apresentação de uma companhia inglesa de cavalinhos (*Gazeta*, n.º 27, 1820).

O historiador, ao contrário do antropólogo, tem-se afastado demasiado do folclorista, mas esta atitude é imperdoável para quem faz história da cultura, pois contribui para uma visão parcial do passado cultural. É certo que se torna por vezes difícil descobrir vestígios da cultura popular, mas, embora escassos, tais elementos ampliam e enriquecem a descrição do historiador.

Quanto aos documentos impressos, só os relatos de viajantes se detêm na narrativa verbal e pictórica da *folia do Espírito Santo*. Durante a semana que precede a festa de Pentecostes, um grupo de meninos, tocadores de viola, de pandeiro, de ferrinhos, precedidos por um tambor, serve de escolta a um porta-estandarte, cujo chapéu é ricamente decorado com flores e fitas. Percorrem assim as ruas da cidade, cantando quadras alusivas à festa e dirigidas aos fiéis sustentáculos do trono do imperador do Espírito Santo (um menino de, no máximo, doze anos), que os segue gravemente a alguns passos de distância e seguro pela mão de um dos dois confrades que o acompanham.⁽¹¹⁾ Vários esmoleres precedem e seguem o cortejo.⁽¹²⁾

As folias, como aliás quaisquer festejos populares, não eram muito bem vistas pelo intendente geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, que expediu o seguinte ofício ao juiz do crime do Bairro de Santa Rita acerca da folia do Espírito Santo da Igreja de Sant'Ana, que causava, segundo ele, uma certa desordem: "V. M.ª passe a indagar quais foram as pessoas que entraram

(10) "José Inácio da Costa Florim anuncia ao público que, tendo arrematado a Praça dos Touros do Campo de Sant'Ana, pretende que no domingo 16 do corrente ano haja na referida praça um combate de touros da melhor escolha; os camarotes se alugam na Rua Direita defronte da Alfândega, n.º 23, em casa do sargento-mor Joaquim Moreira da Costa." (*Gazeta*, n.º 3, 1820.)

(11) "Le costume du petit empereur se compose d'un petit habit à la française de drap écarlate galonné d'or, d'une culotte de même couleur, d'un gilet de soie blanc brodé en couleur. Il a un chapeau à plumes sous le bras, l'épée au côté, des bas de soie blancs, des souliers à boucles d'or; est poudré à blanc et porte la hourse. Il est décoré d'un crachat et porte en sautoir, une large plaque dorée sur laquelle se détache un Saint Esprit argenté." *DEBRET*, *op. cit.*, vol. III, p. 184.)

(12) Chamberlain também desenhou e descreveu a folia do Espírito Santo: "Some time previous to these holidays, a youth from 14 to 18 years of age is chosen Imperator, in commemoration of the Emperor Constantine, and being decked out in full court dress, with a *chapeau bas*, and a star on his breast, perambulates the streets, preceded by a party of young musicians gaily habited, with feathers in their hats, and attended by two men, one on each side, bearing red flags, in whose centers are richly embroidered the emblem of the Holy Ghost. The Emperor takes no part in the pageant beyond that of displaying his finery and mock dignity. He merely walks in the procession; but his two attendants industriously exert themselves to persuade those who pass to contribute something towards the celebration of the Espírito Santo; and the salver and bag they carry are for the reception of the trifles thus daily collected. The charitable contributors are rewarded by being allowed to kiss the Holy Emblem on the flag."

na dita folia que me consta serem homens, e não meninos, como é costume, me recolha todos à cadeia, dando-me parte depois de haver concluído a diligência que lhe fica muito recomendada.” (Cód. 323, vol. 1, fl. 21v.) Em resposta ao ofício do juiz do crime, o intendente volta a insistir: “. . . é portanto necessário que V. M.^{ce} sem perda de tempo procure recolher a licença com que esta folia anda na rua e ma remeta e recolha à cadeia todos esses mandriões que têm andado na mesma folia remetendo-me aqui a lista deles, ficando na inteligência de que não se havendo ela portado como deve porque tem feito mais desordens que a da rua do Cano que V. M.^{ce} indica, eu a hei por abolida, e não inscrita.” (Cód. 323, vol. 1, fl. 22.)

A *queima do Judas*, no sábado de Aleluia, também chamou a atenção de Debret, que lhe consagrou uma estampa. Ao primeiro toque do sino da Capela Real anunciando a ressurreição de Cristo e, portanto, dando o sinal para a queima do Judas, ouviam-se os fogos de artifício, as salvas de artilharia, os clamores do povo e o carrilhão de todas as igrejas da cidade. Todas as praças tinham o seu Judas, mais pobre ou mais requintado conforme o bairro.⁽¹³⁾ Esta festa popular, como aponta Debret, não era muito bem-vista pelas autoridades constituídas, “temor mais que justificado na altura das novas constituições liberais, pois três dias antes da corte deixar o Rio, no sábado santo de 1821, viu-se, nas praças da cidade, o simulacro do enforcamento de alguns personagens importantes no governo, como o intendente geral” (ob. cit., vol. III, p. 164).

Já em 1809 Paulo Fernandes Viana se inquietava com tais folguedos, escrevendo ao juiz de fora: “Como se acha encarregada a V. M.^{ce} a serventia da vara criminal do Bairro de S. José e consta que no sábado de Aleluia naquele bairro foram levar à força um boneco de palha em figura de Judas com insígnias da Ordem de Cristo, e da Espada e Torre, queira V. M.^{ce} examinar se esta notícia é certa, e quem foram os autores deste brinquedo, tomando testemunhas em um sumário por onde conste verdadeiramente o que nisto houve.” (Cód. 323, vol. 1, p. 18v.)

Pela descrição de Debret, o *Carnaval* era no Rio de Janeiro uma festa principalmente negra, embora a população branca tam-

(13) A classe pobre faz um Judas “en bourrant de paille un vêtement d’homme, auquel elle ajoute un masque coiffé d’un bonnet de laine pour conformer sa tête: quelques pétards placés dans les cuisses, les bras, et la tête, répondent de sa dislocation au moment désiré”. Mais endinheirados, os caixeiros das casas de comércio “se cotisent pour faire exécuter par le costumier et l’artificier réunis, une scène composée de plusieurs pièces grotesques qui augmentent de beaucoup cette réjouissance, toujours terminée par la pendaison du Judas, exécutée par le diable qui lui sert de bourreau”.

bém compartilhasse do divertimento de lançar limões-de-cheiro.⁽¹⁴⁾ De janela para janela, de loja para loja, o combate dos limões era o elemento fundamental dos folguedos carnavalescos e ocupava uma abudante mão-de-obra quer na sua fabricação, quer na sua venda. O que é mais interessante é que as pessoas, antes de se atacarem, pediam de longe, com um gesto, licença para o fazer e o limão era lançado depois da aquiescência do adversário. Mesmo assim muita gente temia o Carnaval e se fechava em casa durante esses dias.⁽¹⁵⁾ Com o toque das Ave-marias o ardor das brincadeiras começava a diminuir e os negros se concentravam então nas vendas para comer sardinha frita servida com um pouco de vinagre, “ceia quase universal da classe pouco afortunada e dos escravos”, pois seis peixes custavam apenas um vintém.

Para se conhecer as formas específicas de diversão dos negros na sociedade carioca, são as narrativas dos estrangeiros que fornecem material mais vasto na medida em que são mais sensíveis do que os habitantes do Rio ao “exotismo” da cultura negra.

Enquanto as diversões da sociedade branca eram programadas, obedecendo na maior parte das vezes a um “calendário”, os divertimentos dos negros aparecem sob o signo da espontaneidade. Assim von Leithold os descreve: “[os negros] tocam caminhando ou reunidos à porta de uma venda...” E conta: “Passando eu certa vez por uma dessas vendas, vi um grupo de negros e negras a dançarem indecentemente com grande gritaria e gesticulação. Ao grupo juntou-se outro negro, grisalho, que carregava um fardo pesado à cabeça e se pôs a dançar um bom quarto de hora sem largar sequer o peso, para meu espanto. Os primeiros se entusiasmaram tanto com o velho que o cercaram e, dançando aos gritos, deram umas quantas voltas em torno dele.” (Ob. cit., p. 34.) Dança indecente, gritaria, gesticulação, eis os índices de um desprezo pela cultura negra.

Pode ainda considerar-se festa popular a celebração do aniversário das crianças no dia do seu padroeiro. Segundo o relato do inglês James Hardy Vaux, no dia de Sant’Ana, por exemplo, todos os pais que tinham uma filha chamada Ana acendiam uma fogueira em frente da casa, que imediatamente era cercada por

(14) “... Pour le brésilien, le carnaval, réduit aux trois jours gras, commence à Rio de Janeiro, le dimanche dès cinq heures du matin, par les joyeux glapissements du peuple noir.” Para o negro brincar Carnaval custava pouco dinheiro: “On le voit plein de joie et de santé, mais peu chargé d’argent, satisfaire aux dépenses de son innocente folie avec de l’eau qu’il se procure gratuitement, et le *barato polvilho* (amidon en poudre), qui lui coûte 5 réis.” (Ob. cit., vol. II, p. 103.)

(15) Tais brincadeiras desagradavam ao empregado público que era Luis dos Santos Marrocos: “Entrudo horrível foi o que aqui se passou: houveram desgraças, e eu estive clausurado, e mesmo assim fui atacado em casa: nunca vi jogar mais brutalmente.” (Carta 17.)

crianças, negros e outras pessoas que ficavam divertindo-se na rua até tarde (ob. cit., vol. I, d. 217.)

Rugendas assinalou nas suas estampas (n.ºs 16, 17 e 18) a batucada, o landu (ou lundu, ou ainda lundum) e a capoeira. A primeira dança era conduzida por um indivíduo e consistia em certos movimentos do corpo, “que são talvez demasiado expressivos”. Eram sobretudo as ancas que se mexiam. Enquanto o dançarino faz estalar a língua e os dedos, e canta um canto “bastante monótono”, os outros formam círculo a sua volta e repetem o refrão. Não há referência a qualquer instrumento musical:(16) apenas palmas cadenciadas, ao passo que o landu, dançado por um ou dois pares, era executado ao som da mandolina. Além de falar de uma dança militar com dois grupos armados de varapaus, Rugendas descreve também a dança guerreira denominada capoeira, que muitas vezes terminava de maneira sangrenta.

De uma maneira geral os estrangeiros são concordes em achar as danças dos negros indecorosas. Escreve Debret que na noite que precede o dia de Reis os negros organizam pequenas salas de baile, “na qual se divertem ruidosamente a dançar uma espécie de *lundum* com uma pantomima indecente” (ob. cit., vol. III, p. 174).

Todos os estrangeiros referem os cantos de trabalho do negro. Leithold comenta: “Quanto mais pesado parece ser o trabalho, mais selvagemmente se põem a cantar, como se sua força fosse estimulada pelo coro, a igual dos nossos lenhadores.” (Ob. cit., p. 34.) Taunay e Denis referem os negros carregadores da Rua Direita que transportam fardos “fazendo ouvir gritos ou cantos cuja regularidade, ainda que pouco harmoniosa, os obriga a caminhar concertadamente e os ajuda nos seus movimentos” (ob. cit., p. 13-4).

Debret estabeleceu uma distinção entre os negros mais bárbaros, capazes apenas de bater palmas cadenciadamente, e os negros Benguela ou Angola, mais dotados musicalmente e capazes de fabricar os seus instrumentos, por exemplo, a *marimba*,⁽¹⁷⁾ a viola de Angola, o *uricungo*.

(16) A descrição do batuque dada por Freireyss é diferente: “Os dançadores formam roda e ao compasso de uma viola move-se o dançador no centro, avança e bate com a barriga na barriga de outro da roda, de ordinário pessoa do outro sexo. No começo o compasso da música é lento, porém, pouco a pouco aumenta e o dançador do centro é substituído cada vez que dá uma embigada; e assim passam noites inteiras.” (Ob. cit., p. 214.)

(17) “Le *marimba*, espèce d’harmonica, se compose de lames de fer fixées sur une planchette de bois, et soutenues par un chevalet. Chacune de ces lames vibre en échappant à la pression des pouces du joueur, qui les force à fléchir, et produit un son harmonique en se redressant. Une portion d’énorme calebasse, approchée de la table d’harmonie de cet instrument, lui prête un son beaucoup plus grave et à peu près semblable à celui d’une harpe.” (Ob. cit., vol. II, p. 129.)

FORMAS DE RELIGIOSIDADE

We can see a religion as the whole way of life of a people, from birth to the grave, from morning to night and even in sleep, and that way of life is also its culture.

T. S. ELIOT, *Notes towards the definition of culture*

Do mesmo modo que a história religiosa está atualmente sofrendo uma profunda transformação,⁽¹⁾ também a história da cultura deve adotar novas perspectivas, deixando o nível do discurso dogmático-filosófico para se preocupar mais com o ritual com as práticas religiosas, com a vivência quotidiana da religião pelos vários grupos que constituem a sociedade.

Foi nesta perspectiva que me coloquei e, de acordo com o material pesquisado, abordarei as formas de religiosidade através do estudo das confrarias, dos ritos e práticas, da posse de objetos religiosos, da oferta e consumo de livros de devoção.

Começarei pelo estudo das confrarias, essa espécie de excrescência medieval em pleno séc. XIX.⁽²⁾ Morais Silva no seu *Dicionário* define confraria como uma “irmandade dos devotos de algum santo”, o que atribui a esse tipo de agrupamento um caráter puramente religioso. Mas não era apenas a devoção a um determinado santo que unia certos indivíduos em confraria: eles tinham por vezes interesses ou, pelo menos, uma atividade profis-

(1) Ver o interessante artigo de PIERRE CHAUNU, “Une histoire religieuse serielle — A propos du diocèse de La Rochelle (1648-1724) et sur quelques exemples normands”, in *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, t. XXI, jan-março de 1965.

(2) Ver o verbete “confraria”, no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão.

sional a ligá-los, como, por exemplo, a Irmandade de S. Crispim e de S. Crispiniano, que era constituída por sapateiros. Havia, portanto, uma relação, que vinha desde a Idade Média, entre officio e confraria. Outras vezes a afinidade era racial: existiam no Rio numerosas confrarias de homens negros, de homens pardos e de homens crioulos. Outros tipos de afinidade ligavam ainda os homens em irmandades: a riqueza, o prestígio social. Por exemplo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária era constituída praticamente por negociantes de grosso trato, e a Irmandade dos Passos tinha como irmãos os membros da família real, os nobres e todos os excelentíssimos e ilustríssimos do Rio de Janeiro.

Contudo, este tipo de afinidade profissional, racial, capitalista ou aristocrática não transparece no texto fundamental das confrarias, ou seja, os compromissos. Só se descortina através da análise da lista dos irmãos.

Se analisarmos o compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Socorro, ereta na igreja do Patriarca S. Domingos, a união entre os irmãos parece ser puramente religiosa: “Serão admitidos a esta confraria as pessoas de probidade, de um e outro sexo, que conduzidos da devoção forem reconhecidos da sua piedade, e sincero arrimo para utilidade espiritual, e aumento da mesma confraria” (Ms. do I.E.B., Capítulo 13.º). Os irmãos pagavam, de entrada, 960 réis e, de anuidade, 480 réis, e este elemento é importante para classificar socialmente os membros da confraria, pois na Irmandade dos Passos, a que pertenciam as pessoas reais e os nobres, a taxa de entrada era de 6\$400 réis.

Quanto à composição das confrarias, a do Socorro pode-nos servir de exemplo: havia um *capelão* com a obrigação de dizer missa pelos irmãos vivos e defuntos aos sábados, de confessar nos dias de jubileu da confraria, de acompanhar os atos da confraria “quando está em corpo com as insígnias de opas”, de se apresentar em ocasiões públicas da igreja e fora dela (Capítulo 1.º); um *juiz* a quem cabia “a vigilância e cuidado no zelo do altar, conservação e aumento de toda a confraria”, além da convocação de mesas, sempre que se fizesse necessário (Capítulo 2.º); um *escrivão* com o cargo de “lançar nos livros da receita e despesa e dos inventários, etc. todas as contas e mais escritas pertencentes à confraria”, além de “passar os conhecimentos e certidões necessárias e nomear os irmãos que não-de pedir aos sábados” (Capítulo 3.º); um *tesoureiro* que tinha a seu cargo “toda fábrica da confraria, ornamentos, alfaias” e o livro dos inventários, além de mandar dizer as missas da obrigação da confraria, de “fazer

a recadação dos anuais dos irmãos, com diligência e cuidado, pelas suas casas, logo nos dias antecedentes ou subsequêntes à festividade”, de “pedir um mês com o procurador e substituir as faltas dos irmãos nomeados para pedirem aos sábados” (Capítulo 4.º); um *procurador* que devia “advertir a negligência e descuido na falta e omissão dos deveres pertencentes ao todo desta confraria”, “zelar, reparar e refazer as ruínas dos bens que tiver a confraria”, “cobrar e recadar os legados, réditos e lucros” (Capítulo 5.º); 12 *irmãos de mesa* encarregados de pedir aos sábados, “no mês que lhes tocar pela sua alternativa” (Capítulo 6.º); um *andador* encarregado de “pedir pelos subúrbios da cidade todos os sábados” e de levar a cruz nos enterros e procissões, “pelo que vencerá um ordenado correspondente ao seu trabalho, zelo e diligência” (Capítulo 7.º).

As mulheres não se encontravam marginalizadas em relação à estrutura administrativa da irmandade, podendo, “pelos seus predicados e fervor da sua devoção”, serem eleitas pela Mesa para o cargo de juíza e mordomas (Capítulo 8.º).

Os mesários eram obrigados a contribuir para a confraria da seguinte maneira:

- a) juiz, 25\$600 réis; juíza, 19\$200 réis;
- b) escrivão, 12\$800 réis;
- c) irmãos de mesa e mordomas, 4\$000 réis.

Entre as atividades da confraria, incluíam-se os *sufrágios*, ou seja, na definição de Morais Silva, “toda a obra pia por alma dos defuntos”. O Capítulo 12.º do compromisso que tenho vindo a analisar estabelece: “Logo que falecer algum irmão, ou irmã, ou constar que é falecido, ainda fora da cidade, tendo cumprido e satisfeito os anuais e mesadas, conforme os estatutos, salvo se o não fizeram pela sua indigência, se mandarão dizer as missas pela sua alma, que lhe competem, a saber: se for ou tiver sido juiz e juíza, dezesseis; escrivão, doze; tesoureiro, procurador, irmãos de mesa e mordomas, onze; e irmãos sem cargo dez, de esmola de trezentos e vinte réis cada uma.” Os moribundos também mereciam os cuidados da confraria: “logo que constar se achar moribundo algum irmão, ou irmã, se lhe mandarão dizer duas missas de agonia de esmola de quatrocentos réis cada uma” (Capítulo 12.º). A confraria devia ainda acompanhar à sepultura o corpo do irmão defunto, “ou daquele que deixar algum legado à confraria com essa condição” (ib.).

É difícil determinar o número de confrarias existentes no Rio, no início do séc. XIX. Em primeiro lugar, parece haver uma sutil nuance de sentido entre *irmandade* e *confraria*, pois o primeiro termo é usado pelo P.^o Luís Gonçalves dos Santos, para designar as entidades importantes e ricas (Irmandade da Misericórdia,⁽³⁾ Irmandade do Santíssimo Sacramento etc.), e o segundo termo é utilizado quando se trata de entidades de negros. Para designar uma entidade de homens pardos é, contudo, usado o termo *irmandade*.

A irmandade mais importante era sem dúvida a Irmandade dos Passos de N. S. Jesus Cristo, ereta na Real Capela, no dia 1.^o de maio de 1810, e da qual faziam parte o príncipe da Beira, o infante D. Miguel, o infante D. Pedro Carlos, o infante D. Sebastião, além do conde das Galveias, conde de Pombeiro, conde de Linhares, conde da Figueira, marquês do Lavradio, barão de Condeixa, e muitos outros indivíduos conhecidos por suas riquezas, como o comendador Elias Antônio Lopes, ou pelos seus empregos, como Paulo Fernandes Viana ou Tomás Antônio de Vilanova Portugal (Cód. 229).

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora da Candelária era considerada rica, a ponto de inaugurar em 1811 uma nova igreja. O seu escrivão era José Luís Alves, negociante de grosso trato; o seu procurador, Manuel Moreira Lírio, também negociante de grosso trato; entre os irmãos da Mesa encontravam-se Manuel José da Silva Ramalho, José Dias da Silva Guimarães, igualmente negociantes matriculados (Cód. 170). Em 1818 o provedor e irmãos desta Irmandade fizeram um requerimento, a propósito de umas casas que pretendiam comprar e cujos proprietários se recusavam a vendê-las. O requerimento foi enviado à Mesa do Desembargo do Paço e um dos desembargadores, ao emitir o seu parecer, escreveu que os proprietários estavam dispostos a ceder as casas, mas não por venda. Pretendiam permutá-las por outras de igual ou semelhante valor, “entre as muitas” que a Irmandade possuía “em ruas de comércio” (in J. V. de Sousa, *A igreja da Candelária*, p. 128-9).

Havia a Irmandade dos Professores de Música, debaixo da invocação de Santa Cecília, tendo como juiz o desembargador Luís José de Carvalho e Melo; a Irmandade do Divino Espírito

(3) Debret: “Cette pieuse association, dont l’immense revenu est fondé sur des donations accumulées depuis plusieurs siècles, se compose encore aujourd’hui de presque tous les gens riches” (vol. III, p. 120).

Santo da Lapa;(4) as irmandades da Boa Morte e da Conceição, ambas de homens pardos.

O P.º Luís Gonçalves dos Santos refere-se, de maneira eloqu岸ica, a uma confraria na capela de Nossa Senhora dos Homens: “serve com zelo a Maria Santíssima, concorrendo para o aumento do seu santuário, no qual tanto nos dias festivos, como nos de trabalho, há sempre concurso de pessoas devotas, que ali acham prontamente missa desde manhã até ao meio-dia.” (*Memórias*, t. I, p. 45-6.). E cita ainda uma confraria “muito numerosa” na igreja do Bom Jesus do Calvário; outra, de pretos-minas, na capela de Sta. Ifigênia, “os quais, apesar da sua pouca fortuna, ajudados das esmolas dos fiéis, a vão adiantando aos poucos” (*ib.*, p. 46); outra, também de pretos-minas, na “indecente e pobríssima capela de Nossa Senhora de Lampadosa”, a qual “por honra da religião se devia demolir”; e uma outra confraria de pretos na igreja do Rosário.

Como vemos, estas comunidades religiosas existiam em todos os níveis sociais, participavam, com maior ou menor riqueza, no culto dos santos da sua devoção, e contribuíam para as solenidades religiosas, principalmente através de procissões. Tinham estatutos próprios (os compromissos), rendas e bens, além de receberem esmolas.

“A fé quer obras”, frase reveladora da necessidade do ritual, da liturgia: “em vão se crê, quando não se presta publicamente ao Ente Supremo o culto público, e a adoração, que lhe é devida, conforme o rito e cerimônias da religião”, escreve o P.º Luís Gonçalves dos Santos, cuja obra descreve pormenorizadamente todas as celebrações religiosas que se realizaram no Rio de Janeiro durante a permanência da corte.

A frequência da missa era uma obrigação dos empregados públicos, e o governante chegou a mandar erigir no Arsenal Real da Marinha uma capela, “a fim de que nela ouvissem missa nos dias de preceito os indivíduos empregados no mesmo Arsenal!” (dec. de 30 de outubro de 1816). Não havia festejo público que não tivesse um imponente Te Deum ou missas solenes, cerimônias em que a música religiosa assumia um lugar de relevo, tal como as orações sagradas pronunciadas pelos pregadores régios.

(4) Lemos um aviso da *Gazeta do Rio de Janeiro*: “O capitão Francisco Duarte Monteiro, testamenteiro do falecido Manuel Mendes Salgado Guimarães, faz público que em seu poder se acham dez dotes de 128\$837 réis cada um para órfãs, a quem devem ser conferidos pela Irmandade do Divino Espírito Santo da Lapa, e entregues pelo dito testamenteiro no ato em que a dita Irmandade fizer casar as ditas órfãs: as que pretenderem algum dos ditos dotes devem apresentar seus requerimentos, com os competentes documentos, na forma mencionada, segundo a disposição do testado.” (N.º 7, 1812.)

Os dias dos santos eram devidamente celebrados, principalmente o de S. Sebastião: “por um antigo e louvável costume, esta cidade do Rio de Janeiro se ilumina por três noites antes da festa do seu padroeiro, o glorioso S. Sebastião.” (P.^e Luis Gonçalves dos Santos, ob. cit., t. I, p. 200-1.)

E a procissão religiosa, tal como a procissão de corte, era simultaneamente divertimento público e ocasião de ostentação social, de desfile de hierarquias. Ao historiador da cultura pouco importa, aliás, determinar o grau de “pureza” das cerimônias religiosas. Quer a procissão seja a expressão de um sentimento religioso profundo, quer se trate apenas de uma função lúdica ou de ostentação social, ela não deixa, em qualquer dos casos, de constituir um objeto importante no estudo de uma cultura.

As procissões eram numerosas no Rio de Janeiro, no início do séc. XIX. Quase todos os viajantes o dizem, por vezes num tom de crítica, principalmente quando se trata de viajantes ingleses, a quem todos os rituais romanos parecem ridículos e próprios de um povo supersticioso.⁽⁵⁾ Algumas eram anunciadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*: “Em 21 do corrente à noite se pretende fazer a trasladação do glorioso Santo Antônio Pobre, que se acha na capela da Lampadosa para a sua nova capela, sita na Rua de S. Lourenço ao pé da chácara dos Inválidos, indo também S. Lourenço, fazendo-se para este fim uma procissão com toda a pompa e solenidade.” (N.^o 101, 1811).

Mas a grande procissão realizava-se no dia 16 de junho, festa do Corpo de Deus. A de 1808 foi já suntuosa: saiu a procissão da Real Capela “com uma pompa e uma magnificência nunca vistas nesta cidade, não só pela riqueza dos paramentos, mas também pelo grande número de cavaleiros, comendadores e grão-cruzes das três ordens militares do reino de Portugal, que concorreram à procissão com os seus respectivos mantos e insígnias; e sobretudo pelo esplendor, com que Sua Alteza Real, acompanhado dos sereníssimos príncipe da Beira e infante, com o competentes mantos, realçou esta grande solenidade verdadeiramente real e portuguesa, com que o Divino Senhor Sacramento foi levado em triunfo pelo meio da cidade do Rio de Janeiro” (P.^e Luis Gonçalves dos Santos, ob. cit., t. I, p. 263).

(5) Mesmo os viajantes franceses ficavam chocados com as festividades religiosas: “Les pratiques extérieures du culte, trop souvent prises pour la religion elle-même, font rechercher avec une sorte d’avidité tout ce qu’elles offrent d’attraits à une mondaine curiosité. Aussi les cérémonies solennelles, les processions brillantes, les feux d’artifice tirés, soit de jour, soit de nuit, à la porte des temples ou devant une madone, sont-ils plus goûtés par le vulgaire ignorant et superstitieux, que les preceptes d’une morale austère et évangélique.”

Realizavam-se procissões em épocas certas, como a de Corpus Christi, mas havia também procissões de ações de graças, como a que se realizou para celebrar a restauração de Portugal: “A esta pomposa procissão concorreram, por ordem expressa de Sua Alteza Real, todas as irmandades, ordens terceiras, comunidades religiosas, o clero todo da cidade, debaixo da cruz da Capela Real, seguindo-se imediatamente a cruz da Irmandade de S. Pedro, e após dela as das quatro freguesias.” (P.^o Luís Gonçalves dos Santos, ob. cit., p. 285).

A posse de imagens, oratórios, relicários e outros objetos litúrgicos por indivíduos laicos constitui um índice importante do grau de religiosidade numa dada sociedade.

Se folhearmos o inventário manuscrito dos bens do negociante Elis Antônio Lopes, vemos entre as suas jóias, roupas e trastes, vários objetos de culto:

um cálix do oratório da chácara liso pátena e colher dourada por dentro pesando dois marcos e vinte e oito oitavas; duas cazulas de damasco de quatro cores com seus pertences agaloadas de galão de fio de ouro pertencentes ao oratório da chácara; um frontal de seda de matiz velho do d.^o; uma alva de pano de linho cordão e amito; uma toalha de altar e purificador; duas toalhas de altar de esguião lisas; um corporal e guarda a quatro sanguíneos; um Missal Romano; um par de galhetas de vidro, uma caixa de folha para hóstias e uma alcatifa pequena; um oratório pintado de dizer missa, com seus dourados e vidraça na frente; uma imagem de Cristo com seus ornamentos de prata, cruz e calvário; uma Senhora das Dores; um São João; duas imagens pequenas de pedra; um Sto. Tomás e um Sto. Antônio.

Dado que era comum ter-se um oratório em casa e como em muitos sítios e fazendas se dizia a missa, é freqüente ler na *Gazeta* anúncios de venda de objetos litúrgicos e também, como esses objetos eram em geral valiosos, nos aparecem indivíduos anunciando a sua perda e dando alvissaras a quem os encontrasse. O gosto pelos “santinhos” justificava a publicidade feita em torno de “dois baús cheios de estampas de santos de diversas qualidades”; vendiam-se vestidos de imagens; anunciava-se ainda a venda de “uns paramentos, e o que mais se precisa para se celebrar missa”; a venda de “um oratório magnífico, doirado, e circulado por dentro de pedras grisólitas, e juntamente com suas pirâmides pelos lados, também doiradas”; uma “alâmpada de igreja com os seus pertences”; um “altar com todos os paramentos para uma capela particular”; uma “imagem de Cristo, grande, cravada de pedras e prata”; lanternas de prata “para uso do culto divino”.

Se analisarmos a *Notícia dos livros* que o impressor da Bahia, Manuel da Silva Serva, trouxe ao Rio de Janeiro para vender, constatamos que a produção de textos religiosos obedece àquilo que Braudel denominou “a longa duração”. Nesta área não se vislumbra qualquer preocupação com novidades: os mesmos textos dos séc. XVI, XVII e XVIII continuavam a ser vendidos no início do séc. XIX, assinalando-se o maior número de edições sucessivas. As *Horas marianas* de Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento tinham alcançado em 1820 a trigésima edição!

Para termos uma idéia do que a sociedade carioca consumia em matéria de livros religiosos, convém transcrever aqui os títulos das obras que constam do catálogo do livreiro baiano:

- 1 — *Afetos d'amor fino a Jesus Crucificado.*
- 2 — *Alfabetos com princípios de doutrina cristã.*
- 3 — *Breviário romano.*
- 4 — *Bíblia do P.^e Antônio Pereira, traduzida.*
- 5 — *Catecismo, ou o cristão bem instruído.*
- 6 — *Catecismo doutrinal do Arcebispado de Braga.*
- 7 — *Catecismo do Patriarcado de Lisboa.*
- 8 — *Catecismo de Montpellier, o resumo.*
- 9 — *Catecismo de S. Maló.*
- 10 — *Compêndio d'Antigo e Novo Testamento.*
- 11 — *Compêndio doutrinal de Piamonte.*
- 12 — *Compêndio de história sagrada.*
- 13 — *Compêndio da ciência da Salvação.*
- 14 — *Compêndio doloroso.*
- 15 — *Carta de escravidão a Maria Santíssima.*
- 16 — *Cartas diretivas.*
- 17 — *Cartas espirituais.*
- 18 — *Cartas doutriniais do P. Sarmento.*
- 19 — *Coleção espiritual.*
- 20 — *Coleção de breves pontifícios.*
- 21 — *Coleção de memórias dos trabalhos do papa Pio VII.*
- 22 — *Caminho do céu.*
- 23 — *Confessor instruído.*
- 24 — *Cadernos dos santos novos.*
- 25 — *Concílio tridentino vindicado.*
- 26 — *Diretor cristão.*
- 27 — *Diretor fúnebre.*
- 28 — *Diretório sacro.*
- 29 — *Dissertação sobre a comunhão.*
- 30 — *Dissertação sobre o estado religioso.*
- 31 — *Dissertações teológicas.*
- 32 — *Devoção do coração de Jesus.*
- 33 — *Delícias do coração católico.*
- 34 — *Diálogo da história sagrada.*
- 35 — *Discurso sobre a História eclesiástica.*
- 36 — *Diurnos.*

- 37 — *Dicionário teológico.*
38 — *Exercício diário.*
39 — *Exercício de perfeição.*
40 — *Exercício do cristão.*
41 — *Exercícios espirituais* do P.^e Manuel Bernardes. —
42 — *Escola de prudentes, ou avisos* de S. Teresa.
43 — *Escola nova cristã e política.*
44 — *Estímulos do amor divino.*
45 — *Eva, e Ave-Maria triunfante.*
46 — *Escudo mariano.*
47 — *Evangelho em triunfo.*
48 — *A fé dos católicos.*
49 — *Flos sanctorum* do P. Rosário.
50 — *Flores celestes, que contêm várias glosas por um cigano da Bahia.*
51 — *Flagelo da impiedade.*
52 — *Fala dos sacerdotes, e religiosos.*
53 — *Fenômeno ou sermão* do reverendo Botelhas.
54 — *Gemidos da Mãe de Deus aflita.*
55 — *História da Bíblia abreviada* de Sarmento.
56 — *História bíblica* de Sarmento.
57 — *História da Paixão.*
58 — *Horas do Coração de Jesus.*
59 — *Horas da Semana Santa.*
60 — *Horas de Maria Santíssima.*
61 — *Horas marianas.*
62 — *Horas preciosas.*
63 — *Horas de Vilela.*
64 — *Horas do Fonseca.*
65 — *Horas portuguesas* de Carlos do Vale.
66 — *Itinerário místico.*
67 — *Igreja militante.*
68 — *Instrução para a História eclesiástica.*
69 — *Instruções gerais em forma de catecismo.*
70 — *Livrinhos de oração mental.*
71 — *Livrinhos de Santa Bárbara acrescentados.*
72 — *Louvores de Maria Santíssima.*
73 — *Luz e calor* pelo P. Manuel Bernardes.
74 — *Manual devoto para assistir à missa.*
75 — *Manual romano seráfico.*
76 — *Manual eclesiástico.*
77 — *Manual da Semana Santa.*
78 — *Manual para a confissão.*
79 — *Manuais de missa pequenos.*
80 — *Meditações de Nossa Senhora.*
81 — *Meditações dos atributos divinos.*
82 — *Meditações da infância, morte, ressurreição de Cristo.*
83 — *Método de ajudar a bem morrer.*
84 — *Martirologio romano.*
85 — *Moral evangélica.*
86 — *Mística cidade de Deus.*
87 — *Ministro de Cristo no tribunal da penitência.*

- 88 — *Missale romanum.*
 89 — *Novíssimo do homem.*
 90 — *Novena do Coração de Jesus.*
 91 — *Novena de Nossa Senhora.*
 92 — *Novena de S. José.*
 93 — *Novena de Nossa Senhora do Carmo.*
 94 — *Novena de Nossa Senhora das Necessidades.*
 95 — *Novena de S. Rita.*
 96 — *Novena do Ecce Homo.*
 97 — *Novena do Menino Deus.*
 98 — *Novena de S. Francisco de Paula.*
 99 — *Ofício da Semana Santa.*
 100 — *Ofícios de defuntos.*
 101 — *Orações sagradas.*
 102 — *Orações sagradas das quarenta e oito horas.*
 103 — *Obséquios de S. José.*
 104 — *Oratório sacro.*
 105 — *Obras espirituais* de Fr. Antônio das Chagas.
 106 — *Paraíso seráfico.*
 107 — *Paraíso dos contemplativos.*
 108 — *Prática para a oração mental.*
 109 — *Peregrinação cristã.*
 110 — *Pensamentos cristãos.*
 111 — *Perfeita religiosa.*
 112 — *Pregador mariano.*
 113 — *Panegíricos de S. Francisco Xavier.*
 114 — *Relicário angélico.*
 115 — *Retrato da morte.*
 116 — *Retrato dos jesuítas.*
 117 — *Riçanços da Semana Santa em latim.*
 118 — *Rumallete espiritual.*
 119 — *Reflexões apologéticas.*
 120 — *Relação das festas de S. Camilo.*
 121 — *Reza de N. S. das Dores.*
 122 — *Sentimentos afetuosos d'alma para com Deus.*
 123 — *Sentenças espirituais.*
 124 — *Sumário de indulgências.*
 125 — *Símbolo da fé* por Fr. Luís de Granada.
 126 — *Sermões de S. Francisco de Assis.*
 127 — *Tratado da confiança na misericórdia de Deus.*
 128 — *Tesouro seráfico.*
 129 — *O verdadeiro modo de confessar-se bem.*
 130 — *Vida de Santo Antônio ou sol nascido no Oriente.*
 131 — *Vida de Santa Margarida de Cortona.*
 132 — *Vida de Maria Santíssima.*
 133 — *Visitas ao Santíssimo Sacramento.*

Se excetuarmos este catálogo de livros da Bahia, é rara nas páginas da *Gazeta* a publicidade de livros de devoção: só encontramos o anúncio de um "*Dicionário teológico*, obra utilíssima, e muito necessária para todos os que desejam ter uma idéia per-

feita de tudo quanto há de mais importante na sagrada teologia". Nesta obra se continham "as diferentes opiniões dos principais teólogos, e as mais célebres heresias", mas como se tratava de 5 volumes vendidos por 3.200 réis, a procura desta obra não devia ser grande, apesar de o livreiro ter o cuidado de acentuar que a estava vendendo pelo preço de Lisboa.

Uma entidade religiosa, o Hospício de N. S. do Patrocínio, anunciou, contudo, a venda de vários livrinhos de devoção, cujos preços eram acessíveis: *Cartilhas doutriniais*, a 200 réis; *Horas de quaresma*, a 410; *Espírito de S. Francisco de Sales*, a 520; *Flos Sanctorum* abreviado, a 800; *Diretório sacro com cantochão e cerimônias para a Semana Santa e algumas festividades*, a 1\$000; *Diretórios fúnebres*, a 1\$000. Mas a mesma entidade anunciava outros textos que certamente só seriam comprados por um público especializado: uma *Bíblia* de Sarmento, em 44 volumes, por 32\$000, um *Flos sanctorum*, em fôlio, por 6\$240. Nem mesmo os laicos eruditos e aristocratas, como o conde da Barca, compravam textos religiosos tão caros: na biblioteca do conde, as obras avaliadas por um preço mais alto custavam apenas 2.400 réis: *Le Nouveau Testament en latin et en français traduit par Sacy* (Paris, 1793); e *Idéia de um perfeito pároco instruído nas suas obrigações e instruindo as suas ovelhas na sólida piedade* (Lisboa, 1785). Na biblioteca do rico negociante Elias Antônio Lopes também só se encontraram livrinhos de devoção (um *Ano meditativo*, um *Modo de assistir à missa*, um exemplar de *Visitas do Ss. Sacramento*), avaliados por um preço baixo.

Estes dados permitem formular a seguinte hipótese quanto ao consumo de livros religiosos no Rio, no início do séc. XIX: as obras mais caras, encadernadas em vários volumes, ou in-fôlio, certamente só eram adquiridas por instituições religiosas, membros do alto clero ou pessoas reais; enquanto os livros de devoção, publicados em papel e de caráter prático, na medida em que ensinavam a bem cumprir os ritos religiosos, eram comprados por todas as camadas alfabetizadas da população. O nobre erudito também não comprava livros religiosos caros, e as suas preferências iam para as pastorais e orações sagradas, versões da Bíblia ou livros relacionados com a história eclesiástica.

É preciso não esquecer que a cultura religiosa não se transmitia apenas através de obras de devoção; outras havia, de caráter mais geral, como os manuais de etiqueta ou de civilidade, que se preocupavam com o ensinamento dos gestos e palavras adequados à vivência diária da religião. Teve grande voga em Portugal

A escola dos bons costumes, ou reflexões morais e históricas sobre as máximas de um homem de honra e probidade, de Blancard, modelo seguido por Siqueira na sua *Escola de política, ou tratado prático de civilidade portuguesa*. Nesta obra se ensinavam as regras de cortesia ao modo português, “para que possa qualquer menino desde os tenros anos instruir-se ao mesmo tempo em tudo, o que pode fazê-lo amável na sociedade” (Prólogo).

O primeiro capítulo deste livro diz respeito ao culto divino. Logo de manhã deve a criança aproximar-se de Deus: “Tanto que o menino acordar deve levantar o coração e pensamento a Deus, assentar-se na cama, abaixar a cabeça, como tributando adoração a este Soberano Senhor; fazendo logo o sinal da cruz para dar um claro testemunho da sua profissão, e para aterrar os inimigos invisíveis, que como leões o cercam.” (p. 2.) À hora da principal refeição: “O menino bem educado não deixe jamais de dar graças a Deus ao jantar, ou pública, ou ocultamente”, antes e depois de comer. (p. 3). Ao deitar: “Recolhendo-se o menino para dormir, deve examinar primeiro a sua consciência, pedir a Deus perdão se tem delinqüido, protestar emenda, fazendo ato de contrição.” (p. 8.)

Segue-se a análise dos gestos e ritos a cumprir na igreja: o menino, que houver de ir à igreja, se vista decentemente, “conforme seu estado, sem asseio de casquilho”, porém com limpeza. “Entrando na igreja, não se despreze de tomar água benta e, se for com pessoa de distinção, é da cortesia adiantar-se para lha deitar.” Ensina ainda o manual as orações que devem ser rezadas e a atitude a ser tomada, durante o tempo de permanência no recinto religioso: “Podendo, nunca se assente, que não é muito próprio da majestade do lugar, porém sem mostrar singularidade. Não olhe para quem entra, sai, ou está na igreja, que não é só incivil, mas criminoso. Conversar, rir, estar embuçado, encostar-se, escarrar, assoar-se com estrondo, comer, acotovelar os vizinhos, dormir, compor o cabelo, ou qualquer outra cousa, ter um joelho levantado, outro no chão, ler cartas, e livros profanos, é sumamente indecente. Os mesmos cumprimentos de urbanidade são impróprios deste lugar, apenas se permite alguma inclinação, ou cortesia para as pessoas do nosso respeito, ou amizade. Não falo em murmurações, acenos, brincos, e outras torpezas, que por si mesmo se mostram abomináveis. Até o escarrar é mais decente no lenço, que no pavimento”. (p. 10-1.) É ainda condenada toda gestualidade devota exagerada: “Nas mesmas ações de piedade guarde uma certa mediania, que não cause nota, ou se mostre singular. Rezar alto, estar dando suspiros, ou ter a cabeça incli-

nada ou torta, ainda nascendo de fervor e virtude, é digno de censura.”

Entre estas regras e a realidade observada por von Leithold existe uma grande distância: “Durante a missa, entravam e saíam religiosos das diversas ordens, moviam-se negros e mulatos de um lado para o outro, enquanto a gente, mesmo respeitável, de ambos os sexos, ria e conversava.” (Ob. cit., p. 66.)

O manual de civildade ensinava ainda o menino a confessar-se, “pondo de parte o chapéu, e o espadim, se o levar, e não for cavaleiro das Ordens Militares, que o não largam”; a comungar, tirando também o espadim; e finalmente a ajudar à missa, segundo o ritual romano, o ritual beneditino, o dos monges de S. Bernardo, o dos carmelitas calçados, o dos religiosos de S. Domingos.

Embora estes tratados de civildade ou “política” não descurassem o ensinamento de regras que norteassem a conduta religiosa dos indivíduos, os livros de devoção iam, contudo, mais longe no que se refere à prática religiosa.

Que gênero de obras eram estas? Quais os seus objetivos? Na lista bastante longa atrás transcrita, escolherei apenas algumas como exemplo, começando pelas *Horas da Semana Santa, empregadas na lição, e meditação dos principais ofícios, e sagrados mistérios deste santo tempo*. O seu autor era Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmiento e a tradução portuguesa continha “várias ilustrações históricas, oportunas reflexões morais, e diferentes práticas de piedade, para melhor inteligência, devoto exercício, e espiritual proveito dos fiéis cristãos nestes grandes solenes dias”. Trata-se de uma obra própria para a Semana Santa em que os fiéis eram obrigados a jejum mais rigoroso, oração mais frequente, retiro mais apertado, séria meditação sobre os mistérios, assistência contínua aos divinos ofícios, participação na penitência e eucaristia. Espécie de guia ou roteiro do crente para esses dias, continha ainda um prólogo doutrinal.

Outro tipo de obras eram os diretórios: *Diretório cristão, que facilita a oração mental, o modo de ouvir a Santa Missa, visitar a Igreja, e Via-Sacra: preparar para confessar, e comungar; fazer a novena de N. Senhora, e das Almas; e que propõe ditames breves, e sólidos, para alcançar a perfeição cristã*. É uma obra que apresenta temas para meditação para cada dia da semana, mas a parte mais interessante, do ponto de vista do historiador da cultura, é o regulamento colocado no fim do livro. Aí encontramos os seguintes ditames: “Evita na mesa superfluidades e excessos: usa com moderação da comida a mais simples, benze o que

comeres e beberes, dando graças no fim, para te não pareceres com os brutos”; “Não toques, nem te deixes tocar de pessoa diferente do teu sexo”; “Jamais admitas em tua casa jogos, serões, assembléias, comédias, óperas e festins, nem visitas de pessoas, em que domina o espírito do mundo”; “Veste com moderação, gravidade e limpeza, segundo o teu estado, não te deixando dominar das modas do século, onde respira a vaidade, o luxo, e não o espírito de Jesus Cristo”; “Regula as esmolas, que podes fazer cada mês, além das que diariamente deres aos pobres mendicantes; e põe à parte no fim do mês o que pudieses dar de esmola para assistência de alguma pessoa envergonhada; ou para mandar ensinar um rapaz pobre a algum officio; ou para qualquer outra obra pia”; “Foge como de peste à leitura de livros maus e perigosos; tais são não só os que abertamente atacam a nossa Sagrada Religião revelada, e que ensinam erros contra o depósito da fé, mas todos os que contêm doutrinas novas, opostas à venerável tradição, ao sentimento dos padres, à doutrina comum dos teólogos católicos, e à disciplina da Santa Madre Igreja Romana. Tais os que abrem caminho à corrupção dos costumes, ao espírito de libertinagem e incredulidade, à perturbação da tranquillidade dos Estados, ao desprezo do estado ecclesiástico”.

Da lista do livreiro baiano constam vários catecismos. Vejamos dois dos mais populares: o catecismo de Montpellier⁽⁶⁾ e o catecismo de Braga.⁽⁷⁾ A característica formal dos catecismos é a sua forma de diálogo: a doutrina é ensinada por meio de perguntas e respostas. E para facilitar ainda mais a catequese, o catecismo de Braga tinha no fim um resumo simplificado do texto, que se destinava a ser memorizado. Vejamos as palavras introdutórias do arcebispo de Braga: “por ele, e só por ele, (os párocos) ensinem nas suas paróquias todos os domingos, ou de tarde, se o povo concorrer à sua pastoral instrução, ou de manhã, quando acharem o povo junto para a missa. Para que esta instrução seja mais clara, e mais agradável, darão um catecismo a alguma pessoa mais capaz de ler com atenção, para que por ele faça as perguntas, em ordem a que o pároco, ou outra pessoa capaz, tendo na mão outro catecismo, diga as respostas. Esta poderá o pároco amplifi-

(6) *Catecismos da diocese de Montpellier impressos por ordem do bispo Carlos Joaquim Colbert, traduzidos na lingua portuguesa, para por eles se ensinar a doutrina cristã aos meninos nas escolas dos reinos e domínios de Portugal. Acrescentados com a ladainha e modos de ajudar à missa*, Lisboa, 1815. (Houve edições anteriores.)

(7) *Catecismo da doutrina cristã, composto por mandado do Em.mo e Rev.mo senhor cardeal de Mendonça, Patriarca de Lisboa. Adotado pelo Ex.mo e Rev.mo senhor arcebispo de Braga*, Lisboa, 1791.

car, ou explicar como muito lhe parecer: e cada dia explicará um capítulo, ou parte dele, que for suficiente; e depois de acabar de explicar as primeiras três partes do catecismo, tornará a começar de novo, ficando a quarta parte dele ao arbítrio dos párocos para a explicarem ou omitirem, segundo o que melhor lhes parecer. Porém não obrigarão a que lhes tomem de memória, senão o resumo do catecismo, que no fim dele vai.” A primeira parte intitulava-se “Do que pertence à nossa crença”; a segunda, “Da vida do cristão, isto é, dos vícios e das virtudes”; a terceira, “Da graça e dos meios para a conseguir, que são os sacramentos e a oração”; e a quarta, “Dos exercícios do cristão”.

Quem deveria assistir a estas sessões paroquiais de catecismo? Não apenas os de menor idade, mas também adultos, principalmente pais e mães de família, “porque a eles incumbe com muita particularidade a instrução de seus filhos e criados”.

O CASAMENTO E SUAS NORMAS

“... Vejamos o que se lhe dá a um casado, a troca dessa liberdade, que eles tanto alegam que deixam. Dá-se-lhe outra: entrega-se-lhe a mulher com a liberdade, com a vontade, com a fazenda, com o cuidado, com a obediência, com a vida, com a alma.”

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO,
Carta de guia de casados

Não vou aqui repetir o que tantos relatos de viajantes disseram acerca da mulher carioca, da sua reclusão, da sua ausência de instrução, do seu casamento precoce e também acerca da falta de convívio entre os noivos antes do casamento. É certo que a moça só saía de casa para ir à igreja e, por vezes, ao teatro; sabe-se que mesmo em casa ela, tal como as mulheres casadas, não participava das reuniões masculinas e que nos bailes as damas eram servidas separadamente.

O que interessa acentuar são algumas regras relacionadas com a instituição do casamento, e não os costumes que regiam a vida da moça antes do matrimônio. É evidente que as regras de casamento variavam com os grupos sociais e que o seu ajuste era tanto mais complicado quanto mais elevada era a hierarquia dos noivos. A “primeira nobreza” contraía matrimônio entre si e Marrocos conta numa carta que se achavam “justos”, isto é, ajustados, os casamentos das pessoas seguintes: “a filha do marquês de Valada com o conde do Barreiro, a filha da condessa da Ponte com o filho de D. Francisco de Almeida, e a filha do marquês do Lavradio (dama de S. A., a Sra. princesa D. Maria Francisca Benedita, viúva) com o conde da Ribeira...” (Carta 72.) Mesmo ao nível

da nobreza de mais baixa hierarquia, se exigia uma harmonia de gradação entre os noivos: "O casamento da filha do barão com o físico-mor é certo, mas está destinado para outubro, e entretanto ele espera o título de barão igual ao do futuro sogro, preparando as casas com a maior pompa, que lhe é possível." (Ib.)

Ao nível do empregado público, ficamos sabendo, através de toda a correspondência de Marrocos relativa ao seu casamento, que era considerado um bom partido para ele casar com a filha de algum criado da casa real, mas tal não aconteceu: ele casou-se com uma brasileira, de 22 anos, filha de mãe brasileira e de pai português, "gente muito limpa, honesta e abastada". Marrocos tinha então 33 anos e, portanto, não estamos aqui perante aqueles casamentos precoces de que tanto se fala mas que só se observavam nos grupos aristocráticos. O sogro vivia "de suas posses", acumulada durante anos de negócios com Lisboa e outros portos do Brasil. Era conhecido e respeitado de "grandes personagens" da cidade e os seus parentes eram todos portugueses, o que constituía um elemento a seu favor, mas mesmo a mulher, que era brasileira, tinha "boa ascendência", com um avô tenente-coronel e um bisavô marechal-de-campo, e uma parentela constituída por médicos, empregados públicos e negociantes, "a maior parte com hábitos de Cristo". Marrocos fizera, portanto, um bom casamento: "vivo em paz, em abundância, e com aquelas comodidades de que tanto precisava, com uma boa casa bem arranjada de tudo, e com escravos, e outras conveniências, sem a menor despesa minha". Isto significa que a mulher tivera um bom dote, mas Marrocos nada diz a esse respeito (carta 77). Numa carta para a irmã, elogia a mulher dizendo: "esta minha sinhazinha não é rigorista de modas; não sabe dançar, nem tocar; não serve de ornato à janela com o leque e com o lenço, não sabe tomar visitas na sala, nem discorrer nas guerras; porém sabe satisfazer-me em tudo o que pertence ao governo da casa, meu e seu arranjo, por ser este o seu gênio e a sua criação; pois apesar de em casa de sua mãe haver uma imensidade de escravas para o serviço, eram as filhas obrigadas por semanas a regerem este mesmo serviço." (Carta 75.). Temos aqui, portanto, o retrato da mulher ideal para o burocrata...

As relações conjugais eram dominadas por dois aspectos extremamente importantes: a subsistência da mulher, e daí a questão do *dote*; a conduta da mulher, donde resultava o problema do *divórcio* e da "correção" num recolhimento. Para o estudo do primeiro aspecto seria necessária uma pesquisa dos arquivos notariais, a fim de verificar que tipos de contratos antenupciais foram

passados pelos tabeliães do Rio de Janeiro.⁽¹⁾ Dada a dificuldade dessa investigação, apenas analiso o dote na medida em que esta questão subia às esferas governamentais.

O decreto de 1 de dezembro de 1817 é extremamente importante para a compreensão do dote:

Havendo-me representado João Huet Bacelar Pinto Guedes Souto Maior, sargento-mor da Brigada Real da Marinha, as desavenças que tem tido com Domingos José Marques Fernandes sobre os arranjos relativos ao que ele deveria receber em consequência do casamento que fez com sua filha, D. Delfina Honória Huet, de que têm resultado vários pleitos, para cujas despesas não tem o suplicante os meios proporcionados; e atendendo à obrigação que o sobredito Domingos José Marques Fernandes tem de alimentar sua filha, mulher do suplicante, não a tendo ainda dotado: sou servido que pelo juiz da causa se arbitre sumariamente ao suplicante a quantia que for justo para receber em cada mês de alimentos provisionais e expensalites até se findarem os ditos pleitos que deverão seguir os meios ordinários até final decisão, compelindo-os ao suplicado a efetiva entrega e satisfação todos os meses da quantia que for arbitrada.

O pai da noiva, portanto, ou dava o dote, ou era obrigado a pagar a subsistência da filha enquanto não o fizesse. Embora, na definição de Morais Silva, o dote se apresente como valendo para qualquer dos cônjuges,⁽²⁾ só encontramos este caso, em que o que se põe em questão é apenas o dote da mulher.

Nos códices da Intendência da Polícia estão conservados documentos extremamente significativos para o estudo das relações conjugais e da interferência do Estado nessas relações. Num deles, o intendente pesa os requerimentos e as razões respectivas de José Midosi e sua mulher e expõe ao ministro do reino o seu parecer sobre essa questão de família.

O marido foi procurar o intendente porque não podia “conter a desordem” em que viviam a mulher e as filhas, “saindo-lhe de casa a fazer passeios em companhia de oficiais de Marinha”. O intendente propôs-lhe que mandasse as filhas para algum recolhimento, e mesmo a própria mulher, contribuindo com uma mesa para o seu sustento. O marido respondeu “que nada lhes daria e que só desejava pôr-se fora de sua família, sem cuidar na subsistência dela”. Poucos dias depois desta primeira entrevista com o intendente, José Midosi foi preso pela ronda militar por uma briga que tivera em sua própria casa com Antônio José de

(1) Ver D. L. MACEDO, *Tabeliães do Rio de Janeiro (1565-1965)*, Rio, 1965. Havia então na cidade 4 cartórios, mas os seus registros são difíceis de localizar.

(2) “Os bens, que se dão à pessoa, que casa, para suster os encargos do estado”. (*Dicionário*).

Sousa Viana, a quem quebrara a cabeça. A mulher, Isabel Midosi, procurou por sua vez o intendente, dando a entender que o marido “perdia o juízo, e a infamava e mais as filhas” e pedindo providências “para não viver com ele pois que o temia”. O intendente mandou então proceder a averiguações, que narra nos seguintes termos: “Mandando ouvir algumas testemunhas da vizinhança, não consta que o marido seja bêbado, nem dado a outras mulheres, e que só vive em desordem com a sua por ver entrar na sua casa o dito Viana, e sair a passeio com suas filhas, que elas com efeito têm saído com este homem e com outros sem licença dele e só com a de sua mãe; e de tudo isto aparece boa razão de crer que nem ela, nem suas filhas se portam bem, pois que ainda não havendo fim mau naquele modo de proceder, o que será dificultoso de conceder, os nossos costumes não sofrem tamanha licença, não digo só entre as pessoas mais graves, mas até mesmo na da ordem em que está a suplicante e seu marido. Merecendo muita reprovação este procedimento da mulher e filhas, fica sendo justo o desgosto do marido com toda a sua família.” A solução do intendente para sossegar os ânimos foi a seguinte: “que assine um termo de viver em boa harmonia com sua mulher, e ela outro de prestar toda a obediência, que as nossas leis autorizam, a seu marido, despedindo de sua casa as pessoas, que ele não quiser nela, evitando os passeios com pessoas estranhas da família; e quando nem assim possam conservar-se em harmonia, que vivam separados dando-lhe ele mesada conforme as suas posses, e conservando-se ela e as filhas em recato, o que tudo se vigiará pela Polícia.” (Cód. 323, vol. 1, fls. 11 a 15.) Estes textos são extraordinariamente ricos de informação, pois mostram que na sociedade carioca do início do séc. XIX a sociedade familiar era regida pelos seguintes princípios: a mulher devia obediência ao marido; os filhos deviam obediência ao pai de preferência à mãe; o marido e pai não podia eximir-se de pagar o sustento da família, fossem quais fossem as suas razões para se querer separar dela. A conduta da mulher obedecia a um controle muito rígido: bastavam umas saídas a passeio para que fosse dada como “perdida”, ao passo que a conduta do marido era sempre encarada com benevolência, fosse ele briguento, bêbado ou amancebado.

O recolhimento era a pena com que os poderes públicos puniam a má conduta das mulheres. Assim quando João Manuel Pinto se queixa “que sua mulher Maria Clara de Jesus se porta com ele como não deve, sem alguma sujeição, saindo e recolhendo-se como e quando quer, ameaçando-o com a companhia do sujeito de quem teve um filho antes de casar” e pede que, “por a

corregir, e conciliar o seu sossego”, o príncipe regente permita que ela seja recolhida ou no Recolhimento da Misericórdia, ou no de Taipu, o intendente logo se informa “pela vizinhança” e emite o seguinte parecer, depois de mandar vir a mulher à sua presença e de a achar “de gênio desabrido e muito má de se sofrer”: “entendo que o suplicante não pode viver bem sem que ela passe por esta correção por algum tempo em Taipu, até que procure a companhia do suplicante e proteste emendar.” E o intendente acrescenta que esta é a prática “que com outras muitas se tem tido, uma vez que não há ainda nesta corte uma casa de correção para mulheres, de que há muita necessidade” (Cód. 323, vol. 3, fls. 49 e 49v). Na verdade aparecem constantemente, nos Códices da Polícia, requerimentos de maridos pedindo para pôr as mulheres em recolhimentos, sempre por má conduta, e o intendente sempre emitia um parecer favorável a tal reclusão.

Na correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, é encarado o outro lado da questão dos recolhimentos, isto é, enquanto pelos ofícios da Polícia a mulher é considerada sempre culpada e necessitada de correção, neste texto aparece-nos um caso diverso: “(...) O servente José Lopes Saraiva tinha metido a mulher no recolhimento de Taipu, publicando que a achara em casa acompanhada de certo indivíduo: foi o caso que se espalhou por toda a parte, e a pobre mulher, cheia de vergonha, foi vítima de toda a qualidade de insultos, que ele praticou com ela. Agora devo acrescentar que, depois de haver padecido por alguns meses todos os incômodos, que se sofrem naquela casa, sem que ele lhe subministrasse socorro algum, como prometeu e a que são todos obrigados, conseguiu ela justificar-se judicialmente inocente e sem culpa, e sendo ao depois restituída à sua liberdade, se propôs a servir em casa de certas senhoras de Lisboa e do seu conhecimento.” A mulher, logo que saiu do recolhimento de Taipu, ficou legalmente divorciada do marido em presença do bispo, e vigário-geral, e Marrocos acrescenta ainda: “o marido anda numa vida estragada e escandalosa.” (Carta 56.) Contudo, numa carta anterior, antes da mulher ter sido reabilitada e encontrado proteção na corte, Marrocos mostrava-se naturalmente partidário do marido, acreditando a priori na má conduta da mulher: “José Lopes aqui anda metido em trabalhos porque sucedeu-lhe um dia destes recolher-se a casa fora do costume, obrigado por dores de cabeça, e achar certo militar metido na cama com a mulher: houve grande desordem, e ele parece-me que intenta pespegar a mulher em um recolhimento, e prender o tal militar.” (Carta 32.)

Através de alguns documentos mostrarei agora como os poderes públicos intervinham quando a mulher se recusava a morar com o marido. Especiosa Angélica, mulher de Anacleto Elias Ferreira de Noronha, pôs-lhe ação de divórcio e perdeu. O marido, antes de partir como alferes para o Regimento do Rio Grande, suplica a graça de recolher a mulher na Misericórdia, “ficando sustentada à custa das rendas do Recolhimento, e ele só com o vestuário.” O intendente aprova este requerimento nos seus dois aspectos, moral e econômico. A mulher precisava mesmo de ser recolhida: “não se tem conduzido bem, não só na proposição de divórcio que não obteve, senão guardando pouca sizudeza e conduta mais alegre do que costumam ter os que vivem nestes trabalhos.” Isto significa que o próprio ato de pedir divórcio era condenável numa mulher, segundo o critério do intendente: “aqui o mesmo é casar uma mulher que procurar no dia seguinte divorciar-se para viver em libertinagem, e quando não alcança sentença, desobedece a que se profere contra ela, e uma vez que por depósito se há do poder do marido, não volta mais a ele, e é uma mulher-dama, que demais fica na povoação.” *Mulher-dama* é expressão sinônima de *mulherer-meretriz* e vemos, portanto, que o fato de pedir divórcio era então considerado como sinônimo de querer viver na libertinagem. E acrescenta o intendente: “só ajudando a Autoridade Régia estes negócios com a força é que sentenças serão cumpridas, e as mulheres dos militares, e de quaisquer outros empregados públicos se conterão, pois é uma lástima o que neste gênero vai pela cidade, que propaga a imorigeração e improbidade.” (Cód. 323, vol. 3, fls. 61 e 61v.)

Eram as autoridades eclesiásticas que decidiam em questões de divórcio, mas acontecia que, mesmo tendo-lhes sido recusada a separação, as mulheres decidiam não viver mais com os maridos e então estes recorriam às autoridades para que as obrigassem à coabitação. O intendente da Polícia refere mais um destes casos: Eusébio Joaquim de Sousa fez um requerimento pedindo que sua mulher D. Ana Joaquina de Sousa fosse recolhida ao Recolhimento de Taipu “por isso que se subtrai de viver como deve na sua companhia tendo-lhe intentado causa de divórcio, em que não obteve e sendo mandada pelo Juízo Eclesiástico, que fosse coabitar com o suplicante seu marido, o que ela desprezou”. Este caso é extremamente interessante, pois revela que o intendente da Polícia possuía uma medida para as mulheres das ordens inferiores, como a do documento anteriormente citado, e outra para as senhoras. Aqui já não se fala em mulher-dama e a correção proposta não

deveria ser aplicada no Recolhimento de Taipu, mas sim no Convento da Ajuda. Vejamos em que termos diferentes o intendente narra os antecedentes do caso e emite o seu parecer :

Esta mulher é filha do falecido Manuel de Sousa Meireles, negociante grave desta cidade, que eu conheci, e irmã dos coronéis Joaquim de Sousa Meireles, Lourenço de Sousa Meireles e José de Sousa Meireles; e sendo casada com um Damaso de tal enviuvou e poucos dias depois do nojo, e muito no princípio do tempo de luto, casou com o suplicante na freguesia do Engenho Velho, sem seus irmãos nem sua mãe que ainda é viva o saberem, sendo o suplicante mestre de navios do Rio Grande sem bens, sem representação igual à dos seus parentes, e inteiramente desconhecido. Durou pouco esta paixão; porque apagado logo o primeiro fogo dela, entrou a não querer ver o marido, e largou-o indo-se meter em casa da mãe, donde intentou uma desarrazoada ação de divórcio, e não obteve sentença. Recorreu dela para a Relação Metropolitana, largou-a, por recurso na Coroa, nada obteve e aquietou-se ficando em casa da mãe. Procurou o suplicante por muitos meios que ela voltasse a seu poder, e tudo desatendeu, fi-la notificar pelo régário-geral, como consta do documento incluso, e desobedeceu, e é neste aperto que o marido procura a Autoridade Pública, e mesmo a Soberana para a fazer reconhecer os seus deveres. Quando este negócio chegou às minhas mãos entendi eu que talvez ela estivesse apoiada nos irmãos e, por isso que eles têm aqui alguma consideração, se afoitava ela a obrar por uma maneira tão avessa a quem tinha casado por tal modo. Mas enganei-me: os irmãos que são honrados e sizados vivem por isto, e ainda mais por outras desenvolturas, que ela pratica na casa da mãe que jaz entrevada, no maior desgosto, e desejam mesmo esta correção, menos o José de Sousa Meireles, que está muito unido a ela e é menos capaz que os outros. Merece portanto esta mulher alguma correção e, ou seja para Taipu como o marido pede, ou para algum convento, ela deve ser recolhida. Aqui no Convento da Ajuda se têm recolhido algumas como a do coronel Xavier de Tapacorã e a de José Caetano de Barcelos dos Campos, e seria antes de parecer que, por atenção aos coronéis seus irmãos que vivem injuriados, e aliás são beneméritos, fosse S. A. R. servido mandar que se recolhesse ao Convento da Ajuda até que se resolvesse a ir para a companhia de seu marido, expedindo-se para isso Aviso a esta Intendência que cuidará em segurar o peso e todo os mais arranjos para a sua decente subsistência, como é costume em tais casos. (Cód. 323, vol. 3, fls. 62v e 63.)

Vemos, portanto, através destes dois casos de mulheres a quem tinha sido negado o divórcio e que contudo não queriam mais viver com os maridos, que a sociedade não admitia tal separação. A mulher que, nestas condições, se recusasse à coabitação tinha de ser punida pelas autoridades públicas com o recolhimento. Contudo, a Polícia mostrava-se mais ou menos severa conforme o estatuto social da mulher em questão, substituindo o habitual recolhimento por um convento, quando se tratava de uma senhora de certa consideração.

Os viajantes estrangeiros foram particularmente sensíveis à situação da mulher na sociedade carioca. Von Leithold não deixa de comentar: “Não há que esquecer, ao falar de instituições, um convento para mulheres, onde os maridos podem encerrá-las por capricho e outras razões. Não o visitei, mas soube que, pela lei portuguesa, o marido tem o direito, em certas circunstâncias, de prender a mulher por um lapso de tempo ou mesmo por toda a vida. Tem ele então que prover à sua subsistência.” (Ob. cit., p. 69.). E confirma que o fato de a mulher sair para passear com outras pessoas era malvisto pela sociedade carioca: “A passear são raramente vistas, pelo menos nunca encontrei senhora de alguma importância assim ocupada e, com muitas casas têm suas capelas ou oratórios em que se reza missa nos dias de guarda, é uma exceção que se deixem ver a pé pelas ruas.” (Id., p. 28.)

DELITOS E PENAS

“Aquele que perturba a tranqüilidade pública, que não obedece às leis, que viola as condições sob as quais os homens se sustentam e se defendem mutuamente, esse deve ser excluído da sociedade, isto é, banido.”

BECCARIA, *Dos delitos e das penas*

Entre a prisão e a pena capital, o degredo aparecia à sociedade do início do séc. XIX como o meio mais prático e menos oneroso para o Estado de expulsar o indesejável.

Segundo a documentação da Mesa do Desembargo do Paço, o degredo mais comumente aplicado era o degredo para Angola, para o Rio Grande, ou simplesmente “para fora da comarca”; o degredo para as galés só se aplicava aos indivíduos dos grupos inferiores da sociedade. Os nobres estavam sujeitos a um degredo “honroso”, como aconteceu a D. Francisco de Melo, degredado para a ilha Terceira “pelo vício público de suas bebedeiras, até na presença de S. A. R., tendo sido aqui várias vezes repreendido”, conta Marrocos (carta 33). Numa outra carta, este refere um tipo de “degredo encoberto”: “O filho do cozinheiro, Patrício Alvarenga, que era sacristão da Capela Real, foi dali despedido por vários roubos, que ali fizera, em peças de prata e em dinheiro; e lá foi com degredo encoberto a assentar praça no Regimento de Dragões do Rio Grande.” (Carta 76.) Os militares igualmente sofriam a pena de degredo, como podemos ver no *Código penal militar*, por exemplo no tit. XXIV, “Dos delitos contra a ordem e segurança das famílias”. O rapto pela força tinha como pena, para os oficiais, “8 anos de degredo para algum dos

lugares da África”, e para os oficiais inferiores, ou qualquer outra praça, 8 anos de obras públicas ou galês.

A que crimes se applicava o degredo, e qual a duração deste? Roubo de um pouco de tabaco de fumo, 5 anos em Angola; suborno, sendo conferente da Alfândega, 5 anos para o Rio Grande; despachos falsos de escravos, 10 anos para Angola, além da confiscação dos bens; furto de madeiras de uns matos, 5 anos para o Rio Grande; querela, 3 anos para fora da comarca; adultério, 10 anos para Angola (Cód. 149, vol. 1).

O adultério era considerado crime grave: “ofende os direitos conjugais, confunde a prole, perturba a ordem e paz das famílias, e ataca a decência, e costumes públicos.” (*Código penal militar*, tít. xxiv, art. 476.) Tão grave que o marido que inatasse a mulher por esta ter cometido adultério nenhuma pena sofria, se o adultério tivesse sido efetivamente provado; e, mesmo que o não fosse de forma concludente, pelo menos o réu gozava da benevolência das autoridades, como podemos ver pela seguinte consulta da Mesa do Desembargo do Paço:

José Galvão Freire confessa ter morto sua mulher Dona Maria Eufrásia de Loiola por achá-la em adultério com Manuel de Moura e pede seguro real para solto tratar do seu livramento. Parece à Mesa que o supplicante está em termos de merecer a graça que pede, vista a natureza e circunstâncias do delicto que cometeu, que admite defesa segundo as leis de V.A.R., até a ponto de não poder sofrer castigo algum provando-se que havia adultério. E suposto pela informação a que se procedeu pelo corregedor do Crime da Corte e Casa, constou que da devassa não se provava que havia adultério entre a mulher do supplicante e o que fugiu na ocasião em que a matou, e que nem ela foi morta sendo apanhada em adultério, contudo a mesma devassa não exclui a defesa do réu: antes dela se vê que na ocasião em que este entrou em casa, os achou ambos deitados em uma rede, o que era bastante para suspeitar a perfidia e adultério e acender a cólera do supplicante que, levado de honra e brio, cometeu aquela morte em desafronta sua julgando-se ofendido. Pelo que a natureza do delicto é desculpável pela paixão e arrebatamento com que foi cometido e pelo favor que merecem na sociedade os matrimônios e o poder ainda o réu alegar e provar defesa que o releve o fazem digno da graça que implora. (Cód. 149, vol. 1, fls. 46 e 47.)

Muito embora a pena de degredo apareça em crimes tão variados e de peso tão diverso como rapto, estupro, adultério, roubo, corrupção, querela etc., isso não significa que ela fosse efetivamente cumprida, pois nos casos considerados menos graves podia ser comutada em pena pecuniária. Contudo, no caso de adultério, as autoridades mostravam-se extremamente severas, indefe-

rindo, por exemplo, o seguinte requerimento: “Antônio José Pimentel pede perdão do degredo de 10 anos para Angola, em que foi condenado pelo crime de adultério que cometeu com Genovefa Maria da Conceição, mulher de Bernardo Francisco de Brito, o qual faleceu, ficando o suplicante sem mais parte que a justiça, e andando há mais de seis meses oculto, sendo casado, com filhos, e com grave prejuízo da sua casa de comércio.” (Cód. 149, vol. 1, fls. 46v e 47.)

Por ocasião de festejos públicos era prática habitual do antigo regime perdoar aos presos os crimes cometidos, excetuando-se apenas aqueles que eram então considerados mais graves: blasfemar de Deus e de seus santos; inconfidência;⁽¹⁾ moeda falsa; falsidade; testemunho falso; “matar, posto que não ferisse, ou ferimento seguindo-se aleijão, ou amputação de membros, ou sendo feito no rosto com tenção de o fazer, e se com efeito o fez”; “morte cometida atraçoadamente, propinação de veneno, ainda que morte se não haja seguido”; pôr fogo; arrombamento de cadeias; forçar mulher; soltar os presos, sendo carcereiro; entrar em mosteiro de freiras com propósito e fim desonestos; ferir ou espancar qualquer juiz, “posto que pedâneo ou vintenário seja”,⁽²⁾ sobre seu ofício; impedir as diligências da Justiça, usando para isso de força; furto feito com violência; crime de ladrão formigueiro,⁽³⁾ sendo pela terceira vez preso (dec. de 6 de fevereiro de 1818).

Perante esta longa lista cabe a pergunta: mas afinal, que presos eram perdoados? Basta pegar o código da Polícia referente às devassas para termos uma idéia dos outros crimes que levavam os indivíduos à cadeia: foram presos um pardo forro e um escravo por “arrombamento feito na caixinha de esmolas da Senhora dos Prazeres”; estava na prisão um indivíduo “pelo furto de um par de botas”; um preto forro “pela achada de uma faca de ponta”; um escravo forro “pela achada de uma gazua”; outro “pelos furtos de lenha”; outro “pelo furto que pretendia fazer de um relógio”; etc. (Cód. 401, vol. 1)

Na versão de Marrocos, o Rio de Janeiro noturno era um antro de ladrões e assassinos, onde o pacato cidadão se arriscava a perder a bolsa ou a vida, ou mesmo as duas coisas.

(1) Inconfidência era então definida como “falta de fé, ou da fidelidade devida ao príncipe”.

(2) Juiz pedâneo era o juiz ordinário das vilas, opondo-se ao juiz de fora; quanto a vintenário, não consta do *Dicionário* de Moraes Silva, só vinteneiro, ou seja, juiz da vintena.

(3) Ladrão formigueiro era o ladrão “de pouquidades”.

Nesta cidade e seus subúrbios temos sido muito insultados de ladrões, acometendo estes e roubando sem vergonha, e logo ao princípio da noite; de sorte que têm horrorizado as muitas e bárbaras mortes, que têm feito; em 5 dias contaram-se em pequeno circuito 22 assassínios, e em uma noite mesmo defronte da minha porta fez um ladrão duas mortes e feriu terceiro gravemente. Tem sido tal o seu descaramento, que até avançam a pessoas mais distintas e conhecidas, como foi o próprio chefe de Polícia; o chefe de divisão José Maria Dantas recebeu por grande favor duas tremendíssimas bofetadas, por cair no erro de trazer pouco dinheiro, depois de lhe rouba-rem o relógio, etc. Além disto têm degolado várias mulheres depois de sofrerem outros insultos; o que tudo tem dado que fazer ao Corpo da Polícia, e não sendo este suficiente para as rondas e patrulhas multiplicadas em todas as suas ruas, o intendente mandou armar e aprontar todas as Justiças de paisanos para ajudarem os da Polícia; mas os pobres aguazis até já foram acometidos e insultados pelas grandes quadrilhas de ladrões, que lhes têm dado coças. Com efeito grande número deles foram já presos, e estão bastantes sentenciados a pena última, dos quais vão amanhã 3 para o Oratório. Faz-se agora um novo recrutamento mui rigoroso em consequência daqueles sucessos, e para se aumentar o Corpo da Polícia e outros regimentos; pois o caso está muito sério, por não poder-se andar na rua mais tarde. Eu recolho às 8 horas da noite, e nunca as minhas digressões se estendem para longe. (Carta 56.)

Na descrição de Marrocos, as noites cariocas do início do séc. XIX fazem lembrar as noites parisienses, descritas por Restif de la Bretonne, no fim do séc. XVIII.

Através dos officios do intendente geral da Polícia aos juizes do crime dos bairros de S. José, Sta. Rita e Candelária em 1809, ficamos conhecendo os métodos de proteção à segurança pública utilizados pela Polícia. Quando os ladrões atacaram a sege do desembargador do Paço, Luís José de Carvalho e Melo, o intendente insistiu para que se criassem rondas desde a Glória até à ponte do Catete, acompanhadas de alguns militares, a fim de prender tudo o que não fosse “pessoa conhecida” (Cód. 323, vol. 1, fl. 1). Por outras palavras, a repressão aos assaltos era feita através da prisão indiscriminada.

E também através de uma vigilância constante e minuciosa: “V. M.^{cê} logo que receber esta mandará formalizar uma relação dos médicos, boticários, cirurgiões, casas de pasto, botequins, e casas de jogos, e estalagens que tem no seu bairro, acusando o nome, rua, endereço da propriedade, e ma remeterá com a maior possível brevidade. Recomendo-lhe que vigie com o maior exato cuidado em saber as occupaões de todos os que moram no seu bairro para descobrir as pessoas sem officio e suspeitosas, e sobre estas mande proceder a prisão, pondo-as na cadeia a minha ordem

enviando-me a relação dos seus nomes e o conceito em que os tem. Deve na conformidade da lei da Polícia proceder contra todos os que dão estalagem, ou agasalho por dinheiro, que lhe não derem parte imediatamente da gente que recebem, para deste modo ser mais fácil estar V. M.^{ce} em dia no conhecimento individual que deve ter de todos e poder melhor ter o seu bairro limpo de vadios e pessoas de suspeita, o que importando muito ao sossego público lhe hei desde já por muito recomendado.” (Cód. 323, vol. 1, fls. 1v e 2). Estas recomendações eram repetidas a todos os juizes do crime, acrescentando ainda o intendente que eles deveriam organizar “quadrilhas” que andassem pelos bairros vigiando: “(...) é preciso todo o rigor a princípio para que os maus conheçam que os magistrados vigiam e estão alerta pela segurança pública.” (Id., ib.)

É grande a insistência na organização dessas patrulhas: “Encarrego muito a V. M.^{ce} que organize quanto antes as quadrilhas do seu bairro, que se não entende uma em cada freguesia, mas tantas quantas eram antigamente; e com elas forme rondas um dia por outro que, quando não possa ser regida por V. M.^{ce} mesmo ao menos alguma vez, seja sempre pelo seu escrivão de banca, nunca só pelos cabos das ditas quadrilhas, dando-me parte dos sucessos das mesmas rondas logo no dia seguinte ao em que se fizerem, pois que a Justiça deve cumprir com a sua obrigação de rondar ainda quando saiba que os corpos militares expedem bastantes rondas.” (Cód. 323, vol. 1.)

Marrocos, na sua correspondência, alude constantemente ao perigo negro. Logo depois da sua chegada ao Brasil, desenha um panorama assustador dos malefícios da negraria: “Foi há tempo enforcado em patíbulo um preto, que matara seu senhor, senhora, um filho, e violentara uma sobrinha, a quem matou depois: destes casos acontece freqüentemente, assim como pretas matarem seus senhores com veneno: o terror é muito necessário para esta canalha, aliás está tudo perdido.” (Carta 8.) Um ano mais tarde relata: “Esta semana vão a suplício uns pretos criminosos, que foram condenados a pena última, por grandes crimes que aqui têm cometido, até com os ingleses: e este procedimento de castigo vem a ser muito necessário pelos desaforos, que praticam até com seus senhores.” (Carta 33.) Em 1813 alude ao enforcamento de 5 pretos criminosos, acrescentando que outros quarenta e tantos seguirão o mesmo destino (carta 57). Em 1818 volta a falar em enforcamento de negros “por matarem seu senhor” (carta 126).

Exagerado ou não o seu relato,(4) o que importa acentuar, em todos estes textos, é o pavor da revolta dos negros contra os seus senhores, marcada pelo assassinio e pelo estupro. É a relação escravo-senhor que o preocupa e a possível violência daquele em relação a este. Os crimes do negro, mais do que crimes contra a sociedade em geral, são atentados contra o seu dono.

Nestes capítulos descrevi aquelas formas culturais de que os membros de uma dada sociedade se não ufanam, mas que constituem a trama dos seus gestos e palavras quotidianas. Cultura implícita é uma expressão que designa, no meu vocabulário, não uma cultura inconsciente, mas uma cultura a que se não presta atenção em obras e escritos destinados à imprensa, uma cultura que é transmitida em casa, na rua, na loja, que banha o homem na sua vida diária, mas que não se torna objeto de cursos nem de aulas. Como escreve Foucault, trata-se aqui daqueles discursos “que são ditos no decorrer dos dias e das trocas, e que desaparecem com o próprio ato que os pronunciou”.

Precisamente devido à transitoriedade, e também à fragmentariedade, desses discursos que a revelam, a cultura implícita é mais dificilmente analisável do que a cultura explícita. Trata-se, além disso, de discursos *alusivos* que pressupõem a compreensão imediata daqueles a quem se destinam, sem necessidade de explicações ou definições. Há todo um discurso subjacente que o locutor e o receptor possuem em comum e que permite a comunicação entre eles. Por exemplo, quando o dono de uma casa de pasto anuncia “jantares de partido” o seu público compreende imediatamente a mensagem, ao contrário do historiador, que precisa de procurar contextos vários em que a expressão surja para poder finalmente entender de que se está falando. O historiador não participa dessa espécie de “pacto” semântico estabelecido entre os membros de uma dada sociedade. Estes falam a língua do observador, é certo, mas num outro “estado”, como diria Saussure. Mesmo quando o receptor está situado *no interior* do sistema, a ambigüidade surge, como aponta Jakobson: “Para o receptor, a mensagem apresenta numerosas ambigüidades onde para o emissor não havia equívoco.” O que dizer então quando o receptor se encontra *fora* do sistema, como acontece no caso do historiador da cultura?

(4) Nas devassas da Polícia, os escravos são acusados apenas de crimes insignificantes: furto de uma peça de ganga de seda, condução de desertores em uma canoa, furto de uma peça de casimira, etc. (Cód. 401, vol. 1).

II

A CULTURA EXPLÍCITA

Raréfaction, cette fois, des sujets parlants; nul n'entrera dans l'ordre du discours s'il ne satisfait à certaines exigences ou s'il n'est, d'entrée de jeu, qualifié pour le faire.

MICHEL FOUCAULT, *L'ordre du discours*

AS ÁREAS DO SABER: AS CIÊNCIAS E AS ARTES

Dans une culture et à un moment donné, il n'y a jamais qu'une épistémé, qui définit les conditions de possibilité de tout savoir. Que ce soit celui qui se manifeste en une théorie ou celui qui est silencieusement investi dans une pratique.

MICHEL FOUCAULT, *Les mots et les choses*

O texto de Foucault colocado como epígrafe orientou metodologicamente a leitura do *corpus* documental e, portanto, não deve causar espanto ao leitor que, ao analisar, por exemplo, o que era, no Rio de Janeiro do início do século passado, a ciência econômica, sejam postos lado a lado o decreto e o tratado científico. Mas esta orientação metodológica geral não impediu que surgisse um outro problema de método: como delimitar as áreas do saber numa determinada sociedade? Ou por outras palavras: qual o sistema de classificação das ciências a ser adotado?

A história das ciências, quando elaborada por cientistas, é geralmente, não diria anacrônica, mas pelo menos deformante, na medida em que, partindo do panorama científico atual, se preocupa fundamentalmente com a prefiguração das ciências hoje existentes ou então com os momentos geniais de criação científica. Ora, a história da cultura científica não pode adotar uma tal perspectiva. Ela se preocupa com todas as áreas denominadas ciências na época estudada, com a mescla de verdade e erro que continham, com disciplinas que hoje jamais receberiam o nome de ciências, com os momentos de estagnação, de glosa, de divulgação e não apenas com os momentos de criação. Toda sociedade possui uma

cultura científica, seja ela de criação própria ou importada, com objetivos de pesquisa ou simplesmente didáticos e é essa cultura científica ambivalente que pretendo estudar.

Vários foram os documentos que me serviram para a reconstituição do quadro científico da época. Um deles, talvez o mais importante, foi o catálogo da livraria do conde da Barca, no qual as obras científicas são agrupadas de acordo com o sistema de classificação das ciências então mais comum.

O ponto fundamental a assinalar é a ausência de fronteiras nítidas entre as ciências e as artes.⁽¹⁾ O *Dicionário* de Moraes Silva dá a seguinte definição de ciência: “conhecimento certo e evidente das cousas por suas causas; v.g., a geometria é uma ciência”; quanto à arte, encontramos a definição: “coleção de regras, ou métodos de fazer alguma coisa: v.g., a arte de falar corretamente; a arte de ourivesaria, da carpintaria”. No catálogo da biblioteca do conde da Barca existe uma ampla divisão “ciências e artes”, na qual se incluem como ciências a filosofia, a ética ou moral, a economia, a política, comércio e finanças, história natural, medicina, anatomia, física, química, matemática, astronomia, astrologia, hidrografia, ótica, música, mecânica; e como artes, a arte do desenho e pintura, arquitetura, arquitetura militar, arte militar, arte pirotécnica ou do fogo, da fundição etc., ginástica, artes e ofícios mecânicos.

Muito embora as fronteiras entre ciências e artes se não recortem com nitidez, no espaço ocupado pelas áreas do saber no início do século XIX, essa distinção tem de ser mantida e acentuada pelo historiador da cultura, por vezes demasiado preso à abstração denominada arte. Só aproximando, e ao mesmo tempo desligando, ciências e artes temos consciência do caráter concreto, técnico destas últimas. Caráter, aliás, assinalado ao nível da linguagem pela sinonímia entre *artífice* e *artista*.

Antes, porém, de passarmos ao estudo das ciências e das artes com estatuto de disciplinas autônomas no início do século XIX, gostaria de sintetizar uma diferença fundamental entre as duas áreas do saber: nas ciências, os homens se baseiam em *princípios*; nas artes, eles se apóiam em *regras*.

(1) D'ALEMBERT, *Discours préliminaire de l'Encyclopédie*, p. 52: “On ne sait souvent quel nom donner à la plupart des connaissances où la spéculation se réunit à la pratique; et l'on dispute, par exemple, tous les jours dans les écoles, si la Logique est un art ou une science.”

AS CIÊNCIAS

La spéculation et la pratique constituent la principale différence qui distingue les sciences d'avec les arts.

D'ALEMBERT, *Discours préliminaire de l'Encyclopédie*

Não me referirei detidamente a todas as ciências que constituíam, no início do século XIX, a cultura científica da sociedade carioca, pois algumas delas, como as denominadas ciências exatas, eram cultivadas principalmente nas suas aplicações práticas. Distinguiu-se então as matemáticas puras das matemáticas mistas, isto é, aplicadas à arte militar, ao comércio etc., e eram estas últimas que ocupavam as elites culturais, como veremos mais adiante.

Quis examinar de preferência aquelas disciplinas que mais se imbricavam na vida quotidiana da sociedade, e se passei em silêncio a política, considerada então por alguns uma verdadeira ciência, enquanto outros a encaravam apenas como uma arte,⁽¹⁾ foi porque, na realidade, ela não entrou no domínio público, como área do saber, senão depois do movimento constitucionalista de 1821.

Filosofia

Não é fácil de determinar o lugar exato da cultura filosófica na área científica de então. Em primeiro lugar, porque *filo-*

(1) Em *Estudos do bem comum*, parte II, cap. 1, p. 143, José da Silva Lisboa recusa-se a considerar a política como “uma teoria regular, fundada em princípios constantes”; ela era mais “um sistema de prudência prática, falível, sujeita à variedade dos tempos, e acidentada por imprevistos”. Tratava-se, portanto, de um saber prático e não de um saber teórico, de uma *arte* e não de uma *ciência*.

sofia e *filosófico* eram termos que desde a Revolução Francesa tinham adquirido, em Portugal, uma conotação política pejorativa muito forte, e que sempre se empregavam nas diatribes contra os revolucionários, ou então contra os seqüezes de Napoleão. Numa obra publicada pela Imprensa Régia do Rio contra os pedreiros-livres e os iluminados, fala-se dos “fanfarrões da Filosofia” e do “pestilento filósofo”, ou seja, Adam Weishaupt, o criador da “seita dos iluminados”. Filósofo era sinônimo de materialista e de ateu e Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Diderot, d’Alembert eram considerados pensadores “notoriamente anticatólicos”. Ora, para o autor desse panfleto, “é absurda, cega, soberba e cheia de inumeráveis troços toda a Filosofia, que volta costas ao Evangelho”.

Havia, contudo, um emprego neutro do termo filosofia e os textos filosóficos de maior importância, então publicados no Rio, foram as *Preleções filosóficas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira, autor que constituiu o objeto de dois estudos meus, para os quais remeto o leitor.⁽²⁾

Uma das partes da filosofia, a lógica, estava intimamente ligada à retórica, na medida em que fornecia a esta arte a base argumentativa de que necessitava e, portanto, era muitas vezes encarada mais como um apêndice das belas letras do que uma forma de saber. A oferta de livros de filosofia era praticamente nula e quando nos surge alguma obra anunciada, surpreende-nos com o seu título: *Tesouro descoberto, luzes elementares de lógica, teoria prática mercantil*. Se as produções filosóficas de José Agostinho de Macedo (*Cartas filosóficas a Atico, O homem ou os limites da razão, A verdade ou pensamentos filosóficos*) tinham um público consumidor, tal procura devia-se não ao fato de serem textos filosóficos, mas sim ao fato de ele ser um autor de sucesso, conhecido pelas suas polémicas políticas e sua linguagem desbragada.

Percebemos, contudo, um interesse por textos moralizantes, destinados à educação dos jovens, um gosto por obras como *A arte de aperfeiçoar o homem*, de Virey, *Avisos de uma mãe a seu filho, Instruções de uma mãe a sua filha, Lições de um pai a uma sua filha*. Vendiam-se as obras completas, em 13 volumes, do marquês de Caraccioli, o mais alto expoente dessa literatura

(2) Tese apresentada em 1967, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo, com o título “Metodologia da história do pensamento. Análise concreta: o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)”; e um artigo na *Revista Brasileira de Filosofia*, fasc. 76, 1969, “A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira”. A tese foi publicada com o seguinte título: *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1975.

pseudofilosófica. Liam-se *Histórias proveitosas e instrutivas sobre objetos morais*, “extraídas dos melhores autores gregos e romanos”; *Tesouro de meninos*, “obra clássica dividida em três partes: moral, virtude, civilidade”, traduzida do francês por Mateus José da Costa; *Aforismos morais*. O jornal literário *O Patriota* satisfazia esse gosto do público publicando em vários números as máximas, reflexões e pensamentos morais “de um brasileiro”, espécie de La Rochefoucauld local.

A falta de um público para textos filosóficos, no mercado de livros do Rio de Janeiro, não significa que na biblioteca do aristocrata erudito a filosofia não tivesse o seu lugar. O conde da Barca possuía edições de Platão, Timeu de Locres, Ocelo Lucano, Máximo de Tiro, Salústio e, no que se refere à filosofia moderna, encontramos os nomes de Ralph Cudworth, chefe dos platônicos de Cambridge (edição latina de *True intellectual system of the Universe* pela primeira vez publicado em 1678), John Locke numa versão francesa, Hobbes (*De cive*), Bolingbroke e Robert Boyle (*Philosophical Works*), Adam Ferguson (*An essay on the history of civil society*), Helvétius (*De l'esprit*), além de duas histórias da filosofia, a de Brucker em latim e a de Thomas Stanley em inglês.

No catálogo da livraria do conde, as obras de ética e moral constituem uma divisão diferente da filosofia, o que prova que estas áreas eram consideradas distintas da filosofia propriamente dita. Chamam imediatamente a nossa atenção as várias edições de Epicteto (uma italiana, outra bilíngüe latim-grego, uma portuguesa e uma inglesa) e os nomes clássicos desta área: Teofrasto, Marco Aurélio, Boécio, Plutarco. No início do séc. XIX, tal como no século anterior, a moral estava intimamente ligada à teoria da sociedade e do governo, razão porque vemos incluídas nesta divisão obras como *Essays and treatises on several subjects*, de David Hume, um texto anônimo, *Système social, ou principes naturels de la morale et de la politique*, e uma edição francesa da obra do conde Camazzi sobre a moral dos príncipes.

Outra rede de relações se estabelece entre a moral e aquilo que poderíamos denominar uma teoria da educação, e é interessante constatar que, nesta área, o conde da Barca não perdia tempo com as leituras moralizantes que se divulgavam então entre o grande público. Preocupava-se sobretudo com a educação como problema do Estado (*Travail sur l'éducation publique*, de Mirabeau o Velho e *Improvements in education as it respects the industrious classes of the community*, de Joseph Lancaster) ou

então com problemas específicos dessa área, por exemplo, a educação dos surdos-mudos.⁽³⁾

Direito

Qual o peso da cultura jurídica no Rio de Janeiro do início do séc. XIX? Se compararmos as referências de Verney aos estudos jurídicos em Portugal, no séc. XVIII, com aquilo que efetivamente se consumia no Rio em matéria de direito, observaremos uma mutação importante: a cultura jurídica perdeu o seu caráter teórico e erudito para se apresentar como eminentemente prática. Não mais interessavam as questões de direito natural ou as interpretações do direito romano. Era o direito positivo que atraía os leitores, profissionais ou leigos, pois estes, numa obra de direito, procuravam sobretudo uma coisa: aprender a orientar-se no emaranhado labirinto da legislação vigente.

Vejamos os textos jurídicos oferecidos ao consumidor carioca, tal como eram indicados pelos livreiros nos seus anúncios da *Gazeta*:

- 1 — *Discurso jurídico e crítico sobre os direitos domaniais, e provas deles neste reino em favor da Coroa*, por Manuel de Almeida e Sousa.
- 2 — *Manual de apelações e agravos*, por Antônio Joaquim de Gouveia Pinto;
- 3 — *Coleção de dissertações jurídicas e práticas*. Para atrair mais o público, o livreiro esclarecia quanto ao conteúdo da obra: “se os filhos nascidos incestuosos ficam legitimados por seguinte matrimônio com dispensa; sobre a curadoria e sucessão dos bens dos ausentes; sobre a caução juratória; sobre a praxe errônea, que aos fiadores e principais pagadores, sendo executados, permite dirigirem as execuções contra os devedores, etc.”
- 4 — *Primeiras linhas criminais*.
- 5 — *Primeiras linhas civis*.
- 6 — *Classes de crimes*.
- 7 — *Coleção completa das leis extravagantes de Portugal, posteriores à Ordenação*, pelo doutor Vicente José Ferreira da Costa. O mérito do trabalho era exaltado nos seguintes termos: “Esta obra apresenta ao público as leis portuguesas de dois séculos, arrançadas segundo a matéria de cada uma, para facilidade dos que precisam ter conhecimento e fazer uso das mesmas leis.”
- 8 — *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa posterior à publicação do Código filipino*, por João Pedro Ribeiro.

(3) Vemos que o conde de Barca partilhava do interesse das esferas políticas pelo sistema lancasteriano de educação: mais tarde, já depois da morte do conde, foi concedida uma pensão anual de 400\$000 a João Batista de Queirós, professor de primeiras letras, para ir aprender na Inglaterra o sistema lancasteriano a fim de o ensinar depois no Brasil (Dec. de 3 de julho de 1820). O redator do periódico político *O Bem da Ordem* também aludia no n.º 5 à necessidade de se adotar “método do ensino mútuo lancasteriano”, que se achava em voga em toda a Europa.

- 9 — *Primeiras linhas sobre o processo orfanológico.*
- 10 — *Tratado sobre os testamentos*, em que o autor, Pascoal José de Melo, “prova que os melancólicos por doença não podem fazer testamentos, que as leis da amortização compreendem as Misericórdias do reino, que o juízo dos resíduos não pode ser herdeiro, assim como outros pontos de jurisprudência prática”.
- 11 — *Tratados sobre os morgados.*
- 12 — *Manual prático.*
- 13 — *Direito prático.*
- 14 — *Índice da obra de Pascoal José de Melo.*
- 15 — *Teoria da interpretação das leis.*
- 16 — *Elementos da prática formulária, ou Breves ensaios sobre a praxe do foro português*, pelo doutor José Ignácio da Rocha Peniz.
- 17 — *Extrato das leis, avisos, alvarás, assentos e editais, publicados nas cortes do Rio de Janeiro e Lisboa, desde a época da partida de el-rei nosso senhor em 1807 até julho de 1816*, por Carneiro.
- 18 — *Notas de uso prático, adições, ilustrações e remissões à obra de Pascoal José de Melo*, por Lobão.
- 19 — *Coleção completa de todas as leis, desde 1755 até ao presente.*
- 20 — *Sistema dos regimentos reais.*
- 21 — *Ordenações do reino com os reportórios.*
- 22 — *Assentos de suplicação.*
- 23 — *Código afonsino.*
- 24 — *Código manuelino.*
- 25 — *Prática judicial*, de Vauquerre.
- 26 — *Prática criminal*, de Ferreira.
- 27 — *De libellis*, de Caminha.
- 28 — *Fascículo jurídico*, de Lobão.
- 29 — *Ações sumárias, sua índole e sua natureza em geral e especial*, de Lobão.
- 30 — *Tratado prático do processo executivo sumário*, por Lobão.
- 31 — *Tratado sobre as aposentadorias, a que se ajuntam as leis respectivas*, por Pereira e Sousa.
- 32 — *Pecúlio de autos e termos civis e crimes, formalidade de se extrairem do processo sentenças, cartas e qualquer outro título judicial, organização dos autos em ação civil ordinária e em livramentos crimes*. Esta obra era anunciada como sendo própria para escrivães e procuradores.
- 33 — *Manual do tabelião*, “contendo a coleção de minutas dos contratos e instrumentos, cautelas mais precisas nos contratos e testamentos, finalmente tudo quanto é suscetível de ser necessário a um perfeito tabelião”.
- 34 — *Reportório geral, ou Índice alfabético das leis extravagantes do reino de Portugal*, por Manuel Fernandes Tomás.
- 35 — *Dicionário histórico e jurídico*, “que contém as peças mais interessantes pertencentes à história e jurisprudência”.
- 36 — *Orfanologia prática*, de Paiva e Pona.

Com exceção da obra de Manuel Lopes Ferreira (*Prática criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso reino de Portugal*, publicada em Lisboa, 1741-42) e do livro de Antônio de Paiva e Pona (*Orfanologia prática, em que se descreve tudo o que respeita aos inventários, partilhas, e mais dependências dos pupilos*, publicado em Lisboa em 1713), todos os livros jurídicos oferecidos ao consumidor carioca tinham sido publicados no início do séc. XIX e muitos deles constituíam autênticas novidades de livraria, sendo importados logo da sua publicação em Lisboa.

Se compararmos agora esta lista de obras jurídicas com a divisão “jurisprudência” do catálogo da biblioteca do conde da Barca, observaremos que, ao contrário do público comum, o nobre, que ocupava cargos políticos e diplomáticos importantes, precisava de ter na sua “livraria” um número assaz elevado de títulos daquilo que então se denominava *Direito das gentes*, ou seja, obras sobre as relações internacionais. Quanto ao *Direito pátrio*, notamos a presença das mesmas coleções de leis e repertórios, mas existem também obras de um teor diferente: por exemplo, *Princípios de direito divino natural, público universal, e das gentes, adotados pelas ordenações, leis, etc. do reino de Portugal*, por Filipe José Nogueira Coelho (2.^a edição, Lisboa, 1777) e *Privilégios e prerrogativas, que o gênero feminino tem por direito comum, e ordenações do reino, mais que o gênero masculino*, por Ruy Gonçalves (Lisboa, 1785).

Apesar destas pequenas diferenças entre a cultura jurídica do político aristocrata e do público comum, uma afirmação de ordem geral pode ser feita: a área do saber jurídico é fundamentalmente *nacional*. Dado que o direito natural deixou de interessar, e nessa área a contribuição estrangeira era importante, o consumidor e o leitor do Rio de Janeiro manuseavam apenas obras produzidas na metrópole.

A ciência econômica

Em todas as áreas do saber se observa a preocupação com as definições, começando pela delimitação da própria ciência que, ao instaurar-se, sente a necessidade de especificar o seu objeto. Como existem, contudo, vários cultores de uma mesma ciência, é natural que cada um deles proponha a sua própria definição, como faz José da Silva Lisboa em *Estudos do bem comum*: “... defino a economia política a ciência da natureza e causas da riqueza das nações, em que se inquiram os retos e eficazes meios de bem se animar e dirigir a indústria geral dos povos, conforme

às leis da natureza, para se aumentarem os produtos da terra além dos que a natureza espontaneamente oferece, a fim da progressiva opulência e prosperidade das nações.” (Parte II, Cap. I, p. 139.)

A delimitação da ciência corresponde necessariamente um confronto com as demais áreas, com as quais poderia haver um conflito de fronteiras. Assim Silva Lisboa separa cuidadosamente *economia política* e *política* pois, muito embora as duas estejam relacionadas, a esfera da primeira é mais restrita: “o seu direto e imediato objeto é promover a indústria e riqueza nacional (do modo dito) e o da política é prover à segurança, independência, e força do Estado.” (Parte II, Cap. I, p. 143.)

José da Silva Lisboa foi na época o principal cultor da ciência econômica no Rio de Janeiro, erudito conhecedor das teorias econômicas estrangeiras e principalmente de Adam Smith, mas em muitos outros documentos se faz referência ao melhor modo de promover a riqueza da nação e os próprios decretos, alvarás, etc. continham sempre uma justificação teórica, dominada pelos “princípios” da economia política, que se destinava a explicar o acerto da medida tomada pelo governo.

A reflexão da ciência econômica no Rio de Janeiro incide sobre a agricultura; as manufaturas e o comércio mais do que sobre uma teoria dos impostos, por exemplo.

Em Pizarro e Araújo encontramos um texto interessante sobre a importância da agricultura e sobre a vantagem de as leis apoiarem: “A conservação dos homens requer uma subsistência sólida, continuada e perene, que só se funda na pastoria, e cultura do campo, donde dimanam os objetos comerciais; pois que agricultura, indústria e comércio são as fontes da riqueza nacional e no avultado número de povo, assim como na abundância dos alimentos, é que consiste a verdadeira força, e os sólidos cabedais de um reino.” (Liv. VII, Cap. VI, nota 85.) A agricultura era a base das outras atividades e significava a possibilidade de uma grande população (outro elemento importante na época para a riqueza das nações, uma vez que os princípios malthusianos ainda não eram aceites), devendo portanto ser apoiada pelas leis. O mais interessante é que Pizarro e Araújo acentua o lado social da atividade agrícola, mostrando a necessidade de a prestigiar dentro da hierarquia da sociedade: “Posto que a lavoura não dê nobreza a quem a não tem de origem, para o fim de habilitação dos hábitos das Ordens Militares, a sua aplicação e exercício não só louvável mas honrada, deve ser além de favorecida, também

atendida pelas leis”, pois “no amanho do terreno consiste a utilidade geral dos reinos.” (Liv. VII, cap. IV, nota 57.)

Pode-se, contudo, afirmar que a agricultura, embora fosse considerada nos textos sobre a riqueza das nações a atividade básica em relação às outras duas, ocupava o governo mais de um ponto de vista que poderíamos denominar “naturalista” do que de uma perspectiva econômica. Nota-se a preocupação com o conhecimento e a introdução de novas culturas, tenta-se propagar novas espécies no Brasil, publicam-se textos como *Observações sobre as caneleiras*, em que se acentua a facilidade da sua cultura (“será um emprego mais para os estropeados, velhos, enfermos, e crianças das fazendas”), o escasso capital exigido (“é boa cultura para os pobres, porque pede poucos fundos e braços”) e a facilidade do lucro (“o lucro é grande, para o que basta atender no preço de uma libra de canela, e saber que a pessoa menos hábil deve preparar ao menos meia libra”) (§ III). Mostra-se aliás, no texto, a enorme variedade de produções que se podiam extrair das caneleiras, além da canela propriamente dita, que no Brasil era uma especiaria cara, porque rara: “Não há parte alguma da caneleira que não dê produtos úteis às comodidades da vida, tudo é precioso em mãos industriosas: as raízes dão pela destilação cânfora preferível à ordinária no uso da medicina. Os troncos velhos dão nós resinosos, que têm o cheiro de pau-de-rosa, e é com vantagem empregado nas obras de marceneiro; as folhas dão uma essência estimada entre os perfumes. A água destilada das flores, além do mais suave cheiro, reanima os espíritos, corrige o mau hálito, etc. etc. A decocção dos frutos produz uma espécie de cera assaz estimada” (§ XXIII). A agricultura aparece-nos, portanto, não apenas como uma atividade econômica de subsistência, mas como uma forma de saber, que se une por um lado à história natural e por outro à química, como aliás o próprio autor do texto acentua: “Vê-se que estes preciosos produtos da caneleira se não obtêm pela mor parte do que pela destilação, e que esta arte ainda muito atrasada entre nós pede que a façam conhecida dos lavradores e fabricantes” (§ XXIV).

É aliás significativo que, na biblioteca do conde da Barca, a agricultura constituísse uma subdivisão da história natural e, portanto, desligada totalmente da economia política, que incluía principalmente livros sobre comércio e finanças. Entre as obras de agricultura, possuídas pelo conde, estavam: *Éléments d'agriculture*, de Duhamel du Monceau, Paris, 1771; *Agriculture complète, ou l'art d'améliorer les terres*, tradução do original inglês

de Mortimer, Londres, 1772; *Cours complet d'agriculture théorique, pratique, économique, et de médecine rurale et vétérinaire...*, ou *Dictionnaire universel d'agriculture*, por uma sociedade de agricultores e redigido pelo abade de Rosier, Paris, 175? (ilegível); *Dissertações filosófico-políticas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, pelo Doutor José Antônio de Sá, Lisboa, 1787; *Princípios de agricultura filosófica*, por Félix Avelar Brotero, Coimbra, 1793.

Quanto à teoria das manufaturas, os textos são extremamente abundantes, sobretudo os de José da Silva Lisboa comentando o alvará célebre de 1.º de abril de 1808, que rejeitara o “absurdo sistema mercantil”. Nas *Observações sobre a prosperidade do Estado* escreve: “é impossível ser um povo só composto de agricultores, e artistas de inferior escala”, pois “ainda nos primordiais elementos da sociedade, os homens de todos os países são criaturas essencialmente artistas, e de gênios inventivos para descobrirem e prepararem os instrumentos do trabalho, e os vestidos, móveis, e utensílios necessários aos confortos da vida” (p. 56). O alvará de 1808 não só condenara o sistema mercantil, como rejeitara “as vãs teorias fisiocráticas”, que “graduaram, contraditoriamente, e contra a ordem da Natureza, absurdas preferências dos trabalhos do campo aos da cidade, separando, com abstrações metafísicas, as indústrias imediatamente empregadas sobre a terra, das exercidas sobre os seus produtos, e extratos, para se lhes dar os transportes e preparos mais convenientes” (p. 56-7).

É interessante notar que Silva Lisboa tenta “interpretar” o ato governamental num sentido favorável às teses por ele defendidas ao nível da teoria econômica: a franqueza da indústria se deveu ao desejo de estimular as atividades inventivas e criadoras dos “confortos da vida”, e não “pelas razões injudiciosas de não sair o dinheiro do país para os estrangeiros, e se constituir o Estado independente dos outros países” (p. 58). Toda sociedade civilizada tem de possuir uma atividade fabril, mas “a economia da Natureza” constituiu “os homens e os Estados reciprocamente dependentes pelo comércio”, e a teoria da franqueza da indústria não pode contrariar a teoria da franqueza do comércio. Silva Lisboa mostra-se, portanto, contrário a qualquer interpretação da franqueza da indústria que levasse à criação “antinatural” de manufaturas, por meio do sistema de privilégios. Na sua opinião, o Estado já protegera suficientemente a indústria nacional: concedendo às fábricas a isenção de direitos das matérias primeiras e a isenção de direitos das obras manufaturadas, no que se referia

a exportação; garantindo um mercado, na medida em que se constituía como o grande freguês e consumidor; concedendo prêmios aos artistas; reduzindo à metade os direitos pagos pelos gêneros necessários à indústria de construção de navios. “Fábricas que não se puderem suster, introduzir e prosperar, com estes favores e incitamentos, manifestam que são impróprias, ou prematuras, nas circunstâncias do país, e que tais estabelecimentos são, por assim dizer, excursões e excentricidades da indústria, e que os capitais neles empregados são distraídos de mais oportunos canais de riqueza nacional.” (p. 59-60.) Franqueza de indústria não significava de modo algum industrialização forçada, mas sim a livre concorrência das atividades fabris nacionais com os produtos manufaturados estrangeiros. “Por ora no Brasil, e ainda por longos tempos, a agricultura deve ser a nossa grande e principal manufatura. As artes ordinárias, o comércio e a navegação dão ainda vasto e mais natural emprego aos braços e capitais do país. Estabeçam-se as fábricas que as circunstâncias permitirem. Mas não convém que se façam, e menos que se autorizem, desvios do capital, por extraordinários favores do governo.” (p. 60.)

A tese contrária possuía, contudo, tal força na época que Silva Lisboa escreveu uma obra, *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*, para combater os seus argumentos e expor mais longamente os princípios apenas esboçados na obra anterior. Logo no prólogo, alude à posição oposta: “até pessoas de luzes, desinteressadas, e que desejam o bem deste país, entendem ser conveniente darem-se privilégios exclusivos, e auxílios extraordinários, aos primeiros introdutores de máquinas e manufaturas de grande importância, ainda que assaz conhecidas em as nações civilizadas, considerando-se dignas de igual indulto concedido aos inventores e introdutores de alguma nova máquina, ou invenção nas artes, contanto que os ditos privilégios sejam locais, temporários e improrrogáveis.”

No que se refere ao comércio, mesmo um simples historiador como Pizarro e Araújo mostrava o maior respeito pela atividade mercantil: “O comércio é a base firme dos interesses políticos e o equilíbrio das potências. A sua profissão é proveitosa, necessária e nobre. Dele, em geral, resulta o bem comum, depende o público do Estado e a utilidade de cada um em particular. Constitui poderosas as monarquias, e a sua falta fará a maior província inútil aos súditos, e pesada aos príncipes. Enche as terras dos frutos que nelas faltam, e noutras sobejam.” (Liv. VII, Cap. IV nota 57.)

E, na biblioteca do conde da Barca, abundam as obras referentes ao comércio, dado que a sua teoria se apresentava como o núcleo central da ciência econômica da época:

- 1 — *A new dictionary of trade and commerce, compiled from the information of the most eminent merchants*, de Rolt, Londres, 1756.
- 2 — *A new and complete dictionary of trade and commerce, containing a distinct explanation of the general principles of commerce*, de Thomas Mortimer, Londres, 1766.
- 3 — *Dictionnaire universel de commerce, contenant tout ce qui concerne le commerce, qui se fait dans les quatre parties du monde*, obra póstuma de Jacques Savary des Bruslons, publicada por seu irmão, Philémon Louis Savary, Copenhague, 1759.
- 4 — *Les intérêts des nations de l'Europe développés relativement au commerce*, Leiden, 1766.
- 5 — *Remarques sur plusieurs branches de commerce et de navigation*, (s. 1.), 1757.
- 6 — *Le commerce et le gouvernement, considérés relativement l'un à l'autre*, de Condillac, Amsterdam, 1776.
- 7 — *Observations sur le commerce, et sur les arts d'une partie de l'Europe de l'Asie, de l'Afrique, et même des Indes Orientales*, de Jean Claude Flachet, Lyon, 1766.
- 8 — *Observations sur le commerce de la Mer Noire, et des pays qui la bordent*, Amsterdam, 1787.
- 9 — *Nouvelle France, ou France commerçante*, Londres, 1765.
- 10 — *Traité général du commerce, contenant des observations sur le commerce des principaux États de l'Europe*, de Samuel Richard, Amsterdam, 1781.
- 11 — *Théorie et pratique du commerce, et de la marine*, tradução do original espanhol de Don Geronimo de Ustariz, Paris, 1753.
- 12 — *An essay on the impolicy of the african slave trade*, do Rev. T. Clarkson, Londres, 1788.
- 13 — *Opinions on interesting subjects of public law and commercial policy, arising from american independence*, de George Chalmers, Londres, 1785.
- 14 — *Reflexions on the commerce of the Mediterranean, reduced from actual experience, during a residence on both shores of the Mediterranean sea*, de John Jackson, Londres, 1804.
- 15 — *European commerce, shewing new and secure channels of trade with the continent of Europe*, de J. Jepson Oddy, Londres, 1805.
- 16 — *An examination of the british doctrine, which subjects to capture a neutral trade, not open in time of peace*, Londres, 1806.
- 17 — *La science des négocians et teneurs de livres, ou Instruction générale pour tout ce qui se pratique dans les comptoirs des négocians*, obra póstuma de La Porte, Amsterdam, 1770.
- 18 — *Tablettes pour les négocians et les banquiers*, Amsterdam, 1780.

- 19 — *A letter on the abolition of the slave trade*, de W. Wilberforce, Londres, 1807.
- 20 — *Considérations importantes sur l'abolition générale de la traite des nègres, adressées aux négociateurs des puissances continentales, qui doivent assister au Congrès de Vienne*, por um português, Paris, 1814, 1 folheto.

A medicina

A mais “social” de todas as ciências, isto é, aquela que mais se imbrica na vida quotidiana de uma sociedade, a medicina, foi já por mim estudada do ponto de vista institucional,⁽⁴⁾ e também ao nível da transmissão da cultura médica.⁽⁵⁾ Resta-me, portanto, aqui examinar o nível teórico, ver de que modo esta ciência detectava a doença e de que maneira se propunha evitá-la ou curá-la. A separação destes três níveis de análise constitui aliás uma atitude metodológica comum nos pesquisadores atuais, como por exemplo Jean-Pierre Peter, que, numa linha com a sua origem em Michel Foucault, alude às “ações recíprocas entre uma ciência (o saber médico e a sua evolução), uma prática social (a relação entre médico e doente e a intervenção terapêutica) e o estado de toda a sociedade”.⁽⁶⁾

Ao nível teórico, o primeiro ponto a ser estudado é a relação médico-doença, ou seja, examinar de que maneira o médico descobre a doença, lhe dá um nome e a classifica no quadro geral das enfermidades conhecidas na época.

Quando elaborou os *Compêndios de medicina prática*, publicados pela Impressão Régia do Rio em 1815, o médico José Maria Bomtempo teve a preocupação de, como escreve no prefácio deste livro didático, “reduzir à simplicidade, e precisão, qualquer obra elementar que houvesse das de melhor nota”. E acrescenta: “Persuadi-me pois que o plano, e sistema de Pinel, seria sem dúvida o melhor que eu poderia adotar; e por isso lancei mão dele, fazendo as reflexões que se me ofereciam, e reduzindo-o ao ponto de simplicidade ao qual o pude elevar; sem que contudo deixasse ao mesmo tempo de transcrever a sua tábua nosográfica, peça útil

(4) *Linguagem, cultura e sociedade*, tese de livre-docência apresentada na Universidade de S. Paulo (1973), vol. 1, p. 32-66.

(5) “Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821). I-Aulas, Colégios e Academias”, in *Revista de História*, n.º 97, 1974.

(6) “Les mots et les objets de la maladie”, in *Revue Historique*, n.º 499, p. 13.

que ele com delicadeza e engenho organizou, a qual serve aos práticos tanto, quanto eles muito bem sabem, e conhecem.”

A orientação teórica foi procurada, portanto, nos textos de Pinel, e é o “plano e sistema” deste autor, assim como a sua “tábua nosográfica”, que devemos aqui examinar. Recorrerei fundamentalmente à sua obra *Nosographie philosophique, ou la méthode de l'analyse appliquée à la médecine* (que só pude consultar na 6.^a edição, de 1818), muito embora o seu livro *Médecine clinique, ou la médecine rendue plus précise et plus exacte par l'application de l'analyse* (2.^a ed., 1804) também contenha textos significativos.

Na introdução da *Nosographie philosophique*, Pinel acentua a importância de “cultivar a ciência dos sinais, de treinar constantemente na apreensão dos caracteres externos das enfermidades internas” (p. iv). A doença é, portanto, algo de invisível, de escondido, que só pode ser apreendido por meio de sinais externos. “Mas os sinais ou sintomas considerados como caracteres distintivos das enfermidades, e capazes de servir para as classificações, tornando evidentes as suas conformidades gerais e as suas diferenças, têm de ser estudados de uma maneira especial, sabendo parar sempre a tempo e sem nos perdermos em raciocínios vagos sobre objetos que o entendimento humano não pode alcançar.” (p. v.)

Não é contudo fácil a ciência dos sintomas: “Quando buscamos estes sinais junto do leito dos doentes, uns são muito aparentes, outros mais ou menos pronunciados ou equívocos, alguns podem não ter qualquer valor ou serem mesmo capazes de desnortear em casos muito complicados” (ib.) Além da dificuldade na escolha dos sinais pertinentes, surge o problema de saber ligar as observações recolhidas: “Sentimos facilmente a necessidade de não nos limitarmos a um amontoado irregular de uma quantidade de observações ou histórias individuais das doenças que recolhemos. Trata-se ainda de as coordenar entre si, de as organizar.” (p. x.)

Pinel, tomando como guia o método usado em todas as outras ciências físicas, parte do complexo para chegar ao simples: “A minha obra sobre a clínica mostra de que maneira as doenças complicadas foram decompostas em outras doenças que, consideradas comparativamente, assumem o aspecto de doenças simples”. Não é o modelo dos botânicos que ele segue, ao contrário dos nosologistas (Sauvages, Linné, Vogel, Cullen, Sagar, Nietzki, Selle, Van Denheuvel, etc.), pois com tal modelo só se chega a uma classificação arbitrária e hesitante.

Através destes textos de Pinel transparece a atitude do médico em face da doença, no início do séc. XIX. Ao contrário do cirurgião, o médico só cuida das enfermidades *internas* e daí a dificuldade da sua prática, pois a doença está como escondida no corpo do indivíduo, e só é indicada por meio de certos indícios ou sinais. O médico, junto do leito do doente, tem de observar e recolher esses sintomas, mas então dois problemas teóricos surgem: quais os sinais pertinentes para a configuração da doença; que relações esses sinais mantêm entre si, que sistema formam.

O médico do início do século passado preocupava-se fundamentalmente com a identificação da doença e com sua classificação através dos sinais externos, e não com as suas causas internas. É certo que se observava entre os médicos do Rio de Janeiro uma preocupação com as razões das enfermidades, mas tratava-se sempre de causas externas: clima, alimentação, estilo de vida.

Logo no ano de 1808, o físico-mor do reino, Manuel Vieira da Silva, publicou umas *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, em que vemos discutidas algumas das causas das enfermidades.

Os ares da cidade não eram considerados salubres e um dos fatores apontados como responsáveis era a existência de lugares pantanosos: “As águas estagnadas adquiriram, pelas continuadas observações de todos os tempos, o principal lugar entre as causas da insalubridade de qualquer local; é logo para lastimar, que o homem observador entrando nesta cidade, a descubra por todos os lados cercada de lugares pantanosos.” (p. 10-11.) Havia uma razão teórica para a insalubridade dos pântanos e o médico imediatamente a expõe: “nós sabemos que ali estão em digestão e dissolução substâncias animais e vegetais, as quais na presença dos grandes calores, entrando em putrefação, dão origem a pestíferos gases, que devem levar a todos os viventes os preliminares da morte, já pela sua ação imediata na periferia do corpo, e continuação das suas membranas, já pela entrada nos órgãos da respiração.” (p. 15.) Em torno de uma constatação de fato, desenvolve-se portanto uma exposição teórica e, logo em seguida, retornamos ao nível da prática: “É por consequência de boa polícia o aterrar todos os lugares pantanosos, o encanar as águas para aquelas valas, que se julgarem suficientes ao seu despejo, e que devem participar das alternativas da maré; o determinar o lugar em que se devem edificar as casas, a altura das portas à estrada, para que os particulares concorram com o Estado

ao aterro das novas ruas, sem que por isso sofram ao depois as suas propriedades; demarcar a direção e largura das ruas; e tudo o mais que no meio de semelhantes cuidados se julgar necessário para extinguir uma causa tão oposta à nossa boa existência.” (p. 12.)

Do nível prático (constatação de pântanos no Rio de Janeiro) passamos para o nível teórico (formação de “gases pestíferos” e suas conseqüências para a vida humana) e, novamente, para o nível prático (medidas a serem tomadas, simultaneamente pelo Estado e pelos particulares).

Os lugares pantanosos não eram os únicos responsáveis pelos ares insalubres da cidade: havia uma prática social que também causava a insalubridade. “Os enterros dentro das igrejas têm merecido a reprovação de todas as sociedades iluminadas, e particularmente a merecem nesta cidade em razão do calor atmosférico, e da pouca largura das ruas: não é menos atendível o modo por que se sepultam os corpos na Misericórdia, e deixando-os quase expostos ao calor, e ao ar; donde se segue a desenvolução de gases sufocadores da vida.” (p. 12.) Temos aqui uma prática social condenável, do ponto de vista médico (o sepultamento em igrejas), e uma proposta de estabelecimento de cemitérios nas extremidades da cidade.

Um dos objetivos do Regimento da Provedoria-Mor da Saúde, estabelecido pelo alvará de 22 de janeiro de 1810, era a criação e organização de um “lazareto” para os escravos recém-chegados. Como o provedor-mor da Saúde era o próprio físico-mor do reino, institucionalizaram-se, nesse documento, as idéias defendidas na obra publicada em 1808: “Entram neste porto navios carregados de pretos, e entrarão daqui em diante de muitos outros portos, donde nos podem provir os germes de moléstias epidêmicas; e por isso é costume de todos os portos, em que há polícia, o estabelecer lazaretos proporcionados às diferentes repartições, como sabiamente se tinha praticado em Portugal: a maior despesa do Estado consiste na sua fundação; sendo a sustentação despesa de pouca monta, quando se faça o mesmo, que a este respeito fazem as nações cultas.” (p. 17.)

Aqui não se trata de condenar uma prática social e de substituí-la por outra, mas sim de criar, segundo os moldes europeus, algo de novo. Evidentemente existe toda uma argumentação médica para defender a medida proposta: “Trata-se por ora de mostrar a necessidade de um lazareto, onde desembarquem os pretos e

façam quarentena os mesmos, que chegam no estado de saúde, até que se conheça que eles estão livres das moléstias, de que pode haver suspeita bastando para estes o espaço de oito dias, esta demora não pode fazer-se com utilidade a bordo das embarcações em razão da falta de asseio, de tratamento, e grande número de indivíduos, que a ambição obriga a ajuntar em um curto espaço.” (p. 18.) Uma divisão do lazareto receberia, portanto, os escravos que chegavam sem qualquer doença visível; uma outra receberia os que aparecessem com as “febres de abatimento, disenterias e diarréias, que sabemos podem ser epidêmicas”; uma outra acolheria “os atacados de moléstias cutâneas, cuja índole não é ainda assaz conhecida, pela falta de observações a este respeito” (ib.). E o médico aproveita a ocasião para criticar o descaso pelas moléstias cutâneas, “reputadas de muito pouco momento nesta cidade, chegando o prejuízo público a afirmar que elas não devem curar-se, quando talvez que a disposição morbosa, em que aparecem os naturais desta cidade desde a sua infância, seja devida a semelhante desprezo”.

As razões que levam o físico-mor a insistir tanto na criação de um lazareto para os escravos assentam no estreito contato por eles mantido com a população branca: “Os pretos desembarcam, e são logo expostos à venda; entram nas diferentes casas, e permite-se-lhes a livre comunicação com a gente delas, particularmente as crianças; porque não há outras pessoas, a quem se entregue o seu cuidado: as pretas são escolhidas amas, para dar um leite, que dificulosamente será puro: passado mais, ou menos tempo, aparecem as chamadas sarninhas, e desprezadas fazem tais mudanças nas forças da vida, que ou elas são sufocadas na sua origem, ou continuam em um estado tanto além do natural, que são perturbadas nas suas funções pelas mais pequenas causas, das que podem tocar a economia animal: daqui vem a fácil mudança das moléstias de pouco cuidado para as de perigo imediato; e com tal rapidez, que ela escapa aos médicos do país, a quem devem ser muito familiares: deve haver o mesmo cuidado a respeito das hexigas.” (p. 19.)

O jornal *O Patriota* publicou, em vários números, as respostas que alguns médicos do Rio de Janeiro tinham dado, no fim do século XVIII, aos seguintes quesitos elaborados pelo Senado da Câmara: se o clima úmido e quente do Rio de Janeiro era uma das principais causas das moléstias endêmicas e do “mau sucesso” das epidêmicas; se eram causas as imundícies que se conservavam dentro da cidade e as águas estagnadas; quais eram as

causas “morais e dietéticas” das doenças. A respeito das “causas morais”, um dos médicos respondeu: “A opulência desta respeitável cidade fez introduzir o luxo, e o luxo a depravação dos costumes, de maneira que dentro da cidade não faltam casas públicas, onde a mocidade vai estragar a saúde, e corromper os costumes de uma boa educação, contraindo novas enfermidades e dando causa para outras tantas. Acresce a vida sedentária e debochada dos habitantes do país: as mulheres vivem encarceradas dentro de casa e não fazem o mínimo exercício. Os homens, ainda os europeus, ficam preguiçosos, assim que se estabelecem nesta terra. Bem se vê logo que o vício céltico, os continuados deboches de comidas e bebidas, a que são muito entregues os habitantes do país, e a vida frouxa sem algum exercício, juntamente com as outras causas acima ponderadas, por certo hão de causar tantas enfermidades crônicas, que reinam nesta cidade.”

Do mesmo modo que o médico precisava de classificar as doenças internas, e vimos que se seguia no Rio de Janeiro a nosografia de Pinel, também o cirurgião necessitava de uma classificação das moléstias cirúrgicas, e neste caso foi adotada a nosografia de Richerand.

Nomeado lente de uma das cadeiras médico-cirúrgicas estabelecidas no Hospital Real Militar, Joaquim da Rocha Mazarém publicou na Impressão Régia, em 1810, o *Tratado de inflamação, feridas e úlceras, extraído da nosografia cirúrgica de Anthelmo Richerand*, justificando do seguinte modo o seu trabalho: “incumbido juntamente do tratamento das moléstias cirúrgicas dos enfermos das Reais Armadas no mesmo Hospital, aonde concorrem os alunos que se dedicam à arte de curar, vi a falta que há de autores e de livros desta ciência no nosso idioma, por onde eles se pudessem aplicar.” Dado que os seus “limitados conhecimentos” não lhe permitiam “formar uma doutrina que lhes servisse de instrução”, utilizou para esse fim a *Nosografia* de Richerand.

Joaquim da Rocha Mazarém limita-se, portanto, a traduzir e organizar os vários capítulos: começa por um intitulado “Do estado inflamatório e dos seus diversos modos”, trata das “inflamações idiopáticas, simpáticas, específicas e gangrenosas”, fala da gangrena e do cancro, descreve as “feridas em geral” para depois passar aos seus diversos gêneros (feridas simples, feridas que supuram, picadas, contusões, feridas de armas de fogo, feridas venenosas), descreve em seguida as “úlceras em geral” e os

seus gêneros (úlceras atônicas, escorbúticas, escrofulosas, sífilíticas, herpéticas, carcinomatosas, tinhosas, psóricas, ou sarnosas).

Apesar de adotar uma “doutrina” estrangeira, isto é, um sistema de definições e de classificação das inflamações, feridas e úlceras, o tradutor, em várias notas, acrescenta algumas observações decorrentes da sua prática. A propósito, por exemplo, da amputação de um membro gangrenado, depois de expor as diferentes teorias dos cirurgiões franceses e dos de Lisboa, refere a prática seguida no Rio de Janeiro: na metrópole, “era uma regra geral o nunca fazer-se a mutilação de um membro caído em mortificação total, sem que se manifestasse o círculo inflamatório, que distingue as partes vivas das mortas”. Esta regra era também seguida no Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, conforme o autor verificara através de uma conferência com o cirurgião Luís da Santa Ana Gomes e outros facultativos. Este é um caso em que a experiência do tradutor, baseada nas observações feitas no Hospital de São José de Lisboa e no da Misericórdia do Rio de Janeiro, o leva, senão a corrigir o texto básico, pelo menos a colocar a viabilidade de outras práticas cirúrgicas (p. 17-8). O mesmo acontece a propósito da sutura, em que Richerand “recomenda que ao fim de três ou quatro dias, obtida a reunião, se devem tirar as linhas, para que estas não determinem, pela sua presença, o excitação e a supuração das partes que tocam”. E o tradutor numa nota contraria esta posição: “Tendo eu empregado o método dos alfinetes para reunir as feridas que resultaram da operação feita a um menino de doze anos em Lisboa, do lábio leporino, lhos conservei por oito dias, sem que a inflamação excedesse ao grau da adesiva. Ultimamente, numa semelhante operação, um igual método empreguei para obter a reunião das feridas, no Hospital Real dos Exércitos e Armadas desta corte, no dia 17 de outubro de 1809, a Macário José Maria, oficial de carpinteiro; os alfinetes estiveram cravados nas carnes por nove dias sem se lhe desenvolver sintoma algum de inflamação ou supuração excessiva, e quando lhe tirei os alfinetes, a cicatriz estava completamente formada.” (p. 49-50.) No texto de Richerand, aludia-se a casos em que não se fazia “a reunião imediata das feridas que resultam das mutilações”. Ora, na sua prática cirúrgica, Joaquim da Rocha Mazarém sempre o fizera: “havendo tentado esta reunião nas feridas resultadas de sete mutilações, que tenho praticado no Hospital Real dos Exércitos e Armadas, cinco de coxa, uma de braço, e outra de perna por baixo da articulação fêmoro-tíbia, tirei em todas, por este méto-

do, boas conseqüências; não obstante terem morrido dois, no que nada influiu ter-se ou não reunido as partes, porquanto em um se lhe desenvolveu o tetanismo no décimo-sétimo dia, tornando-se infrutuosas todas as aplicações: o outro foi em conseqüência da adiantada idade, e abatimento em que se achava, desenvolvendo-se-lhe uma abundante supuração, que ao décimo-terceiro dia o fez sucumbir." (p. 52.)

Quer o médico, quer o cirurgião, além de dominarem o sistema classificatório das moléstias internas e das cirúrgicas, precisavam de conhecer na perfeição a "arte de formular", ou seja, a arte de prescrever os remédios necessários para a cura das enfermidades.

Em 1811 saiu dos prelos da Impressão Régia o *Novo ensaio sobre a arte de formular* de Alibert e, como se trata de um texto extremamente importante, analisarei sua primeira parte, onde são abordados os "princípios gerais da arte de formular", dado que a segunda parte, que versa sobre as "fórmulas particulares, que obram sobre as propriedades vitais dos diferentes sistemas orgânico do corpo humano", repete parcialmente o conteúdo de uma outra obra, também publicada pela Impressão Régia, os *Compendios de matéria médica*, que mais adiante examinarei.

O que se entendia então por *arte de formular*? Era, segundo Alibert, a arte que tinha por fim "o combinar as propriedades das diversas substâncias medicamentosas, para lhe assegurar, aumentar, ou temperar os efeitos". Era, portanto, "a parte mais importante, e a mais útil da matéria médica". Arte de formular, matéria médica, eis desde já definidas duas áreas vizinhas no saber médico, ambas relacionadas com a elaboração e aplicação de medicamentos às variadas doenças então conhecidas.

Segundo Alibert, a arte de formular achava-se eivada de erros por ele enumerados. O primeiro erro é descrito nos seguintes termos: "Apenas se atende aos sinais e aos sintomas morbosos. Despreza-se o exame das causas, dos temperamentos, das idades, dos sexos e dos costumes, não se faz algum estudo das indicações terapêuticas; nomeia-se, ou qualifica-se à pressa a afecção, que se apresenta, e prodigalizam-se remédios ao acaso." (p. 3.) Erro que corresponde à aplicação mecânica de um remédio a uma doença, ambos classificados e catalogados, sem se levar em conta a "história" do doente.

O segundo erro provinha das próprias relações entre doentes e médicos: "Dai-me uma receita para tal mal, que padeço, é este

o discurso ordinário da multidão. Que acontece? Os partidistas dos remédios se têm aumentado em toda a parte. Ama-se a polifarmácia como se ama o erro, e a arte se tem carregado de fórmulas.” (p. 4.) Ora, numa época em que a medicina tomava “um vôo filosófico”, tornava-se necessário combater esse excesso de remédios.

Para o autor, a maior parte das receitas supérfluas, de que seria preciso purgar a terapêutica, tinham nascido no seio da alquimia, e traziam o cunho da sua linguagem. Remédios como as “pílulas policrestas”, os “pós de alegria”, o “eletuário da castidade”, o “ungüento dos Apóstolos”, apenas serviam para sobrecarregar inutilmente a arte de formular.

Muitos indivíduos aprendiam vagamente nos livros que tal planta era “vulnerária, detersiva, desobstruente, aperiente, etc.” e com este saber julgavam poder determinar a aplicação dos remédios. E Alibert termina o seu ataque aos preconceitos e erros ainda dominantes na arte de formular dizendo que, numa época marcada pelas novas descobertas da química, “a boa aplicação dos remédios é a alma da prática” e que “um bom remédio não tem ação contra uma enfermidade, senão quando é administrado por um homem hábil” (p. 9). E como se adquire tal habilidade? Toda arte implica regras e, portanto, a arte de formular também tem as suas, em número de 24, que citarei de forma abreviada, suprimindo apenas os exemplos e as citações do autor.

- 1.^a) “Antes de traçardes uma fórmula, examinai, primeiro, se convém prescrever os medicamentos; porque há circunstâncias, em que o melhor remédio é não fazer nenhum.”
- 2.^a) Diz respeito à qualidade dos ingredientes: “Entre as substâncias, sejam simples, ou compostas, e a maior parte exóticas, que se empregam, há algumas que são adulteradas, corrompidas, ou mal conservadas”, sendo, portanto, necessário o maior cuidado na sua escolha.
- 3.^a) “Se a natureza do medicamento tem feito ver que se pode misturar com outro, em lugar de o administrar em seu estado de simplicidade, é preciso atender a que se não cometa algum erro com a adição das novas substâncias, o que é muito ordinário (...) Não é raro ver os práticos, por uma consequência desta inadvertência, formalizarem prescrições ridículas, porque ignoram perfeitamente quais são as substâncias, que concordam entre si.”
- 4.^a) “Na escolha das substâncias, que devem servir à confeição das vossas fórmulas, preferi comumente as indígenas às exóticas, quando sua virtude for a mesma; porque então há menos a temer

a sua alteração pelo amor do lucro: isto se observa a todo instante pela quina, pelo ópio, pelo mosco, e por muitos outros remédios de um alto preço.”

- 5.^a) “Quando um remédio é introduzido pela primeira vez na prática da arte, um médico não deve usar dele, senão com grande reserva, para não comprometer, nem a vida do enfermo, nem a sua própria reputação.”
- 6.^a) “Aplicar com preferência os remédios, que custam pouco, quando igualam por suas propriedades aos remédios, que custam muito.” Contudo, Alibert reconhece que “é preciso ter condescendência com o luxo dos ricos que não têm fé com as substâncias de pouco valor”.
- 7.^a) “Procurai corrigir o cheiro e o sabor dos remédios, que inspiram um certo tédio aos enfermos; mudai-lhe mesmo o nome para não contrariar as repugnâncias naturais: porém, não lhe altereis, suas qualidades medicamentosas.”
- 8.^a) “Examinai, por experiências seguidas e continuadas, se a substância, que vós empregais, acerta melhor em pó, ou em extrato, em infusão, ou em cozimento, etc.”
- 9.^a) “Entregai-vos particularmente ao estudo das doses (...) Quantas substâncias são destituídas de ação, quando se aplicam em pequenas quantidades, e quanto se tornam enérgicas, quando se administram na quantidade precisa.”
- 10.^a) “Ponde a maior simplicidade nas vossas fórmulas. O aparato de muitas drogas não convém senão aos charlatões, de quem o vil ofício é enganar os homens. Conheci melhor a dignidade da vossa profissão. Anunciai com clareza e brevidade as vossas receitas; para que não haja nelas nada de equívoco e de incerto.”
- 11.^a) Diz respeito às prescrições consideradas supérfluas por se tratar de mal incurável, mas aconselhadas por humanidade, para consolar os enfermos.
- 12.^a) “Consultai algumas vezes as apetências particulares do enfermo, para melhor vos assegurardes sobre o gênero de substâncias que deveis empregar.”
- 13.^a) “Um profundo estudo de botânica vos deve ensinar quais são os tempos do ano em que mais importa prescrever as raízes, as hastes, os sumos, e suas flores, as folhas, os sucos próprios dos vegetais, as gomas, as resinas, os óleos essenciais, etc. Estas noções não são unicamente do foro do farmacêutico, que faz a manipulação das substâncias medicinais, interessam também ao médico, que receita.”
- 14.^a) “A arte de formular exige igualmente, que quando se prescreve uma substância medicamentosa, seja vegetal, mineral, ou animal, se conheça bem a natureza de sua ação física, ou química, sobre os vasos, que a contêm.”
- 15.^a) “A forma, que se deve dar a um remédio, é muitas vezes relativa ao seu modo de ação sobre a economia animal.”
- 16.^a) Há médicos que “complicam suas fórmulas e adaptam, digamolo assim, uma droga a cada sintoma da enfermidade”. Ora, além de muitas vezes as substâncias se neutralizarem “por sua

aliança, sua mistura, ou sua combinação”, o médico deve pensar primeiro nas “causas da moléstia, a cuja destruição se seguirá a dos sintomas”.

- 17.^a) “Atendei à estação para a prescrição dos vossos remédios.”
- 18.^a) “Atendei ao clima.”
- 19.^a) “Atendei às idades para dar uma justa proporção às vossas fórmulas.”
- 20.^a) “Atendei ao sexo.”
- 21.^a) “Atendei ao temperamento.”
- 22.^a) Aconselha a fazer um estudo atento daquilo a que os terapêuticos chamavam *idiosincrasia*, ou seja, as reações individuais ao mesmo remédio.
- 23.^a) “Falta lembrar-vos o império particular do hábito (...) Variaí pois as fórmulas, que vossos enfermos estão já muito acostumados. Interrompei algumas vezes a administração de um remédio para tornar a aplicá-lo em outro tempo.”
- 24.^a) “Enfim não adoteis como os curandeiros uma receita para cada enfermidade, que vós tiverdes de combater; lembrai-vos que não existe alguma que reclame uma fórmula exclusiva.”

A arte de formular constituía, um dos campos da matéria médica, área mais ampla, embora relacionada também com a prescrição dos remédios.

Na “prefação” dos *Compêndios de matéria médica* (Rio, na Régia Oficina Tipográfica, 1814), José Maria Bomtempo escreve: “Quando o Príncipe Regente Nosso Senhor, por seu real decreto de 12 de abril de 1809, criou a cadeira de matéria médica, ordenou que ela fosse dirigida para complemento do curso cirúrgico já estabelecido; e que os seus fins fossem os de instruir os cirurgiões do Exército e Real Armada, nos princípios gerais desta ciência, que mais relações tivessem com as suas intenções facultativas.” Não devia, portanto, ser resumida em compêndio toda a área abrangida pela matéria médica, mas apenas aquela parte que fosse mais útil para cirurgiões-facultativos. Elaborar um compêndio não era contudo tarefa simples, tanto mais que o autor se queixava de que os alunos “não possuíam conhecimentos da química e história natural”.

A obra se inicia com os “princípios de uma fisiologia sensata, e análoga à razão”, base de uma classificação dos remédios. Passa-se, em seguida, à descrição dos simplices e das drogas utilizados na prática médica e minuciosamente regulamentados pelo governo: “tendo nós demais a lei do reino, que nos obriga a cingir e formular pela farmacopéia geral, não só reduzi a um

pequeno número a descrição das drogas, mas formei a classificação por ordem alfabética.” Contudo, para “formular”, ou seja, para receitar os medicamentos, “faz-se indispensável o conhecimento das regras gerais da farmácia”.

Temos, portanto, o compêndio constituído pelas seguintes partes:

- I — Preleções de matéria médica.
- II — Catálogo geral de todas as sete classes de remédios.
- III — Matéria médica simples, ou descrição das substâncias extraídas dos 3 reinos da natureza, e de mais freqüente uso na prática de medicina.
- IV — Generalidades de farmácia.
- V — Arte de formular.
- VI — Medicamentos preparados e compostos.

A obra contém, naturalmente, a definição da área científica tratada no compêndio: “Chama-se matéria médica aquela ciência que em si contém os meios de contribuir para o restabelecimento, ou restauração da saúde. Fazem o objeto desta ciência, diferentes corpos dos três reinos da natureza, tanto no estado de simples, como combinados por meio da química médica” (p. 1). Pela definição da ciência e do seu objetivo, vemos que se trata de uma área eminentemente prática: observada uma alteração da saúde, importa conhecer os meios existentes na natureza para a restabelecer, quer através de medicamentos simples, quer de medicamentos compostos. Mas, por muito “prática” que fosse esta *matéria médica*, ela exigia uma base teórica, dada pela *fisiologia*, e José Maria Bomtempo diz-nos, ao apresentar o plano da obra, que lançara mão dos “princípios gerais da zoonomia de Darwin”, por ser “mais clara e inteligível”.

Em 1811 o cirurgião Luís de Santa Ana Gomes publicou, por ordem do regente, na Impressão Régia, o *Método novo de curar segura e prontamente o antraz ou carbúnculo, e a pústula maligna, oferecido aos seus compatriotas*. Logo nas páginas iniciais expõe a utilidade do seu trabalho: “O desejo de ser útil à humanidade e principalmente aos meus compatriotas me impõe a obrigação de participar ao público o que há de mais interessante sobre o antraz ou carbúnculo, e a pústula maligna; doença que tendo sido muito freqüente neste país e terrível pelas suas con-

seqüências, mereceu a atenção dos antigos facultativos, e o respeito dos habitantes pelos funestos resultados” (p. 3). O autor refere os muitos enfermos que tinham ultimamente sucumbido, não tanto por causa da doença, como pelos métodos de tratamento aplicados no Rio de Janeiro, e expõe o *método novo*: “Não sendo da minha intenção formar um grosso volume, prodigalizando teorias pomposas, com que a maior parte dos escritores procuram iludir os leitores, limito-me somente a destruir os erros práticos tão geralmente admitidos, e fazer público o conhecimento do ópio topicamente entre os meus compatriotas e nacionais, no tratamento do antraz ou carbúnculo, e da pústula maligna: por isso refiro-me à pura observação dos fatos de um remédio, ainda que conhecido, pouco usado em semelhantes circunstâncias, e do qual é o inventor o médico Ducros. Os facultativos que possuírem os conhecimentos terapêuticos modernos, não desconhecerão o modo de obrar do ópio, e quanto sua ação pode ser interessante no tratamento de certas enfermidades locais. Espero ainda a satisfação de publicar os meus trabalhos sobre o uso tópico deste poderoso remédio, que a medicina possui, em outra enfermidade assaz rebelde” (p. 31-2). O autor descreve, na sua obra, 5 casos em que fora aplicado o novo método de cura com o ópio e, como sempre acontece quando em medicina se trata de experimentar um novo remédio, dois desses casos eram de mendigos do Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro.

A preparação dos remédios a serem aplicados por médicos e cirurgiões exigia a utilização de plantas consideradas medicinais e daí o interesse prático do artigo publicado em *O Patriota*, sob a rubrica “Medicina — Matéria médica”, com o título “Mapa das plantas do Brasil, suas virtudes, e lugares em que florescem. Extraído de officios de vários médicos e cirurgiões”. Continha uma lista de plantas, acerca das quais eram dadas as seguintes informações: descrição do seu aspecto, suas qualidades medicinais e o lugar do Brasil onde se encontravam. A partir dessa lista elaborei uma outra, simplificada, cujo fim é fornecer dados sobre as doenças e as “virtudes” atribuídas às várias plantas.

Nome da planta	Qualidades	Doenças
Abutua	“aperitiva, desobstruente, e resolutive”	“cura a diarréia antiga e flores brancas”
Acaia		
Assa-peixe	“diurética, antifebril”	“afecções hemorroidais”
Aguapé		“abranda e dissipa as dores reumáticas”
Alfavaca silvestre	“antiespasmódica, cefálica, e resolutive”	“cura a diabetes, diarréia antiga e flores brancas”
Ambaúba		“diarréias e disenterias e ainda nas afecções pleuríticas”
Andorinha		“mata os vermes intestinais”
Angelim	“aperiente e resolutive”	
Bacamarte	“excelente adstringente”	
Barbatimão		“purga e move as urinas; usa-se mui frequentemente nas cachexias e anasarcas”
Bucha-dos-paulistas		“tem curado algumas hidropisias em princípio, tanto acistes, como anasarcas”
Caninana	“é estimulante, e um poderoso urinário, e purgante drástico”	“obstruções do fígado e baço, e na hidropisia, anasarca e acistes”
Carqueja-das-minas	“tônico e antiácido”	“curar o vírus venéreo bobático... curar as chagas”
Caroba		“excitar as forças vitais e musculares abatedas, contra a cólica originada pela impressão dos corpos frios e contra as enfermidades supurosas”
Casca-de-anta		“alivia e desvanece as dores das articulações”
Catinga-de-mulata	“muito resolutive, alexitármaca e nervina... folhas sudoríferas e carminativas”	

Nome da planta	Qualidades	Doenças
Cipó-de-chumbo	"vulnerário, resolutivo"	"nas quedas, pancadas e contusões, e ainda nos casos de abscessos internos e nas vômicas do bofe"
Cipó-de-carijó	"violento purgante"	"mania pituitosa"
Cabaço amargoso		"provocar o parto e expulsar as secundinas... nas obstruções e cores pálidas"
Caculucage ou quitoco	"resolutiva, carminativa e anti-histérica"	
Camaratinga		"romper as vômicas ou apostemas internas"
Cataia ou erva-de-bicho	"acre, estimulante, e aperiente... diurética"	"supressões de urinas... contra as podridões gangrenosas, e tem outras virtudes"
Crista-de-galo		"cura das chagas"
Erva-de-santa-helena		"para as constipações a que chamam resfriado"
Fava-de-santo-inácio	"bom antifebril, alexifármaco; e também é remédio policresto"	"cura a cólica flatuosa e faz purgar"
Fedegoso bravo	"sudoríficas expectorantes e febrífugas"	
Fumo bravo	"forte adstringente"	"usam-se no pleuris espúrio, febres pobres e bexigas confluentes"
Guaiabeira	"abunda em sais lixiviais aperientes e resolutivos"	"afecções hemorroidais e reumáticas"
Guararema		
Guaiambé		"dores reumáticas"
Japicanga	"diurética, sudorífica e alexifármaca"	"chagas sórdidas e indigestas"
Jarabandi		"febres adnomeningas remitentes"
Jatobá	"sudorífica e antivenérea"	
Joapitanga	"sudorífica e antivenérea"	
Ipeúva, cinco folhas	"diuréticas e depurantes"	"curar as dores das juntas originadas de vírus venéreo"

Nome da planta	Qualidades	Doenças
Jurupeba ou jeroviva	“desobstruente... um dos melhores diuréticos”	“dissolve os grumos de sangue, que ocasionam as inflamações; expelle as impuridades pelas urinas; resolve as concreções causadas pelo vírus escorbútico”
Maimbá		“afecção bobática”
Maravilha		“purga e cura a leucorréia ou flores brancas”
Mata-pasto		“usa-se nas erisipelas, sarnas e em toda afecção escabiosa”
Mentrasto	“febrífugo infalível... é tônica”	“para dores e no frio das acessões”
Pacari (unha-de-anta chapada)		“útil na cólica flatuosa e antídoto contra o veneno da cobra cascavel... deter os progressos da morféia”
Paratudo, cravo-das-minas		“grande específico para curar as febres podres e malignas... dissipar as cólicas flatuosas”
Picão	“desobstruente, atenuante e resolutive”	“cura a icterícia, não havendo febre, ou inflamação no fígado... digestivo com que curam todas as chagas”
Pé-de-galinha	“resolutivo”	“intumescências inflamatórias”
Pitanga		“para todas as dores, sejam reumáticas, gotosas, ou venéreas”
Queimadeira		“tumores carbunculosos... manchas da pele”
Tapiá		“dores reumáticas e gotosas”
Taririqui		“paralisias... desmanchar tumores”
Tipi		“febres intermitentes”
Trapomonga		“curar chagas”
Tustão		“gonorréias”
Velame	“diurética e depurante”	“doenças venéreas”

O mesmo documento pode ser analisado de outro ponto de vista, ou seja, acentuando a parte da planta utilizada, a manipulação por ela sofrida, e o modo de aplicação do medicamento com ela elaborado. Construí, por isso, uma outra matriz, que permitiu chegar às seguintes conclusões:

1) Nas plantas medicinais as partes mais usadas eram as folhas e raízes.

2) A forma de manipulação mais comum era o cozimento, logo seguida da infusão, havendo contudo outras formas:

- a) pó, diluído ou não;
- b) sumo;
- c) dissolução em água;
- d) pisada.

3) A forma de ingestão mais comum é por via oral, havendo ainda a utilização de outros processos de aplicação:

- a) banhos (quentes ou não);
- b) fomentos;
- c) clisteres;
- d) massagens.

Este artigo de *O Patriota* informa ainda que muitas destas plantas medicinais, pertencentes à flora brasileira, eram conhecidas por indicação de índios e sertanejos. Aliás, a medicina negra coexistia com a ciência médica dos brancos. Uma célebre estampa de Debret mostra-nos o cirurgião negro colocando ventosas e explica: “Em cada bairro da cidade existe um cirurgião africano, cujo consultório, bem conhecido, é instalado simplesmente à entrada de uma *venda*. Generoso consolador da humanidade negra, dá as suas consultas de graça; mas como os remédios recomendados contêm sempre algum preparado complicado, fornece os medicamentos e cobra por eles. É finalmente, para cúmulo dos seus grandes conhecimentos, vende também talismãs curativos, sob forma de amuleto. Citarei apenas aqui o pequeno cone misterioso, feito de chifre de boi, preciosa jóia de seis linhas de altura, que se deve pendurar ao pescoço para evitar ataques de hemorróidas, ou afecções espasmódicas, etc.”. Comenta ainda Debret que só os pobres recorriam ao cirurgião negro, pois as pessoas de posses entregavam os seus negros doentes ao cirurgião da família.

A história natural

Nada há mais explícito, nas obras publicadas no Rio de Janeiro no início do século XIX, do que a importância dos estudos de história natural, em todos os seus ramos, mas muito especialmente na botânica, disciplina ligada simultaneamente à medicina, à agricultura, às artes. Pode dizer-se que a história natural era considerada como uma das ciências mais úteis à sociedade, na medida em que, denominando, classificando e estudando as propriedades de todas as produções naturais, contribuía para a maior felicidade do homem, que assim descobria novas comodidades para a vida.

Se o continente americano, em geral, aparecia ao velho mundo como um repositório de riquezas ainda desconhecidas, o Brasil atraía, em particular, a curiosidade dos naturais e estrangeiros e o governo incentivou fortemente o estudo da história natural. Em 1810, o botânico Kancke foi nomeado diretor das Culturas dos Jardins e Quintas Reais, tendo já em vistas o estabelecimento de um Jardim Botânico “no lugar que por ele for escolhido por mais próprio para este destino”, sendo-lhe fornecidos os escravos e os instrumentos necessários para tal fim. Além do que a Fazenda Real cobriria todas as despesas que fizesse em “alguma exploração botânica no interior deste continente” (Dec. de 25 de maio de 1810). Em 1814 criou-se a cadeira de botânica e agricultura pelas “grandes vantagens que se devem esperar da propagação de tão importantes conhecimentos num país dotado pela natureza de tão ricos produtos, e que por falta de bons princípios de Agricultura não tem chegado à prosperidade que lhe é destinada”.

Para esta cadeira foi nomeado lente Fr. Leandro do Sacramento, um dos naturalistas nacionais referidos numa obra publicada pela Imprensa Régia em 1819,⁽⁷⁾ a qual contém umas reflexões sobre a história natural do Brasil e sobre o estabelecimento do Museu e Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Os outros naturalistas nacionais citados, viajando então (1819) pelo Brasil ou nele residentes, eram: Manuel Ferreira da Câmara, Sebastião Navarro de Andrade, João da Silva Feijó, que viajara pelo Ceará e que se encontrava residindo na corte, Fr. José da Costa e Azevedo, lente de zoologia e mineralogia na Academia Real Militar, Francisco Vieira Goulart, diretor do Laboratório Químico da Corte, José Vieira Couto, pensionário do Estado, Pedro Pereira

(7) *Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de história natural.*

Correia de Sena, que se dedicava principalmente à botânica, e José Caetano de Barros, administrador do Laboratório Químico do Rio de Janeiro.

Quanto aos naturalistas estrangeiros, são referidos alguns que vieram efetivamente a publicar textos importantes para a história natural, como Johann Emanuel Pohl, austríaco, encarregado da parte mineralógica (*Reise in Innern von Brasilien*, Viena, 1832); Auguste de Saint-Hilaire; Georg Heinrich Langsdorff (*Mémoire sur le Brésil*, Paris, 1820); von Martius; von Eschwege (*Journal Brasilien*, Weimar, 1818 e *Brasilien die Neue Welt*, Braunschweig, 1827). Outros, contudo, limitaram-se a viajar e a recolher coleções abundantes e variadas, sem nada publicarem.

O autor destas reflexões preconiza um plano em grande escala para o Museu e Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que deveria reunir tudo o que existisse nos museus regionais de cada capitania. "Recebidos os produtos no Museu Geral do Rio de Janeiro, deveriam reduzir-se, quanto antes, pelos sistemas, que se tivessem adotado; e arranjar-se distintamente pelas famílias, classes, ordens, gêneros, espécies, e variedades." (p. ix) Não é dito, contudo, que sistema devia ser adotado, não entrando portanto na polêmica dos sistemas em história natural. Classificadas as produções naturais enviadas, "deveria formar-se um catálogo, que ao mesmo tempo servisse de inventário do Museu; no qual inventário ou catálogo se escrevessem os produtos pela mesma ordem, e com mesmo números dos armários, prateleiras, e indivíduos, que com eles se achassem no Museu: escrevendo junto a cada um dos produtos não só os seus nomes sistemáticos, e os triviais, mas toda a história e circunstâncias que dele contassem" (p. ix-x). Com um catálogo deste tipo, depressa se acharia qualquer produto no Museu e até sem mestre se podia aprender história natural.

O Real Museu recebia exemplares provenientes não só das capitanias do Brasil, mas também dos outros domínios portugueses. José da Silva Lisboa, inspetor geral dos Estabelecimentos Literários, refere num ofício de 1821 a chegada de caixotes de produtos de história natural vindos de Macau, entre os quais se contavam "duas aves de extraordinária grandeza" (vol. 48 das *Publicações do Arquivo Nacional*, p. 274-5).

Muitas memórias eram escritas e dirigidas ao governante sobre certas espécies naturais, mas poucas se encontram publicadas, conservando-se manuscritas no Arquivo Nacional. Basta dar como exemplo o "Ensaio analítico e comparativo sobre a quina chamada rubra brasiliense com a verdadeira quina rubra peru-

viana”, escrito por Francisco da Cunha Magalhães, primeiro boticário do Hospital Real Militar do Rio de Janeiro, em 1817.

O teor de um projeto de Academia no Rio de Janeiro (sem data nem assinatura) faz-nos crer que foi escrito pouco depois da chegada da corte, e nele deparamos com o entusiasmo habitual pelas espécies brasileiras: “A natureza mostra no Brasil como em grandes fábricas seus capitais produtos. Em cada um dos três reinos em que podem estes dividir-se objetos há extraordinários em riqueza, magnificência e utilidade.” (Vol. 48 das *Publicações do Arquivo Nacional*, p. 373-77.) Indispensável, portanto, se tornava criar-se uma “sociedade acadêmica”, cujos indivíduos viajassem e publicassem escritos “para instrução da mocidade”. A Academia Real das Ciências do Rio de Janeiro seria composta de “pessoas instruídas em Medicina e Cirurgia, em Botânica, Agricultura, Zoologia, em Mineralogia, Química, em Física” e, como todas as academias, esta estaria também dividida em classes: a primeira, medicina, cirurgia, arte obstétrica e veterinária; a segunda, botânica, zoologia e agricultura; a terceira, mineralogia, química, docimástica; a quarta, física, navegação e todas as artes que dependiam de princípios e observações de mecânica, geometria, química. E os sócios contavam já com uma infra-estrutura para o seu trabalho: “O Gabinete que S. A. R. mandou organizar das cousas preciosas que de Lisboa se transportaram quer de Física ou de História Natural, é já soberbo terreno para as ciências e estudos da Academia.”

O autor do projeto defendia ser o estudo da natureza o “termômetro pelo qual se conhece o grau de civilização dos povos” e, em tudo o que estipula, se observa o desejo de que tal estudo tenha aplicações práticas imediatas. Acentua-se que a botânica é indispensável à medicina e às artes, principalmente à arte de tinturaria e à agricultura. “Não se incumbe aos sócios o estudo e experiências das matemáticas especulativas nem de física sublime, visto que a Academia privativa desta ciência deve fazê-lo, e sim da arte experimental indispensável às artes que entre nós se apelidam mecânicas pelos princípios em que se fundam.” O pragmatismo levava mesmo a certas medidas democráticas: “Nenhum homem, por graduado que seja, deve desdenhar o artífice, por seus talentos merecedor de entrar nesta classe e sentar-se a par dele: todos concorrem no que está na sua mão para o bem do público.”

A história natural, sendo talvez a ciência que maior número de estudiosos atraía, principalmente ao nível da alta burocracia, não se difundia apenas através de instituições públicas. Os parti-

culares também tinham as suas coleções e aparece-nos um austríaco, Roque Schüch, como bibliotecário e diretor do gabinete de história natural da princesa real. Viajando pela capitania de Minas Gerais e entusiasmado com as suas riquezas mineralógicas, propõe-se ele criar ali uma academia montanística,⁽⁸⁾ sem grandes despesas para o governo: "Tendo sido lente de História Natural, Matemática, Física e Química na Áustria por mais de cinco anos, e outros tantos anos administrador no gabinete de História Natural do imperador, me lisonjeio de poder prestar alguma coisa nas ciências ditas e indispensáveis na ciência montanística. Ofereço-me conseqüentemente, salvo o consentimento de V. M. e o de S. A. R. a princesa real, a ensinar quatro moços de capacidades essas ciências com contínua relação à ciência montanística sem alguma recompensa. Em 3 anos ao mais se pode acabar um curso, fica depois ao governo de mandar esta gente nas viagens para aprender praticamente." (Vol. 48 das *Publicações do Arquivo Nacional*, p. 214-19.)

A história natural, ciência eminentemente prática, era das que ocupava mais demoradamente a atenção oficial, bastando para isso atentar na correspondência que a corte do Rio de Janeiro mantinha com as várias capitanias, quer sobre a criação de jardins botânicos, quer sobre ensaios e memórias referentes a determinadas plantas como o cravo, a amoreira, o linho-cânhamo, etc. Pode dizer-se que, nesta época, a história natural impregnava toda a prática política, se infiltrava em todas as medidas governamentais.⁽⁹⁾

(8) Montanístico: "que respeita à extração e fusão dos metais" (Moraes Silva, ob. cit.)

(9) Escrevia o governador de S. Paulo em 1810: "S.A.R. manda remeter à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra para o Gabinete Mineralógico do Arsenal Real da Corte do Rio de Janeiro todos os minerais que se puderem descobrir nesta Capitania." (*Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo*, vol. LIX, p. 99.)

AS ARTES

On peut en général donner le nom d'art à tout système de connaissances qu'il est permis de réduire à des règles positives, invariables et indépendentes du caprice ou de l'opinion.

D'ALEMBERT, *Discours préliminaire de l'Encyclopédie*

No início do século XIX, no Rio de Janeiro, a distinção entre as belas artes e as artes mecânicas (que os enciclopedistas combateram em textos famosos como o de Diderot, por exemplo) tendia a atenuar-se e assistimos, por um lado, à valorização das artes relacionadas com os ofícios e, por outro, à transformação das belas artes em artes úteis.

Se percorrermos as obras gerais sobre artes que se encontravam na biblioteca do conde da Barca, confirmamos esta união das artes e, ao passarmos em revista os títulos sobre cada uma das artes em particular, vemos que “a arte de converter o ferro forjado em aço” era tão importante quanto a arte da arquitetura ou do desenho.

Além de que os livreiros do Rio de Janeiro se preocupavam mais com a venda de obras sobre as artes úteis do que sobre as belas artes.⁽¹⁾ Só os comerciantes franceses é que vendiam, além de ornamentos e vestuário de luxo, livros de pintura ou escultura.

(1) *Segredos das artes liberais e mecânicas, recopiladas dos melhores autores com outras várias curiosidades proveitosas e divertidas*, Lisboa, 1818; *Novo método de fazer açúcar, ou reforma geral dos engenhos do Brasil*, etc.

Arte do desenho e pintura

O historiador da arte José Augusto França mostra, num capítulo intitulado "A cultura estética", as carências teóricas do desenho e da pintura na passagem do século XVIII para o XIX, em Portugal.⁽²⁾ Essa escassez de textos nota-se mesmo na biblioteca do conde da Barca, onde, ao lado de vários catálogos das pinturas existentes em museus e de vários álbuns descritivos de paisagens exóticas, se encontra apenas uma obra teórica: o *Discurso sobre as utilidades do desenho*, por Joaquim Machado de Castro, publicado em Lisboa em 1788.⁽³⁾

No Rio de Janeiro, publicou-se em 1817 uma obra didática: *Elementos de desenho e pintura. E regras gerais de perspectiva*, da autoria do oficial do Real Corpo de Engenheiros, Roberto Ferreira da Silva.

O caráter didático da obra é acentuado pelo próprio autor quando se refere à terminologia empregada: por um lado, evita "os termos empolgados, e frases sublimes, porque estas não são próprias a uma obra didática, e que deve chegar ao conhecimento de todos"; por outro lado, evitava a nomenclatura dos geômetras, pois a sua obra fora feita para ser entendida mesmo por aqueles que nas aulas de desenho e pintura se não aplicavam à ciência da geometria.

O livro tinha como objetivo principal ensinar um método para se chegar ao domínio das duas artes: "Não pretendo neste tratado ligar as mãos dos pintores, nem sufocar-lhes o gênio por um montão de regras, nem tão pouco extinguir o fogo de uma imaginação viva e abundante: o meu intento é traçar a favor dos meus leitores o caminho, que devem seguir nos seus estudos." (Introdução.)

É interessante a imagem do pintor que ele nos oferece: por um lado, apresenta-o como um indivíduo dotado de uma viva imaginação e, por outro lado, como alguém que tem de dominar uma série de ciências relacionadas com a sua arte: "o verdadeiro pintor deve ser um homem de espírito, vivo, ativo, laborioso, e versado em uma infinidade de conhecimentos, acessórios ao seu talento; como a mitologia, a geometria, a ótica, a perspectiva, a arquitetura, a anatomia, a teoria das cores para conhecer o seu efeito antes de as colocar, e saber representar as diversas paixões, e fazer fixar o olho do espectador sobre a figura principal do seu quadro, dar nobreza às suas atitudes, imprimir-lhe a idade e caracteres, segundo a descrição do historiador." (Introdução.)

(2) *A arte em Portugal no século XIX*, t. I, p. 82-95.

(3) Ver o comentário deste texto por José Augusto França, ob. cit., t. I, p. 84.

Do mesmo modo que o pintor é também um homem de ciência e não apenas um talento, um gênio, assim a pintura, e principalmente a sua base, o desenho, não é apenas uma bela arte, mas também uma arte prática: “Pelo que respeita à matéria, de que trata esta obra, por si mesma se faz recomendável; e tanto mais, quanto maior é a necessidade que dela têm todos os que professam a carreira das armas. Sem conhecimento de desenho não pode militar algum lisonjear-se de ser perfeitamente hábil. De pouco serviria o aperfeiçoamento da arte da fortificação, se o inteligente desenhador não subministrasse a descrição topográfica, sobre que ela deve ser desempenhada.” Este texto está inserido na Dedicatória, o que prova suficientemente aquilo que há pouco acentuei como característico da atitude do início do século XIX perante as artes: estas só são respeitadas, só têm peso dentro da sociedade, se forem *úteis* e não simples passatempos frívolos.

A pintura e o desenho não escapam à mentalidade classificatória e hierarquizadora dos gêneros que observamos igualmente nas belas letras: “A pintura e o desenho dividem-se em diferentes classes, entre estas temos três, que são as principais, sendo a primeira a figura, como superior às outras, a segunda o país, e a terceira a arquitetura, ou perspectiva.” (p. 63-4, nota.) E explica as razões da hierarquia: “a composição de país é muito mais fácil que a da figura, visto que os tracejados pertencentes à paisagem não têm curvaturas, as quais são muito difíceis de executar, não se encontrando também na paisagem a macieza das carnes, que se encontram no desenho de figura, ainda que no país há muitos grupos de figuras, porém estes são quase sempre representados com toques, dispensando ao seu executor a delicadeza e doçura, que deve haver em qualquer desenho de figura.” (p. 4.)

Uma idêntica hierarquia se estabelece entre os *pintores históricos*, os *pintores da paisagem* e os *pintores de perspectiva*: “Os pintores históricos precisam não só saberem pintar figuras a fundamento, mas ainda lhes é indispensável a paisagem, arquitetura e perspectiva, além de que aos pintores de história são-lhes indispensáveis outros muitos conhecimentos, e que se não exigem aos das outras classes; os pintores da paisagem devem saber estudar a natureza, e com todo o cuidado observando-a exatamente, e as suas produções, atendendo as degradações dos planos, e das luzes, e que justamente também é perspectiva, e os pintores, só chamados de perspectiva, devem simplesmente observar a degradação, que causa a força da luz, e se eles a souberem bem distribuir,

pouco têm que se enganar, porque todo o seu trabalho é de régua e compasso.” (p. 63-4, nota.)

O autor deste tratado declara expressamente a sua fonte inspiradora: Vitruvius, de quem tinha tirado “as pequenas luzes” que possuía “na prática, como na teórica”.

Este era o único texto suscetível de ser analisado no que se refere a uma “teoria” do desenho e da pintura. E não me parece interessante estudar a “influência” dos artistas estrangeiros, como Debret ou Thomas Ender, sobre as artes no Rio de Janeiro. Prefiro analisar a vivência quotidiana do desenho e da pintura na sociedade carioca.

Na *Gazeta do Rio de Janeiro* foi publicado o seguinte aviso: “Antônio da Silva Lopes, 1.º substituto da Academia Portuguesa do Nu, participa que em 22 do corrente publica a abertura da sua grande coleção de pintura dos maiores mestres em quase todos os ramos. Os dias públicos são as quartas, e sextas-feiras de tarde, das 3 horas em diante, na casa onde reside no beco dos Cachorros, n.º 24, e além destes, extraordinariamente a professores, ou pessoas inteligentes.” (N.º 40, 1811.)

Qual fosse o objetivo desta exposição de pintura (a venda dos quadros ou simplesmente a obtenção de pagamento de uma taxa pelos visitantes), é algo que o aviso não nos diz. Como também não esclarece que “ramos” da pintura eram distinguidos na época e quem eram “os maiores mestres”. Outros avisos são mais explícitos quanto à finalidade de tais exposições: “Em um local contíguo à sala do Consistório da Irmandade da Sé se acha uma coleção de 200 painéis, pinturas antigas de diferentes escolas, que o seu proprietário italiano oferece à curiosidade e à compra dos amadores das artes belas. A dita coleção será visível todos os dias das 10 horas da manhã até à uma hora da tarde (...)” (N.º 27, 1819.)

Os artistas faziam a sua publicidade na *Gazeta*: “Goulu, retratista francês, tão bem conhecido pela exata semelhança e fim precioso das suas obras, que teve a honra de tirar o retrato de S. A. R. o príncipe real, e os das sereníssimas senhoras infantas, dos quais deu infinidade de cópias, faz saber ao público e aos amadores das artes, que mudou seu domicílio para a Rua da Ajuda, largo do Bispo, n.º 68.” (N.º 101, 1818.)

Anunciava-se ainda a venda de quadros com “pinturas de flores”; outros representando “as ruínas de alguns soberbos edifícios da antiga Roma”; “gravuras de Morghen, Raynaldi, Folo e Bartolozzi com molduras douradas de gosto moderno”.

Os comerciantes franceses estavam estreitamente ligados a estas artes. Charles Durand, ou melhor, o seu sucessor no armazém da Rua do Ouvidor vendia “uma coleção de oito quadros de flores pintadas por Redouté, obras-primas deste grande mestre, seis estampas de João Volpato, segundo Rafael, vinte quadros de vistas da Alemanha lindas, pintadas por Bleute” (n.º 93, 1817.) Gadet e Jalasson forneciam os materiais: “Os artistas e amadores de pinturas e desenho acharão sempre tudo quanto diz respeito às suas artes, brochas, pincéis, tintas em grão e pães, papel e lápis de todas as cores e qualidades, pastas, estojos ricamente guarnecidos para pintar, palhetas, vidros e marfim para retratos, vidros grandes para quadros, etc.” (N.º 56, 1818.) Eram estes negociantes que abasteciam a cidade de livros de pintura. Charles Durand anunciava: *Vida e obras dos pintores os mais célebres de todas as escolas*, contendo 475 estampas, 8 volumes em 4.º; *Obras completas* de Poussin, com 170 estampas, 3 volumes em 4.º; *Galeria dos chefes de obra de arquitetura, pintura e escultura*, 1 vol. em fólio; *Galeria dos pintores flamengos*, 3 volumes em fólio, 201 estampas (n.º 7, 1817). Dumont vendia o *Musée français*, em cinco volumes em fólio, “que compreende uma coleção completa de quadros, estátuas, e baixos-relevos, que compõem a compilação nacional, com a explicação dos objetos, e discursos históricos sobre a pintura, escultura e gravura” (n.º 33, 1817).

Tal como os livros e periódicos, as estampas, igualmente vendidas pelos livreiros, são constantemente anunciadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, o que significa que eram muito procuradas e apreciadas na época, como “ornamento de casa”, da mesma maneira que os quadros. Eis aqui uma lista das que se encontravam à venda, com os seus respectivos preços, para mais facilmente ressaltar a sua temática predominantemente política e militar.

Título da estampa	Preço
Sereníssima senhora princesa D. Carlota Joaquina	2400 réis
D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares	2400 "
S. C. Beresford, conde de Trancoso	2560 "
Alexandre I, imperador de todas as Rússias	2560 "
Batalha da Vitória	1280 "
Lord Wellington, duque de Vitória	2400 "
Pio VII	1280 "
Fernando VII (em ponto pequeno)	800 "

Título da estampa	Preço
Fernando VII com seu augusto irmão Carlos Maria (em ponto pequeno)	800 réis
Marquês de la Romana	1280 "
General Black	1280 "
Palafox	1280 "
Empecinado	1280 "
Batalha do Vimeiro	2000 "
Embarque dos franceses	200 "
Luís XVIII (em ponto grande)	3680 "
Luís XVIII (em ponto pequeno)	2240 "
Luís XVIII (em ponto pequeno, colorida)	2280 "
Família real dos Bourbons	3680 "
As augustas vítimas da infelicidade, Luís XVI, Luís XVII, Maria Antonieta, Mademoiselle Elisabeth, irmã de Luís XVI, duque d'Enghien, e a princesa de Lamballe	3680 "
Os generais em chefes dos exércitos combinados, Schwarzenberg, Wellington, Blücher, Sacken, Platoff, Castanos	3680 "
Os augustos soberanos aliados, Alexandre I, príncipe de Gales, Frederico I, o príncipe Constantino, o rei da Prússia, e o príncipe real da Suécia	3680 "
Duque de Angoulême	2240 "
Luís XVI, Maria Antonieta e Luís XVII (colorida)	2880 "
Luís XVI, Maria Antonieta e Luís XVII (em preto)	2240 "
Duque de Berry (colorida)	2880 "
Duque de Berry (em preto)	2240 "
Conde de Artois (colorida)	2880 "
Conde de Artois (em preto)	2240 "
Duquesa de Angoulême, filha de Luís XVI	2240 "
Sua Alteza a Princesa Real de Portugal Leopoldina (colorida)	5760 "
Sua Alteza a Princesa Real de Portugal Leopoldina (em fumo)	4800 "
Plano geral da cidade de Lisboa	1280 "
Coleção de estampas que representam os principais sucessos em Espanha desde a prisão do pérfido Godoy até à derrota do exército francês de Andaluzia	4800 "
Embarque dos franceses no cais da Pedra	2000 "
Retrato do senhor D. Pedro de Alcântara, príncipe da Beira, pintado por Simplício João Rodrigues de Sá em 1812, e gravado nesta corte no presente ano (1815)	1280 "

O "ciclo napoleônico" domina a produção plástica tal como impera na produção literária, conforme veremos mais adiante.

Quanto ao modo de produção, as estampas eram feitas por *subscrição*, da mesma maneira que muitos livros, como o mostram os seguintes anúncios: “Em casa de Henrique de Saules, na rua da Quitanda n.º 58, há para vender vários exemplares de uma coleção de estampas, que representam as principais façanhas do exército português, e inglês, na península, comandados pelo Ex.^{mo} duque de Vitória. Na mesma casa se faz a subscrição de algumas outras estampas, que se hão de publicar, para continuação da sobredita coleção.” (N.º 10, de 2 de fevereiro de 1814.) O tema das estampas muda, mas mantém-se a mesma forma de publicação: “Roberto Ferreira da Silva faz público que pretende dar ao prelo uma coleção de perspectivas dos mais interessantes pontos desta Corte, e seus subúrbios. As pessoas, que quiserem subscrever para esta coleção, podem dirigir-se à loja de José Antônio Pinheiro, filho, na rua Direita, a 1280 cada uma, e avulsas se venderão a 1600.” (N.º 20, de 11 de março de 1815.) Em 1820, o sistema de publicação mantinha-se: “Hipólito Taunay tem a honra de avisar aos assinantes da sua subscrição que ele, depois de passar pela Bahia e por Pernambuco, chegou no fim de outubro de 1819 a Paris, onde está adiantando a execução das suas estampas, debaixo da proteção especial do excelentíssimo marquês da Marialva, contando dentro em cinco a seis meses cumprir com as suas obrigações na cidade do Rio de Janeiro.” (N.º 27, 1.º de abril de 1820.)

Arquitetura

No Rio de Janeiro do início do século XIX, o arquiteto tinha menos contacto do que o intendente geral da Polícia, ou do que os membros do Senado da Câmara, com as questões de urbanização. Seria natural que houvesse uma Inspeção das Obras Públicas constituída por arquitetos, mas dada a sua inexistência, como refere o decreto de 26 de abril de 1811, era ao intendente da Polícia que cabiam as suas atribuições. Além de aterrar pântanos, construir chafarizes, cuidar das calçadas e da iluminação da cidade, levantar pontes de madeira, inaugurar cais, o intendente da Polícia ocupava-se com o aspecto das casas e das ruas.

Logo em junho de 1809, um edital da Polícia abolia a rótula ou gelosia das casas. Aliás, é interessante transcrever aqui parte do texto. A justificativa para tal medida era a passagem da cidade do Rio de Janeiro a corte:

não pode, nem deve continuar a conservar bisonhos, e antigos costumes, que apenas podiam tolerar-se, quando era reputada colônia, e que desde

muito tempo não se sofrem em povoações cultas, e de perfeita civilização, e sendo um destes costumes, que afeia o prospecto da cidade, e a faz menos decorosa as presentes felizes circunstâncias, o terem as janelas das suas propriedades rótulas, ou gelosias de madeira, que nenhuma comodidade trazem, e que estão mostrando a falta de civilização de seus moradores (...) desde já se devem abolir as rótulas das janelas de sobrados, que desaparecerão no termo de oito dias, conservando-se as dos peitoris, daquelas que não têm grades de ferro; e se faculta o espaço de seis meses para se porem estas, ou balaiústres, que as imitem, e desaparecerem inteiramente todas as gelosias, menos nas casas térreas, que nada influem na beleza de prospecto, sendo recolhidas ao nível das paredes dos edifícios, e todas de uma só uniformidade, pondo-se todavia estas abrindo para dentro das casas, e não para a rua, pelo estorvo que causam aos que passam pelas ruas, e às seges, e carroças(...) (Cód. 323, vol. 1, fls. 88-9.)

O intendente da Polícia tinha, portanto, uma determinada noção do que deveria ser “o prospecto” de uma cidade culta e civilizada e, do mesmo modo que aboliu as rótulas, preocupou-se também com o aspecto das ruas, representando ao regente sobre “a irregularidade e arbitrária edificação” que se estava fazendo nas ruas novas da cidade. Em consequência dessa representação, a Secretaria dos Negócios do Reino dirigiu uma recomendação ao juiz de fora para que o Senado da Câmara procurasse, na medida do possível, emendar aquele erro, “fazendo que as ruas, que de novo se abrirem, sejam mais largas e conformes ao novo plano, para nelas se edificarem edifícios regulares, e de uma só e igual simetria para cada uma das ruas novas, deixando-se no arruamento, que se projetar, algumas praças, o que não só embeleza a cidade, mas contribui muito para a saúde da população; estabelecendo-se a este respeito uma regra certa e invariável, a fim de se evitar que cada um edifique a seu arbítrio, onde e como bem lhe parecer” (8 de outubro de 1810).

Encontramos aqui expresso o ideal de cidade, tal como era concebido na época: ruas largas, edifícios regulares, praças. Pizarro e Araújo, nas *Memórias históricas*, não só concorda com este último ponto,⁽⁴⁾ como acrescenta uma outra característica da cidade bem planejada: a direitura das ruas. As dez ruas que vinham desde a foz do mar até ao Campo de Santana possuíam essa qualidade, que não se observava nas suas perpendiculares: “As travessas principais, que as retalham, não têm a mesma formosura, por serem todas arqueadas, porém nenhuma impede o trânsito às carruagens emparelhadas, oprimindo os viandantes; e a

(4) “Sendo necessário às grandes povoações alguns lugares, onde o ar livre possa concorrer para a saúde pública, acham-se entremeados por esta cidade alguns rossios, em que o povo encontra o desabafo.” (Liv. VII, cap. III.)

denominada rua Direita facilitada, em parte, a carreira de cinco a seis seges perfiladas.” (Liv. VII, cap. III.)

A política urbanística do governo concentrava-se em 3 pontos, intimamente ligados entre si: aumentar o número de habitações, incentivar o aterro dos locais pantanosos da cidade, apoiar a construção de casas de sobrado e impedir a edificação de casas térreas. Todos estes pontos são referidos no decreto de 26 de abril de 1811: “todos os que edificarem casas de sobrado nos terrenos situados na cidade nova, desde a ponte até ao lugar marcado para a caldeira, e em qualquer outro lugar pantanoso, no termo de dois anos, a contar da data deste, sejam isentos de pagar décima por 10 anos, sendo as casas de um só sobrado, e de menos de cinco portas ou janelas de frente, e por 20, se forem de mais de um sobrado, ou de cinco ou mais portas ou janelas de frente, edificando-as depois de proceder alinhamento e divisões de ruas aprovadas, e feitas por ordem do intendente geral da Polícia, enquanto não houver inspetor das Obras Públicas, e dele receberão todo o auxílio para conseguirem oficiais e materiais, que não for danoso aos mais que se edificam nesta capital e seus arredores: e hei outrossim por bem que nos referidos terrenos da cidade nova acima apontados ninguém possa edificar casas térreas.”

Além da Intendência da Polícia, o Senado da Câmara era a outra instituição relacionada com a urbanização, e em outubro de 1819 decidiu controlar o “inconsiderado uso” que se fazia das madeiras de pinho na edificação das casas do Rio, pois dele resultava não só “a instabilidade e fraqueza dos edifícios” levantados com tão “inconsistentes materiais”, mas principalmente o perigo de incêndios. Deveriam ser utilizadas, em substituição da madeira de pinho, as madeiras do país, que evitavam o primeiro inconveniente e diminuía consideravelmente o segundo.

Quer nos documentos da Intendência da Polícia, quer na correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos encontramos referências ao mau estado de grande parte das casas do Rio de Janeiro, casas que exigiam a retirada imediata dos seus locatários para serem demolidas ou restauradas. Logo em 1809 reclamava o intendente da Polícia em officio ao juiz do crime do Bairro da Candelária, a propósito da denominada casa da Fidalga: “tenho de instar pela execução da ordem que dei para se apear esta casa, fazendo despejar todos os que nela com grande risco moram, e de perguntar por que isto se não tem cumprido, sendo este outro fato por que se argú a sua frouxidão. Pergunto igualmente pelo muro das Freiras, e em geral devo dizer-lhe que mal pode a Intendência cumprir com as suas obrigações não havendo

execução pronta nas ordens que por ela se expedem.” (Cód. 323, vol. 1, fls. 91 e 91v.)

Em 1816, Marrocos comentava: “A pouca estabilidade e firmeza, com que foram feitas e hoje se acham as casas antigas desta cidade, tem sido a origem de muitas desgraças sucedidas, ora caindo subitamente as paredes, ora as mesmas casas inteiras sobre os seus habitantes.” Mas só quando os atingidos foram os criados do Paço é que o Estado tomou medidas mais drásticas: “No dia 18 deste mês caiu de repente uma parte não pequena de parede e abóbada com os quartos, que lhe estavam anexos e superiores, neste Paço, e que formavam a habitação de algumas das criadas de Sua Majestade, mas ninguém sofreu perigo algum. Em razão disto, projetou-se uma inspeção, chefe o arquiteto José da Costa, para fazer vistoria a todos os edificios da cidade, e obrigar aos proprietários ricos a demolir todas as casas antigas, que ameaçarem ruína, e reedificá-las de novo; e aos proprietários sem maiores cabedais, a escorar as suas.” (Carta 98.)

Pela primeira vez um arquiteto nos aparece ligado aos problemas de urbanização, aqui com a função de inspeção. Geralmente os arquitetos tinham à sua conta apenas a construção de habitações de alto padrão (pois para as outras bastava um mestre de obras e alguns oficiais de pedreiro); ou então eram os responsáveis pelas construções levantadas por ocasião dos festejos públicos. Para as festas de cavalhadas e corridas de touros que se realizaram em 1818, construiu-se um “soberbo anfiteatro”, minuciosamente descrito nas *Memórias* do P.^o Luís Gonçalves dos Santos: “O desenho é do bem conhecido Mr. Grandjean de Montigny, arquiteto pensionado de Sua Majestade; e a execução de José Feliciano de Oliveira, mestre de obras, e no todo dirigido pelo arquiteto Manuel da Costa, que igualmente presidiu à pintura geral da praça, e executou a do real camarim.” (t. II, p. 684.)

Contudo, nem sempre as “arquiteturas” erguidas por ocasião dos festejos públicos se deviam a arquitetos. Os obeliscos, os templos, os arcos de triunfo, e outras “máquinas de arquitetura” deviam-se, por vezes, a simples “maquinistas”. Quando se festejou a aclamação de D. João VI, o coronel Fernando José de Almeida fez erigir no Largo do Rocio um “soberbo peristilo”, cujo “risco” fora traçado pelo maquinista do Real Teatro, Luís Xavier Pereira.

Desligado da urbanização, não tendo grandes monumentos ou palácios a erigir, o arquiteto não adquirira ainda, na sociedade

carioca do início do século XIX, um papel tão importante quanto o do pintor ou desenhista.

A arte militar

No quadro das artes ocupava então um lugar de relevo a arte militar, que exigia, tal como outras, o conhecimento prévio de várias ciências. Mas, antes de analisarmos que áreas do saber eram dominadas pelos oficiais, convém examinar de que modo se justificava a própria existência de uma arte da guerra.

Em 1817 saiu dos prelos da Impressão Régia a obra *Instruções sobre os conhecimentos necessários a um oficial militar, e sobre a aplicação dos mesmos para organizar na campanha um exército*. (Extraída do francês e oferecida ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} senhor conde dos Arcos, por Teodoro José Guilherme de Sá.) Neste texto encontramos uma tentativa de justificação da “ciência da guerra”. Em primeiro lugar, parte-se de uma constatação de fato: “A guerra é um flagelo do gênero humano, mas, além de não poder evitar-se, ela é muitas vezes necessária.” (§ 1.) Sendo assim, elaborar uma arte da guerra nada tem de censurável: “Se o desígnio do primeiro, que reduziu a regras a arte de destruir os seus semelhantes, era favorecer as paixões dos homens, teria sido um monstro, que por felicidade se sufocaria à nascença. Porém se o seu desígnio e tenção era de proteger e defender a virtude perseguida, de punir o vício triunfante, de refrear a ambição e de equilibrar os direitos injustos do mais poderoso, neste caso o gênero humano lhe deveria levantar altares.” (§§ 2 e 3.) A arte ou ciência da guerra é “utilíssima e mui necessária” e não merece em relação às demais ciências e artes.

Todo Estado exige um aparato bélico, naval ou terrestre, que garanta a sua existência, quer em relação aos inimigos externos, quer em relação aos inimigos internos. Possui portanto um exército e uma marinha, com a sua organização própria, com a sua hierarquia simultaneamente social e funcional, e também com a sua superestrutura cultural. Aquelas instituições representam o terreno concreto onde se aplicam várias ciências e artes, e agora passo a analisar precisamente aquelas áreas do saber a que recorrem para o seu bom funcionamento.

Em 1810 o governo julgou necessário estabelecer no Rio de Janeiro um curso de “ciências-exatas e de observação”, assim como de todas aquelas que constituíam a sua aplicação aos estudos, militares e práticos, que formavam a ciência militar.

Esse curso se destinava a formar “hábeis oficiais de artilharia, engenharia, e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos” que, além de uma atividade propriamente militar, pudessem também ter o útil emprego de dirigir tarefas administrativas de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas (carta régia de 4 de dezembro de 1810).

Nas áreas do saber então existentes a organização militar opera um recorte: só interessam “as ciências exatas e de observação”, quer puras, quer aplicadas a algo que se denomina “a ciência militar” e que se abre, à maneira de um leque, em vários ramos. Por outro lado, pretendia-se que essa cultura científica formasse oficiais capazes não só de desempenhar as suas funções militares como também de prestar serviços à sociedade civil.

A continuação do documento mostra-nos que por ciências exatas se entendia então as ciências matemáticas e por ciências de observação a física, a química, a mineralogia, a metalurgia e a história natural, que compreenderia o reino vegetal e animal. Quanto aos ramos da denominada *ciência militar*, os principais eram a tática e a fortificação.

A carta régia estabelecia: “O lente do primeiro ano ensinará aritmética e álgebra até às equações do terceiro e quarto grau, a geometria, a trigonometria retilínea, dando também as primeiras noções da esférica.” Como os estudantes, ao entrarem para a Academia, tinham de saber “as quatro primeiras operações da aritmética”, o lente passaria rapidamente ao estudo da álgebra, “cingindo-se quanto puder ao método do célebre Eulero, nos seus excelentes *Elementos* da mesma ciência, debaixo de cujos princípios, e da aritmética e álgebra de Lacroix, formará o compêndio para o seu curso”.

O lente deveria em seguida explicar “a excelente geometria e trigonometria retilínea de Legendre, dando também as primeiras noções da sua trigonometria esférica; abrangendo assim um princípio de curso matemático muito interessante, no qual procurará fazer entender aos seus alunos toda a beleza e extensão do cálculo algébrico nas potências, nas quantidades exponenciais, nos logaritmos e cálculos de anuidades, assim como familiarizá-los com as fórmulas de trigonometria, de que lhes mostrará as suas vastas aplicações; trabalhando muito em exercitá-los nos diversos problemas, e procurando desenvolver aquele espírito de invenção, que nas ciências matemáticas conduz às maiores descobertas”.

O teor da carta régia era extremamente minucioso e normativo, regulando o modo como as diversas ciências deviam ser ensi-

nadas: “Na geometria e trigonometria de Legendre, seguindo o espírito do autor, procurará bem o enlace dos princípios de álgebra aos da geometria, e na doutrina dos sólidos dará todos os princípios, que conduzem às mais luminosas aplicações da estereometria, e fará ver quanto os cálculos dos sólidos conduzem às medidas de toda a qualidade, aos orçamentos de tudo o que é contido em formas de corpos sólidos determinados, ou exatamente, ou por aproximação; assim como na trigonometria mostrará toda a extensão da geodésia, e dará notícia das medidas deduzidas da grandeza do grau terrestre, e da exação e perfeição, a que tem chegado nestes últimos tempos esta parte tão essencial da geometria, que daí mesmo tirou o seu nome; e não se esquecerá de dar exemplos tirados da célebre obra de Delambre.”

Vemos, portanto, que a cultura científica ministrada no primeiro ano se compunha de elementos retirados das seguintes áreas do saber: aritmética, álgebra, geometria, trigonometria (retilínea e esférica), estereometria e geodésia, sendo os autores escolhidos para estas matérias Lacroix, Legendre e Delambre.

O lente do segundo ano referiria as “aplicações de álgebra à geometria das linhas e das curvas”, daria o “cálculo diferencial e integral, ou das fluxões e fluentes” com as suas “brilhantes aplicações à física, astronomia e ao cálculo das probabilidades”. Para a elaboração do compêndio seguiria os princípios de álgebra, cálculo diferencial e integral de Lacroix, tendo o cuidado de adicionar “todos os métodos e novas descobertas”. Outras ciências compunham o *curriculum* do segundo ano: mecânica, hidrodinâmica, ótica, geometria descritiva (dada pela obra de Monge) e desenho.

No terceiro ano aprofundava-se a mecânica (tanto estática como dinâmica) e a hidrodinâmica (tanto hidroestática como hidráulica), e o lente deveria elaborar o compêndio “pelos últimos tratados, que maior celebridade merecem, servindo-lhe de base para os princípios rigorosos das duas ciências a obra de Francoeur”, completada com as de Prony, abade Bossut, Fabre e Gregory. E, finalmente, chegamos à transmissão de uma cultura científica mais diretamente ligada à prática militar: “Igualmente deverá tirar da obra de Bezout, de Robins, das Memórias de Eulero, tudo o que toca aos problemas dos projéteis, de que deverá dar todos os princípios teóricos, a fim de depois, no ano de artilharia, não tenham em tal matéria a ocupar-se, senão das aplicações práticas deduzidas dos princípios teóricos.”

No 4.º ano o lente deveria explicar a trigonometria esférica de Legendre “em toda a sua extensão” e os princípios de ótica,

catóptrica e dióptrica. “Dará noções de toda a qualidade de óculos de refração e de reflexão, e depois passará a explicar o sistema do mundo, para o que muito se servirá das obras de Lacaille e de Lalande, e da mecânica celeste de Laplace.” Conquanto “sublimes”, as teorias destes sábios seriam omitidas e a atenção do lente deveria recair nos “grandes resultados”, ou por outras palavras, a base teórica era sacrificada às conclusões científicas. Neste ano se aprofundava a geodésia, “explicando os métodos para as determinações das latitudes e longitudes no mar e na terra, fazendo todas as observações com a maior regularidade, e mostrando as aplicações convenientes às medidas geodésicas”. Seria ainda necessário dar “uma noção das cartas geográficas, e das topográficas, explicando também os princípios das cartas marítimas reduzidas, e do novo método com que foi construída a carta da França, dando também noções gerais sobre a geografia do globo, e suas divisões”. Para a elaboração do compêndio deveriam ser consultadas as obras de Laplace, Lalande, Lacaille, Lacroix e a geografia de Pinkerton. Num ano, já bastante sobrecarregado de matérias, haveria ainda aulas de física: “O lente de física formará o seu compêndio sobre os *Elementos de física* do abade Haüy, que nada deixam a desejar quanto aos nossos conhecimentos atuais; tendo também em vista o *Compêndio de física* de Brisson; e o que julgue dever aproveitar das obras de outros célebres físicos.” Terminava aqui o que os estatutos denominavam “curso matemático” e começava o ‘curso militar’.

Finalmente, no 5.º ano, o aluno era considerado suficientemente imbuído de princípios das diversas ciências exatas e de observação para poder estudar a “ciência militar”. Um lente seria encarregado de ensinar tática, estratégia, castrametação, fortificação de campanha e reconhecimento dos terrenos. São indicadas, para a elaboração de um compêndio, as obras de Guy de Vernon, de Cessac, e ainda as memórias contidas no *Manual topográfico* publicado pelo Arquivo Militar da França. Completar-se-ia o 5.º ano com a química, devendo o lente dar “todos os métodos dicimásticos para o conhecimento das minas, servindo-se das obras de Lavoisier, Vauquelin, Fourcroy, Lagrange, Chaptal, para formar o seu compêndio”.

O 6.º ano continha no seu currículo mais alguns ramos da ciência militar: fortificação regular e irregular, ataque e defesa das praças, princípios de arquitetura civil, traço e construções das estradas, pontes, canais e portos, orçamento das obras “e tudo o que mais pode interessar, seja sobre o corte das pedras, seja sobre a força de estabilidade dos arcos, seja sobre a força das

terras para derrubarem os edifícios, ou muralhas que lhe são contíguas”. A bibliografia aconselhada era composta das obras de Guy de Vernon, das *Memórias* do abade Bossut, de Müller etc. O ano seria completado com estudos de mineralogia e os nomes que aqui nos surgem são os de Werner, Napión, Haüy, Brochant.

No 7.º e último ano, ensinar-se-iam artilharia teórica e prática, minas e geometria subterrânea, sendo aconselhado o nome de Rose para o estudo das minas. Acompanhavam estes estudos militares aulas de história natural dos dois reinos, animal e vegetal, nas quais se explicaria o sistema de Lineu “com os últimos aditamentos de Jussieu e Lacepède”.

O complexo científico necessário à ciência militar apresentava duas facetas complementares: uma parte teórica e uma parte prática, igualmente acentuadas nos estatutos da Academia Militar. “Os lentes serão obrigados a sair ao campo com os seus discípulos, para os exercitar na prática das operações, que nas aulas lhes ensinam; e assim o lente de geometria lhes fará conhecer o uso dos instrumentos e a prática, medindo distâncias e alturas inacessíveis, nivelando terrenos e tirando planos; enquanto os de fortificação e artilharia lhes mostrarão todos os exercícios práticos das ciências que explicam.” Anualmente se deveriam executar “operações geodésicas em ponto grande, e com suma exação”, devendo-se construir “um polígono”, em que se praticassem as grandes operações do ataque e defesa das praças. Os estatutos estabeleciam ainda que se ensinasse “praticamente o método de levantar plantas militares sem instrumentos e de traçar nas mesmas quaisquer marchas e movimentos de exército, seja para atacar, seja para se defender”. Os exercícios práticos eram tidos como essenciais para a formação completa dos futuros oficiais na arte da guerra.

Fora do complexo sistema de estudos da Academia Militar, havia ainda aulas das artes consideradas mais necessárias, como, por exemplo, a aula de alveitaria, criada no 1.º Regimento de Cavalaria, dada por João Batista Moncouet, “artista veterinário” (dec. de 31 de janeiro de 1818).

Resta saber a que se applicava este complexo científico, isto é, quais as diversas armas e táticas exigidas pelo exército no início do século XIX.

Nos documentos militares encontramos a força armada constituída pela infantaria, cavalaria, artilharia de pé e artilharia montada. Definida por Morais Silva simplesmente como “soldadesca de pé”, a infantaria surge-nos, na *Memória* escrita em 1816 pelo tenente-general Vicente Antônio de Oliveira, unificada, sem a

distinção entre infantaria de linha e infantaria de caçadores, ou então entre infantaria pesada e infantaria ligeira. O autor da *Memória* justifica a sua unificação nos seguintes termos:

Não é invenção do presente século esta seleção de infantaria pesada e ligeira, pois que a temos na história antiga das nações aguerridas, que Roma nos tempos dos seus mais famosos feitos militares usava desta diferença de tropas. Esta diferença porém era sabiamente fundamentada na propriedade da parcial armura em geral das tropas, na necessária robustez do soldado, e finalmente na tática particular de cada uma destas diferentes armas com que o soldado era armado. Nos tempos de agora porém que a espingarda é a única usável arma (assim como também um mesmo todo o mais armamento) por toda a infantaria, que não há escolha no físico do soldado, e finalmente que a tática (à exceção de algumas posições do soldado que com toda a propriedade se lhes deve chamar bugiarias) é tão-somente uma mesma, parece-me que fica demonstrado com a luz da evidência que com idêntica propriedade se pode chamar a toda a nossa infantaria “infantaria pesada” ou “infantaria ligeira” ou “infantaria de linha”, ou “infantaria de caçadores”, visto que as palavras não são mais que uns sons que exprimem coisas, sem que façam alguma parte componente dessas coisas.

Quanto à *cavalaria*, o autor da *Memória* estabelece a mesma unidade, “visto que todos os cavalos são de igual porte, que tanto nas armas como em toda a mais armura, assim dos cavaleiros como dos cavalos, não há diferença alguma sensível, e finalmente a tática desta arma é perfeitissimamente uma mesma e única em toda a nossa cavalaria”. Portanto, da cavalaria se devia fazer o mesmo uso, sem haver uma distinção específica entre cavalaria pesada e ligeira.

A artilharia de pé exigia parques, nos batalhões, com bocas de fogo do seguinte tipo: peças do calibre 12, peças do calibre 6 ou 3, obuses de 6 polegadas, morteiros de 8 polegadas. “Advirta-se que nestes ditos calibres se pode dar ao batalhão toda a instrução precisa tanto para o serviço da grossa artilharia como da artilharia de campanha, manobras de força, e mesmo evoluções que se hajam de fazer à força de braço com a artilharia ligeira.”

Quanto à artilharia montada, as bocas de fogo que deviam compor o seu parque, eram apenas peças de calibre 6 ou 9 e obuses de 6 polegadas. E o autor da *Memória* defende o uso exclusivo de mulas na artilharia montada, excetuados os oficiais de patente, que se serviriam de cavalos: “Mostrando a experiência que as bestas muares têm toda a velocidade precisa para que a artilharia montada acompanhe de igual passo a cavalaria em todas aquelas manobras em que estas duas armas hajam de obrar conjuntamente, e acrescentando serem as bestas muares mais fortes

do que os cavalos, e finalmente menos mimosas do que estes, por todos estes motivos, na remonta dos ditos batalhões de artilharia se deve empregar tão-somente bestas muares.”

O tenente-general, nesta sua *Memória*, apresenta o conhecimento da arte militar como um exclusivo da raça branca no Brasil: “Não consistindo a ciência da guerra na simples disciplina regimental, julgo que se faz muito e muito preciso, em utilidade do Real Serviço, que em todos os batalhões de homens brancos hajam um lente e um substituto, para o ensino dos rudimentos em que se basefica a tática da respectiva arma. (...) Lembro que nestas escolas militares não deve ser admitido aluno algum das duas outras cores; porque eles não devem passar além de saberem bem obedecer e bem executar o que lhes for ordenado pelos homens brancos seus oficiais.”

Artes mecânicas

Para conhecermos as artes mecânicas existentes na sociedade carioca, convém recorrer a duas espécies de documentação. Uma, manuscrita, diz respeito aos requerimentos de privilégio ou recompensa enviados à Real Junta do Comércio pelos inventores de determinados engenhos; outra, impressa, é constituída pela publicidade, feita na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de máquinas “de nova invenção”. A contribuição da legislação impressa é muito escassa: “Henrique dos Santos pede privilégio exclusivo por 10 anos para fabricar cacau por meio de uma nova máquina, e isenção de direitos na saída para portos estrangeiros; e bem assim que lhe empreste dez mil cruzados para serem tomados ao Erário em pagamentos mensais, divididos por quatro anos, a fim de empregar em indústria mais útil.” (Brasil, 3 de fevereiro de 1810.)

Também não são muito numerosos os requerimentos de inventores. Um deles diz respeito às seguintes máquinas: engenho de cardar algodão “com vantagem grande”; engenho de preparar os algodões para fiar; engenho de abrir as dentaduras das rodas dos cilindros de fiar; engenho de apisoar panos de lã; engenho de fiar por duas formas; engenho de tecer muitas teias juntas; engenho de catar arames para cardar; engenho de picar couros para fazer cardas (Arquivo Nacional, Caixa 385). Todos estes engenhos se relacionavam, portanto, com a preparação do algodão e com a tecelagem.

Os termos dos requerimentos eram, por vezes, tão confusos e exagerados que não nos causa espanto o parecer habitual da Junta: “escusado”. Um exemplo é dado pelo seguinte texto:

“Senhor — Diz Antônio Ribeiro Bastos, mestre fabricante, examinado para todas as obras, que lhe são relativas, maquinista de máquinas grandiosas, fazendo a um tempo dez peças, até vinte, e que fez uma, em ponto pequeno, fazendo três, que apresentou a S. A. o senhor D. Pedro de Alcântara, a qual trabalhou diante dele, e se acha em meu poder pronta, para a apresentar quando for ocasião; e outros engenhos que sabe para algodão, sedas, lustro, tintureiro de algodão em peça e em meada, de todas as cores, fixes, assim como se faz na China, pentes finos e grossos para toda a qualidade de tecidos; e não podendo merecer, da Real Junta do Comércio, uma ajuda de custo, para manifestar, em grandes máquinas a sua inteligência, vem rogar a esta Real Junta, para que faça constar por Aviso, a todas as Capitánias desta América, para que sejam certificados do préstimo do suplicante todos os fabricantes e pessoas que quiserem estabelecer fábricas com engenhos, maiores e menores, para as peças, que se quiserem fazer, a um mesmo tempo, mais largas, ou estreitas, de maior ou menor número, conforme a grandeza que se pedir à máquina; para todos os que se quiserem servir do seu préstimo virem a esta capital e tomarem as instruções que precisarem, pois o suplicante se interessa muito em mostrar ao público os grandes interesses das habilidades que quer fazer ciente (...).” No mesmo ano em que este requerimento saía escusado pela Junta do Comércio, o ilustre “inventor” noticiava aos leitores da *Gazeta* que sabia “fazer uma máquina de tecer de dez até vinte peças, tudo ao mesmo tempo, e fazer engenhos de dar lustro em seda, algodão e lã em peça”, oferecendo os seus préstimos a todos que quisessem “pôr fábricas” (1813, n.º 7).

A Junta do Comércio exigia sempre do inventor que apresentasse o modelo ou desenho do invento, acompanhado da sua descrição, mas só encontrei um desses desenhos, apresentado por um francês, ao qual mais adiante me referirei pormenorizadamente.

Um outro invento, assinalado na documentação, era “uma nova fornalha para assentar os alambiques, de forma que com metade da lenha, no mesmo tempo, fazem dobradas destilações; e admitem fazer-se com bagaço das canas e outras quaisquer palhas, com um instrumento para graduar o fogo, que em um instante se aumenta ou abate, conforme requer a destilação” (Caixa 385).

Há ainda referência a uma “máquina hidráulica para fazer moer os engenhos de açúcar, com um boi, ou cavalo, e por consequência todas as outras máquinas semelhantes, maiores ou meno-

res". O intento do inventor era uma máquina de movimento contínuo, "se as experiências em ponto grande se conformarem com o ideado" (ib).

Por vezes, o inventor dirigia-se à Junta não para pedir uma provisão, mas para solicitar a alteração de alguma cláusula numa provisão já concedida: "Diz José Cadiz, espanhol de nação, estabelecido nos Estados Unidos d'América, ora residente nesta Cidade do Rio de Janeiro, que ele obteve mercê de privilégio exclusivo por tempo de catorze anos para nenhuma pessoa usar da máquina que inventou, e trabalha, com roda e cilindros, para fazer tijolo de qualidade superior, com muita maior facilidade do que se fazem nas olarias, podendo vendê-lo por isso por preço mais cômodo e útil ao público: e porque, na provisão que se passou ao suplicante, se acha a cláusula de que durante os catorze anos do privilégio exclusivo será livre a qualquer pessoa reclamar e mostrar que a máquina do suplicante não é de nova invenção para ficar cessando o privilégio exclusivo, o que põe o suplicante nas circunstâncias de ser inquietado por êmulos, seduzidos por aqueles que o suplicante precisar admitir no trabalho da mesma máquina que, tendo observado os segredos dela, comuniquem a quem se anime a fazer seus os conhecimentos que tanto têm custado ao suplicante com despesas e observações: e parece que depois de haver o suplicante entregue o modelo da mesma máquina no Arquivo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação deste Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, onde se acha recolhido e onde até agora não constou d'outro semelhante modelo, nem d'alguma fábrica que possa fazer tijolo superior, e com facilidade que trabalhe com roda e cilindros, se tenha dado ao manifesto, pública ou particularmente, vem a ser desnecessária aquela cláusula." (ib.) Este documento é extraordinariamente interessante, não porque nos forneça abundantes elementos tecnológicos, pois sabemos apenas que se trata de uma máquina de fazer tijolo, mas porque nos informa de uma maneira clara sobre a situação do inventor. Vemos que ele solicitou um privilégio, que lhe foi concedido por catorze anos; mas tal privilégio não o tranqüilizou, pois, se durante aquele período alguém alegasse não se tratar de um verdadeiro invento, o privilégio cessaria. O inventor temia que lhe roubassem o segredo e, para se sentir garantido, pedia a supressão da cláusula inquietante, com a alegação de que, não existindo no momento do depósito nenhum outro modelo de máquina semelhante no Arquivo, não havia razão para se supor que não se tratava de uma verdadeira invenção.

Um outro inventor solicitou à Junta a mercê do hábito da Ordem de Cristo como prêmio de “ter concluído por indústria, e com despesa própria, um filatório com vinte e quatro fusos, e um engenho de cardar” (ib.). Duas novas invenções obtiveram, em 1819, privilégio exclusivo por catorze anos: uma máquina de descascar arroz e umas prensas para enfardar o algodão.

O documento mais informativo diz respeito a um novo tipo de barco inventado por um francês, que se dirigiu ao rei nos seguintes termos:

J'ai l'honneur de supplier très humblement Votre Magesté de vouloir bien m'accorder un brevet d'invention portant privilège exclusif d'exploiter dans les Etats et sur les côtes de mer de Votre Magesté, pendant le maximum d'années qu'Elle est dans l'usage d'accorder en pareil cas, un nouveau procédé pour naviguer à la rame avec plus de force et de vélocité que par le moyen ordinaire, et quoique en employant moins de bras.

Ce procédé consiste en un ou deux volans placés verticalement sur les barques et de manière à correspondre au dehors, par un arbre, à deux roues à l'aube d'un diamètre moins grand et qui agissent sur l'eau, de chaque côté, en remplacement des rames. Le pivot de ces volans repose sur deux petites roues de friction, disposées parallèlement, et une troisième qui le couvre lui sert d'assujettissement, en sorte que la force motrice n'éprouve presque point de perte par le frottement. Sire, outre des considérations de localité, l'avantage qui résulte de ce nouveau système, dont je suis inventeur, est non seulement de multiplier la force et la vitesse, mais encore de gagner beaucoup de place sur celle qu'occuperaient les rameurs dans une barque d'une dimension majeure.

J'attends de la bonté de Votre Magesté et de Sa sollicitude pour tout ce qui peut être utile, qu'Elle daignera accueillir favorablement ma demande.

Je suis avec le plus profond respect,

De Votre Magesté,

Le très humble et très soumis serviteur

CHAMBELLAND

Rio de Janeiro, le 9 avril 1818.

Posteriormente, fornece ainda mais alguns dados sobre o seu invento, além de apresentar o desenho:

J'ai l'honneur d'adresser très humblement à Votre Magesté le plan qu'il m'a été ordonné de fournir, en conformité de la loi, pour joindre à la demande que j'ai formée d'un brevet d'invention.

Il est nécessaire que j'ajoute à ma première description quelques autres renseignements.

Les barques seront à fond plat ou à quille, selon la localité et leur destination. Il peut en être construit de toutes les grandeurs, mais la plus petite dimension sera celle du plan, c'est-à-dire de 6 pieds de largeur sur 36 de

longueur, pour la navigation des rivières. On pourra placer deux appareils dans les barques de premier rang, afin d'obtenir plus de puissance, et dans ce cas, ils seront posés au cinquième de la longueur de la barque, près de l'avant et de l'arrière.

Les roues seront mobiles, dans des coulisses, de manière à plonger plus ou moins dans l'eau, selon qu'il sera nécessaire d'augmenter de vitesse. Elles seront disposées obliquement pour couper l'eau avec plus de facilité et en sortir sans éprouver la résistance de son poids. Enfin, moins elles plongeront et plus le procédé doit acquérir de faveur.

Je suis avec le plus profond respect,

Sire,

De Votre Magesté,

Le très soumis serviteur,

CHAMBELLAND

Rio de Janeiro, le 19 juin 1818

O parecer da Junta foi o seguinte: "Parece ao Tribunal que, apesar de não ter confiança em que o suplicante desempenhará o novo aparelho de navegação, e que este corresponda perfeitamente ao desejado fim, depois de tantas experiências e tentativas feitas por sábias academias sobre o mesmo objeto; contudo, como ele se compromete a dá-lo à execução à sua custa, nenhum dano resulta de se lhe conceder a provisão de invento com o privilégio exclusivo por catorze anos, em conformidade do alvará de vinte e oito de abril de mil oitocentos e nove, de que só ele fabrica barcos da sua invenção, e fazê-los navegar nos rios e costas do mar deste reino do Brasil." A Junta do Comércio estabelecia, contudo, como condição: "dentro de um ano, contado da data da provisão, participará o fabrico e navegação dos tais barcos de sua invenção, caducando o privilégio uma vez que a não cumpra para assim ficar livre a propositura a qualquer outro que faça outra semelhante descoberta." (Caixa 385.) Este parecer foi dado a 18 de agosto de 1818.

Quanto à documentação impressa, são os anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* que nos põem em contacto mais direto com as artes mecânicas do início do século passado, pois, ao anunciar a compra e venda de engenhos e máquinas, o anunciante quase sempre descreve o objeto.

Por uma definição de Moraes Silva, sabemos que a *atafona* era um "engenho ou máquina de moer trigo posta em movimento à mão, ou por bestas", mas o anúncio ajuda a visualizar o objeto: "Quem quiser comprar uma grande atafona ainda nova, vinda de França, com os seus competentes arreios para 4 bestas ou

bois, dirija-se à Rua do Cano n.º 30, para a ver e tratar do preço. Esta atafona, muito bem lavrada de madeira (carvalho). ferro e bronze torneado, é indispensável a quem quiser estabelecer sem máquina de vapor um grande engenho de açúcar ou qualquer outro, em paragem, onde há falta de águas, e sua força pode ser comparada à duma roda de 30 palmos carregada de água." (N.º 21, de 1821.). Pela descrição, devia tratar-se de um engenho de grande versatilidade, pois Morais Silva, mais próximo da realidade portuguesa, o relaciona com trigo e o anunciante com o açúcar, "ou qualquer outro".

Um marceneiro maquinista francês, residente no Rio, vendia *moinhos de mão* de aço e ferro. "Estes moinhos ultimamente aperfeiçoados em França, com a vantagem de dar farinha muito boa (o que até então se não tinha conseguido por meio de moinhos pequenos) acrescentam o recurso de muitas obras de casa em lugar de muitas outras máquinas, que são por isto melhor supridas. Por causa da sua utilidade são geralmente empregados em França: podem moer todos os grãos bem como café, cacau para fazer chocolate, milho, etc., não há precisão de grande lugar para esta máquina." (N.º 10, de 1820.) Também aqui é a versatilidade da máquina que é acentuada pelo vendedor.

A França aparece-nos como um reservatório de inventos mecânicos: são anunciados *alambiques* fabricados neste país, graças aos quais os senhores de engenho melhorariam de tal modo a qualidade das suas aguardentes que estas poderiam rivalizar com as das ilhas francesas e inglesas. "As pessoas que fizerem uso desta nova maneira de destilar, podem contar que evitarão muita perda de tempo e de combustível", pois a experiência mostrara que o novo alambique destilava mais em um dia do que dois do modelo até então usado (n.º 71, 1816).

De tal modo era grande a fama das artes mecânicas francesas que os redatores dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, periódico português publicado em Paris, acharam útil colocar um aviso na *Gazeta do Rio de Janeiro* em que declaravam encarregar-se da compra e expedição de, entre outras coisas, máquinas, modelos, aparelhos destilatórios "e em geral todos os objetos relativos às ciências e às artes, pelos preços dos catálogos e das fábricas" (n.º 26, 1819).

AS BELAS LETRAS

Si le peuple a formé les langues, les grands hommes les perfectionnent par les bons livres; et la première de toutes langues est celle qui a le plus d'excellents ouvrages.

VOLTAIRE. *Lettre à Tavazzi*

Se o meu objetivo é esclarecer as relações entre uma dada sociedade e a sua cultura literária, poderia à primeira vista parecer que a orientação adequada seria a de adotar algum dos métodos expostos numa vasta bibliografia sobre literatura e sociedade ou, mais especificamente, sobre romance e sociedade. Ora, tal inspiração metodológica verificou-se infrutífera, por várias razões. Em primeiro lugar, tais estudos, mesmo aqueles que se rotulam de marxistas, debruçam-se fundamentalmente sobre os grandes nomes e, no objeto histórico por mim construído, as individualidades pouco importam. Interessam os gêneros. Mas, entre os gêneros, é o romance que ocupa quase exclusivamente os sociólogos da literatura e, nas coordenadas de espaço e tempo em que me movimento neste estudo, o romance aparece como um gênero mal definido (ambigüidade entre romance, novela, conto) e desprezado em relação a outras produções literárias: a poesia, a retórica sagrada, e a história.

Em vez de aplicar uma grade metodológica forçada, porque inadequada (e o erro de muitas tentativas de análise das relações entre literatura e sociedade provém precisamente de se pretender aplicar uma grade interpretativa elaborada para objetos diversos daquele que estudamos), deixo muito simplesmente falar os textos da época, ou seja, presto toda a atenção à classificação das

artes literárias, à teoria da linguagem literária, à própria ausência do termo literatura, ou então à extraordinária amplidão do seu significado,⁽¹⁾ aos valores literários reconhecidos, e foi a partir daquilo que os textos disseram que em seguida tentei estabelecer relações de vária ordem entre a sociedade carioca, no início do século XIX, e as obras literárias por ela produzidas e consumidas.

Não apliquei, portanto, um método específico; usei, quando muito, certas técnicas de análise e de leitura. Mas devo aqui explicitar alguns princípios norteadores da pesquisa.

O primeiro princípio pode enunciar-se do seguinte modo: toda a produção literária de uma sociedade assenta necessariamente na crença de uma diferença essencial entre linguagem vulgar e linguagem literária. Para que o discurso oral passe a texto escrito é preciso que a sociedade reconheça nele ou uma utilidade por transmitir um saber (produção científica, técnica, analisada no capítulo anterior), ou então um valor literário, e este é avaliado em função do maior ou menor desvio em relação à linguagem comum, quotidiana, vulgar, que não merece as honras da impressão. O primeiro passo portanto, decorrente deste princípio, será o de explicitar a concepção que uma dada sociedade tem do que seja língua literária. É evidente que aqui nos surge um dos problemas mais graves para o historiador da cultura: o da partilha entre os letrados e os não letrados, partilha essa que justifica a distinção entre língua vulgar e língua literária, mas que condena a denominada "literatura popular" à dimensão da oralidade. Aquele segmento da sociedade que domina a escrita é exatamente aquele que acredita numa diferença entre a língua vulgar e a língua literária, e nos impõe a sua visão como a única. A sociedade não letrada só fala, não escreve, e portanto para nós, historiadores, mantém-se silenciosa. Assim, quando há pouco afirmei que, na pesquisa das relações entre produção literária e sociedade, se impunha primeiramente explicitar a concepção que uma dada sociedade tem da língua literária, há que subentender que me referia apenas à parte letrada da sociedade e não a esta na sua totalidade. O historiador da cultura precisa de recorrer ao folclorista, se quiser ampliar a sua perspectiva e reconstituir as formas poéticas e narrativas que, no início do século XIX, ficaram retidas na dimensão oral.

(1) Quando a Academia Real das Ciências de Lisboa começou a publicar as *Memórias de literatura*, aludiu à divergência de opiniões entre os académicos quanto ao significado do termo: "Uns julgaram que o estudo da linguagem, que por mais pura era havida; outros que a bibliografia nacional; outros que a poesia; outros por fim vários outros objetos." Finalmente, a Academia resolveu entender por literatura portuguesa "a língua e a história portuguesa, considerada em todos os possíveis aspectos e relações".

O segundo princípio que convém explicitar tem o seguinte enunciado: para estudar as relações entre literatura e sociedade é preciso examinar não só o que essa sociedade produz, mas também o que ela consome e, completando, portanto, o que já escrevi anteriormente, mencionarei agora as obras consumidas nos vários gêneros literários.

Podemos responsabilizar a teoria dos estilos, isto é, a teoria da adequação do discurso ao seu objeto, pelo divórcio total entre língua literária e língua popular. Mesmo o então denominado estilo simples era ainda um estilo literário.

A língua popular, de que podemos ter um exemplo nas cartas familiares de Marrocos, caracteriza-se por um lado pelo uso da gíria, e por outro pelo recurso aos aforismos populares, o que torna mais difícil ao historiador a compreensão do texto popular do que do texto literário. Vejamos esta passagem: “Envio a V. M.^{ce} inclusa nesta uma carta do monsenhor Machado, o qual me assegurou de todos os seus bons ofícios a nosso respeito e, confiado em tais promessas, entro já em campanha, arrimando-lhe à ventas a sua papelada, e serei um piolho por costura.” (Carta 4.) Os provérbios abundam: “Antes que os meus burricos me adoeçam, necessito fazer-me alveitar”; “Quanto mais besta, mais peixe”; “Pelo dedo se conhece o gigante”; “Quando os grandes brigam, padecem os pequenos”; “Quanto mais amarras a nau tiver, mais segura está”; “Nem sempre o diabo há-de estar atrás da porta”, etc.

A língua popular permaneceu, contudo, confinada à oralidade ou à epistolografia familiar e, sempre que no início do século XIX se fala em conhecer bem a língua pátria, esta é a “língua dos clássicos”, ou seja, a daqueles autores que são tomados como modelo. Na teoria da tradução exposta num artigo de *O Patriota*, transparece claramente esta posição: “É necessário conhecer exatamente o gênio das duas línguas, possuir magistralmente a língua para que se traduz, para saber se corresponde uma expressão a outra, e quando isto não acontece, o que se deve substituir. Isto requer demais muito gosto, adquirido pela aturada lição dos clássicos, e este será sempre um escolho para quem aprende a língua pelo comércio familiar de pessoas pouco instruídas, ou ainda muito ignorantes.” (“Discurso sobre a tradução”, n.º 3, p. 77.)

RETÓRICA

“Por pouco que se examine o que é retórica, achar-se-á que é a arte de persuadir, e, por consequência, que é a única coisa que se acha e serve no comércio humano, e a mais necessária para ele.”

VERNEY, *Verdadeiro método de estudar*

Quando em 1759 o governo pombalino baixou instruções aos professores régios de retórica, serviu-se de termos idênticos aos de Verney: “É pois a retórica a arte mais necessária no comércio dos homens, e não só no púlpito, ou na advocacia, como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda a ocasião, em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade, e fazer não só que entendam o que se lhes diz, mas que se persuadam do que se lhes diz e o aprovevem.” Arte de utilidade verdadeiramente universal, a retórica ensinava a falar bem, a ordenar os pensamentos, fornecendo assim “todos os meios e artificios para persuadir os ânimos e atrair as vontades”.

No Rio de Janeiro do início do séc. XIX, esta arte ocupava ainda um lugar privilegiado, sobretudo no que se refere à retórica sagrada, imbricada na vida quotidiana. Não havia festividade pública, solenidade ou cerimônia fúnebre, que não fosse assinalada com uma oração do púlpito. Nem todas essas peças oratórias foram publicadas pela Imprensa Régia do Rio, mas, no cômputo total da produção literária carioca, é grande o peso das orações gratulatórias e dos panegíricos fúnebres. Mesmo quando esses exemplos de retórica sagrada permaneceram no campo da oralidade, temos notícias deles através dos textos dos contemporâneos. O P.^o Luís

Gonçalves dos Santos, ao descrever minuciosamente as solenidades religiosas desse período, refere-se a pregadores eméritos, Fr. Joaquim de S. José, cônego Duarte Mendes Sampaio, Januário da Cunha Barbosa e Antônio Pereira Pinto Maciel, pregadores régios, cônego Francisco da Mãe dos Homens, Fr. Francisco de S. Carlos e outros.

Dada esta prática retórica, adequava-se perfeitamente à realidade cultural da época a publicação, em 1818, do *Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte de retórica*, extraído da obra *O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério*, escrita pelo P.^o Inácio Felizardo Fortes, professor de língua latina.

Este pequeno tratado publicado no Rio distinguia três gêneros de discursos eclesiásticos: o didascálico, ou instrutivo, a que pertenciam os “sermões de mistérios”; o deliberativo, que incluía os “sermões de doutrina”; e finalmente o demonstrativo, formado pelos “panegíricos e orações fúnebres”. De todos era este último o mais freqüentemente impresso pela tipografia régia, talvez por ter um maior público consumidor.

Analisado o sistema retórico tal como é exposto nesta obra, poder-se-ia em seguida tentar mostrá-lo em funcionamento através de alguns sermões da época, mas um texto de Roland Barthes desaconselha um projeto tão temerário,⁽¹⁾ e portanto limito-me a descrever os elementos desta arte.

O autor deste manual retórico tem o cuidado de esclarecer que, embora a arte retórica, definida como “a arte que ensina a persuadir com a força dos argumentos”, seja indispensável ao orador sagrado, este não pode contar exclusivamente com ela: é necessário que possua ciência (filosofia, escritura sagrada, teologia dogmática e moral) e, sobretudo, que seja de uma vida exemplar.

Arte universal, uma vez que se aplica a qualquer objeto, tendo como finalidade a persuasão, a retórica sofre, contudo, algumas alterações ao aplicar-se a um campo particular, a retórica sagrada: torna-se necessária a referência “às vidas dos santos, aos fatos

(1) “Les dictionnaires de rhétorique nous permettent en effet de savoir facilement ce qu’est un *chleuisme*, une *épanalepse*, une *paralipse*, d’aller du nom, souvent très hermétique, à l’exemple; mais aucun livre ne nous permet de faire le trajet inverse, d’aller de la phrase (trouvée dans un texte) au nom de la figure; si je lis “tant de marbre tremblant sur tant d’ombre”, quel livre me dira que c’est un *hypallage*, si je ne le sais déjà? Un instrument inductif nous manque, utile si l’on veut analyser les textes classiques selon leur méta-langage même.” (*L’ancienne rhétorique*, p. 219).

da história eclesiástica e da escritura” e, na medida em que os sermões, panegíricos e orações fúnebres eram ditos, sem haver recurso a um texto escrito, exigia-se do orador uma qualidade natural, a memória, desenvolvida “essencialmente pelo exercício”.

A arte retórica era composta de 5 partes, as mesmas quer neste tratado de retórica sagrada publicado no Rio, quer em outros tratados da retórica clássica: invenção, disposição, elocução, memória e pronúnciação (ver QUADRO 1). A arte prescreve ao orador que procure “razões e argumentos, que sendo acomodados à matéria, sejam próprios para convencer”; que arranje “em boa e reta ordem as razões e argumentos”; que exprima esses argumentos “com ornato e elegância, que mova os afetos e convença”; que seja capaz de conservar “a lembrança da oração e de todas as suas partes”; que a recite “com voz e ações agradáveis e acomodadas ao discurso”.⁽²⁾

Destas cinco partes da retórica, as três primeiras (*inventio*, *dispositio*, *elocutio*) foram as que adquiriram maior peso numa retórica que se tornou principalmente uma arte da escritura e não da palavra oral. Mas, como no nosso caso não se verificou a perda da oralidade, as duas últimas partes (*actio* e *memoria*) conservam toda a sua importância. O autor do tratado que estamos analisando mostra-se mesmo extremamente crítico perante a gestualidade habitual nos oradores sagrados: “Quanto às ações, devem estas ser concertadas e conformes ao que se expressa, evitando-se toda a afetação e todo o excesso, em que muitos caem, debruçando-se sobre o púlpito, fazendo torsões de rosto, movimentos extraordinários de braços, dando passos desconcertados para um e outro lado do púlpito, batendo as palmas, etc., o que na verdade é inteiramente impróprio do orador sagrado.” (p. 22.)⁽³⁾

Mas, de todas as partes da retórica, não há dúvida de que a elocução foi a que mais chamou a atenção dos oradores sagrados e dos seus críticos, por incluir, entre outras divisões, o ornato e a congruência, ou seja, o problema dos estilos. E durante todo

(2) Roland Barthes, no seu estudo sobre a retórica clássica, acentua o carácter operatório destas partes: “Dans sa plus grande extension, la *techné rhetoriké* comprend cinq *opérations principales*; il faut insister sur la nature *active, transitive, programatique, opératoire* de ces divisions: il ne s’agit pas des éléments d’une structure, mais des actes d’une structuration progressive, comme le montre bien la forme verbale (par verbes) des définitions (trouver quoi dire, mettre en ordre ce qu’on a trouvé, ajouter l’ornement des mots, des figures, jouer le discours comme un acteur: gestes et diction, recourir à la mémoire).” (ob. cit., p. 197.)

(3) Von Leithold comenta na sua descrição do Rio: “Ouvi um sermão em português na Capela Real, que, naturalmente, não entendi, mas os que puderam apreciá-lo me informaram depois que o pregador só dissera tolices. Sua gesticulação exagerada e suas frequentes exortações já mo haviam feito suspeitar.” (Ob. cit., p. 66.)

o período de descrédito por que passou (desde o Romantismo até aos nossos dias em que se observa uma espécie de renascimento desta arte, mas desta vez como objeto de estudo) a retórica foi precisamente confundida com uma das suas partes constitutivas, o ornato, quando, no plano geral da arte, este era apenas a subdivisão de uma divisão.

Como vemos no QUADRO 1, fazem parte integrante da elocução a pureza de idioma, que consiste em “usar de palavras, e frases, e idiotismos próprios do idioma, em que se fala, evitando os barbarismos e solecismos”; a clareza, ou seja, o uso de “palavras claras, próprias e significantes” e a fuga da “demasiada brevidade, que degenera em obscuridade” e da “superfluidade de palavras”; o ornato, isto é, “o bom uso dos tropos e figuras”; e finalmente a congruência, definida como “a locução proporcionada à matéria, de que se trata”.

Quadro 1

RETÓRICA	Invenção	} <i>exposição</i>	} <i>argumentação</i>	} indução raciocinação dilema sorites enumeração subjeção	}		
						} <i>amplificação</i>	} descrição definição paralelo prosopopéia exageração
	Elocução	} pureza de idioma clareza ornato congruência	<i>estilos</i>	} simples mediocre sublime			
	Memória						
Pronúncia							

A própria designação de *ornato* pressupõe uma concepção bipartida da linguagem,⁽⁴⁾ sendo o postulado fundamental da retórica clássica a crença num *desvio* entre uma linguagem de base e uma linguagem ornada. Não se deve, contudo, confundir esta oposição linguagem neutra/linguagem ornada com aquela outra, atrás referida, entre linguagem literária/linguagem coloquial. A primeira diz respeito, por exemplo, à elaboração de uma linguagem científica que deveria, segundo a teoria defendida na época, ser totalmente despojada de ornamentos.

Este compêndio de retórica publicado no Rio classifica e descreve as várias formas de ornato (ver QUADRO 2), e esta classificação constitui um belo exemplo daquilo que Roland Barthes denomina, com muita propriedade, *fúria taxinômica*.⁽⁵⁾

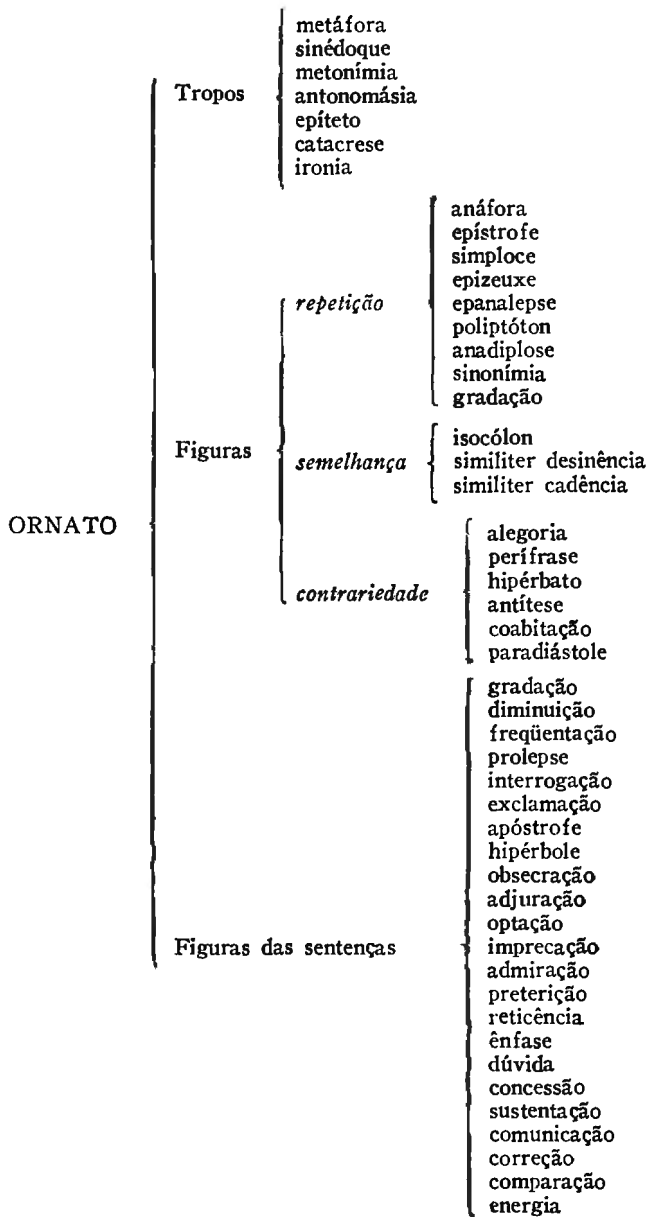
A diferença fundamental, apontada pelo autor do tratado, entre tropo e figura é que o primeiro diz respeito a palavras e a segunda a sentenças. Esta distinção era algo que a retórica do séc. XIX ainda conservava da sua leitura dos retóricos da Antiguidade,⁽⁶⁾ e nota-se que o tratadista encontra grande dificuldade em apresentar exemplos para todos os tropos e figuras que constam do seu quadro do ornato, e que se limita aos casos mais habituais: “Metáfora é a mudança de uma palavra do sentido natural, para exprimirmos alguma coisa com mais energia; v.g.: Pedro é um *leão*”. Ou então: “Catacrese é o uso de uma palavra em sentido translato, para significarmos uma coisa, que ainda não tem nome; v.g.: o *olho* da vide.” Entre as figuras, só exemplifica a antítese e a coabitação: “Antítese é uma contraposição de palavras, ou sentenças opostas umas às outras; v.g.: O justo, renunciando às pompas do século, *morre* para o mundo, mas *vive* para a eternidade”; “Coabitação é, quando na mesma coisa, ou pessoa, se juntam coisas contrárias; v.g.: Eu vivo, mas não sou eu já, o que vivo; porque é Jesus Cristo, que vive em mim.” (p. 15.)

(4) Roland Barthes descreve-a do seguinte modo: “1) il y a une base nue, un niveau propre, un état normal de la communication, à partir duquel on peut élaborer une expression plus compliquée, *ornée*, douée d’une *distance* plus ou moins grande par rapport au sol original (...); 2) la couche seconde (rhétorique) a une fonction d’animation: l’état propre du langage est inert, l’état second est vivant.” (Ob. cit., p. 218.)

(5) “Ce que nous appelons d’un terme générique les figures de rhétorique, mais qu’en toute rigueur historique, et pour éviter l’ambiguïté entre *tropes* et *figures*, il vaudrait mieux appeler les ornements, a été pendant des siècles et est aujourd’hui encore l’objet d’une véritable rage de classement.” (Id. ib.)

(6) Como explica Barthes, “dans le trope, la conversion de sens porte sur une unité, sur un mot (par exemple, la catachrèse: l’*aile* du moulin, le *bras* du fauteuil), dans la figure, la conversion demande plusieurs mots, tout un petit syntagme” (ob. cit., p. 219).

Quadro 2



Quanto à congruência, outra parte importante da elocução, o autor do tratado explica: “Para bem se observar a congruência deve-se considerar: 1.º) Qual é o caráter do orador, porque v.g. as palavras, que muitas vezes são próprias a um prelado, ou orador ancião, não o serão a um orador de uma ordem inferior ou moderno. 2.º) Qual seja o caráter do auditório, a quem se fala. 3.º) Qual é o fim a que o orador se propõe, que na oratória cristã sempre deve persuadir a prática das virtudes e combater os vícios; aliás seria trabalhar o orador por uma vã ostentação, sem conseguir o fim da retórica. 4.º) Qual é a matéria, de que se está tratando, para que se lhe possa acomodar o estilo conveniente.” (p. 20 e 21, nota.)

A retórica clássica, e com ela o autor do tratado, distinguia três espécies de estilo: o estilo simples, o estilo sublime e o estilo medíocre, sendo o primeiro “o modo de falar natural e familiar, em que se observa mais a clareza, do que o ornato”; o segundo, aquele que “pela elevação dos pensamentos, força de expressões, vivacidade de movimentos e valentia das imagens arrebatava os espíritos acima dos sentidos”, e o terceiro, que tira as suas características da posição intermediária entre o estilo simples e o estilo sublime, aquele que “pela nobreza dos pensamentos e pela naturalidade e doçura, é próprio para tocar e persuadir.” (p. 21.)

Arte útil a todos os homens, técnica ensinada a todos os que participavam da instrução fornecida pelo Estado do antigo regime, a retórica tinha, contudo, os seus profissionais: os retores do púlpito e os homens de leis. E, quando a política deixou de ser uma arte praticada por poucos, para ser um conhecimento exigido àqueles que tinham direito ao nome de cidadão, não admira que as técnicas retóricas penetrassem profundamente os discursos dos representantes da nação, oriundos na sua maior parte da classe jurídica ou eclesiástica. O discurso político é assim, no início da monarquia constitucional, marcado pelos mesmos recursos retóricos que o discurso religioso ou jurídico.

Pode-se provar esta asserção com alguns exemplos retirados do *corpus* constituído pelos textos políticos publicados pela Imprensa Régia do Rio, depois do movimento constitucionalista de fevereiro de 1821. “Livros imorais, ímpios e impolíticos produziram a gangrena dos Estados, ainda os mais bem constituídos, corrompendo governos e governados, sem que valessem à causa da humanidade os áureos escritos dos apologistas da verdadeira piedade e ordem civil, com que se saiu ao encontro da libertinagem e anarquia.” (*O conciliador do Reino Unido.*) Além da insistência deliberada no prefixo in-, há que notar aqui a metáfora biológica:

uma vez que o Estado é definido como um *corpo* político, ele pode ser bem ou mal *constituído*, e está sujeito a males como a *gangrena* e a *corrupção*. Podemos, aliás, afirmar que o discurso político é percorrido principalmente pelas metáforas biológicas, e a que em seguida transcrevo é ainda mais clara: “Depois de rebeldias e hostilidades, a anistia dos soberanos não derrama seu bálsamo saudável para sarar as mais cancerosas úlceras do corpo civil?” (Ib.).

O orador político, tal como o orador sagrado, precisa de ser expressivo, não pode empregar uma linguagem neutra, científica. É a linguagem figurada a que mais lhe convém para impressionar o auditório, como neste caso: “é preciso evitar aqueles abutres racionais que só desejam a desordem para cevarem a sua voracidade.” (*Os anticonstitucionais.*)

Outras características retóricas se notam ainda no discurso político, tal como no sermão do púlpito. Por exemplo, um recurso constante à *interrogação*: “Que vejo? Onde me chama a nação? Qual a função para que sou chamado?”. A *exclamação*: “Ah! Dia memorável, dia que corresponde ao em que se celebravam os nossos antigos comícios.” A *descrição*, que a retórica clássica apresentava como uma figura de amplificação, é também empregada: “Foi um ato triunfal, foi um êxtase da nação nas demonstrações e regozijos da pátria até que, chegados à paróquia, a orquestra principiou e o templo na maior profusão de luzes, ornato e fiéis era a imagem do Empireo.” Outras “figuras de sentenças” eram ainda utilizadas como ornamento do discurso político: a *apóstrofe* (“Ano de 1698, tu pelo esquecimento te unes ao de 1821”); a *comparação* (“Assim como os interesses dos tráficos unem os homens, assim os da República a todas as classes”).

A *personificação*, figura que Fontanier no *Manuel classique pour l'étude des tropes ou éléments de la science du sens des mots* (1821) distingue da alegoria, é das mais usadas: “Já a Natureza vê desafogar-se-lhe o rosto coberto de espesso véu: a Constituição lho levanta; elas se osculam, se abraçam, e lágrimas de alegria se confundem, e misturam em seus seios.”

O discurso político recorria, portanto, aos variados artifícios da retórica clássica, e fazia-o de forma consciente, a fim de facilitar a comunicação, e também de forma *natural*, pois no sistema cultural de então não se concebia uma linguagem política sem o uso constante da linguagem figurada. A expressividade era o objetivo a alcançar, e só o domínio da arte retórica garantia um discurso político expressivo.

POESIA

“Só esta arte divina é que tem o poder de animar toda a natureza, de abalar o coração, de mover as paixões e de ferir a imaginação: ela usa sem limite de todos os meios de agradar e de instruir.”

Carta sobre a utilidade da poesia

É certo que a retórica se nos apresenta no início do séc. XIX como uma arte universal, necessária a todos aqueles que têm como objetivo dos seus discursos a persuasão, mas não há dúvida de que a poesia era então considerada o gênero nobre, aquele que tinha mais cultores, embora não possamos afirmar que fosse aquele que atraía mais consumidores.

Um primeiro ponto chama, contudo, a nossa atenção no que se refere a este gênero literário: a poesia obtinha sempre o mesmo grau de apreço, quer se tratasse de uma obra original, quer fosse uma tradução. Isto se explica porque a tradução poética era considerada uma forma de atividade criadora e não uma atividade literária secundária. Num “Discurso sobre a tradução”, publicado pelo jornal *O Patriota*, lemos: “a tradução de um poeta não se deve fazer como tradutor, mas como poeta, cingindo-se quanto possível ao texto, mas sem perder de vista o ritmo, que faz uma parte essencial do seu original.” (p. 76) Donde se segue que só um poeta pode atrever-se a traduzir outro poeta. Antônio José de Lima Leitão, tradutor das cantatas de Jean-Baptiste Rousseau, escreve no prefácio da edição publicada pela Impressão Régia do Rio: “Fiz o meu possível para copiar as suas belezas, isto é, para as reproduzir, pois que traduzir versos não é traduzir prosa, mas

sim criar.” A fidelidade da tradução poética devia cingir-se, na opinião deste literato, “às sentenças, e aos tropos e figuras”, havendo, portanto, toda a liberdade quanto às palavras. Alude-se aqui à questão mais importante da teoria da tradução poética: qual a fidelidade exigida, qual a liberdade permitida. Ao publicar em *O Patriota* a tradução, atribuída ao conde da Barca, da ode de Dryden composta para o dia de Santa Cecília, o redator escrevia em nota: “(...) O sábio, que dedicou a este grande trabalho os momentos, que lhe restavam de empregos tão ilustres, como importantes, não só fez corresponder verso a verso, mas até empregou a mesma versificação e a mesma rima: dificuldades, que parecem quase insuperáveis, quando se ajunta uma escrupulosa fidelidade.” Por esse motivo, a tradução da ode de Dryden devia ser considerada “um modelo do modo de traduzir os poetas”. É interessante ainda constatar que o tradutor se permitia mesmo corrigir as imperfeições do original, como vemos pela sua nota à última estrofe da ode: “Os últimos versos desta estrofe contêm defeitos tais que se poderia cuidar não haverem saído da concepção sublime, que produziu esta ode. Johnson, crítico minucioso, e às vezes mais que severo, pressentiu alguns destes defeitos, ainda que não dá a verdadeira razão deles; outros lhe escaparam, como a redundância, que se acha nos dois seguintes versos, tanto mais indesculpável, que um deles é meramente impletivo: *Enlarge'd the former narrow bounds,/And added length to solemn sounds*. Daqui verá o leitor por que a tradução desta estrofe não é tão escrupulosamente fiel, como a das precedentes.”

E as traduções de poesias abundavam então no Rio de Janeiro. *O Patriota* publicou, nos anos de 1813 e 1814, uma tradução de Metastasio por Alexandre de Gusmão (“A liberdade a Nize”); uma epístola (“Eufrazia a Melcour”) traduzida por Bocage, mas sem indicação do autor; uma “Palinódia a Nize” traduzida de Metastasio por Elmano Baiense; “A melancolia”, tradução de uma passagem do poema “Imaginação”, de Delille, “em igual número de versos que o original”, por um tradutor anônimo; uma tradução, também anônima, de uma passagem do Livro II das *Geórgicas* de Virgílio; “As desgraças da desconfiança”, também do poema “Imaginação”, de Delille, “traduzido verso a verso”, além da já referida ode de Dryden.

Nos anúncios dos livreiros cariocas assumem lugar de relevo as traduções de Bocage: *O consórcio das flores*, epístola de Lacroix a seu irmão, 480 rs; *Os jardins*, poema de Delille,

1\$200 rs;⁽¹⁾ *As plantas*, poema de Ricardo Castel, 2\$240 rs. Vendiam-se as *Fábulas escolhidas* de La Fontaine, traduzidas pelo padre Francisco Manuel e impressas em Londres em 1813, e a loja da *Gazeta* anunciava, do mesmo tradutor, *Os mártires, ou o triunfo da religião cristã*, poema de Chateaubriand, tradução impressa em Paris em 1816.

Os textos teóricos clássicos também eram anunciados, mas só em tradução: *A arte poética*, de Boileau, traduzida pelo conde de Ericeira; *A poética* de Horácio e o *Ensaio sobre a crítica*, de Pope, traduzidos pela condessa de Oyenhausen.

Os poetas estrangeiros eram consumidos pelo grande público em tradução portuguesa, e só na biblioteca do conde da Barca é que transparece o gosto pela leitura dos originais, muito embora também constem do catálogo algumas das traduções mais célebres na época: *Henriada*, poema épico de Voltaire, por Tomás de Aquino Belo e Freitas (Rio de Janeiro, 1812), *Os jardins*, de Delille, por Bocage (Lisboa, 1800), *Ensaio morais*, de Pope, pelo conde de Aguiar (Rio de Janeiro, 1811).

É certo que o aristocrata lia no original Clément Marot, Alexander Pope, Milton, Thomas Ward, Thomas Gray, John Gay, Matthew Prior, John Ogilvie, Edmund Spenser, Petrarca, Pietro Bembo, Ludovico Ariosto, Aretino, Torquato Tasso, Alessandro Tassoni, Angelo Poliziano, Klopstock, mas era nacional a maior parte da poesia consumida na época.

Anunciavam-se as *Obras poéticas* de Francisco Dias Gomes (Lisboa, 1799), de Manuel Joaquim Ribeiro (Lisboa, 1805), as *Obras poéticas, jocosas e sérias*, de Antônio Joaquim de Carvalho (Lisboa, 1806-7), as *Poesias* de Pedro de Andrade Caminha (Lisboa, 1791), de Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão (Lisboa, 1802), de Antônio Ribeiro dos Santos, ou seja, Elpino Duriense (Lisboa, 1812-17), de Fr. José do Coração de Jesus, ou seja, Almeno (Lisboa, 1805-15), os *Versos* de Bernardo Antônio de Sousa, conhecido como Belmiro (Lisboa, 1814), as *Composições poéticas*, de Belchior Manuel Curvo Semedo (Lisboa, 1803), as *Rimas* de Francisco Álvares da Nóbrega (Lisboa, 1801-02), as *Odes pindáricas, póstumas de Elpino Nonacriense*,

(1) A voga do poema de Delille era tal que levou Bocage a escrever o seguinte prólogo na sua tradução: "A gloriosa reputação do abade Delille, como literato e como poeta, a estima geral, dada ao seu Poema dos Jardins, onde se encontram todo o atavio, toda a graça e toda a filosofia, de que é capaz o assunto, me incitou a versificá-lo em vulgar, apurando nisso o cabedal que possuo em Poesia..." E esclarece: "apresento esta versão, a mais concisa, a mais fiel, que pude ordená-la, e em que só usei o circunlóquio nos lugares, cuja tradução literária se não compadecia, a meu ver, com a elegância, que deve reinar em todas as composições poéticas."

ou seja, Antônio Diniz da Cruz e Silva (Coimbra, 1801), *O Uraguai*, poema de José Basílio da Gama (Lisboa, 1769), *Afonso Africano*, poema heróico da presa de Arzila e Tânger, de Vasco Mousinho de Quevedo Castelo Branco (Lisboa, 1786), *Lisboa destruída*, poema do P.^e Teodoro de Almeida (Lisboa, 1803), *Braganceida*, poema em 12 cantos de Francisco Roque de Carvalho Moreira (Lisboa, 1815-16), a *Elegia à saudosa memória de S. M. F. a senhora D. Maria I*, de Miguel Antônio de Barros (Lisboa, 1816), o *Epicédio* sobre o mesmo tema, de Antônio Feliciano de Castilho (Lisboa, 1816), os *Improvisos* de Bocage (Lisboa, 1805; Rio, 1810), os poemas de José Agostinho de Macedo, *Newton*, *O Oriente*, *A meditação*. Vendiam-se também algumas antologias poéticas, por exemplo, *Coleção de poesias inéditas dos melhores autores portugueses* (Lisboa, 1809-11).

Desta lista podemos tirar as seguintes conclusões: as produções poéticas oferecidas ao público eram de publicação recente e Lisboa era o grande centro fornecedor. Textos poéticos do séc. XVI e XVII encontravam-se apenas na biblioteca do conde da Barca, se excetuarmos Camões nas suas edições oitocentistas. O aristocrata possuía os *Poemas lusitanos*, de Antônio Ferreira (Lisboa, 1598), *Dos novíssimos* de D. Francisco Rolim de Moura (Lisboa, 1623), a *Ulisséia, ou Lisboa edificada*, poema heróico de Gabriel Pereira de Castro (Lisboa, 1634), além de uma *Arte poética* de Filipe Nunes (Lisboa, 1615).

Uma grande parte da secção Literatura do jornal literário *O Patriota* era ocupada com a publicação de composições poéticas. São as odes horacianas ou pindáricas as que nos aparecem com maior frequência, pois elas se adaptavam à função essencial da poesia neste período: celebrar aniversários régios, atos públicos, inauguração de monumentos, fatos políticos, etc.⁽²⁾ A rede de eventos aos quais se alude na ode é por vezes tão complexa e as alusões tão rebuscadas que, por exemplo, a "Ode aos beneméritos da Pátria" precisou de 24 notas do poeta para esclarecer o sentido dos versos!

O jornal publicava ainda algumas odes anacreônticas, elegias, epicédios, endechas, ditirambos, sonetos, epístolas, epigramas, sátiras, canções, liras, palinódias, églogas, e ainda cançonetas e rondós, termos estes que, ao contrário dos demais, não surgem no *Dicionário* de 1813 de Morais Silva.

(2) Na *Princeton Encyclopædia of Poetry and Poetics* encontramos a seguinte explicação para o termo *odes*: "the most formal, ceremonious, and complexly organized form of lyric poetry, usually of considerable length. It is frequently the vehicle for public utterance on state occasions, as, for example, a ruler's birthday, accession, funeral, the unveiling or dedication of some imposing memorial or public work."

Depois do movimento constitucionalista de 26 de fevereiro de 1821, saíram dos prelos da Imprensa Régia do Rio algumas composições poéticas alusivas aos acontecimentos. As *Poesias em aplauso dos heróicos feitos do memorável dia 26 de fevereiro de 1821* incluem sonetos a D. João VI, a D. Pedro, à nação portuguesa, ao dia do movimento, como este que transcrevo:

*Sucumbiu a manhosa hipocrisia;
A Soberba empolada suplantou-se,
A renda do Estado acautelou-se
Dos assaltos cruéis de infame Arpia*

*Dos braços da indolência, e d'Apatia
A Nação, que dormia levantou-se;
O Monarca em seu Trono mais firmou-se,
Anuindo ao que o povo pretendia.*

*Salve, Dia feliz, Dia sagrado.
Em que Feitos tão grandes sucederam,
Protegidos do Príncipe Amador*

*Os dous mundos em ti as mãos se deram,
Com amor fraternal sempre esperado,
e em prazeres o jugo converteram.*

Reeditaram-se no Rio, também nessa altura, uma *Endechas patrióticas e constitucionais* escritas por uma senhora de Lisboa, que terminam com os seguintes versos:

*Sejamos constantes
Na opinião
De estabelecermos
A Constituição.*

Temos, portanto, no Rio de Janeiro do início do séc. XIX, uma cultura poética essencialmente nacional, arcádica, sem quaisquer laivos de romantismo e, apesar de a poesia ser o género literário mais nobre, a quantidade de textos poéticos em circulação era, contudo, menor do que a dos livros científicos ou da prosa romanesca.

PEÇAS DRAMÁTICAS

“Do estabelecimento dos teatros públicos bem regulados, resulta a todas as nações grande esplendor e utilidade; pois que são a escola, onde os povos aprendem as máximas sãs da Política, da Moral, do amor à pátria, do valor, do zelo e da fidelidade, com que devem servir aos soberanos.”

PIZARRO e ARAÚJO,
Memórias históricas do Rio de Janeiro

A produção teatral do início do séc. XIX repartia-se segundo uma classificação em gêneros, sendo os principais a tragédia, a comédia, o entremez. Segundo as definições de Morais Silva, a tragédia é um “poema dramático, em que se representa ação grande e séria entre pessoas ilustres, que tem de ordinário algum fim funesto, e excita o terror ou compaixão”; a comédia, uma “fábula dramática, em que se representa alguma ação da vida a pessoas ordinárias, para se corrigir o vício por meio do ridículo”; e o entremez é um “drama pequeno, que se representa entre os atos da comédia ou tragédia; e talvez depois da comédia, ou tragédia”. É raro aparecer a classe *drama*,⁽¹⁾ usando-se ainda a classificação *drama com música*, que era, contudo, freqüente, sendo aplicada a *O grande califa de Bagdad* e a *A união venturosa*, da autoria de Antônio Bressane Leite. O drama era definido como uma “composição poética, em que falam algumas pessoas e se

(1) Eram inseridas nesta classe as peças *A virtude laureada e Eufêma, ou o triunfo da religião*, de Bocage, e *Palafox em Saragoça, ou a batalha de 10 de agosto do ano de 1808*, de Antônio Xavier Ferreira de Azevedo.

representa alguma ação trágica, cômica ou pastoril". Quanto à ópera, a definição é a seguinte: "drama trágico ou cômico, que os italianos recitam em voz cantante, e assim o usam os franceses: com árias em vez de coros, e outras irregularidades, ou diferenças da tragédia e comédia regular." Havia ainda a "sere-nata com música", como a que compôs Marcos Portugal para ser apresentada no Paço: *Augurio di felicità, o sia il trionfo d'amore.*(²)

Não basta, contudo, conhecer a classificação por gêneros das "peças dramáticas" para se ter uma noção adequada do que era uma sessão teatral, no início do século XIX, no Rio de Janeiro. O espetáculo comportava uma variedade de partes que o tornava bem mais complexo do que atualmente. Logo na inauguração do Real Teatro de S. João, em 1813, se nota essa diversidade: "Começou o espetáculo por um Drama lírico, que tem por título o *Juramento dos numes*, composto por D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho e alusivo à comédia, que se devia seguir. Este drama era adornado com muitas peças de música da composição de Bernardo José de Souza e Queiroz, mestre e compositor do mesmo teatro, e com danças engraçadas nos seus intervalos. Seguiu-se a aparatosa peça intitulada *Combate de Vimeiro.*" (*Gazeta do Rio de Janeiro*, de 16 de outubro de 1813.) Através de vários anúncios é possível apontar as constantes que se observavam nos espetáculos teatrais de então: "Sábado, 7 do corrente, no Real Teatro de S. João, a benefício de Vítor Porfírio de Borja, se há de representar a comédia ainda não vista nesta Corte, *Os três gêmeos*, ornada de cenário novo: seguir-se-á um elogio de gratidão; depois uma dança; terminando o divertimento um gracioso entremez." (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 79, 1815.) A comédia consta do Repertório geral do teatro português no século XIX, feito por Teófilo Braga, com o título completo de *Os três gêneros, ou o criado raro* e, sendo atribuída a sua autoria ao padre José Manuel de Abreu e Lima. Quanto ao *Elogio* era uma forma de agradar ao governante e, portanto, era habitual sempre que este assistia ao espetáculo.

Outro anúncio refere primeiramente o recitativo de "um elogio alegórico, acompanhado de música", depois "a ópera séria

(2) "La poesia é pure del suddetto Maestro, il quale confessa, e dichiara, che s'è egli generalmente sempre servitto, in moltissime situazioni, dei versi dell'immortale Metastacio, e tutte quelle volte, che gli hà potuto riuscire il trovarli adattabili a l'oggetto e circostanze."

intitulada *Caçada de Henrique IV*, música excelente da composição do célebre Puccini” e, no fim do primeiro ato desta, “um baile sério pantomimo intitulado *Ulisses e Penélope*, da composição de Augusto Toussaint, primeiro dançarino” (n.º 7, 1819). Em 1821, depois do recitativo de versos, representou-se o drama *Cenerentola*, com música de Rossini, havendo no intervalo um “elegante baile”.

Outros espetáculos, referidos pelo P.º Luís Gonçalves dos Santos, confirmam a estrutura já apontada. Por ocasião do casamento de D. Pedro o espetáculo compôs-se de “um elogio alegórico, em que entraram Mercúrio, Amaltea, Portugal e o Brasil”, a que se seguiu “o drama por música, intitulado *Coriolano*”. E no intervalo entre o primeiro e o segundo ato, “executou-se um baile, o *Triunfo do Brasil*, no fim do qual se patenteou um bellissimo quadro, composto por Mr. Debret, alusivo aos dois memoráveis sucessos, que há seis meses têm excitado os mais vivos afetos de alegria nesta Corte; a saber, os desposórios de Suas Altezas Reais, e a exaltação ao trono d’el-rei nosso senhor, como também o seu natalício neste alegre dia” (*Memórias*, t. II, p. 671). Por ocasião do aniversário de D. Pedro, houve “a representação de um elogio dramático alusivo ao grande objeto do dia, e neste drama entraram as quatro estações e o gênio português”. No fim do elogio, “viram-se em transparentes os retratos de Suas Majestades, e dos sereníssimos Príncipe e Princesa Real”. Começou depois “o drama intitulado *Camila*, excelente música da composição do famoso Paer”. No fim do segundo ato “se desempenhou uma bela dança” e o espetáculo concluiu-se com o terceiro ato (ob. cit., t. II, p. 689).

Quanto à encenação, poucas informações conseguiu obter. Em 1815 anunciava-se a representação, no Real Teatro, da “nova comédia mágica, intitulada o *Mágico de Valença*, peça muito galante, além das tramóias com que o autor Luís Xavier Pereira, maquinista atual do mesmo teatro, pretende mostrar a tão erudito público o seu préstimo como maquinista, e igualmente na pintura Jacomo de Argêncio, arquiteto pintor do mesmo teatro”. No drama com música *A união venturosa*, “as cenas, máquinas, decoração e modelos dos vestuários” eram da “invenção” de Manuel da Costa, pintor e arquiteto do Real Teatro, e o vestuário fora executado por João Correia, alfaiate do mesmo teatro. O texto impresso deste drama fornece-nos, contudo, algumas indica-

ções da encenação. Na cena primeira: "Vista de montanhãs, pelas quais vêm descendo os Americanos em admirações dos prodígios que observam; e ao som do retornelo (3) dão volta ao teatro, que representa uma vasta campina." Num certo momento desta cena, "descem os dois gênios em um grupo de nuvens". Na cena segunda, "sai a América em um carro majestoso, puxado por Americanos" e, na última cena, a encenação é a seguinte: "Templo da Memória ornado de estátuas de heróis, e no fundo um erguido trono sustentado pelas Virtudes, no qual se verá o retrato do Príncipe, que sustentam a Fé e o Amor: dous gênios em um grupo mais elevado seguram um laurel, que coroa o retrato; todo o trono e os ditos ornatos hão de ser transparentes e iluminados: esta mutação se fará ao som de uma estrepitosa sinfonia, que acompanhará o coro". No final, "marcham o Tempo, os Gênios e a América de mãos dadas, seguidos do povo em duas alas, fudo ao som da sinfonia, e depois de se prostarem junto ao trono, canta a América com os dous Gênios".

· Talvez por ter sido representada no Paço, a serenata com música *Augurio di felicità* teve uma encenação mais simples: "La decoración rappresenta una amenissima campagna alle sponde del mare, sulle vicinanze del Rio di Giâneiro. Detta campagna in parte montuosa. Sol nascente sull'orizzonte".

Debret foi encarregado pelo diretor do teatro de encenar o *Elogio* a ser representado a 13 de maio de 1818, em comemoração da aclamação de D. João VI e do casamento de D. Pedro. Graças à estampa publicada pelo artista e à sua descrição minuciosa, ficamos com uma idéia mais precisa do que fossem as encenações teatrais de então. Ao centro, aparecia D. João VI com o traje real, em pé e sobre um escudo suportado pelas figuras características das três nações do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Logo abaixo, as figuras ajoelhadas do Hímen e do Amor segurando os retratos dos noivos e as suas iniciais por cima do altar ardente do Himeneu. Netuno e Vênus, Cupido e gênios vários completavam o quadro.

· Na "serenata com música" intitulada *Augurio di felicità*, o elenco era todo masculino ("tutti virtuosi della Real Capela"), muito embora houvesse alegorias femininas:

(3) *Termo musical*: "É a parte da ária, que se repete." (MORAIS SILVA, ob. cit.).

Giove — João dos Reis
Amore — Antonio Ciconi
La Fama — Giovanni Francesco Fasciotti
La Virtù — Pasquale Tani
Il Genio Lusitano — Antonio Pedro⁽⁴⁾
La Gloria — Giuseppe Capranica⁽⁵⁾
Il Tempo — João Mazziotti
Imene — Marcello Tani

Em *Axur, rei de Ormuz*, ópera sério-cômica, uma mulher fazia o papel masculino principal:

Atar, general dos exércitos de Axur, e occulto esposo de Aspásia — a senhora Carlota d'Aunay
Aspásia, irmã de Altamor — a senhora Mariana Scaramelli
Axur, rei de Ormuz, amante desprezado de Aspásia — o senhor João dos Reis Pereira
Altamor, valido do rei, inimigo de Atar — o senhor Luís Ignácio
Arteneo, supremo sacerdote — o senhor João Estremeira
Fiammeta, escrava de Axur — a senhora Maria Cândida
Biscroma, escravo favorito de Axur — o senhor Miguel Vacani
Urson, capitão das guardas — o senhor Gerardo Ignácio

No drama com música *A união venturosa*, duas mulheres representavam figuras alegóricas masculinas:

América — Joaquina Lapinha
Genio Lusitano — Maria Cândida
Genio Americano — Francisca de Assis
Tempo — Antônio Ferreira da Silva
1.º *caço do coro* — Luís Ignácio, músico da capela de S.A.R.
2.º *caço do coro* — Gerardo Ignácio, músico da capela de S.A.R.

O prussiano von Leithold, durante a sua estada no Rio de Janeiro em 1819, assistiu principalmente a espetáculos de ópera, dado que não entendia o português: “As óperas italianas representam-nas de maneira toda especial. Assim, por exemplo, durante minha estada, foi levada muitas vezes a ópera *Tancredo*, mas eu mal a reconheci de tão mutilada e estropiada por uma péssima

(4) Deve ser Antônio José Pedro, ator português que veio ao Rio de Janeiro com a companhia de Mariana Torres, para trabalhar no Real Teatro de S. João. Segundo Balbi, era excelente trágico. (J. GALANTE de SOUSA, *O teatro no Brasil*.)

(5) Marrocos refere-se-lhe numa carta de 1818, dizendo que ele morrera de repente e que outro castrado como ele, Ciconi, ficara seu testamenteiro. (Carta 132.)

orquestra. Demoiselle Faschiotti, irmã de um dos *castrati* da Capela Real, e Madame Sabini cantam passavelmente, sobremodo ajudadas pelos seus dotes físicos.” (Ob. cit., p. 14). E mais uma vez uma mulher fazia o papel de homem: Madame Sabini, “pequena, atraente, muito viva, de olhos ardentes”, desempenhava o papel de Tancredo.

Referi-me até agora às peças dramáticas representadas no Real Teatro de S. João, mas cumpre acrescentar que o público carioca não só tinha a possibilidade de assistir a quatro ou cinco representações por semana, como tinha à venda nos livreiros abundantes textos dramáticos. A análise desta documentação levanta, contudo, um problema de identificação das peças, devido ao laconismo habitual dos anúncios. Por exemplo, lemos simplesmente *Ifigênia* e esta peça tanto pode ser a *Ifigênia em Tauris*, de Eurípides, como a de H. de Latouche, na tradução de Cruz e Silva; ou ainda a *Ifigênia em Aulis*, de Racine, na tradução de Filinto Elísio. Também a *Mélope* pode ser a obra do italiano Maffei, traduzida em 1751 por Francisco José Freire, ou a tragédia de Voltaire traduzida em 1786.

Por esta razão serão apenas citadas aquelas peças dramáticas cuja identificação não levanta dúvidas, o que reduz violentamente o número das obras anunciadas. Vendiam-se não só textos isolados em brochura, e portanto baratos (desde 640 réis), como coletâneas mais caras, por exemplo, o *Teatro estrangeiro*, em 2 volumes, por 2\$000 rs., contendo *O Cid*, de Corneille, *O avaro*, de Molière, *O jogador*, de Regnard, *O pai de família*, de Diderot, *Os dois amigos, ou o negociante de Lião*, de Beaumarchais, *Alzira, ou os americanos*, de Voltaire, *Atreu e Tiestes*, de Crebillon; ou então outra coletânea intitulada *Teatro cômico português*, que era uma coleção das óperas portuguesas representadas no Teatro do Bairro Alto de Lisboa, em 4 volumes, vendidos ao preço de 8\$000 rs.

No que se refere às comédias, anunciavam-se traduções de Terêncio, de Goldoni (sobretudo *A mulher amorosa* e *A viúva sagaz ou astuta, ou as quatro nações*, comédia “traduzida, segundo o gosto do teatro português”), de Metastasio (*A Gricelda, ou a rainha pastora*). Havia ainda as comédias nacionais, publicadas umas com nome de autor, como *Loucuras da moda*, de Luís Álvares e Azeredo (1783), outras com pseudônimos, como a comédia joco-séria *Quem boa cama fizer nela se deitará*, de Silvestre Silvério da Silveira e Silva, cujo verdadeiro nome era Manuel José de Paiva (1786); e, finalmente, a maior parte publicada

anonimamente: *Olinta*, “ficção cômica” (1779), *A beata fingida* (1806), *Indústria contra finezas* (1791), esta última atribuída por Inocêncio Francisco da Silva ao célebre Nicolau Luís, o tradutor e autor do maior número de “comédias de cordel” da Lisboa oitocentista.

Quanto às tragédias, não há dúvida de que Voltaire ocupava um lugar de destaque nas traduções portuguesas (*Mafoma*, *Os Citas*, *Mélope*, *Orestes*, *Sofonisba*, *Mariane*), juntamente com Racine (*Atalia*, *Ifigênia em Aulis*), abade Genest (*Penélope*), Houdar de la Motte (*Os Macabeus*), Arnauld (*Eufêmia, ou o triunfo da religião*, *Fayel*). Quanto aos autores nacionais de tragédias, havia Manuel Caetano Pimenta de Aguiar (*Virgínia, Os dois irmãos inimigos*), Manuel de Figueiredo (*Osmia, ou a lusitana*), Pato Moniz (*A queda do despotismo*), José Joaquim Bordalo (*Jesualdo*), Francisco Soares Franco (*Hermínia*), João Batista Gomes Júnior (*Nova Castro*).

Havia ainda um tipo de peças muito apreciado pelo público: os entremezes. Manuel da Silva Serva, livreiro e editor baiano, trouxe vários para vender no Rio de Janeiro: *O médico e o boticário*, *Os dois mentirosos*, *O doutor sovina*, *A corriola*, *O miserável*, *A mestra abelha*, *O trapaceiro*, *O poeta desvanecido*, *Virou-se o feitiço contra o feiticeiro*, *O casamento por mágica*. Este teatro de cordel era extremamente barato: cada um destes folhetos custava apenas 80 rs.

HISTÓRIA

“... não me desvelei na arte, na pureza e na graça de dizer (circunstâncias menos precisas, que a verdade, ídolo principal da História), ocupando-me mais em coligir os subsídios, que devem servir de base a quem, com pena culta, destra, hábil e judiciosa, convier a composição de uma História perfeita do continente brasileiro...”

PIZARRO e ARAÚJO,
Memórias históricas do Rio de Janeiro

Esta epígrafe revela dois aspectos fundamentais da produção histórica do início do séc. XIX: por um lado a história, conquanto parte integrante das belas letras, ou daquilo que então se entendia por literatura, devia recorrer a um estilo simples, pouco ornado, pois o seu propósito era a verdade; por outro lado a história, no âmbito nacional, aparece como uma construção demasiado monumental e ambiciosa, sendo um lugar-comum entre os historiadores de então dizer que apenas escreviam memórias.

Esta atitude encontra-se bem visível na obra do P.^o Luis Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do reino do Brasil, divididas em três épocas da Felicidade, Honra e Glória; escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas a S. Majestade el-rei nosso senhor D. João VI* (Lisboa, 1825).

O autor, logo nas primeiras páginas, começa por distinguir cuidadosamente entre *história* e *memórias*, dando àquela forma de escritura histórica um estatuto superior ao desta última: “Ofereço... não a História do Brasil, cuja composição é muito superior às minhas forças, tanto físicas como morais, e requer as

penas de ouro dos Barros, Andradas e Sosas; mas sim, umas *Memórias*, arranjadas pela ordem cronológica, a fim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda se não escreveram, por cujo motivo intitulei *Memórias para servir à História do Brasil.*" (Ed. de 1943, p. 24).

As memórias, espécie de andaimes para a elaboração da história, circunscrevem-se à coleta de documentos, à sua reunião em "um só corpo". Mas essa documentação permanece tal qual foi coligida, sem passar por qualquer processo de interpretação ou de análise. Assim se compreende que esta obra em dois tomos nada mais seja do que a reunião de toda a legislação joanina, intercalada com notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro*, quer no que diz respeito às festividades públicas, quer no que se refere à morte de pessoas ilustres, e utilizando ainda alguns textos publicados na época pela Imprensa Régia do Rio. Ao narrar os festejos por ocasião da aclamação de D. João VI, o autor escreve: "Passo agora a copiar, ou extrair as descrições, que se imprimiram, não só destes monumentos, como também de outras belíssimas iluminações, tanto de edifícios públicos, como particulares." (Ob. cit., t. II, p. 632, grifo meu.)

O P.^e Luís Gonçalves dos Santos declara também que decidiu escrever umas *memórias* de tudo quanto pudesse testemunhar e chegasse à sua notícia, "ou pelos papéis públicos, ou por informações de pessoas verídicas" (ob. cit.; p. 23). Para a composição histórica, portanto, contava com três fontes de informação: a observação direta, o testemunho de pessoas verídicas e os papéis públicos. Ora, as duas primeiras foram utilizadas sobretudo para a parte introdutória, onde se descreve a cidade do Rio de Janeiro, enquanto no resto da obra se serviu sobretudo das publicações oficiais e da *Gazeta*.

Importa agora averiguar de que modo foi trabalhada a massa de decretos, alvarás, cartas régias etc. Em geral, o autor conserva toda a parte inicial do documento régio, constituída pelas justificativas e objetivos do ato, e também toda a parte descritiva da medida, suprimindo apenas os pormenores relacionados com o funcionamento de determinada repartição ou com a maneira de se pôr em prática a decisão do governante. O estilo do P.^e Luís Gonçalves dos Santos nada tem de original: reproduz a linguagem burocrática da época, na medida em que se conserva sempre

muito próximo ao texto do decreto, alvará etc., ou usa a linguagem pomposa dos relatos da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que também são copiados quase literalmente.

O que há de pessoal então nestas *Memórias*? Apenas a periodização, ou seja, a divisão em três épocas, a da Felicidade (vinda do príncipe), a da Honra (elevação do Brasil à categoria de Reino Unido) e a da Glória (aclamação de D. João VI). Na linguagem figurada da Dedicatória, o autor assume totalmente esta ausência completa de criação na narrativa: “As flores, de que se compõe este ramalhete, são todas da propriedade de V. Majestade, porquanto foram colhidas no Jardim do seu Paternal Governo nesta parte do Novo Mundo: eu somente as arranjei e liguei, se não com fios de preciosas pérolas e tranças de fino ouro, certamente com prisões de amor, reverência e fidelidade.”

Em 1815 saiu dos prelos da Impressão Régia do Rio a *Memória da vida pública de Lord Wellington*, escrita por José da Silva Lisboa. A obra pertencia à categoria “biografia de grandes homens”, segundo a classificação do próprio autor, mas uma leitura cuidadosa revela tratar-se de um texto político, um panegírico do vencedor do “dragão” que aterrorizava a Europa.

O “modelo” apontado para o gênero biográfico é Tácito em *A vida de Agrícola*, mas, como escreve modestamente o autor, “a poucos é dado ainda aproximar-se de tais mestres; está reservado esse dote a historiadores e biógrafos do quilate de Hume e Stewart, que se distinguem pelos científicos quadros, em que assoalharam a contemporâneos e vindouros os homens ilustres” (Prólogo, p. VI). É interessante salientar que David Hume aparece freqüentemente citado por este autor e por outros do mesmo período, mas sempre como historiador, jamais como filósofo. Fenômeno semelhante se observa em relação a Dugald Stewart, da chamada escola escocesa de filosofia, que estranhamente é mais conhecido pelas suas biografias de Robertson, Adam Smith e Thomas Reid, do que pelos seus textos filosóficos.

Para a biografia de Wellington, José da Silva Lisboa baseou-se fundamentalmente em duas obras publicadas em Inglaterra: “As maiores do que me vali são as de William Granville Eliot e Francisco L. Clarke, que assaz manifestam a grandeza do novo astro que apareceu na constelação britânica.” (Prólogo, p. VII.) Mas tem o cuidado de esclarecer que prescindiu de narrar “operações de economia, polícia e tática de campanhas, que menos importam a leitores alheios da profissão militar, e que são da alçada de juizes competentes”.

Sendo um panfleto político, muito embora disfarçado sob forma biográfica, o objetivo do autor desta biografia de Wellington é o mesmo do da publicação de extratos das obras de Edmund Burke: atacar violentamente a França revolucionária e napoleônica e exaltar a política e mesmo a cultura inglesa. A anglomania e a francofobia deste autor surgem, aliás, em todos os seus textos, sejam de que gênero forem: num escrito de 1810, *Observações sobre a prosperidade do Estado*, elogia a literatura inglesa, “pela preeminência dos seus escritores e ortodoxia política das obras”. A propósito da criação, no Rio de Janeiro, da cadeira de língua inglesa e da edição de obras clássicas da Grã-Bretanha em belas letras e economia política, escreve ainda neste texto: “Elas servirão de pródomo aos estudos de bom gosto na arte de escrever e de heléboro contra a galomania”. Para Silva Lisboa, era necessário “destruir a perniciosa ilusão da primazia da literatura francesa”, dar à mocidade “a estampa britânica para muni-la de corretivo contra o lenocínio da sedutora frase e doutrina da moderna e degenerada escola da França” (p. 77 e segs.).

O autor do catálogo da biblioteca do conde da Barca inseria na divisão *história* quer as obras históricas propriamente ditas, quer os chamados escritos de circunstância, quer mesmo textos que hoje classificariamos de políticos. Tomemos como exemplo, já que o número total de obras históricas é muito elevado, a subdivisão “história de França”.

O conde possuía obras de historiadores do séc. XVII, como François Mézerai (1610-83), cuja *Histoire de France* era conhecida de Voltaire, que o considerava mais ousado do que rigoroso. Os historiadores do séc. XVIII também estavam representados com a obra do abade Dubos, *Histoire critique de l'établissement de la monarchie française dans les Gaules* (Paris, 1734); com o *Nouvel abrégé chronologique de l'histoire de France*, publicado sem nome do autor em 1744, mas da autoria do presidente Hénault; com a extensa obra de Paul François Velly (1709-1759), *Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie jusqu'au règne de Louis XIV*; com a *Histoire de la vie de Henri IV, roi de France et de Navarre*, de Richard de Bury; com a *Histoire des celtes et particulièrement des gaulois et des germains*, de Simon Pelloutier; com a *Histoire de France* de Guillaume-Germain Guyot; com a *Histoire de France avant Clovis*, de Laureau, historiógrafo do conde de Artois.

Conforme disse acima, o autor do catálogo considerava ainda como obras de história textos que hoje denominamos escritos de

circunstância: *Lettre adressée au roi par M. de Calonne* (Londres, [s.d.]); *État de la France, au mois de mai 1794 par M. le Ct.^e de Montgaillard* (Londres, 1794); *Discours prononcé au Cercle constitutionnel, le 9 ventôse an VI, par Benjamin Constant*; *Histoire de la session de 1815, par J. Fiévée* (Paris, 1816), para só citar alguns exemplos.

Eram ainda classificadas na secção de história obras nitidamente políticas, como as *Reflexions on the Revolution in France*, de Edmund Burke (Londres, 1790) ou *De la Monarchie selon la Charte*, de Chateaubriand (Paris, 1816).

A geografia e a literatura de viagens constituíam subdivisões da história, por lhe estarem profundamente ligadas, mas a geografia também se unia então a outras disciplinas de carácter mais técnico e prático: um indivíduo propunha, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, ensinar “geografia elementar com os detalhes relativos ao comércio, marinha, agricultura, arte militar” e ministrar “os princípios necessários para a construção das cartas” (n.º 66, 1817).

Se o género história abrangia não apenas as obras históricas propriamente ditas, mas ainda obras de circunstância, textos políticos, obras de geografia e a literatura de viagens, não é de admirar que a biblioteca do conde contivesse 800 títulos nesta divisão. Contudo, o género não encontrava no público comum a mesma aceitação que da parte do aristocrata, político profissional que, por razões de trabalho, precisava de conhecer a história dos principais Estados europeus da época. O conde da Barca foi ministro dos Estrangeiros e da Guerra e assim se explica o peso invulgar de obras históricas na sua biblioteca.

ROMANCES, CONTOS E NOVELAS

(...) *l'étude profonde du coeur de l'homme, véritable dédale de la nature, peut seule inspirer le romancier, dont l'ouvrage doit nous faire voir l'homme, non pas seulement ce qu'il est, ou ce qu'il se montre, c'est le devoir de l'historien, mais tel qu'il peut être (...)*

SADE, *Idée sur les romans*

Nas obras anunciadas pelos livreiros do Rio de Janeiro, muitos títulos são acompanhados das seguintes indicações: “novela inglesa”, “novela africana”, “novela saboiarda”, “novela americana”, “novelas galantes e instrutivas”; “conto alegórico e moral”, “conto histórico”, “contos morais”, “contos filosóficos”; “história oriental”, “história verdadeira”, “história indiana”, “história moral e política”, “história moral”; e finalmente “anedota histórica”. Mas a palavra *romance* só nos aparece num título, e mesmo assim de forma indireta: *Amor e probidade, novela extraída de um romance em cartas*.

É que na cultura portuguesa o termo *romance* possuía um sentido muito restrito, pertencendo à história literária, não sendo considerado adequado para os tipos de prosa narrativa então consumidos em larga escala. Morais Silva define *romance* do seguinte modo: “novelas, contos fabulosos de amores, os quais começaram em versos em língua romance ou vulgar, como foram, v. *Roman de la Rose*, e outros dos poetas proençais; ou misturados de prosa e verso (...).”

A maneira como foram classificados os livros da biblioteca do conde da Barca confirma o uso restrito do termo *romance*, aplicado apenas às seguintes obras:

- 1) *Longi Pastoralium de Daphne et Chloe libri quatuor*. Ex recensione, et cum Animadversionibus Johan Baptistae Casparis d'Anse de Villoison... Paris, 1778, 1 vol. 4.º gr. grego e latim.
- 2) *Daphnis e Chloe* em grego. Cum Proloquio de Libris Eroticis Antiquorum. Parmae, 1786, 1 vol. 4.º gr.
- 3) *Charitonis Aphrodisiensis de Cherea et Callirrhoe Amatoriarum Narrationes Libri 8*. Joannes Jacobus R(ilegível) vertit. Jacobus Philippus d'Orville publicavit Animadversiones que adjucit. Amstelodami, 1750, 2 vol. 4.º gr.
- 4) *Xenophontis Ephesii Ephesiacorum libri 5 de Amoris Anthiae et Abrocomae*. Cum Latina interpretatione Antonii Florentini. Londini, 1786, 1 vol. 4.º.
- 5) *Senofonte Efesio degli Amori di Abrocome e Antia, Libri 5*, Tradotti dal Greco da A. M. Salvini Crisopoli, 1794, 1 vol. 12.º broch.
- 6) *Crônica de Palmeirim de Inglaterra...* por Francisco de Morais, a que se juntam as mais obras do mesmo autor. Lisboa, 1786, 3 vol. 8.º gr.
- 7) *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha* compuesto por Miguel de Cervantes Saavedra. Nueva edicion corregida de nuevo, com nuevas notas, con nuevas estampas, con nuevo analisis, y con la vida de el Autor nuevamente aumentada por D. Juan Antonio Pellicer. Madrid, 1707, 7 vol. 8.º gr.
- 8) *Les aventures de Télémaque, fils d'Ulysse*. Par Mr. de Fénelon, Paris, 1798, 1 vol. 8.º.
- 9) *Erleichterung des französischen Sprachstudiums für personen jeder Art und jeder Alters, vermittelt einer unter jeder wort gestellten uebersessung des Telemach*. Von J. D. Grandmottet. Hamburgo, 1799, 1 vol. 8.º gr.
- 10) *Lusitânia transformada*, composta por Fernão d'Álvares do Oriente. Lisboa, 1781, 1 vol. 8.º.
- 11) *El Peregrino en su Patria*. De Lope de Vega Carpio. Bruxelas, 1608, 1 vol. 12.º.
- 12) *Diana*. Los siete libros de la Diana de Jorge de Montemayor, 1 vol. 8.º.
- 13) *Fiestas de la boda de la incasable mal cazada*. Autor Alonso Geronimo de Salas Barbadillo. Madrid, 1622, 1 vol. 8.º.
- 14) *Les veillées du Tasse*, Manuscrit inédit, mis au jour par Compagnoni, et traduit de l'italien par J. F. Mimant. Paris, 1 vol. 8.º gr. broch.
- 15) *Mémoires d'un citoyen, ou le Code de l'humanité*. Paris, 1770, 2 vol. 8.º.

Nesta lista, vemos representado o romance da antiguidade com as *Efesiacas* de Xenofonte e *Quéreas e Calirroé* de Cariton de Afrodísia; o romance pastoril com os seus clássicos, a *Dafnis e Cloé* de Longo, a *Diana* de Jorge de Montemayor e a *Lusitânia transformada* de Fernão Álvares do Oriente; o romance de cava-

laria com o *Palmeirim de Inglaterra* de Francisco de Moraes. A presença de Cervantes e Fénelon é, por assim dizer, natural, pois as suas obras eram consideradas clássicas dentro da prosa narrativa. O que chama a atenção, na lista, é o fato de os romances citados pertencerem à antiguidade ou aos séc. XVI e XVII, com uma única exceção: as *Mémoires d'un citoyen, ou le Code de l'humanité*. Ora, as três obras agrupadas na rubrica "contos e novelas" foram escritas depois da Revolução francesa:

- 1 — *The adventures of Hugh Trevor*. By Thomas Holcroft. Londres, 1801, 4 vol. 8.º broch.
- 2 — *Mazarino der grosse Käuber in Lothringen und in Etlatse*. Luneburgo, 1802, 3 vol. 12.º.
- 3 — *Mémoires d'Hyppolite Clairon*... Paris, Ano VII, 2 vol. 12.º broch.

Pela maneira como foram repartidos os livros da biblioteca pelos vários gêneros então existentes, constatamos que o autor do catálogo conhecia perfeitamente as sutis nuances classificatórias que levavam os literatos da época a distinguir entre *contos e novelas* de um lado, e *romances* do outro.⁽¹⁾

A biblioteca do conde da Barca continha 15 romances e apenas 3 novelas, uma inglesa, uma alemã e uma francesa, todas elas pouco conhecidas do erudito de hoje. Só trazia, nome de autor a novela inglesa, *The adventures of Hugh Trevor*, publicada pela primeira vez em 1794 e da autoria de Thomas Holcroft (1745-1809), que também escreveu peças de teatro.

Poder-se-á tirar alguma conclusão da diferença numérica entre os dois tipos de prosa romanesca? Trata-se da biblioteca de um nobre, marcada pelo gosto da cultura clássica e pela ausência de interesse em relação às obras mais modernas. Nela não aparecem os grandes nomes da prosa romanesca do séc. XVIII: Fielding, Richardson, Sterne e mesmo Smollet; Marivaux, Prévost, Le Sage, para não falarmos em Rousseau ou Laclós.

Além destas ausências, o próprio número de obras romanescas (18), comparado com o de obras poéticas (303), nos mostra que o gênero não era ainda considerado e respeitado como forma

(1) Essa separação é referida em *A Handbook to Literature* como habitual neste período: "The conflict between the imaginative and poetic recreation of experience implied in *roman* and the realistic representation of the soiled world of common men and action implied in *novel* has been present in the form from its beginning, and at accounted for a distinction often made in the eighteenth and nineteenth centuries between the romance and the novel, in which the romance was the tale of the long ago or the far away or the imaginatively improbable; whereas the novel was bound by the facts of the actual world and the laws of probability." (Verbetes, *novel*.)

literária no início do séc. XIX. Seria tido talvez como leitura própria de donzelas, mas não como leitura obrigatória de um nobre culto, atraído apenas pelos textos clássicos da subdivisão mais nobre, o *romance*.

Os livreiros do Rio de Janeiro anunciavam, contudo, uma variedade notável de contos e novelas. Começarei por enumerar aquelas obras que não consegui identificar, nem quanto ao nome do autor, nem quanto à data da edição. Indicarei apenas o título abreviado, fornecido pelos livreiros na sua publicidade:

- 1) *Amor oriental.*
- 2) *O amor ultrajado.*
- 3) *Amor de Orlando e Anarda.*
- 4) *Amores de Ariano e Anarda.*
- 5) *A amante militar.*
- 6) *Adelaide.*
- 7) *Arminda e Teotônio.*
- 8) *Aventuras de Oliandro.*
- 9) *Aventuras de Fileno e Flora.*
- 10) *Aventuras de Anerto.*
- 11) *Aventuras de Aristonau.*
- 12) *Aventuras de D. Olímpia.*
- 13) *Bleomberis Novela.*
- 14) *O bom marido.*
- 15) *O caldeireiro.*
- 16) *Conto de respeitosa gratidão.*
- 17) *Contos morais.*
- 18) *Cartas americanas.*
- 19) *Conversações do palácio de Paris.*
- 20) *A caixinha, conto moral.*
- 21) *A casinha.*
- 22) *Damon e Pítias, ou a amizade.*
- 23) *Divertimento instrutivo, ou coleção de histórias, contos, anedotas, etc.*
- 24) *Desgraças de Emília.*
- 25) *Eremita do monte S. Bernardo.*
- 26) *Ernesto e Florêncio.*
- 27) *Eufêmia, conto moral.*
- 28) *Efeitos da má educação.*
- 29) *Fiel amigo.*
- 30) *Felizmente, conto moral.*
- 31) *História do amor de Orino.*
- 32) *História de Baram e Pítias.*
- 33) *História do Roberto do diabo.*

- 34) *História do marquês de Mântua.*
- 35) *História de dois amantes.*
- 36) *Henrique e Ema.*
- 37) *Henriqueta de Orleães ou heroísmo.*
- 38) *Henrique e Polidoro.*
- 39) *Infelicidade vingada.*
- 40) *Lances de ventura, acasos de desgraça, heroísmo da amizade.*
- 41) *Lindoro e Palmira, ou os amantes perseguidos.*
- 42) *Lúisa, ou o casal no bosque.*
- 43) *Menandro e Laurentina. Novela.*
- 44) *A maior generosidade.*
- 45) *Maria, ou a menina desgraçada.*
- 46) *Novelas orientais, por um sábio da Pérsia.*
- 47) *Orlando amoroso.*
- 48) *Primeiro navegante.*
- 49) *O pobre Jorge, ou o militar da fortuna.*
- 50) *Recreio doméstico, ou ramallete de novelas, contos, histórias, vida dos grandes homens, etc.*
- 51) *A singela camponesa.*
- 52) *O solitário de Terrasson.*
- 53) *Sofia ou a donzela hussard.*

Foi possível, contudo, identificar as seguintes obras romanes-
cas, em circulação no Rio de Janeiro :

- 1) *Afonso de Lodève* pela condessa de G***. Vertido em vulgar. Lisboa, 1816-1817.
- 2) *Algar e Ainore, ou os'efeitos da ambição de um pai. Novela* d' Fulchiron traduzida do francês, 1804.
- 3) *Os amantes desgraçados, ou memórias do conde de Comminge.* Traduzidas do francês por Altina. 2.^a ed., Lisboa, 1819.
- 4) *As amigas rivais, ou Henriqueta e Lúcia. Anedota escocesa.* Traduzida do francês por Francisco de Paula e Oliveira. 1.^a ed., 1803, segundo Balbi.
- 5) *O amor desgraçado, ou Louzinski e Lodoiska. Novela.* Traduzida em português por F. F. G. T., Lisboa, 1807.
- 6) *Amor e probidade, novela extraída de um romance em cartas, com o mesmo título, escrito em alemão.* Dada à luz por A. M. da C. S., Lisboa, 1818.
- 7) *Anedotas extraídas da vida de Nurshivan, rei da Pérsia.* Por A. G. Meissner, tiradas do alemão, 1804.
- 8) *Anna Gremwil. Conto histórico do século de Cromwell.* Escrito em francês pelo autor de *Celestina, ou os esposos, sem o serem*; e traduzido em português por***. Lisboa, 1817-1818 (o autor é L. F. M. Belin de La Liborlière).

- 9) *Archambaud e Batilde, ou a escrava rainha*. Traduzida em português por***. Lisboa, 1817.
- 10) *O arrependimento premiado, história verdadeira*, Lisboa, 1818.
- 11) *Atala, ou os amores de dous selvagens no deserto*; pelo visconde de Chateaubriand, nova edição revista e aumentada. Londres, 1818 (há uma edição da Bahia de 1819).
- 12) *O avarento confundido pela natureza. Novela* traduzida do francês. Lisboa, 1816.
- 13) *Aventuras de um homem de qualidade, ou memórias e sucessos do marquês de Renoncour*. Lisboa, 1792 (do abade Prévost).
- 14) *O bacharel de Salamanca, ou as aventuras de dom Querumbim de la Ronda*. Traduzido do francês por Carlos José da Cunha. Lisboa, 1802-1803.
- 15) *Basílio, ou o triunfo do amor maternal. Novela* por M. d'Arnaud. Traduzida em vulgar. Lisboa, 1806.
- 16) *A boa mãe. Conto moral*. Traduzido do francês e escolhido entre os melhores. Lisboa, 1782.
- 17) *Carlos e Maria, novela inglesa*, pelo autor de Adélia de Senange. Traduzida do francês. Lisboa, 1805.
- 18) *Carolina de Lichtfield, ou o triunfo da virtude*, publicado pelo tradutor de Werther. Traduzido do francês para o português. Lisboa, 1790.
- 19) *Cartas de uma peruziana*, traduzidas do francês, na língua portuguesa, por uma senhora. Lisboa, 1802 (de M^{me} de Graffigny).
- 20) *Cectlia de Chatenai, ou o poder e os encantos da harmonia* pelo autor de Irma, *ou as desgraças de uma jovem órfã*. Traduzida do francês, Lisboa, 1816-1817 (de M^{me} Guénard).
- 21) *A choupana india*, escrita em francês pelo autor de Paulo e Virginia. Lisboa, 1806 (Bernardin de Saint-Pierre).
- 22) *Clotilde e Boemond, ou o poder da primeira educação. Novela* de Fulchiron. Traduzida por***. Lisboa, 1806.
- 23) *O combate das paixões. Novela* traduzida do francês por D. L. Lisboa, 1816.
- 24) *Contos filosóficos para instrução e recreio da mocidade portuguesa*, por Francisco Luis Leal. 2.^a ed., Lisboa, 1818.
- 25) *O deão de Killerine, ou memórias do conde de****. Lisboa, 1816 (do abade Prévost).
- 26) *O desgraçado napolitano, ou a vida de monsieur Roselli*. Traduzida do francês e composta por ele mesmo. Lisboa, 1793.
- 27) *As desgraças da inconstância, ou as cartas da marquesa de Syrcé e do conde de Mirbelle*. Traduzidas em vulgar. Lisboa, 1807.
- 28) *Os dois infelizes, ou Amélia Mansfield e Ernesto de Woldemar*, pelo autor de Elizabeth. Traduzidos do francês. Lisboa, 1818-1819 (de M^{me} Cottin).
- 29) *Emília de Tourville, ou os meus sete anos de perseguição. História verdadeira*, escrita em francês e ultimamente traduzida em português. Lisboa, 1817.
- 30) *Êma, ou a filha do desgosto*. Lisboa, 1807.

- 31) *Ermância, ou os efeitos do ciúme. Novela* por M. d'Arnaud. Traduzida em vulgar por F. F. J. T. 2.^a ed. Lisboa, 1819.
- 32) *O escravo das paixões ou Bertoldo príncipe de Morávia. Anedota histórica*, traduzida do francês por Francisco de Paula e Oliveira. Lisboa, 1803, 2.^a ed., 1818.
- 33) *Etelvina, ou história da baronesa de Castle-Acre*. Traduzida em português. Lisboa, 1816.
- 34) *A filósofa por amor, ou cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*. Traduzida do espanhol pelo tradutor da *História de Clara Harlowe*. Lisboa, 1806.
- 35) *O filósofo inglês, ou história de monsieur Cleveland, filho natural de Cromwell, escrita por ele mesmo*. Traduzida em português, da edição francesa, pelo tradutor das *Novelas orientais*. Por F. F. J. T. Lisboa, 1803-1804.
- 36) *Galateia. Novela pastoril*, imitada de Cervantes por Florian e traduzida em português por Manuel Maria Barbosa do Bocage. Lisboa, 1802.
- 37) *Gonçalo de Córdoba, ou a conquista de Granada*. Escrita em francês pelo cavalheiro de Florian e traduzida em português. Lisboa, 1817.
- 38) *História de Diófanes, Clímenea, e Hemirena, príncipes de Tebas. História moral*, escrita por uma senhora portuguesa. Lisboa, 1818.
- 39) *História de Bagdedin, filho do sultão de Babilônia*. Lisboa, 1806.
- 40) *História de Gil Brás de Santilhana*. Traduzida em português, 1.^a ed., 1798-1801; outras em 1800, 1808-1813 (de Le Sage, foi parcialmente traduzida por Bocage).
- 41) *História de Teófilo e Olímpia. Na qual se descrevem as lamentáveis consequências da soberba e ambição dos pais, como também os funestos e terríveis efeitos da falta de respeito e desobediência dos filhos*. Escrita em francês e agora traduzida em o nosso idioma. Lisboa, 1800; outra edição em 1819.
- 42) *História galante do jovem siciliano*. Traduzida em português. Lisboa, 1805.
- 43) *A ilha incógnita, ou memórias do cavalheiro de Castines*, escritas em francês e publicadas por Monsieur Grivel, traduzidas em português. Lisboa, 1802.
- 44) *Irma, ou as desgraças de uma jovem órfã. História indiana*, traduzida do francês pelo tradutor da *História de Clara Harlowe*. Lisboa, 1804-1805 (de Mme Guénard).
- 45) *Isidoro e Horaida, ou os prisioneiros da montanha*. Traduzidos em vulgar por José do Nascimento. Lisboa, 1817.
- 46) *Joaninha, ou a enjeitada generosa. História instrutiva e divertida*. Traduzida em português. Lisboa, 1815.
- 47) *Laura e Inesilla, ou as órfãs espanholas. História* de M. Desfontaines. Traduzida em português. Nova edição, Lisboa, 1818.
- 48) *Lausus e Lídia, conto histórico*, traduzido do francês. Lisboa, 1815.
- 49) *A má mãe, conto moral*. Lisboa, 1818.

- 50) *Mathilde de Edmonville*, pelo autor de *Etelvina*. Traduzida do francês por***. Lisboa, 1817.
- 51) *Memórias do cavalheiro de Külpar, o homem raro*. Escritas em inglês por Fielding, e na língua portuguesa por M. Lisboa, 1805.
- 52) *A mendiga de qualidade. Anekdota francesa*. De M. Jh. Boullault. Traduzida em vulgar, pelo tradutor das *Aventuras de bom humor*. Lisboa, 1804.
- 53) *Metusko, ou os polacos. Novela* de M. Pigault-Lebrun. Vertida em português por Joaquim José Pedro Lopes. Lisboa, 1815.
- 54) *As mil e uma noites. Contos arábicos* traduzidos do francês. Lisboa, 1801-1803.
- 55) *A mulher feliz, dependente do mundo e da fortuna*. Obra original, composta em espanhol pelo filósofo incógnito, e traduzida em português pelo tradutor do *Viajante universal*. Lisboa, 1807 (do P.^e André Merino).
- 56) *As noites romanas no sepulcro dos Cipiões*. Traduzidas do italiano. Lisboa, 1808.
- 57) *Novelas ou cartas inglesas de Milady Julia Catesby e Milady Henriqueta Complay, sua amiga*. Traduzidas em português. Porto, 1800 (de Mme J. Riccoboni).
- 58) *Novelas escolhidas de diversos autores*. Rio de Janeiro, 1820 (contém: História de Roberto; Safo no salto de Leucate; Sofronimo e Temira; Fátima e Zendar; História de Jenny Lille; História de Emília; Pedro; Idalina de Tokenbourg; Isaura; Carlota; Aventura notável; O casamento de Alfredo; Leocádia; Zaira; Julieta e Claudina).
- 59) *Novelas novas*, escritas em francês por Mr. de Florian, traduzidas em português. Lisboa, 1815 (contém: Séllico, novela africana; Claudina, novela saboiarda; Camiré, novela americana; Selmur, novela inglesa).
- 60) *Novelas galantes e instrutivas para entretenimento de curiosos*. Lisboa, 1816 (o t. I contém: Histórias de Cleodon e Tilida; de Dona Leonor de Velasco; de Belisa, Júlia e Orsame; de João de Calais. E o t. II: Histórias do conde de Salmony e de Meyran; Gasan e Irene, Garonet e Lúcia).
- 61) *O novo Gulliver, ou viagem de João Gulliver, filho do capitão Gulliver*. Traduzida de um manuscrito inglês pelo abade de Fontaines e trasladada em francês. Lisboa, 1819.
- 62) *Numa Pompílio, segundo rei de Roma, pelo estilo das aventuras de Telémaco*. Por M. Florian. Traduzido em português. Lisboa, 1805.
- 63) *Palemon, ou os efeitos da saudade. Conto pastoril* de Marmontel, traduzido por uma senhora portuguesa. Lisboa, 1803.
- 64) *Paulo e Virgínia. História fundada em fatos*. Lisboa, 1807 (de Bernardin de Saint-Pierre).
- 65) *O perigo das paixões indiscretas. Conto alegórico e moral para serviço de lição à mocidade*. Lisboa, 1803 (de Mme d'Uncy, traduzido por Antônio Mário do Couto); outras edições em 1815 e 1818.

- 66) *Rogério e Vítor de Sabran, ou o trágico efeito do ciúme*. Traduzido por Bocage. Lisboa, 1802; outras edições, 1819.
- 67) *O sacrifício frustrado, ou a felicidade no último lance. História inglesa*. Lisboa, 1802; outra edição em 1818.
- 68) *Selicourt. Novela de Monsieur d'Arnaud*. Traduzida em vulgar. Lisboa, 1804.
- 69) *Sydney e Volsan, novela inglesa* de M. d'Arnaud. Lisboa, 1803.
- 70) *Os sibaritas, ou os subterrâneos de Piombino*. Lisboa, 1817.
- 71) *Tom Jones, ou o enfeitado. História galante e divertida*, composta no idioma inglês por M. Fielding. Traduzida em vulgar por A. S. da S. C. Lisboa, 1812-1816.
- 72) *As tristes narrações de um solitário, ou o trágico fim da desgraçada Sofia. História moral, em que se mostra quanto pode a força da primeira inclinação e paixão de dois amantes, ligados pela virtude e desunidos pela violência*. Nova edição, Lisboa, 1818.
- 73) *Viagens de Ciro, história moral e política, acompanhada de um discurso sobre a mitologia e teologia dos antigos pelo cavalleiro de Ramsay*. Nova edição, Lisboa, 1817 (há uma edição anterior de 1791).
- 74) *Viagens de Gulliver a vários países remotos*, traduzidas por J. B. G. Coimbra, 1793 (outras edições: 1802, 1807-1808, 1816).
- 75) *O viajante sueco e os solitários de Múrcia. Conto moral de Marmontel*, traduzido em português da dicção francesa pelo tradutor do *Filósofo inglês* e das *Novelas orientais*. Lisboa, 1803.
- 76) *Vida de Arnaldo Zulig. Novela traduzida do inglês por J. J. G. do N.* Lisboa, 1816.
- 77) *A vida de Mariana, ou as aventuras da condessa de T****. Traduzida do francês, Lisboa, 1818.
- 78) *Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusoe, que contêm a sua tornada à sua ilha, as suas novas viagens e as suas reflexões*. Traduzidas da língua francesa por Henrique Leitão de Sousa Mascarenhas. Lisboa, 1786 (outras edições: 1815, 1816). -
- 79) *Vida e aventuras de Sancho de Gravena, ou o homem dos sete ofícios*. Lisboa, 1819.
- 80) *Zadig, ou o destino. História oriental*. Por Voltaire. Lisboa, 1807 (outras edições: 1815 e 1817).

Aproximadamente 150 novelas e contos circulavam no Rio de Janeiro, e alguns foram mesmo editados pela Impressão Régia carioca, como os que em seguida analisarei. Mas antes gostaria de fazer uma observação quanto às indicações fornecidas, a este respeito, por Alfredo do Vale Cabral, em *Anais da Imprensa Nacional*. Nas páginas introdutórias do seu trabalho, aliás notável e de grande utilidade, Vale Cabral declara que, quando não conseguiu ver exemplares de algumas obras que indica, remete para a fonte de informação. Ora, há novelas que aparecem na sua lista apenas por indicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico no

qual não só são anunciadas as obras publicadas no Rio, como aquelas que eram importadas, o que se presta a uma certa confusão, dado que os livreiros anunciavam por vezes, indiscriminadamente, umas e outras. Vou dar um exemplo. As novelas *Lausus e Lídia*, *O combate das paixões*, *A amante militar*, e ainda o *Recreio doméstico, ou ramalhete de novelas, contos, histórias, vida dos grandes homens* são apontadas como produções da Imprensa Régia do Rio, tendo como base a informação da *Gazeta* de 6 de julho de 1816. Consultando as *Gazetas* de Lisboa desse mesmo ano, constatei que tais obras foram anunciadas a 6 de janeiro e a 1, 9 e 13 de fevereiro como tendo saído à luz na metrópole. É pouco provável que houvesse outra edição carioca dos mesmos textos com um intervalo tão curto, tanto mais que o custo de impressão era superior no Rio. Portanto, para maior garantia, apenas levarei em conta aquelas novelas que pude ler na Biblioteca Nacional, pois quanto a essas não existe qualquer dúvida sobre a sua edição no Rio. Quanto às outras indicadas por Vale Cabral, suspenderei o meu juízo enquanto as não encontrar noutras bibliotecas.

Em 1815 saiu na Imprensa Régia a *História da donzela Teodora, em que se trata da sua grande formosura e sabedoria*, traduzida do castelhano em português por Carlos Ferreira Lisbonense.⁽²⁾ Ora, a leitura das 30 páginas que constituem este texto põe-nos perante o seguinte problema: que tipo de público consumiria, no início do séc. XIX, uma narrativa de caráter popular como esta? Aliás, no contexto da produção da tipografia régia, esta história aparece-nos como verdadeiramente excepcional.

A narrativa começa com uma “instrução” na qual é definida a situação: no reino de Tunes havia um mercador, natural da Hungria, extremamente rico, que comprou a um mouro uma donzela cristã, espanhola de nação. “Mandou-a ensinar a ler, e escrever, e aprender todas as artes que pudesse, a qual se inclinou tanto à virtude e estudo, que excedeu a todos os homens e mulheres, que naquele tempo havia, tanto em filosofia, como em música, e outras muitas artes.” (p. 3.) O mercador perdeu todos os seus bens e a donzela aconselhou-o a levá-la, ricamente trajada, à presença do rei Miramolim Almançor, propondo-lhe a sua compra

(2) No *Dicionário do folclore brasileiro* de Luis de Câmara Cascudo, no verbete “Donzela Teodora” lemos que se trata de uma novela de origem árabe, cuja edição em castelhano mais antiga data de 1498. Quer Menéndez y Pelayo, quer Teófilo Braga apontam como a primeira edição portuguesa a de 1735, na tradução deste Carlos Ferreira Lisbonense, mas Câmara Cascudo encontrou na Biblioteca Nacional de Lisboa uma edição anterior a esta, de 1712, também na tradução de Carlos Ferreira Lisbonense. Esta publicação da Imprensa Régia do Rio era, portanto, a reedição de uma obra de sucesso já no séc. XVIII português.

por “dez mil dobras de bom ouro vermelho”. Depois desta introdução, começa a narrativa propriamente dita:

Capítulo I — De como o mercador levou a donzela Teodora à presença del-rei Miramolim Almançor, e do que el-rei disse à donzela, e da resposta, que lhe deu.

Capítulo II — De como el-rei se admirou das coisas que a donzela Teodora disse que sabia, e por esta causa mandou chamar os seus sábios para disputar com eles.

Capítulo III — Da primeira disputa, que teve o sábio com a donzela Teodora.

Capítulo IV — Que trata da disputa do segundo sábio.

Capítulo V — Da disputa que teve a donzela Teodora com o terceiro sábio chamado Abraão Trabador, mestre em música.

Capítulo VI — Das perguntas, que Abraão Trabador fez à donzela, e das respostas que ela deu.

Capítulo VII — De como foi vencido o terceiro sábio pela donzela Teodora.

E, na parte final da narrativa, o próprio rei interroga a donzela e recompensa-a regiamente pela sua sabedoria. O exemplar da Biblioteca Nacional está muito danificado nas últimas páginas, mas é possível ler que a donzela Teodora, além de salvar o seu senhor da miséria, “outras muitas coisas fez”, que não foram ali narradas. E a narrativa termina estranhamente com as seguintes palavras: “Seja por tudo louvado Nosso Senhor Jesus Cristo para todo o sempre. Amém.”

À maneira de Cristo entre os doutores, a donzela entre os sábios da corte do rei mouro passa por sucessivas provas, cada vez mais complexas e astuciosas, e sai finalmente vencedora por eliminação dos seus vários adversários. “É um era grande sábio em leis e em os mandamentos de Deus, o outro muito sábio e muito letrado em toda a ciência, lógica, medicina, cirurgia, e também grande astrólogo e filósofo, e em todas as artes muito entendido, e conhecia muito bem a natureza das cousas, e sabia obrar em todas elas. O terceiro era muito sábio em filosofia, gramática e em todas as sete artes liberais.” (V. p. 8.)

Nas disputas com os sábios, a donzela Teodora vê-se submetida a questões que se sucedem num crescendo de dificuldade: começando por ser interrogada sobre os signos do zodíaco e depois sobre as relações entre estes e a aplicação de purgas e sangrias, vê-se depois questionada pelo terceiro sábio, de uma forma verdadeiramente esfíngica: “Perguntou-lhe o sábio à donzela: Dize-me, qual é a cousa mais pesada do mundo? Respondeu-lhe a donzela, que a dívida, e disse o sábio era verdade. Perguntou-lhe: qual

é a cousa mais aguda? Respondeu a donzela, que a língua do homem e da mulher (...)” E seguem-se cinco páginas inteitas de perguntas e respostas no mesmo estilo.

Contrasta com esta história popular a novela, também publicada em 1815 pela impressão Régia, traduzida do francês é intitulada *Triste efeito de uma infidelidade*. O início da narrativa faz lembrar *Les nuits de Paris* de Restif de la Bretonne: um indivíduo, que mais tarde sabemos tratar-se de um mosqueteiro, ao regressar a casa por volta da meia-noite, deparou com três vultos que lhe pareceram todos mulheres. Estranhando vê-la sozinhas a tais horas, dirigiu-se-lhes oferecendo os seus préstimos e uma delas suplicou-lhe que as levasse a um lugar seguro. Conduzindo-as a sua casa, verificou tratar-se de uma dama, sua criada e um religioso, que ele tomara por mulher. Como a dama estava demasiado fatigada para contar todas suas aventuras, foi o religioso que se encarregou de narrar parte da história daquela dama de ilustre família. Começou por contar que o tinham ido buscar ao seu convento debaixo do maior segredo, que lhe tinham vendado os olhos e levado a uma casa onde dois mascarados lhe disseram para preparar aquelas duas infelizes para a morte. Vendo que as iam matar, conseguira fugir com elas e ia pô-las em lugar seguro quando o mosqueteiro aparecera. Depois de contar a aventura, o religioso regressa ao convento e a bela dama pede ao seu benfeitor que informe o seu amante, capitão de um Regimento, da sua infeliz sorte. Enquanto o escudeiro do mosqueteiro não regressa com a resposta, este e a dama ceiam juntos: “Nosso entretenimento caiu insensivelmente sobre as conseqüências desgraçadas das mais queridas paixões. Ela me disse que tinha muito bem previsto tudo o que lhe tinha sucedido, porém, que não pudera resistir ao impulso de sua inclinação: o que mais a consolava era ter um amante, que merecia todas as penas.” (p. 20.) Simplesmente quando o escudeiro volta com a resposta do capitão, a dama vê que é por ele abandonada à sua triste sorte. O final da novela é trágico: a dona mata-se com um punhal, deixando uma carta para o mosqueteiro pedindo-lhe que tirassem rapidamente do seu ventre a criança que nele trazia, a fim de que pudesse ser batizada. Mãe e filho foram sepultados na mesma cova.

Numa péssima tradução, a novela joga com os elementos habituais nas novelas de sucesso no séc. XVIII, elementos que nem mesmo Restif de la Bretonne ou Sade desprezam nos seus romances. Há um benfeitor, uma dona perseguida por dois irmãos que a querem fazer expiar com a morte a sua falta, a fim de salvar

a honra, e um amante infiel, no sentido de não cumprir as promessas de amor. O desvario da paixão só pode conduzir a um fim trágico, e o mais interessante nesta novela é que a jovem apaixonada é apresentada como alguém que merece apenas piedade e não crítica: a paixão é inexorável e contra ela não há luta possível.

Em 30 páginas, esta novela traduzida do francês dá em resumo, e usando sobretudo do *flash back*, a essência da ação de romances mais longos e literariamente superiores. Há um esquema geral que é copiado e tudo se passa como se estivéssemos lendo o esqueleto de uma obra e não a própria obra.

Nesta novela a jovem de boa família, quando arrastada pela paixão, tem um fim trágico mas guarda a sua dignidade, continua a ser respeitada pelo religioso, pelo mosqueteiro e até pela sua criada. Mas num outro "conto moral" intitulado *O castigo da prostituição*, traduzido do francês e também publicado pela Imprensa Régia em 1815, a narradora, cuja situação social não é definida, igualmente arrastada pela paixão, tem como fim a prostituição e uma doença venérea. . .

Na primeira novela fala-se de irmãos guardiães da honra, alude-se a uma tia num convento e comenta-se a morte dos pais; na segunda novela não existe uma única referência a familiares, a narradora como que emerge do vácuo, dialogando com uma "mulher pérfida" que, com palavras sedutoras, desperta a sua sensualidade e a conduz à perdição. Todo o conto assume a forma de um ensinamento moral, destinando-se às donzelas em geral, e às formosas em especial: "E vós ó donzelas, que sois dotadas de alguma formosura, quanto meu exemplo e minhas desgraças vos devem instruir! Aprendei de mim, e sabei o que se perde, em se perdendo a inocência. Não vos deixeis enganar por mulheres libertinas; não vos deixeis cair em os laços em que sua imprudência as tem precipitado; e lembrai-vos que desde o primeiro instante em que tropeça vossa fraqueza, principiam vossas desgraças, para não acabarem jamais." (p. 32.)

A leitura desta segunda novela faz-nos recordar imediatamente a *Justine* de Sade e, principalmente, o extraordinário personagem sadiano que é a Dubois. As argumentações desta e as da mulher pérfida do conto são muito semelhantes e, convém acentuar, aqui não é mais a donzela que cede ao amante: trata-se agora da oposição entre vício e virtude, entre sensualidade e vir-

gindade, entre o prazer e a sua ausência. A jovem é seduzida para o prazer em geral, e não por este ou aquele homem em particular.

Os argumentos usados pela “astuta corruptora” eram os seguintes:

- 1.º) A beleza é um dom, um bem para ser usufruído e não guardado.
- 2.º) A beleza desaparece, murcha, quando não é gozada: “Vós não sabeis quanto o prazer adorna a formosura.” (p. 9)
- 3.º) Só importa a intensidade dos prazeres: “... um só instante destes prazeres vale mais que um século passado sem amor.” (p. 10)
- 4.º) Prazer e casamento são incompatíveis: “Os laços que que se não podem quebrar bem depressa se fazem odiosos, pois que entre eles expira o prazer que só vive de liberdade. Logo que o himeneu aparece, o amor se retira.” (p. 16)
- 5.º) O casamento é a escravização da mulher: “Vós não sabeis o despotismo, que os maridos exercem sobre suas mulheres; e as desgraçadas devem sofrer, ainda com sacrifício da sua obediência. Escravas, oprimidas e gemendo, é preciso que estudem em agradar ao próprio tirano que ainda devem acariciar.” (p. 17) E prossegue: “O casamento presentemente é um jugo pesado que a mulher impõe a si mesma; é uma prisão em que ela se encerra para dela não sair senão com a morte.” (p. 18)

Toda esta argumentação é aqui e ali interrompida no conto por considerações da narradora sobre a luta que em si se trava entre o vício e a virtude. Finalmente o canto da sereia atingiu o seu objetivo: “encantada de tudo o que ela me dizia, e amorosa dos prazeres de que se me fazia uma pintura tão enganadora, muito crédula enfim, logo me transportei (...) Uma chama desconhecida se introduziu em minhas veias; todos os meus sentidos se perturbaram, e eu me sentia toda em fogo.” (p. 20)

O texto é bem explícito quanto ao fato de que se trata de um combate não só entre a paixão e a razão, mas também entre

o vício e a virtude, entre o prazer sensual e o amor. Acompanhada da pérfida mulher, a jovem dirige-se ao encontro com “o desconhecido objeto” dos seus desejos, muito embora no último momento tenha travado mais uma luta consigo própria: “eu quis retroceder; mas a paixão que me arrastava sufocou bem depressa a voz da minha virtude abandonada: meus sentidos falavam mais forte que a minha razão, e eu deixei de a ouvir.” (p. 25) O primeiro encontro amoroso decidiu a sua vida: “Arrastada pela sensualidade, eu não pude já mais suspender-me: a paixão da libertinagem se apoderou de minha alma; eu me abismei em a prostituição.” (p. 26)

Este conto moral não estabelece, pelo menos na tradução portuguesa, a enorme distância que no séc. XVIII medeava entre *libertinagem* e *prostituição*. O *Dicionário* de Morais Silva ainda apresenta para libertinagem resquícios do sentido do séc. XVII em que o termo era sinônimo de incredulidade ou mesmo de ateísmo: “O vício de ser libertino, incrédulo, mal morigerado”. E, ao definir *libertino*, os dois sentidos, o do séc. XVII e do séc. XVIII, são claramente destacados: “O que sacudiu o jugo da Revelação, e presume que a razão só pode guiar com certeza no que respeita a Deus, à vida futura, etc.; fig., o que é licencioso na vida: neste sentido é moderno.”⁽³⁾ Ora, no séc. XVIII, a libertinagem era o prazer gratuito, não um prazer pago, era a livre expansão dos sentidos e, se a quiséssemos relacionar com um determinado grupo social, era com as altas classes que tínhamos de estabelecer a relação. Neste conto, nada nos leva a crer que a jovem pertencesse a uma classe elevada, mas também nada nos é dito em contrário. Assistimos ao despertar da sua sensualidade e à sua primeira experiência amorosa, e a própria narradora nos confessa: “a paixão dá libertinagem se apoderou da minha alma.” E o castigo final desta paixão é o mesmo que encontramos nos romances de Sade, quando este respeita os preconceitos morais do seu público: É pelo próprio corpo que o libertino ou a libertina encontram o seu castigo: “Eu fui castigada de meus prazeres: a dor se veio apoderar do instrumento do crime: um veneno mortal se mistura em meu sangue, e me forma um objeto de horror para os outros e para mim mesma.” (p. 29)

(3) Mesmo posteriormente, no seu *Glossário*, Fr. Francisco de S. Luis explica os termos *libertino* e *libertinagem* de maneira a unir os dois significados: “São vocábulos trazidos do francês. O uso geral porém os tem adotado, e não sem causa, se com eles significarmos a idéia complexa de licenciosidade com irreligião: homem devasso em costumes, com erradas opiniões religiosas; a qual idéia se não poderia exprimir por outro modo em português, sem circunlóquio.”

O deslize semântico de *libertinagem* para *prostituição* e o emprego deste último termo no título da tradução portuguesa (*O castigo da prostituição*) significam que, para o público leitor deste conto moral, libertinagem ainda soava de forma demasiadamente tentadora, em primeiro lugar por ser gratuita e ainda por ser requinte das altas classes; ao passo que o termo prostituição imediatamente degradava o prazer, por este ser vendido e por estar relacionado com as classes baixas.

Para o volume da produção anual da Imprensa Régia, o ano de 1815 foi fértil em novelas traduzidas do francês. Uma outra tem como título *As duas desafortunadas* e apresenta-nos as histórias de Lucília e a da marquesa de Clarence, ambas retiradas num convento e ligadas por uma viva amizade que as leva a contarem uma à outra os seus infortúnios. Recordação de *A religiosa* de Diderot?

É Lucília quem primeiro conta a sua história. Inicialmente, narra a parte feliz dos seus amores: “A igualdade de idade, o nascimento, a fortuna, a união mesmo de nossas duas famílias, e mais ainda uma inclinação mútua, nos tinha unido um ao outro.” (p. 7) Depois, o início do seu infortúnio: “O interesse, que rompe todos os laços; exceto aqueles de um terno amor, o interesse enfim dividiu nossas famílias; um processo fatal, intentado contra minha mãe, foi para nós a origem dos nossos males. O ódio mútuo de nossos pais se levantou entre nós como uma eterna barreira; de sorte que foi forçosa a privação de nos vermos.” (p. 9) Uma carta clandestina, dirigida pelo amante, provocou a ida para o convento; a perda do processo foi a causa da tomada de hábito por razões econômicas, isto é, por não haver mais a possibilidade de um dote. A mãe diz à filha: “Perdeu-se o processo, e com ele toda a esperança de vos estabelecer em o mundo. Apenas resta a meu filho com que possa sustentár seu nascimento. Quanto a vós, minha filha, é para aqui que Deus vos tem chamado: amanhã tomareis o hábito.” (p. 13) Lucília encontrava-se no convento há cinco anos, quando a marquesa de Clarence nele entrou, procurando o esquecimento das suas penas.

Segue-se a narrativa dos amores infelizes da marquesa, cujo marido se tornara libertino, deixando-se corromper pelo exemplo da dissoluta sociedade parisiense. No fim da narrativa, um nome pronunciado pela marquesa dá a conhecer a Lucília que ambas tinham afinal amado o mesmo homem, e isso ainda mais as une. Passado tempo, chega ao convento a notícia de que o marquês esta-

va à morte e desejava ver a esposa. No seu leito de moribundo, ele pronuncia as habituais palavras do libertino arrependido que vê o seu corpo destruído pela vida dissoluta e lamenta os seus erros. Tem uma bela morte, e a marquesa regressa ao convento, onde toma o hábito.

Como vemos, pela análise das 3 obras romanescas publicadas pela Impressão Régia em 1815 (excetuando o conto de caráter popular, a *História da donzela Teodora*), as novelas apresentam todas as características do romance de sucesso do séc. XVIII francês. As oposições marcadas são as de paixão/razão, vício/virtude, libertinagem/amor inocente. Os objetivos moralizantes: as consequências trágicas da paixão; a degradação física, a doença, a morte, como castigo da libertinagem.

Qual seria o público consumidor de novelas? Vimo-las escassamente representadas na biblioteca de um nobre; na biblioteca de um rico negociante, como Elias Antônio Lopes, nem aparecem. Que havia um público para elas no Rio de Janeiro, principalmente depois de 1813, não há dúvida alguma, pois, caso contrário, os livreiros não fariam uma publicidade específica, como podemos ver pelo seguinte aviso de Paulo Martin, anunciando que na sua loja se achavam as seguintes novelas: "*A filósofa por amor*, 2 vol. 1:920. *História de dois amantes*, 960. *Paulo e Virginia*, 2 vol. 1:600. *Choupana índia*, 640. *Cartas de uma peruviana*, 2 vol. 1:600. *Diabo coxo*, 2 vol. 1:600. *Cartas americanas*, 960 réis; assim como um grande sortimento na mesma matéria, cujo catálogo se pode ver na mesma loja." (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 24, 1813.) Infelizmente, estes catálogos dos livreiros não chegaram até nós, mas o anúncio acentua a existência de "um grande sortimento" de novelas. O gênero tinha tanta procura que bastava anunciar simplesmente "novelas", sem qualquer forma retórica de persuasão do comprador. Só em 1817 a *Gazeta* traz um aviso, anunciando uma nova edição da *Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusoe*, em que o anunciante acrescenta: "novela que tem merecido geral aceitação." Também a tradução de Fielding, *Tom Jones ou o enfeitado* é apresentada como uma "nova e engraçada novela". Pode ainda considerar-se uma forma publicitária para a época anunciar "novelas impressas pela primeira vez", em que a novidade da publicação atua como atrativo para o comprador; ou então a expressão "novelas vindas agora de Lisboa". A *Atala* de Chateaubriand é elogiada como uma "novela de grande merecimento", outras obras como "novelas mui galântes e divertidas".

O grande problema é o de saber que faixa social consumia estes contos e novelas, tão repetidamente anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Que havia em circulação um número assaz elevado destas produções (quase todas as que saíam dos prelos de Lisboa), e que havia um gosto, talvez inconfessado, por elas, é fato que não merece dúvida. Temos, contudo, de deixar em suspenso a questão do público consumidor deste tipo de produção literária, pelo menos enquanto não dispusermos de uma abundância de fontes como as que foram utilizadas por Daniel Ligou em “La part du roman dans quelques bibliothèques du XVIII^e siècle.” (4)

(4) Em *Roman et lumières au XVIII^e siècle*, Paris, 1970.

O CICLO NAPOLEÔNICO

"...ora se vê o dragão, que se acoitara no fantástico paraíso da terra, erguer de súbito a cabeça ante nós e sobre nós..."

SILVA LISBOA, *Extratos das obras de Burke*

Muito embora a produção literária, no início do séc. XIX, estivesse marcada pela teoria dos gêneros, vemos irromper textos que dificilmente se enquadram na classificação então existente, até porque muitos deles assumem um caráter nitidamente popular. Trata-se das obras e folhetos destinados a combater e denegrir o "terrível corso", primeiro em Portugal e depois no Rio de Janeiro. O auge de tais publicações foi atingido nos anos de 1808 e 1809, mas o interesse prolongou-se até 1815, e a lista das obras anunciadas pelos livreiros do Rio de Janeiro permite a compreensão do fenômeno que poderemos denominar "ciclo napoleônico".⁽¹⁾ Muitos desses folhetos são diretamente contra Napoleão, outros contra os seus mais célebres generais, outros, finalmente, contra os franceses em geral. Poderíamos ainda considerar como complementos deste ciclo napoleônico as obras panegíricas dos chefes militares ingleses, espanhóis ou portugueses. Muitos desses textos não puderam ser identificados quanto à autoria e data de publicação e, portanto, serão enumerados apenas com os títulos abreviados com que aparecem nos anúncios:

(1) Jean Tulard reuniu numa antologia, intitulada *L'anti-Napoléon. Légende noire de l'Empereur*, uma série de textos, muitos dos quais circularam em tradução portuguesa, contra o corso maldito.

- 1) *Bonaparte argüido pela fortuna.*
- 2) *Cartilha napoleônica. Diálogo entre Napoleão e um mouro.*
- 3) *Diálogo entre Murat e Bonaparte.*
- 4) *O D. Quixote de agora (Bonaparte) comparado com o Sancho Pança de algum dia.*
- 5) *Diálogo entre Lúcifer e Bonaparte.*
- 6) *Entrada de Napoleão no Inferno.*
- 7) *Estado atual de Napoleão.*
- 8) *Ensaio sobre as causas da revolução, que chamou Bonaparte novamente da ilha de Elba a Paris.*
- 9) *Sistema militar de Bonaparte.(2)*
- 10) *Memórias históricas sobre Napoleão Bonaparte; juízo que se deve fazer dele pelas suas próprias palavras e obras.*
- 11) *Política infernal, entre Lúcifer e Bonaparte.*
- 12) *Reconvenção de Bonaparte a um espanhol.*
- 13) *Retrato político do imperador dos franceses.*
- 14) *O Tirano da Europa, Napoleão I.*
- 15) *Vida de Bonaparte.*
- 16) *Testamento de Bonaparte, em que divide o mundo inteiro a seu arbítrio.*
- 17) *Vida de Madama Bonaparte.*
- 18) *Carta a um general francês.*
- 19) *Cartas de parabém da boa vinda a José Bonaparte.*
- 20) *Carta do general francês da Pis.*
- 21) *Cartas do general Sarazin ao general Bonaparte.*
- 22) *Diálogo entre as personagens da França.*
- 23) *Fugida de Luciano Bonaparte.*
- 24) *Morte de Murat ou simium jocoso-sério.*
- 25) *Proclamação de Junot.*
- 26) *Sonhos de Junot.*
- 27) *Caráter militar do exército francês.*
- 28) *Castigo da proteção francesa.*
- 29) *Como se pensa em França.*
- 30) *Cavalhos, que contém toda a perfídia dos franceses na Espanha.*
- 31) *Discurso aos franceses.*
- 32) *Desertor francês.*
- 33) *Discurso sobre a ruína de Portugal.*
- 34) *Discurso dirigido aos portugueses, com uma profecia política sobre a próxima decadência do império francês.*
- 35) *Évora no seu abatimento.*
- 36) *Estado presente da Europa.*

(2) O título francês era *Essai sur le système militaire de Bonaparte par C. H. S.; officier d'état-major moscovite* (1810).

- 37) *Exposição dos maquinadores, por Cevalhos.*
- 38) *Golosina à francesa.*
- 39) *Grasinação à francesa.*
- 40) *Gemidos de Sully contra o profundo sono dos franceses.*
- 41) *História de um povo desgraçado.*
- 42) *Narração histórica do combate, saque e crueldades praticadas pelos franceses na cidade de Évora.*
- 43) *Paralelo entre a França e a Inglaterra.*
- 44) *Proteção à francesa e à portuguesa.*
- 45) *Pinturas horríveis da França.*
- 46) *Profecia política dirigida às nações todas, para seu total desengano e conhecimento nas atuais circunstâncias.*
- 47) *Relação circunstanciada do exército francês.*
- 48) *Sentinelas contra franceses.*
- 49) *Viagem sentimental à província do Minho, que declara os estragos que fizeram os franceses naquela província.*
- 50) *Congratulação de Portugal aos manes de seus primeiros heróis pela nova liberdade.*
- 51) *Convite dos espanhóis aos portugueses.*
- 52) *Carta de um amigo da Espanha a um português.*
- 53) *Conversação do príncipe Munit com D. Manuel Godoy.*
- 54) *Combates de Silveira.*
- 55) *Canção real dirigida ao grande Palafox.*
- 56) *Consideração de um verdadeiro espanhol.*
- 57) *Cartas do outro mundo escritas por Pitt.*
- 58) *Aos defensores da Pátria.*
- 59) *Discursos ditados pelo patriotismo.*
- 60) *Defensor da Pátria.*
- 61) *Discurso que dirige um espanhol.*
- 62) *Elogio da plebe da nação espanhola.*
- 63) *Elogio aos restauradores de Portugal.*
- 64) *A Europa libertada pelo sereníssimo Príncipe Regente de Portugal, e o valor dos portugueses.*
- 65) *Fala de bom português a seus patriotas.*
- 66) *Fala aos soldados acadêmicos.*
- 67) *Fatos de Palafox.*
- 68) *Glória de Portugal.*
- 69) *Interesse das nações em dar socorro à Espanha.*
- 70) *Idéia histórica de Saragoça.*
- 71) *O que mais importa à Espanha.*
- 72) *O que se deve a Valença.*
- 73) *A Pátria contra o inimigo comum, traduzido do espanhol.*
- 74) *Patriotismo militar.*

- 75) *Proclamação de um general português aos espanhóis.*
- 76) *Portugal desafrontado. Diálogo entre um francês e um eclesiástico do Minho.*
- 77) *O Patriótico, onde em diversas poesias se toca a 1.^a, 2.^a e 3.^a expulsões dos franceses de Portugal, e se elogia os chefes que as dirigiram.*
- 78) *Promessas de Cristo a Portugal.*
- 79) *O Porto invadido e libertado.*
- 80) *Painel da guerra desenhada em comum com os seus toques particulares.*
- 81) *Resolução heróica dos portugueses.*
- 82) *Reflexões sobre a conduta do P.R.N.S.*
- 83) *Sentimentos patrióticos.*
- 84) *Sermão da restauração pelo padre Pato.*
- 85) *Sonetos da morte de Nelson.*

Conseguí identificar as seguintes obras:

- 1) *Correio do outro mundo. Diálogo entre um druida e um moderno francês. Traduzido do espanhol, Lisboa, Impressão Régia, 1808.*
- 2) FRANCO, Francisco Soares — *Exame das causas que alegou o Gabinete das Tulherias, para mandar contra Portugal os exércitos francês e espanhol em novembro de 1807.* Lisboa, Impressão Régia, 1808.
- 3) *Mentor da moda, ou educação à francesa em forma de catecismo, para conhecimento do desorientado sistema da França nestes últimos dias.* Por M. V. M. Lisboa, Impr. de Alcobia, 1808.
- 4) *Relação da viagem de Junot a Portugal, dada por ele mesmo a seu amo Napoleão, com notas verdadeiras e interessantes.* Coimbra, R. Impr. da Universidade, 1808.
- 5) NEVES, José Acúrsio das — *Manifesto da razão contra as usurpações francesas.* Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1808.
- 6) NEVES, José Acúrsio das — *O despertador dos soberanos e dos povos, oferecido à humanidade.* Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1808.
- 7) COSTA, José Daniel R. da — *Proteção à francesa.* Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1808.
- 8) COSTA, José Daniel Rodrigues da — *Embarque dos apaixonados dos franceses para o hospital do mundo, ou segunda parte da proteção à francesa,* Lisboa, Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1808.
- 9) COSTA, José Daniel R. da — *Partidista contra partidistas, e jacobinos praguejados.* Lisboa na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1809.
- 10) COSTA, José Daniel R. da — *Resposta à proclamação do general Augereau desmascarado nesta análise, que dedica ao senhor J. J. de C.* Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1809.

- 11) FRANCO, Francisco Soares — *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal, se por desgraça os franceses chegassem a dominar*. Lisboa, na Of. de Antônio Rodrigues Galhardo, 1809.
- 12) NEVES, José Acúrsio das — *A salvação da pátria. Proclamação aos portugueses sobre a sua honra, e o seu dever nas atuais circunstâncias da monarquia*. Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1809.
- 13) NEVES, José Acúrsio das — *Reflexões sobre a invasão dos franceses em Portugal*. Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1809.
- 14) NEVES, José Acúrsio das — *A generosidade de Jorge III e a ambição de Bonaparte, Wellesley e os generais franceses*. Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1809.
- 15) *Notícias do combate que tiveram as tropas inglesas e portuguesas, comandadas pelo senhor marechal general Wellesley contra os franceses, e a derrota do exército inimigo*. Lisboa, Impr. Régia, 1809.
- 16) *Palafox, verdadeiro herói da história e da Europa, demonstrado por suas ações heróicas*. Por um espanhol. Lisboa, Of. de João Evangelista Garcez, 1809.
- 17) *O Plutarco revolucionário, que descreve a vida e caráter das personagens, que mais se têm distinguido nos anais recentes da República francesa. Escrito em inglês e traduzido do original em português*. Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1809.
- 18) SILVA, P.^o José Joaquim da — *Évora lastimosa pela deplorável catástrofe do fatal tríduo de 29, 30 e 31 de julho de 1808. Memória histórica*. Lisboa, na Of. de João Rodrigues Neves e na Imprensa Régia, 1809-1814.
- 19) (GOLDSMITH, Lewis) — *História secreta da corte e gabinete de S. Cloud, ou de Bonaparte. Em uma série de cartas, escritas durante os meses de agosto, setembro e outubro de 1805 por um sujeito residente em Paris, a um nobre de Londres. Traduzido do inglês em português por Joaquim José Pedro Lopes*. Lisboa, na Of. de Joaquim Rodrigues de Andrade, 1810.
- 20) GOLDSMITH, Lewis — *História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte, com a sua vida privada, caráter, administração doméstica e conduta com as nações estrangeiras etc., seguida de dois apêndices...* Traduzido em português. Lisboa, Impr. Régia, 1811.
- 21) NEVES, José Acúrsio das — *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa, na Of. de Simão Tadeu Ferreira, 1810-1811.
- 22) *Conversação que teve o general Berthier com o abade Maury no palácio de Bonaparte, em 15 de agosto de 1810: escrita em Londres pelo general Sarrazin*. Lisboa, Impr. Régia, 1811.
- 23) *Resposta do general Sarrazin à conta dada ao general Bonaparte pelo general Clarke, ministro da Guerra*. Lisboa, Impr. Régia, 1811.
- 24) *Sepúlveda patenteado, ou voz pública e solene, depositada em documentos autênticos, que devem servir para resolver a questão: Quem foi o primeiro chefe e proclamador da revolução transmontana em 1808?* Londres, Impr. por T. C. Hansard, 1813.

Todas estas obras circularam no Rio de Janeiro e a Imprensa Régia carioca também ocupou os seus prelos com folhetos contra Napoleão e os franceses, principalmente nos dois primeiros anos da estadia da corte. Procedi, nestes textos, a um levantamento vocabular dos adjetivos e expressões usadas para designar o imperador dos franceses, pois através desta análise lingüística se reconstitui a "imagem" que dele se pretendia divulgar entre a população. Creio que nunca a imaginação metafórica encontrou um tão amplo campo onde se exercer...

A simples adjetivação do nome próprio é o recurso menos usado: "atroz Napoleão", "furioso Napoleão", "feroz Napoleão", "infame Napoleão" são, por assim dizer, formas fracas de expressividade insultuosa. Constatamos ser a antonomásia o processo preferido: o nome próprio some e em seu lugar aparece uma variedade enorme de expressões. "Cometa sorvedor dos impérios", "colosso gálico", "ditador gálico", "aleivoso galo", "galo fermentado", "déspota", "sanguinolento déspota universal", "inimigo da humanidade", "inimigo do gênero humano", "flagelo dos homens", "tirano", "tirano implacável", "corso", "dragão corso", "dragão barbaresco", "argelino", "monstro revolucionário", "monstro da Córsega", "monstro sanguinoso", "arrogante usurpador", "soldado furioso", "soldado infatuado", "encarniçado inimigo do comércio", "bárbaro fisiocrata", "cruel centauro", "novo Nero", "Polifemo"...

Estas expressões conotam toda uma rede de enunciados: Napoleão é um tirano, um déspota, em oposição aos soberanos iluminados; é um usurpador, em oposição aos soberanos legítimos; um corso,⁽³⁾ um argelino (sinônimos de povos bárbaros), em oposição aos povos civilizados; um bárbaro fisiocrata, em oposição aos defensores do comércio. Só nos escapa a conotação ligada a Polifemo: seria apenas uma maneira de exagerar a feiúra física de Napoleão, ou haveria mais alguma significação subjacente?

A "imagem" de Napoleão é conspurcada, em primeiro lugar, pela sua origem social: ele foi "tirado da fez do povo". Depois, pela imoralidade de todos os membros da sua família, a começar pela mãe, e a essa tarefa se dedicava o *Plutarco revolucionário*, publicado em Lisboa e no Rio de Janeiro. A ascensão de Napoleão fora realizada "pela astúcia, pelos estratagemas, pela fraude" e mesmo as suas vitórias militares tinham sido alcançadas "por

(3) Silva Lisboa ajuda a esclarecer a conotação de *corso*: "É antiga tradição, desde que o celebrado moralista Sêneca foi desterrado para a Corsica no império de Nerão, que as quatro virtudes cardeais do credo dos cursos são: vingança, roubo, mentira, impiedade." (*Memória da vida pública do Lord Wellington*, t. II, p. 34.)

traições e por tão vilíssimas intrigas, que o mais desprezível almo-creve se envergonharia de vencer, por semelhante modo, qualquer dos seus companheiros”. Mesmo um autor dos mais comedidos, como José da Silva Lisboa, procurava abater o prestígio militar de Napoleão nos seguintes termos: “Tal foi o desfecho da tragicomédia do império de um soldado infatuado, que a cabala ateística saudou invencível, omniscio, onnipotente, o Alexandre do século, porque a fortuna por três lustros o pavoneou com ímpias vitórias, devidas ao heretismo revolucionário e despotismo assolador, e não a mérito algum transcendente, militar ou civil.” (*Memória da vida pública do Lord Wellington*, t. I, p. 377.)

Uma das características mais interessantes deste ciclo napoleônico foi a profunda repercussão que obteve junto das camadas populares, principalmente em Portugal. (4) Acredito que, no Brasil, estes textos encontrassem um eco popular muito menos intenso, uma vez que o país não tinha sofrido a invasão dos exércitos napoleônicos, mas os folhetos impressos no Rio de Janeiro não levavam em conta tal diferença e utilizavam os mesmos recursos formais e lingüísticos para atingir a massa. Vejamos a *Receita especial para fabricar napoleões*, folheto publicado pela Impressão Régia do Rio em 1809 (5) e que contém apenas os seguintes versos:

RECEITA

*Toma um punho de terra corrompida,
Um quintal de mentira refinada,
Um barril de impiedade alambicada,
Da audácia uma canada bem medida;*

*A cauda do Pavão toda estendida,
Com a unha de Tigre ensanguentada.
De corso o coração, e a refalsada
Cabeça de Raposa envelhecida:*

*Tudo isto bem cozido em lento fogo
De exterior fagueiro, meigo, e brando,
Atrevida ambição lhe lances rogo:*

*Deixa que se vá tudo incorporando
E assim mui presto espera; porque logo
Sai um Napoleão dali voando.*

(4) Ver os trabalhos de Pires de Lima, citados na bibliografia.

(5) Este folheto era vendido por 100 réis na loja de Paulo Martin, onde se achavam “todos os folhetos que têm saído neste gênero”.

Nem sempre os textos do ciclo napoleônico assumiam uma forma popular. Em 1811, vemos sair dos prelos da Impressão Régia do Rio uns versos “eruditos”, em francês, contra Massena e a favor de lorde Wellington, em que o primeiro recebe o epíteto de “domestique d’un Corse”, “esclave d’un tyran”, e em que o segundo é comparado a Fábio e Cipião e apelidado de herói e de “terreur des factieux”.

Podemos ainda relacionar com este ciclo napoleônico uma série de publicações, surgidas em Portugal e divulgadas no Rio nas primeiras décadas do séc. XIX, sobre os pedreiros-livres e sobre o Anticristo. Os primeiros eram identificados com os partidários das idéias francesas e muitas vezes o segundo aparecia como sendo Napoleão. Estes textos, contudo, surgem alguns anos depois do ciclo napoleônico propriamente dito, por volta de 1813. Vejamos alguns deles: *Segredo revelado dos pedreiros-livres*, em 6 volumes; *Verdades sobre a vinda do Anticristo*, “relação em a qual se dá notícia de donde há-de nascer, que page há-de ter, que vida fará, que vitórias há-de haver, que fim terá, e ultimamente que sinais lhe hão-de preceder”, pelo doutor Bruno de Mendonça Furtado; *História secreta da seita dos franc-maçons*, “sua origem, doutrina e máximas, com a descrição de algumas lojas, e o que se passa nelas quando se recebe algum por franc-maçom”; *Atalaia contra os pedreiros-livres*, “na qual se descreve a sua origem, seu segredo e juramento, e na qual se descobre a cifra, com que se escrevem, e as ações, sinais e palavras, com que se conhecem”. A respeito desta obra, autêntico sucesso de livraria, o anunciante esclarecia: “Esta é a segunda impressão desta obra, tendo-se consumido no espaço de quinze dias a primeira edição.” Havia ainda a *Nova sentinela contra franc-mações*, “discurso sobre sua origem, instituto, segredo e juramento, vai adicionado com um discurso sobre a filosofia dos iluminados, e suas máximas, sediciosas contra a religião, soberanos e governos”; *Os precursores do Anticristo*, “história profética dos mais famosos ímpios, que tem havido até ao presente, com uma dissertação sobre a vinda e futuro reinado do Anticristo”, traduzido da sexta impressão do original francês.

Tomarei esta última obra como exemplo de um tipo de produção literária de grande sucesso na época, não apenas em Portugal, mas também, como se vê pelo anúncio, em França. Aliás o tradutor, na sua prefação, alude à popularidade do texto: “A pre-

sente obra teve em França tal aceitação desde que o ano passado se publicou em Lião, que no mesmo ano viu a sexta edição, da qual eu a traduzi.”

Mas qual o conteúdo de uma obra deste tipo? O subtítulo já fornece uma indicação: “história profética dos mais famosos ímpios que tem havido desde o estabelecimento da Igreja até nossos dias; ou a Revolução francesa profetizada por S. João Evangelista.” Na reflexão preliminar, o autor escreve: “A Igreja de Jesus Cristo tem sucessivamente triunfado da Idolatria, do Arianismo, do Cisma, da Heresia. Não é por ventura necessário à sua glória que ela triunfe também da Filosofia, desse monstro inimigo de Deus e dos homens, hediondo composto de todas as impiedades juntas? Este milagre há-de acontecer, e nós o veremos.” E acrescenta esperançoso: “Ver-se-á que o ano de 1817 é o *nec plus ultra* do termo assinalado às destruidoras maquinações da ímpia Filosofia. É tempo de ela entrar em seus covis subterrâneos, e de ser conculcada a sua malícia, para que os homens virtuosos, cuja paciência ela por tanto tempo tem afligido, possam tomar algum alento.”

Nesta obra Napoleão não é identificado com o Anticristo, mas é considerado como o seu último precursor, baseando-se o autor no Apocalipse de S. João:

“Achareis nele assombrosos raios de luz, não só sobre a origem, progressos e castigos da ímpia seita, que tão horríveis estragos há causado, tanto na ordem da religião, como na ordem da sociedade, mas também sobre o reinado do homem terrível, que deve chegar nos fins dos tempos, e cujo último precursor nós vimos aparecer.” (p. 3)

Segundo o texto do Apocalipse, “depois de estarem consumados mil anos, será Satanás desatado da sua prisão...”. Simplesmente, “o dragão infernal” não foi desatado subitamente. A sua vinda foi preparada por Lutero e as seitas protestantes, e pelos filósofos, e o ano de 1800 marca o fim dos mil anos de glória da Igreja. “Pasmai de admiração vendo aparecer naquele mesmo ano, à frente do governo filosófico, com o título de Primeiro Cônsul, o Anjo do Abismo...”. Napoleão é, portanto, Satanás encarnado, o Exterminador que acabou com o reinado de mil anos. “Eis aquele que vai fazer-se reconhecer Imperador do país das Lizes e Rei da Itália, vencer todas as potências católicas, expulsar o Sumo Pontífice dos seus Estados; apoderar-se de todas as terras

da Igreja, colocar no trono a Filosofia, e reinar em nome de Salanás.” (p. 173) A própria palavra *Napoléão* força a identificação. Anjo do Abismo era em grego *Apollyon* e portanto: “Qual é este Anjo do Abismo, isto é, este enviado, este representante do Dragão infernal? Não reconheceis vós Napoleão? Não é ele aqui designado pelo seu nome quase à risca?”

Esta obra serviu apenas como exemplo de um tipo de produção literária de grande sucesso, pertencendo, embora indiretamente, àquilo que convencionei denominar o ciclo napoleônico e que, do ponto de vista do consumo, foi muito mais importante nas primeiras décadas do século passado do que os gêneros tradicionais.

CONCLUSÃO

... on suppose qu'entre tous les événements d'une aire spatio-temporelle bien définie, entre tous les phénomènes dont on a retrouvé la trace, on doit pouvoir établir un système de relations homogènes: réseau de causalité permettant de dériver chacun d'eux, rapports d'analogie montrant comment ils se symbolisent les uns les autres, ou comment ils expriment tous un seul et même noyau central; on suppose d'autre part qu'une seule et même forme d'historicité emporte les structures économiques, les stabilités sociales, l'inertie des mentalités, les habitudes techniques, les comportements politiques, et les soumet tous au même type de transformation.

MICHEL FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*

A retórica inerente a toda a forma de discurso que se pretende persuasivo aconselharia neste momento a sintetizar. Onde se admite uma análise sem síntese, uma descrição sem explicação?

Não vou, contudo, escrever uma conclusão desse tipo, precisamente porque não partilho das habituais suposições a que alude Foucault na epígrafe citada. Entre as várias séries de eventos de uma área espaço-temporal (Rio de Janeiro, 1808-1821) não é possível estabelecer um sistema único de relações, sejam elas de causalidade ou de analogia. Essas séries nem mesmo podem ser consideradas como expressões de uma mesma "visão do mundo".

O que se passa é que os eventos se distribuem por séries, cada uma das quais dotada de uma historicidade própria, e é preciso que o historiador se habitue à coexistência dos tempos e à discontinuidade entre as séries. Problemática esta que se complica

mais ainda pela existência de uma estratificação social e pela marginalização de vários grupos em relação à apropriação da escrita. A sociedade estudada é sempre uma parte da sociedade, a cultura descrita um aspecto da cultura, a amostra lingüística analisada apenas uma amostra parcial do ponto de vista dos locutores. Estamos constantemente perante aquilo que Foucault denomina, em *L'ordre du discours*, "a rarefação dos sujeitos falantes", consequência dos processos utilizados para controlar os discursos emitidos numa dada sociedade.

Mas, mesmo colocando entre parênteses a problemática relacionada com o carácter necessariamente parcial do objeto constituído (parcialidade que nada tem que ver com a subjetividade do historiador, mas sim com o "elitismo" da documentação), como estabelecer um único sistema de relações entre as diversas séries de eventos descritos? Claro que estou aqui empregando o termo *evento* num sentido muito mais amplo do que o habitual: uma obra científica ou literária, uma máquina são eventos no mesmo sentido que a criação de um banco ou um movimento de tropas.

Quando me propus fazer a história da cultura de uma determinada sociedade bem delimitada no espaço e no tempo, não tinha de modo algum em mira chegar a uma unitária "visão do mundo", a uma forma de conjunto coerente, enfim a um princípio que desse coesão a todos os eventos descritos. Não pretendia chegar àquilo que Foucault denomina uma descrição global.⁽¹⁾ A essa *história global* da cultura preferi substituir uma *história geral*, tão ampla quanto possível, percorrida por tantas séries de eventos quantas me foi dado reunir. A recusa de uma história global tem como consequência a dificuldade de "fechar" este trabalho com uma bela síntese tranqüilizadora, dirigida a um leitor que não gosta de se sentir perdido no espaço de uma dispersão.

Uma história geral da cultura assume um aspecto mais discontinuo, mais complexo e mais problemático do que uma história global da cultura que subsume a descrição linear numa síntese brilhante, em que todos os elementos da análise são reunidos, por assim dizer, num foco comum. Mas o que se perde na simplicidade e clareza de uma conclusão global, ganha-se no rigor de análise, pois a descrição não é "tendenciosa", ou seja, tendente a defender uma determinada "tese", ou "interpretação".

(1) "Une description globale resserre tous les phénomènes autour d'un centre unique — principe, signification, esprit, vision du monde, forme d'ensemble." (*L'archéologie du savoir*, p. 19.)

Afirmar com Paul Veyne que a história é o reino da justaposição e que o número de séries suscetíveis de serem constituídas pelo historiador é infinito, não significa de modo algum o retorno a um positivismo definitivamente morto desde o século passado. Preferir a compreensão pela descrição à explicação não é sinônimo de um regresso a Max Weber, mas sim uma lucidez nova e um ceticismo muito forte em relação às pretensas explicações em história da cultura. Descrição e compreensão assumem hoje conotações novas, que nada têm que ver com positivismo ou weberianismo, mas que são o resultado da prática de uma história serial, seja ela quantitativa ou puramente qualitativa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS

Instituto de Estudos Brasileiros

- 1 — Memória sobre a justa preferência que merece o Reino do Brasil sobre os outros domínios portugueses para residência por agora de S.M.F. Progressos de que é suscetível este país debaixo de um sábio e generoso governo. Dedicada a S. M. o senhor D. João vi por D. Diogo Maria Galhard.
- 2 — Coleção de papéis avulsos, memórias, cartas, etc. pertencentes a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares. 1808-1815.
- 3 — Documentos e peças relativas aos desposórios de S. A. a arquiduchessa D. Carolina Josefa Leopoldina da Áustria com o príncipe D. Pedro de Alcântara de Portugal e Brasil. 1816-1818.
- 4 — Journal historique de la campagne faite dans la Méditerranée et l'océan à bord de la flûte du roi *L'Arriège*, sous le commandement de M. Fleury, Cap.^e de frégate, depuis le 4 mai 1818.
- 5 — (PALLIÈRE, Armand Julien.) — Mon voyage dans les mines générales, de la Cap.^e de Rio de Janeiro en 1821. Le 16 juillet 1821.
- 6 — Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Socorro, ereta na igreja do Patriarca Santo Domingos do Rio de Janeiro. 1806.
- 7 — (Carta do visconde de São Lourenço ao marquês do Funchal, datada do Rio de Janeiro, a 8 de junho de 1810.)

Biblioteca Nacional

- 1 — Catálogo dos livros da biblioteca do conde da Barca em 1818.
- 2 — Catálogo da biblioteca da Academia dos Guardas-Marinhas, criada por ordem de S.A.R. na cidade do Rio de Janeiro.
- 3 — Memória sobre as principais causas, que promovem as deserções nos corpos de linha do Exército do Brasil, e os meios que convém adotar, para evitar a continuação deste horrível mal do Estado.
- 4 — Reflexões sobre a instituição da Força Armada da capitania do Rio de Janeiro, a fim que esta não somente seja a máxima possível em defesa do país, mas também a menos perigosa em seus efeitos, pelo que respeita a todos os interesses em geral de uma nação civilizada.

Arquivo Nacional

- Cód. 149 — Consultas da Mesa do Desembargo do Paço.
Cód. 229 — Irmandade dos Passos de N. S. Jesus Cristo: lançamento de contas de 1781 e entrada de irmãos.

- Cód. 318 — Registro de avisos, portarias, ordens e ofícios à Polícia da Corte, editais e provimentos, etc.
- Cód. 323 — Registro da correspondência da Polícia (ofícios da Polícia aos ministros de Estado, juizes do Crime, Câmaras, etc.).
- Cód. 330 — Registro das ordens e ofícios expedidos pela Polícia ao juiz do Crime dos bairros de S. José, Santa Rita, da Sé, Candelária e outros.
- Cód. 368 — Polícia: Devassas.
- Cód. 664 — Plano do código de comércio, feito por José da Silva Lisboa em 1809.
- Cód. 789 — Inventário dos bens do conselheiro Elias Antônio Lopes, 1815.
- Cód. 812 — Documentos manuscritos do antigo Senado da Câmara sobre vários assuntos.
- Cód. 825 — Reforma do compromisso da Irmandade de S. Antônio da Moraria, ereta na igreja do Rosário do Rio de Janeiro, 1812.
- Caixa 148 — Cadeiras de instrução pública (Corte).
- Caixa 385 — Real Junta do Comércio: Patentes de invenções.

PERIÓDICOS

- 1 — *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821).
- 2 — *O Patriota* (1813-1814).
- 3 — *Gazeta de Lisboa* (1808-1821).

PUBLICAÇÕES DA IMPRESSÃO RÉGIA

1808

- 1 — (SILVA, Manuel Vieira da) — Reflexões sobre alguns dos meios propostos, por mais conducentes, para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro.
- 2 — LISBOA, José da Silva — Observações sobre o comércio franco no Brasil.
- 3 — SAMPAIO, Duarte Mendes de — Oração sagrada que em ação de graças pelo feliz trânsito de Sua Alteza Real, e sua sereníssima família, da Europa portuguesa para os seus Estados do Brasil, foi recitada na Santa Igreja Catedral do Rio de Janeiro, e estando presente o mesmo senhor, por (...), pregador régio, e cônego magistral da Sé da mesma cidade, reitor do seminário de N. Senhora da Lapa do Desterro, em o dia 15 de março de 1808.
- 4 — (M. C. C.) — O verdadeiro valor militar funda-se no verdadeiro amor da religião.

1809

- 5 — MOIRA, Eduardo José de — Oração, que no dia 22 de janeiro de 1809 recitou (...), vigário colado da freguesia de S. Salvador dos Campos de Goitacazes, na solene ação de graças pela feliz restauração do Reino de Portugal, presentes o Senado, clero, nobreza e povo, oferecida ao ilustríssimo senhor Paulo Fernandes Viana.

- 6 — Receita especial para fabricar napoleões, traduzida de um novo exemplar, impresso em espanhol, por um amigo de ganhar vinténs. É infalível.
- 7 — (M. de S. e A.) — À restauração de Portugal.
- 8 — O Plutarco revolucionário, na parte que contém as vidas de madama Bonaparte, e outros desta família. Traduzido do inglês.
- 9 — Os pedreiros-livres e os iluminados, que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos, de cujas seitas se tem formado a pestilencial Irmandade, a que hoje se chama Jacobinismo.
- 10 — Proteção à francesa.

1810

- 11 — LISBOA, José da Silva — Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil.
- 12 — LISBOA, José da Silva — Refutação das declamações contra o comércio inglês, extraída de autores eminentes.
- 13 — LISBOA, José da Silva — Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil.
- 14 — MAZARÉM, Joaquim da Rocha — Tratado de inflamação, feridas e úlceras extraído da *Nosografia cirúrgica* de Antelmo Richerand.
- 15 — POPE, Alexander — Ensaio sobre a crítica de (...), traduzido em português pelo conde de Aguiar; com as notas de José Warton, do tradutor e de outros, e o comentário do Dr. Warbunton.
- 16 — Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N. S. e toda a sua real família chegaram pela primeira vez aquela capital. Ajuntando-se algumas particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo objeto.
- 17 — CÂMARA, D. José Manuel — À Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor pio, augusto, feliz, pai da pátria, em perpétuo testemunho de gratidão oferece (...).
- 18 — O vous, qui le premier avez mis des entraves...
- 19 — Tábua do Capítulo provincial da Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, celebrado no Real Convento de Santo Antônio, aos 12 de outubro de 1811. Sendo presidente nele com autoridade apostólica e régio beneplácito o N.C. Fr. Geraldo de Santa Ana, pregador, ex-definidor e visitador geral.
- 20 — ALIBERT, Jean Louis Marie — Novo ensaio sobre a arte de formular..., trad. por Joaquim da Rocha Mazarém.
- 21 — SMITH, Adam — Compêndio da obra da *Riqueza das nações* traduzida do original inglês por Bento da Silva Lisboa, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.
- 22 — POPE, Alexander — Ensaio morais de (...), em quatro epístolas a diversas pessoas, traduzidos em português pelo conde de Aguiar, com as notas de José Warton e do tradutor.
- 23 — GOMES, Luís de S. Ana — Método novo de curar segura e prontamente o antraz ou carbúnculo e a pústula maligna, oferecido aos seus compatriotas.
- 24 — Notícia do catálogo de livros, que se acham à venda em casa de Manuel Antônio da Silva Serva.

- 25 — LEITE, Antônio Bressane — A união venturosa. Drama com música para se representar no Real Teatro do Rio de Janeiro, no faustíssimo dia dos anos de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, oferecido por (...).

1812

- 26 — BURKE, Edmund — Extratos das obras políticas e econômicas de (...), por José da Silva Lisboa.
- 27 — ANDRADE, Vicente Navarro de — Plano de organização de uma escola médico-cirúrgica, que por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor traçou e escreveu (...).
- 28 — (GUIMARÃES, Manuel Ferreira de Araújo.) — Prospecto (de *O Patriota*).
- 29 — SILVA, Ovídio Saraiva de Carvalho e — O patriotismo acadêmico consagrado ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor D. João de Almeida de Melo e Castro.
- 30 — Observações sobre as caneleiras.
- 31 — FRANCOEUR — Tratado elementar de mecânica, por M. (...), por ordem de Sua Alteza Real, traduzido em português e aumentado de doutrinas, extraídas das obras de Prony, Bossut, Marie, etc. para uso dos alunos da Real Academia Militar desta corte; por José Saturnino da Costa Pereira, cavaleiro na Ordem de Cristo, bacharel formado em matemática, capitão do Real Corpo de Engenheiros e lente do terceiro ano da mesma Academia.

1813

- 32 — SOUSA, Bernardo Avelino Ferreira e — Rimas de (...), oferecidas aos seus amigos.
- 33 — COUTINHO, Gastão Fausto da Câmara — O juramento dos numes, drama. Para se representar na noite da abertura do Real Teatro de S. João.
- 34 — COUTINHO, Gastão Fausto da Câmara — Resposta defensiva e analítica à censura que o redator do *Patriota* fez ao drama intitulado *O juramento dos numes*, descrita no periódico do mês de outubro do presente ano.
- 35 — DENMAN, Thomas — Aforismos sobre as hemorragias uterinas e convulsões puerperais, por (...). M. D. Traduzidas em vulgar por Manuel Álvares da Costa Barreto, primeiro cirurgião-mor da Real Câmara e cirurgião-mor da Real Câmara e cirurgião-mor honorário. Reimpresso por ordem do Príncipe Regente N. S. para uso das escolas médico-cirúrgicas novamente reguladas no Brasil.
- 36 — CARVALHO, Antônio Joaquim de — Galatea; égloga. Primeira e segunda parte.
- 37 — HOMENS, Fr. Francisco da Mãe dos — Oração fúnebre, que nas exéquias da sereníssima senhora Dona Maria Ana Francisca Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana, infanta de Portugal, mandadas fazer por Sua Alteza Real o Príncipe Regente N.S., recitou na Real Capela desta corte em o dia 14 de junho de 1813 (...) religioso agostinho reformado, de Portugal.

- 38 — AXUR, rei de Ormuz. Ópera sério-cômica para representar-se no Real Teatro de S. João no feliz natalício de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria I, rainha de Portugal a 17 de dezembro.
- 39 — (COUTINHO, Gastão Fausto da Câmara) — Recenseamento ao pseudo-exame que o redator do *Patriota* fez à resposta defensiva e analítica do autor d'*O juramento dos numes*, descrito no periódico de janeiro e fevereiro do presente ano.
- 40 — HERRENSCHWAND, M. — Discurso fundamental sobre a população: economia política moderna por (...), traduzido em vulgar por Luís Prates de Almeida e Albuquerque.
- 41 — BOMTEMPO, José Maria — Compêndios de matéria médica feitos por ordem de Sua Alteza Real e organizados por (...), médico da sua Real Câmara.
- 42 — (PEREIRA, José Maria) — Bosquejo de um quadro sinóptico civil, mediante o qual poderemos conhecer e avaliar os homens e as nações. com acerto e facilidade. Por ***
- 43 — GUIMARÃES, Manuel Ferreira de Araújo — Elementos de astronomia para uso dos alunos da Academia Real Militar ordenado por (...), sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros e lente do 4.º ano da referida Academia.
- 44 — HENNERT — Dissertações sobre a fortificação permanente, sobre a fortificação de campanha e sobre o alcance das bombas por M. (...), professor de matemáticas, traduzidas, corretas, e emendadas por Joaquim Ignácio de Lima, oficial de artilharia.

- 45 — LISBOA, José da Silva — Memória da vida pública do Lord Wellington(...).
- 46 — SANTA ANA, José Joaquim de — Memória sobre o enxugo geral desta cidade do Rio de Janeiro, feita e apresentada a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor em 4 de março de 1811: adicionada e novamente apresentada ao mesmo augusto senhor em 15 de maio de 1815 por (...), capitão do Real Corpo de Engenheiros e arquiteto desta cidade.
- 47 — BOMTEMPO, José Maria — Compêndios de medicina prática, feitos por ordem de Sua Alteza Real e organizados por (...), médico da sua Real Câmara.
- 48 — GUIMARÃES, Manuel Ferreira de Araújo — Elementos de geodésia para uso dos discípulos da Academia Real Militar desta corte, ordenados por (...).
- 49 — História da donzela Teodora, em que se trata da sua grande formosura e sabedoria. Traduzida do castelhano em português. Por Carlos Ferreira Lisbonense.
- 50 — As duas desafortunadas. Novela: traduzida do francês.
- 51 — Castigo da prostituição. Novela: traduzida do francês.
- 52 — Triste efeito de uma infidelidade. Novela: traduzida do francês.

1816

- 53 — FOURCROY, A. F. — Filosofia química, ou verdades fundamentais da química moderna, destinadas a servir de elementos no estudo desta ciência por (...), conselheiro de Estado, membro do Instituto Nacional e professor de química. Tiradas do francês em linguagem, da terceira impressão, e acrescentadas de anotações e dos últimos descobrimentos por Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Segunda impressão.
- 54 — RACINE, Jean — Ifigênia, tragédia de (...). Traduzida em verso português e oferecida como uma prova da mais sincera gratidão ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} senhor Cipriano Ribeiro Freire, do Conselho de S. M. o rei nosso senhor, seu ministro plenipotenciário em Londres. Pelo Dr. Antônio José de Lima Leitão.
- 55 — RACINE, Jean — Fedra, tragédia de (...). Traduzida em português, verso a verso, por Manuel Joaquim da Silva Porto.
- 56 — ROUSSEAU, Jean-Baptiste — As cantatas de (...), traduzidas em verso português pelo Dr. Antônio José de Lima Leitão, médico da Escola de Paris, e físico-mor da capitania de Moçambique.
- 57 — Poesias de dois amigos.
- 58 — Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816.
- 59 — PORTO, M. J. da Silva — Elogio dirigido à amizade e esplêndida companhia que se ajuntou no engenho de Salvaterra, oferecido ao senhor J. de C. R. por seu fiel e obrigado amigo (...).

1817

- 60 — SILVA, Roberto Ferreira da — Elementos de desenho e pintura. E regras gerais de perspectiva. Dedicadas ao senhor rei D. João vi. Por (...), oficial do Real Corpo de Engenheiros.
- 61 — (SÁ TEODORO José Guilherme de) — Instruções sobre os conhecimentos necessários a um oficial militar e sobre a aplicação dos mesmos para organizar na campanha um exército. Extraída do francês e oferecida ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} senhor conde dos Arcos.
- 62 — PORTO, Manuel Joaquim da Silva — Elogio por ocasião do fausto e glorioso successo das armas portuguesas contra os insurgentes de Pernambuco, composto e oferecido ao muito alto e muito poderoso senhor D. João vi, rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves.
- 63 — SAMPAIO, Francisco de Santa Teresa de Jesus — Oração fúnebre do eminentíssimo e reverendíssimo sr. D. Lourenço Caleppi, dos condes do mesmo título, recitada em presença do seu corpo no convento de Santo Antônio por (...).
- 64 — CASAL, Manuel Aires de — Corografia brasílica, ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil, composta e dedicada a Sua Majestade Fidelíssima por um presbítero secular do gram priorado do Crato.
- 65 — Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817.

1818

- 66 — BARBOSA, Januário da Cunha — Oração de ação de graças pelo décimo aniversário da chegada de S. M. a esta cidade, recitada no

dia 7 de março de 1818, na real capela do Rio de Janeiro, pelo padre (...).

- 67 — SEIXAS, Romualdo Antônio de — Sermão de ação de graças.
- 68 — FORTES, P.^e Ignácio Felizardo — Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte de Retórica, extraído da obra intitulada *O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério*; pelo (...).
- 69 — SOUSA, Bernardo Avelino Ferreira e — Relação dos festejos, que à feliz aclamação do muito alto, muito poderoso e fidelíssimo senhor D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves na noite do indelével e faustíssimo dia 6 de fevereiro, e nas duas subseqüentes, com tanta cordialidade votaram os habitantes do Rio de Janeiro; seguida das poesias dedicadas ao mesmo venerando objeto, coligida por (...), oficial supranumerário da secretaria da Intendência Geral da Polícia, e dada ao prelo e gratuitamente distribuída pela mesma Intendência, a fim de perpetuar a memória do plausível sucesso, de que mais se gloriam os fastos portugueses.
- 70 — Elogio ao público, recitado no Real Teatro de S. João desta Corte, por Estela Joaquina de Moraes. No dia do seu benefício em 20 de junho de 1818.
- 71 — LISBOA, José da Silva — Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor D. João VI, por (...), deputado da Real Junta do Comércio, desembargador da Casa da Suplicação do Brasil.
- 72 — LISBOA, José da Silva — Sinopse da legislação principal do senhor D. João VI pela ordem dos ramos da economia do Estado.

1818-1819

- 73 — BEAUCHAMP, Alphonse de — História do Brasil desde a sua descoberta até 1810, a qual contém a origem da monarquia portuguesa, o quadro do reinado dos seus reis, das conquistas dos portugueses na África e na Índia; a descoberta e descrição do Brasil, o número, posição e costumes das povoações brasileiras; a origem e os progressos dos estabelecimentos portugueses, o quadro das guerras sucessivas tanto dos naturais com os portugueses, como destes com diferentes nações da Europa, que procuraram estabelecer-se no Brasil, enfim a história civil política e comercial, as revoluções e o estado atual deste vasto país; escrita em francês por M. (...), e traduzida em português pelo padre Ignácio Felizardo Fortes, professor de língua latina e natural do Rio de Janeiro.
- 74 — Monumento à elevação da colônia do Brasil a reino e ao estabelecimento do tríplice império luso. As obras de Públio Virgílio Maro, traduzidas em verso português e anotadas por Antônio José de Lima Leitão.

1819

- 75 — Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de história natural, arranjada pela administração do R. Museu de História Natural de Paris, traduzida por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, expedida pelo excelentíssimo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, do original francês impresso em 1818. Aumentada, em

notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Ciências de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sobre a história natural do Brasil e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Corte do Rio de Janeiro.

- 76 — (SILVA, José Carneiro da) — Memória topográfica e histórica sobre os Campos dos Goitacazes, com uma notícia breve de suas produções e comércio, oferecida ao muito alto e poderoso rei e senhor nosso D. João VI. Por um natural do mesmo país.
- 77 — LUBELO, Dermínio — O grande califa de Bagdad, drama joco-sério por (...), acadêmico concorde, para se representar no Real Teatro de S. João, do Rio de Janeiro. Com música de Paulo Rosquelas.

1819-1820

- 78 — LISBOA, José da Silva — Estudos do bem comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado.

1820

- 79 — LE BRETON, Joachin — Notícia histórica da vida e das obras de José Haydn, doutor em música, membro associado do Instituto da França e de muitas academias. Lida na sessão pública de 6 de outubro de 1810 por (...), secretário perpétuo da classe das belas artes, membro da de história e literatura antiga e da Legião de Honra. Traduzida em português por um amador e dedicada ao senhor Segismundo Neukomm, cavaleiro da Legião de Honra, membro da Sociedade Imperial Filarmônica de S. Petersburgo, da Academia Real das Ciências de Paris, etc.
- 80 — Ordem da Santa Missa em latim e português, juntamente com o ofício de N. Senhora para todos os tempos do ano; o ofício do domingo a vésperas e completas; os sete salmos penitenciais; a ladainhas do Santo Nome de Jesus; de N. Senhora e dos Santos; o exercício quotidiano e algumas orações para antes e depois da Sagrada Comunhão.
- 81 — Código brasileiro, ou coleção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada de el-rei nosso senhor a este reino. Com um índice cronológico.
- 82 — Condições da Companhia de Seguros Restauradora, estabelecida nesta praça do Rio de Janeiro em 18 de abril de 1820, pelos negociantes abaixo declarados.
- 83 — Prodígiosa lagoa, descoberta nas congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem.
- 84 — Quinta parte do tesouro descoberto no rio máximo Amazonas. Contém um novo método para a sua agricultura, utilíssima praxe para a sua povoação, navegação e aumento, e comércio, assim dos índios como dos europeus.

1820-1822

- 85 — ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e — Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei

do Estado do Brasil, dedicadas a el-rei nosso senhor D. João vi. Por (...), natural do Rio de Janeiro, bacharel formado em cânones, do Conselho de Sua Majestade, monsenhor arcipreste da Capela Real, procurador geral das três ordens militares.

1821

- 86 — SAMPAIO, Francisco de Santa Teresa de Jesus — Sermão de ação de graças, que, em memória dos dias 24 de agosto e 15 de setembro de 1820, o Senado e os cidadãos do Rio de Janeiro solenizaram no dia 15 de setembro, na igreja de S. Francisco de Paula, recitado por (...), religioso franciscano da província do Rio de Janeiro e pregador régio.
- 87 — Descrição dos emblemas alegóricos e seus epigramas, com que se adornou a iluminação que, na fachada das casas de sua residência, apresentou ao público o coronel Antônio José da Silva Braga, na noite de 6 de fevereiro de 1818, em que se celebrou com pompa verdadeiramente real a feliz e gloriosa aclamação do muito alto e poderoso rei nosso senhor D. João vi. E nas três noites seguintes dos dias 7, 8 e 9 em memória do seu reconhecimento, amor e lealdade, que professa ao mesmo augusto senhor, cuja preciosa vida os céus dilatam por longos anos para glória e delícias de toda a nação portuguesa.
- 88 — GOULART, Basílio Ferreira — Discurso sobre o dia 8 de abril de 1821, composto pelo bacharel (...), natural desta cidade do Rio de Janeiro, atual paroquiano da Candelária.
- 89 — GOULART, Basílio Ferreira — Discurso sobre o dia 13 de abril de 1821, pelo bacharel (...), natural desta cidade do Rio de Janeiro, e ex-compromissário da Candelária.
- 90 — A Constituição explicada.
- 91 — Poesias em aplauso dos heróicos feitos do memorável dia 26 de fevereiro de 1821.
- 92 — Endechas patrióticas e constitucionais.
- 93 — Etiqueta que se há de guardar pelos senhores convidados para o baile da noite de 24 do corrente.
- 94 — Hino constitucional, que apareceu e se cantou no Real Teatro de S. Carlos na noite de 18 de setembro de 1820.
- 95 — Estatutos da Real Biblioteca.
- 96 — Relação dos 31 compromissários nomeados à pluralidade de votos pelos paroquianos da freguesia de Santa Rita em domingo, 8 de abril de 1821.
- 97 — Lista geral dos acionistas do Banco do Brasil.
- 98 — Para uma gratificação a toda honrada e valerosíssima tropa da primeira linha da guarnição do Rio de Janeiro, que tão subordinada, como corajosamente deu o maior brilhantismo nos fastos da nação ao dia 26 de fevereiro de 1821, subscreveram mui fervorosa e espontaneamente as pessoas abaixo nomeadas.
- 99 — MIRANDA, José Antônio de — Memória constitucional e política sobre o estado presente de Portugal e do Brasil; dirigida a el-rei o senhor D. João vi, e oferecida a Sua Alteza o Príncipe Real do

Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e regente do Brasil, por (...), fidalgo cavaleiro da casa de Sua Majestade, e ouvidor eleito do Rio Grande do Sul.

- 100 — FALCÃO, José Anastácio — Os anticonstitucionais. Prova-se que são maus cristãos, maus vassalos e os maiores inimigos da nossa pátria.

Sem data

- 101 — Ensaio histórico, político e filosófico do estado de Portugal desde o mês de novembro de 1807 até o mês de junho de 1808.
- 102 — Augurio di felicità, o sia il trionfo d'amore, serenata per musica da eseguirsi nel Real Palazzo del Rio di Janeiro, per celebrare l'augustissimo sposalizio del Serenissimo Signore D. Pietro d'Alcantara, Principe Reale, de tre regni uniti di Portogallo, Brasile, Algarve, duca di Braganza, con la Serenissima Signora D. Carolina Giuseppa Leopoldina Arciduchessa d'Austria, ora Principessa Reale etc., nel mese di novembro 1817.

DOCUMENTOS PUBLICADOS

- 1 — “Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 55, parte 1.
- 2 — *Autos de correições dos ouvidores do Rio de Janeiro — 1748-1820*. Rio de Janeiro, 1931.
- 3 — “Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821” vol. 56 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, 1934.
- 4 — *Código penal militar*, organizado pela comissão criada por decreto de 21 de março de 1802, e aprovado por Sua Majestade o senhor D. João VI em 1820. Rio de Janeiro, 1827.
- 5 — *Coleção cronológica de leis extravagantes, posteriores à nova compilação das Ordenações do Reino publicadas em 1603*.
- 6 — *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro, 1892.
- 7 — “Documentos sobre médicos e medicina no Brasil”, in *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, tomo 244.
- 8 — *Documentos para a história da Independência*. Rio de Janeiro, 1923.
- 9 — FERREIRA, Silvestre Pinheiro — “Cartas sobre a revolução do Brasil”, in *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, tomo 51.
- 10 — FERREIRA, Silvestre Pinheiro — “Memórias políticas sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular, redigidas por ordem do príncipe regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”, in *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, tomo 47.
- 11 — *Flora Fluminensis*, de Frei José Mariano da Conceição Veloso. Documentos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1961. (vol. 48 das *Publicações do Arquivo Nacional*.)
- 12 — *Legislação brasileira, ou Coleção cronológica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., etc., do império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831, inclusive, contendo, além do que se acha*

publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas, coligidas pelo conselheiro José Paulo de Figueiroa Nabuco Araújo. Rio de Janeiro, 1836.

- 13 — “Mapa da população da Corte e Província do Rio de Janeiro em 1821”, in *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, tomo 33, parte 1.
- 14 — “Memória sobre a questão: 1.º Se convém ao Brasil vender madeiras de construção às nações estrangeiras; 2.º Se no Brasil há abundância das suas madeiras preciosas de construção, que possam vender-se sem dano, ou falta das mesmas para a nossa marinha real e mercante (24 de fevereiro de 1811)”, in *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, tomo 33, parte 1.
- 15 — *Registro de estrangeiros (1802-1822)*. Rio de Janeiro, 1960.

TEXTOS AUXILIARES

- 1 — CHAMBERLAIN, tenente — *Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil, from drawings taken by (...), royal artillery, during the years 1819 and 1820; with descriptive explanation*. Londres, 1822.
- 2 — COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo — *Respostas dadas por (...) bispo de Elvas, então bispo de Pernambuco, às propostas feitas por alguns dos párocos daquela diocese*. Lisboa, 1808.
- 3 — DEBRET, Jean-Baptiste — *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement*. Paris, 1834-1839.
- 4 — FREIREYSS, G. W. — “Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol. XI.
- 5 — FREYCINET, Louis de — *Voyage autour du monde, entrepris par ordre du roi, sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le vicomte de Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine, exécuté sur les corvettes de S. M. l'Uranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820; publié sous les auspices de S. E. M. le comte Corbière, secrétaire d'État de l'intérieur, pour la partie historique et les sciences naturelles, et de S. E. M. le comte Chabrol de Cruzol, secrétaire d'État de la Marine et des colonies, pour la partie nautique*. Paris, 1825.
- 6 — GENDRIN, Victor Athanase — *Récit historique, exact et sincère, par mer et par terre, de quatre voyages faits au Brésil, au Chili, dans les Cordillères des Andes, à Mendoza, dans le désert, et à Buenos-Aires*. Versalhes, 1856.
- 7 — LEITHOLD, T. von — *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo, 1966.
- 8 — LUCCOCK, John — *Notes on Rio de Janeiro, and the parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818*. Londres, 1820.
- 9 — O'NEILL, Thomas — *A concise and accurate account of the proceedings of the squadron under the command of rear admiral Sir Sydney Smith, in effecting the escape of the Royal Family of Portugal to the Brazils, on November 29, 1807; and also the sufferings of*

the royal fugitives, etc. during their voyage from Lisbon to Rio de Janeiro, with a variety of other interesting and authentic facts. Londres, 1810.

- 10 — RUGENDAS, Johann Moritz — *Voyage pittoresque dans le Brésil.* Paris, 1835.
- 11 — SANTOS, Luís Gonçalves dos — *Memórias para servir a história do reino do Brasil, divididas em três épocas: da felicidade, honra e glória; escritas na corte do Rio de Janeiro, no ano de 1821.* Lisboa, 1825.
- 12 — SARAIVA, Francisco de São Luís, cardeal — *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância, ou necessidade, se tem introduzido na locução portuguesa moderna; com o juízo crítico das que são adaptáveis nela.* Rio de Janeiro, 1835.
- 13 — SILVA, Antônio de Moraes — *Dicionário da língua portuguesa, recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado.* Lisboa, 1813.
- 14 — SIQUEIRA, D. João de N. S. da Porta — *Escola de política, ou tratado prático da civilidade portuguesa.* Lisboa, 1814.
- 15 — VAUX, James Hardy — *Memoirs of (...) written by himself.* Londres, 1819.

ESTUDOS

- 1 — BRAGA, Teófilo — *História do teatro português* (séc. XVIII, A baixa comédia e a ópera; sec. XIX, Garrett e os dramas românticos). Porto, 1871.
- 2 — CANDIDO, Antonio — *Formação da literatura brasileira.* S. Paulo, 1959.
- 3 — CASCUDO, Luís da Câmara — *História da alimentação no Brasil.* S. Paulo, 1968, vol. 2.
- 4 — FARIA, Jorge de — “Um século de teatro francês em Portugal (1737-1837)”, in *Bulletin d'Histoire du Théâtre portugais*, Lisboa, tomo I, n.º 1, 1950.
- 5 — FERREZ, Gilberto — *O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender.* S. Paulo, 1956.
- 6 — FRANÇA, José-Augusto — *A arte em Portugal no séc. XIX.* Lisboa, 1966.
- 7 — LIMA, Augusto César Pires de — “As invasões francesas na tradição oral e escrita”, in *Revista Lusitana*, vol. XXIII, 1922.
- 8 — LIMA, Augusto César Pires de — *O sinal da Cruz de Junot*, Coimbra, 1943.
- 9 — MORAIS FILHO, Melo — *Festas e tradições populares do Brasil.* Rio de Janeiro, s. d.
- 10 — MORAIS FILHO, Melo — *Serenatas e saraus. Coleção de autos populares, lundus, recitativos, modinhas, duetos, serenatas, barcarolas e outras produções brasileiras, antigas e modernas.* Rio de Janeiro, 1901-1902.

- 11 — PEREIRA, Maria Helena da Rocha — *Temas clássicos na poesia portuguesa*. Lisboa, 1964.
- 12 — PICCHIO, Luciana Stegagno — *História do teatro português*. Lisboa, 1964.
- 13 — RIBEIRO, José Silvestre — *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa, 1871-1893.
- 14 — SILVA, Lafayette — *História do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro, 1938.
- 15 — SILVA, Maria Beatriz Nizza da — “A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, n.º 76, 1969.
- 16 — SILVA, Maria Beatriz Nizza da — “Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)”, in *Revista de História*, n.º 94, 1973.
- 17 — SILVA, Maria Beatriz Nizza da — “Uma biblioteca científica brasileira no início do séc. XIX”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 14, 1973.
- 18 — SILVA, Maria Beatriz Nizza da — “Transmissão, conservação e difusão da cultura no Rio de Janeiro (I — Aulas, Colégios e Academias)”, in *Revista de História*, n.º 97, 1974.
- 19 — SILVA, Maria Beatriz Nizza da — “Linguagem científica, linguagem comum”, in *Ciência e Cultura*, vol. 26 (10), 1974.
- 20 — SILVA, Maria Beatriz Nizza da — *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa, 1975.
- 21 — SOUSA, J. Galante de — *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro, 1960.
- 22 — SOUSA, Gilda de Melo e — *A moda no séc. XIX* (Ensaio de sociologia estética). Separata da *Revista do Museu Paulista*, vol. v.
- 23 — (SOUSA, José Vitorino de) — *A igreja da Candelária desde a sua fundação*. Rio de Janeiro, 1889.
- 24 — TELES, Augusto Carlos da Silva — *A casa de residência de Grandjean de Montigny no Rio de Janeiro*. Coimbra, 1968.
- 25 — TULARD, Jean — *L'anti-Napoléon. La légende noire de l'Empereur*. Paris, 1965.

OBRAS DE REFERÊNCIA

- 1 — BERGER, Paulo — *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros (1531-1900)*. Rio de Janeiro, 1964.
- 2 — CABRAL, Alfredo do Vale — *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro, 1881.
- 3 — CASCUDO, Luís da Câmara — *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, 1954.
- 4 — CASTRO, Renato Berbert de — *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações — Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva (1811-1819)*. Salvador, 1968.
- 5 — *Catálogo de obras raras, manuscritos e gravuras*. Ministério da Guerra, Imprensa Militar, 1952.

- 6 — *Catalogue général des livres imprimés de la Bibliothèque Nationale — Auteurs*. Paris, 1936.
- 7 — CUNHA, Lygia da Fonseca F. da — *Thomas Ender. Catálogo de desenhos*. Rio de Janeiro, 1968.
- 8 — CUNHA, Lygia da Fonseca F. da (em colab. com Cecília Duprat de Britto Pereira) — *O Rio de Janeiro através das estampas antigas*. Rio de Janeiro, 1970.
- 9 — SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa, s. d.
- 10 — *Everyman's Dictionary of Literary Biography, English & American*, compiled after John W. Cousin by D. C. Browning. Londres e Nova York, 1960.
- 11 — FROTA, Guilherme de Andréa — *O Rio de Janeiro na Imprensa periódica*. Rio de Janeiro, 1966.
- 12 — *A Handbook to literature*, revised and enlarged by C. Hugh Holman. Nova York, 1960.
- 13 — *Índice de bibliografia brasileira*. Rio de Janeiro, INL, 1963.
- 14 — MACEDO, D. L. de — *Tabeliães do Rio de Janeiro (1565-1965)*. Rio de Janeiro, 1965.
- 15 — MATTOS, Clofe Person de — *Catálogo temático das obras do Padre José Maurício Nunes Garcia*. Rio de Janeiro, 1970.
- 16 — MENDONÇA, Francisco Maria de Sousa Furtado de — *Repertório geral ou índice alfabético das leis do império do Brasil publicadas desde o começo do ano de 1808 até o presente em seguimento ao repertório geral do desembargador Manuel Fernandes Tomás*. Rio de Janeiro, 1847-1855.
- 17 — NASCIMENTO, Braúlio do — *Bibliografia do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, 1971.
- 18 — PINHEIRO, Maciel — *O Rio de Janeiro através das revistas*. Rio de Janeiro, 1966.
- 19 — PREMINGER, Alex, (ed.) — *Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton, 1965.
- 20 — RAMOS, Vítor — *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850). Repertório geral dos títulos publicados e ensaio crítico*. Paris, 1972.
- 21 — RODRIGUES, A. Gonçalves — *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*. Coimbra, 1951.
- 22 — VITERBO, Sousa — *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal*. Lisboa, 1899, vol. I; Lisboa, 1904, vol. II.

BIBLIOGRAFIA TEÓRICA E METODOLÓGICA

- 1 — BARTHES, Roland — "Histoire et sociologie du vêtement. Quelques observations méthodologiques", in *Annales*, julho-setembro de 1957.
- 2 — BARTHES, Roland — *Système de la mode*. Paris, 1967.

- 3 — BARTHES, Roland — “L’ancienne rhétorique”, in *Communications*, n.º 16, 1970.
- 4 — BOGATYREV, Petr — “Les signes du théâtre”, in *Poétique*, n.º 8, 1971.
- 5 — CANDIDO, Antonio — *Literatura e sociedade*. S. Paulo, 1965.
- 6 — CHARBONNIER, Georges — *Entretiens avec Claude Lévi-Strauss*. Paris, 1961.
- 7 — LAUWE, P. H. Chombart de e outros — *Images de la culture*. Paris, 1970.
- 8 — ELIOT, T. S. — *Notes towards the definition of culture*. Londres, 1948.
- 9 — ESCARPIT, Robert e outros — *Le littéraire et le social. Éléments pour une sociologie de la littérature*. Paris, 1970.
- 10 — FLANDRIN, Jean-Louis — “Sentiments et civilisations: sondage au niveau des titres d’ouvrages”, in *Annales*, setembro-outubro de 1965.
- 11 — FOUCAULT, Michel — *Naissance de la clinique. Une archéologie du regard médical*. Paris, 1963.
- 12 — FOUCAULT, Michel — *Les mots et les choses*. Paris, 1966.
- 13 — FOUCAULT, Michel — “Réponse au cercle d’épistémologie”, in *Cahiers pour l’analyse*, n.º 9, 1968.
- 14 — FOUCAULT, Michel — *L’archéologie du savoir*. Paris, 1969.
- 15 — FOUCAULT, Michel — *L’ordre du discours*. Paris, 1971.
- 16 — FURET, François (org.) — *Livre et société dans la France du XVIII^e siècle*. Paris, 1970, t. II.
- 17 — GUEUNIER, Nicole — “Pour une définition du conte”, in *Roman et lumières au XVIII^e siècle*. Paris, 1970.
- 18 — INGARDEN, Roman — “Les fonctions du langage au théâtre”, in *Poétique*, n.º 8, 1971.
- 19 — JAKOBSON, Roman — *Essais de linguistique générale*. Paris, 1963.
- 20 — KLUCKHOHN, Clyde — *Collected essays of (...). Culture and behavior*. Organizado por Richard Kluckhohn. Nova York, 1962.
- 21 — KLUCKHOHN, Clyde — *Mirror for man. The relation of anthropology to modern life*. 16.^a ed. Nova York, 1969.
- 22 — LAPA, M. Rodrigues — *Estilística da língua portuguesa*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, 1959.
- 23 — LÉVI-STRAUSS, Claude — *Anthropologie structurale*. Paris, 1958.
- 24 — LEVIN, Samuel R. — *Linguistic structures in poetry*. 3.^a ed. Haia e Paris, 1969.
- 25 — LIGOU, Daniel — “La part du roman dans quelques bibliothèques du XVIII^e siècle”, in *Roman et lumières au XVIII^e siècle*. Paris, 1970.
- 26 — MANDROU, Robert — “Histoire littéraire et histoire culturelle”, in *Revue d’Histoire Littéraire de la France*, setembro-dezembro de 1970.
- 27 — MURRY, J. Middleton — *The problem of style*. Oxford, 1965.
- 28 — *Niveaux de culture et groupes sociaux. Actes du colloque du 7 au 9 mai 1966 à l’École Normale Supérieure*. Paris, 1967.

- 29 — PETER, Jean-Pierre — “Les mots et les objets de la maladie. Remarques sur les épidémies et la médecine dans la société française de la fin du XVIII^e siècle”, in *Revue historique*, n. 499, 1971.
- 30 — PICHOS, Claude — “Les cabinets de lecture à Paris durant la première moitié du XIX^e siècle”, in *Annales*, julho-setembro de 1959.
- 31 — RICHARDS, Audrey I. — “The Concept of Culture in Malinowski's Work”, in FIRTH, Raymond (org.), *Man and Culture: An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*. Londres, 1960.
- 32 — RIFFATERRE, Michael — *Essais de stylistique structurale*. Paris, 1971.
- 33 — SAPIR, Edward — *Culture, language and personality*. Berkeley, 1956.
- 34 — SAUSSURE, Ferdinand de — *Cours de linguistique générale*. Paris, 1968.
- 35 — SEBEOK, Thomas A. (org.) — *Style in language*. Cambridge (Massachusetts), 1966.
- 36 — SORIANO, Marc — “Quelques travaux récents sur la littérature populaire”, in *Annales*, maio-agosto de 1971.
- 37 — SPEARMAN, Diana — *The novel and society*. Nova York, 1966.
- 38 — SPENCER, John (org.) — *Linguistics and Style*. Londres, 1971.
- 39 — SPITZER, Leo — *Études de style*. Paris, 1970.
- 40 — SPIVAK, Gayatri — “Allégorie et l'histoire de la poésie”, in *Poétique*, n.º 8, 1971.
- 41 — VEYNE, Paul — *Comment on écrit l'histoire. Essai d'épistémologie*. Paris, 1971.

Composto e impresso em 1977, no transcorrer do
 cinquentenário das atividades da
 EMPRESA GRÁFICA DA REVISTA DOS TRIBUNAIS S.A.
 Rua Conde de Sarzedas, 38 — Tel. 36-6958 (PBX)
 01512 — São Paulo, SP, Brasil

para

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
 Rua dos Gusmões, 639
 São Paulo, SP, Brasil